

MEMÓRIAS DO LEGISLATIVO FRIBURGUENSE

200 anos de História da
Câmara Municipal de Nova Friburgo



1820 - 2020

MEMÓRIAS DO LEGISLATIVO FRIBURGUENSE

200 anos de História da
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Copyright © 2020 Ricardo da Gama Rosa Costa e Fernanda Guimarães
(organizadores)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Memórias do legislativo Friburguense : 200 anos de
história da Câmara Municipal de Nova
Friburgo / Ricardo da Gama Rosa Costa,
Fernanda Guimarães, organizadores. -- Nova
Friburgo, RJ : Câmara Municipal de Nova
Friburgo, 2020.

Vários autores.

ISBN 978-65-00-13318-9

1. Nova Friburgo (RJ). Câmara Municipal - História
2. Poder legislativo - História - Nova Friburgo (RJ)
I. Costa, Ricardo da Gama Rosa. II. Guimarães,
Fernanda.

20-51418

CDD-328.8153

Índices para catálogo sistemático:

1. Câmara Municipal : Nova Friburgo : Rio de Janeiro :

Ciência política : História 328.8153

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Gráfica Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
Nova Friburgo : Editora Bem dita Comunicação Criativa,
2020. 248 p.; 16 x 23 cm

EQUIPE EDITORIAL

Edição de texto

Bem dita Comunicação Criativa

Revisão

Ricardo Costa e Fernanda Guimarães

Capa e projeto gráfico

Bem dita Comunicação Criativa

Fotos dos vereadores

Oswaldo Enoc

Foto capa: fundos do prédio da Câmara Municipal na Rua Visconde de Itaboraí - atual
Rua Monte Líbano - Coleção Pró-Memória de N.F. - Acervo Digital Osmar de Castro -
Nova Friburgo



Câmara Municipal de Nova Friburgo

MEMÓRIAS DO LEGISLATIVO FRIBURGUENSE

200 anos de História da
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo
2020

SOBRE OS AUTORES

Almir Pita Freitas Filho

Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, na área de História Econômica. Realizou estágio de Pós-Doutorado em História Social junto à UFF. Professor Associado (Aposentado) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde lecionou cursos de História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira. Participa de vários grupos de pesquisa sobre História Empresarial, Industrialização e Energia Elétrica no Brasil nos séculos XIX e XX. Contribuiu com artigos para as coletâneas “Dimensões do Empresariado Industrial”, organizada por Pedro Campos (UFRRJ) e Rafael Brandão (FFP-UERJ), Consequência, 2019 e “História Econômica e Imprensa”, organizada por Maria L. Corrêa (FFP-UERJ) e outros, Contra Capa, 2016.

Anne Thereza de Almeida Proença

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (2012). Possui experiência profissional na área arquivística, atuando na Fundação Dom João VI de Nova Friburgo (2011-2015). Especialista em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (2015), Mestra em História das Ciências e da Saúde (2017) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, todos pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Concentra sua pesquisa na área da assistência à saúde no interior da antiga Província do Rio de Janeiro do século XIX. Sua dissertação, *Vida de Médico no Interior Fluminense: a Trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)* foi indicada ao prêmio de Melhor Dissertação da Sociedade Brasileira de História das Ciências (2018). Atualmente, é Bolsista Nota 10 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Elizabeth Vieiraves

Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (1978) e mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001). É professora aposentada do Estado do Rio de Janeiro e foi professora adjunta do Departamento de História da Faculdade de Filosofia Santa Doroteia, atuando principalmente nos seguintes temas: História da América Moderna e Contemporânea; Filosofia. Autora da dissertação *Nova Friburgo: medicina, poder político e história – 1947-1977*, apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ, Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do grau de Mestre.

Gabriel Almeida Frazão

Doutor em Sociologia Rural pelo CPDA/UFRRJ. Mestre em História Social pela UFF. Professor de História do Instituto Federal Fluminense, no Campus Cambuci. No campo da pesquisa histórica, possui experiência nos temas: Administração, Redes de Poder no Brasil colonial, História Agrária e Regional (regiões Serrana e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro) no Brasil Imperial. Em sociologia, desenvolveu reflexões relacionadas à Educação do Campo no século XX (principalmente no que diz respeito à Pedagogia da Alternância), políticas públicas relativas ao meio rural e extensão rural. É líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre as Ruralidades Fluminenses - CNPq/ IFF. Integra a Rede Proprietas - INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br). Atualmente, desenvolve Pesquisa em Estágio de Pós-Doutorado no Instituto de História da UFF, sob supervisão da Prof.^a Márcia Motta.

João Raimundo de Araujo

Graduado, Mestre e Doutor em História Social pela UFF. Professor Titular de História do Brasil e de História Regional da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia de Nova Friburgo. Professor de História da rede pública e da rede privada de ensino em Nova Friburgo. Coorganizador e autor de artigos in *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*, Ao Livro Técnico, 2003; Autor de *Memórias Eleitorais de Nova Friburgo: 1982-2016*, Marca, Ed., 2018; Autor de *Nova Friburgo: A Construção do Mito da Suíça Brasileira*, Revan, ed. 2018; Coorganizador e autor de artigo in *Teia Serrana II: Novos Temas e Novas Abordagens*, Marca Ed., 2020. Prêmios: Título de Cidadão Friburguense pela CMNF, 1992; Profissional de Educação Nota 10 pela CMNF, 2016; Medalha Tiradentes pela ALERJ, 2018.

Maria Ana Quaglino

Graduada em História pela UFF, Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ph.D. em História pela *University of California, Los Angeles* (UCLA). É historiadora da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo. É membro da Câmara Técnica de Arquivos Municipais do Conselho Estadual de Arquivos (Conearq) e membro do grupo de pesquisa "Gênese documental arquivística" da UFF. Coordena o Grupo de Estudos "Memória, Identidade e Espaço." Autora dos livros "A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS" (1993), em coautoria com José Luciano de Mattos Dias, e "Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense" (2013), em coautoria com Alciria Araújo. Tem vários artigos publicados, sendo o mais recente na coletânea "Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens" (2019), publicação coordenada por João Raimundo de Araújo, Jorge Miguel Mayer e Ricardo da Gama Rosa Costa.

Maria Janáina Botelho Corrêa

Graduada em Direito pela UFF. Especialização em História pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Mestre em História pela Universo. Professora de História Geral do Direito, História do Direito Brasileiro e História da Alimentação na Universidade Cândido Mendes. Roteirista e produtora de documentários de história local e regional na Luau TV. Colaboradora do jornal A Voz da Serra, com a coluna "História e Memória". Livros publicados: *O Cotidiano de Nova Friburgo no final do século 19 - Práticas e Representações Sociais*. RJ: Educam. 2009. *História e Memória de Nova Friburgo*. RJ: Editora Educam. 2011; *Histórias da História de Nova Friburgo*. RJ: Editora Educam. 2012. Coautora do livro infantil com Thereza Malcher, *O Zum Zum das Montanhas*. Participação no livro sobre o Parque Estadual dos Três Picos, com artigo descrevendo a história da região. Participação no livro *Teia Serrana 2*, com o artigo Terras Frias: um ensaio sobre um caso de reforma agrária no terceiro distrito.

Maurício Antunes Raposo

Possui bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), graduação e licenciatura plena em História pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia (2001), especialização em Pós-graduação Lato Sensu de História do Rio de Janeiro pela Universidade Federal Fluminense (2010) e mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2017). Tem se dedicado ao estudo regional do Integralismo no estado do Rio de Janeiro com ênfase no município de Nova Friburgo. Atua na pesquisa dos seguintes temas: Integralismo, Ação Integralista Brasileira, fascismo, movimentos autoritários, História do Brasil, História Regional e trajetória biográfica. Autor do artigo “A cidade e o Integralismo: Nova Friburgo e a Ação Integralista Brasileira” no livro *Teia Serrana II: Novos Temas e Novas Abordagens*, Marca Ed., 2020.

Ricardo da Gama Rosa Costa

Graduado em História pela FFSD. Mestre e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Foi professor de História do Colégio Nossa Senhora das Dores (1994-2002), professor do Curso de História na Faculdade Santa Dorotéia (1993-2014), tendo assumido a chefia do Departamento entre 2004 e 2014. Participou com um artigo no livro *Teia serrana: A Formação Histórica de Nova Friburgo*, Ao Livro Técnico ed., 2003. Autor do livro *Gramsci e o Conceito de Hegemonia*, publicado pelo Instituto Caio Prado Jr. Autor do livro *A construção da hegemonia burguesa na história de Nova Friburgo*, volume 3 da Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2018. Autor do artigo Nova Friburgo nos tempos de ditadura (1964-1985): a burguesia vai ao paraíso in *Teia Serrana II: Novos Temas e Novas Abordagens*, Marca Ed. 2020.

Rodrigo Marins Marretto

Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia (2006), com Especialização em História do Brasil pela UCAM-Pio X (2009). Mestre em História Social pela UFF (2013). Doutor em História Social pela UFF (2019). Autor do livro *A Escravidão Velada: senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850)*, volume 1 da Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2018. Autor do artigo Insurgência Escrava na Vila de Nova Friburgo (1820-1850) in *Teia Serrana II: Novos Temas e Novas Abordagens*, Marca Ed. 2020.

Sônia Regina Rebel de Araújo

Graduada, Mestre e Doutora em História pela UFF. Professora Associada com atuação no PPGH da UFF no Setor de História Antiga e Medieval. Autora e organizadora do livro, em coautoria com Claudia Beltrão da Rosa e Fábio Joly, *Intelectuais, Poder e Política na Roma Antiga*, Ed. NAU, RJ, 2010, e com Alexandre Carneiro Cerqueira Lima *Um Combatente pela História: Professor Ciro Flamarion Cardoso* da Ed. Vício de Leitura, Niterói, 2013. Autora do artigo Cotidiano, Cultura e Educação em Nova Friburgo, in *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*, Ao Livro Técnico ed., 2003 e de Diplomar a Mãe-professora: Festas da Ordem no Colégio Nossa Senhora das Dores, in *Teia Serrana II: Novos Temas e Novas Abordagens*, Marca Ed. 2020.

MEMÓRIAS DO LEGISLATIVO FRIBURGUENSE

200 anos de História da Câmara Municipal de Nova Friburgo

Apresentação

Este livro faz parte do conjunto de eventos e solenidades inicialmente planejadas pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Friburgo no ano em que o Poder Legislativo comemora seu bicentenário. Em virtude da pandemia do novo coronavírus, várias das atividades previstas foram canceladas, mas manteve-se o projeto de produção deste livro, devido à importância de se tornar público trabalho essencial para que a atual e as futuras gerações de friburguenses tenham oportunidade de conhecer mais a respeito da história do município e, em especial, do parlamento friburguense, espaço que foi palco de discussões e decisões políticas responsáveis por traçar o caminho que levou à formação social e ao desenvolvimento econômico de Nova Friburgo. Além disso, esta obra historiográfica lança luz sobre a trajetória de destacadas figuras públicas friburguenses que protagonizaram momentos políticos decisivos na configuração da sociedade local.

Trata-se da apresentação de textos que reúnem a produção bibliográfica de consagrados historiadores friburguenses e fluminenses acerca da trajetória da Câmara Municipal de Nova Friburgo, desde a sua fundação, em 17 de abril de 1820, no mesmo ano de criação da Vila de Nova Friburgo, até finais do século XX. Os artigos contêm análises produzidas pelos autores a partir de pesquisas realizadas sobre as atas da Câmara Municipal e sobre outros documentos disponíveis no Departamento Pró-Memória de Nova Friburgo, atual Fundação Dom João VI. Todo este trabalho de pesquisa foi possível graças ao esforço anterior realizado por Carlos Jayme S. Jaccoud, que, nos anos 1990, transcreveu as atas do Poder Legislativo Friburguense no período entre 1820 e 1901 e, munido destes dados, publicou o livro *Desvendando Trechos da Nossa História: contribuição para o conhecimento da História de Nova Friburgo*, editado no ano de 2006. A ele prestamos nossa homenagem, com os artigos produzidos para este livro de comemoração aos 200 anos da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Abrimos o livro com o artigo de Maria Janaína Botelho, *As posturas policiais em Nova Friburgo no século XIX (1820-1888)*, que trata da legislação construída pelos vereadores friburguenses na época do Império, quando Nova Friburgo era uma Vila estabelecida em meio à sociedade oligárquica e escravista brasileira. Na sequência, Rodrigo Marins Marretto, descreve, *Nas rotas do café e da escravidão: um estudo das dinâmicas socioeconômicas da Vila de Nova Friburgo – 1822-1888*, o processo de desenvolvimento da Vila no período em que a principal preocupação das autoridades e dos proprietários locais era com a escravidão e o uso do trabalho escravo voltado para manter os caminhos e as estradas que transportavam o café produzido em Cantagalo e nas freguesias de Nova Friburgo, em direção ao porto do Rio

de Janeiro. Tanto Janaína quanto Rodrigo nos apresentam uma realidade histórica que não pode ser esquecida: a existência da escravidão e a presença da população negra em Nova Friburgo, responsáveis pela produção da riqueza e por grande parte da formação cultural do nosso povo.

O terceiro artigo, de autoria de Rodrigo Marretto e Gabriel Almeida Frazão, *Em “benefício da elegância e a salubridade pública”: Jean Bazet e a boa sociedade imperial na Vila de Nova Friburgo (1828-1852)*, nos apresenta a trajetória política do primeiro presidente da Câmara Municipal eleito, um dos membros da migração suíça para a Vila de Nova Friburgo, que atuou como médico dos colonos suíços, o que lhe conferiu prestígio suficiente para que vencesse as eleições para vereador em cinco ocasiões e assumisse a condução da administração da Vila nos seus primeiros anos. Gabriel Frazão é também autor de *Caminhos e descaminhos de um político local: considerações sobre as estratégias e a trajetória de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo - 1844-1882)*, texto que aborda a ação política controversa de um vereador friburguense que se destacou ao representar os interesses dos proprietários e suas necessidades econômicas, com destaque para a questão relativa à manutenção das estradas, procedimento indispensável ao sucesso dos negócios da classe dominante da Vila e da região.

Em seguida, Anne Thereza de Almeida Proença, no artigo *Senhor Vereador Doutor: as frentes de atuação de Carlos Éboli na Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo (1870-1880)*, aborda a atuação do médico italiano Carlos Éboli durante seus dois mandatos como vereador, acima de tudo preocupado com a manutenção da salubridade pública da Vila, o que também atraía visitantes de diversos pontos da província e do país, em busca da cura para suas enfermidades ou para veraneio. O artigo de Maria Ana Quaglino, *A Câmara Municipal e a iluminação pública no século XIX*, por sua vez, analisa parte do processo de modernização urbana da Vila de Nova Friburgo, mais especificamente sobre a instalação e substituição de sistemas de iluminação pública na cidade, buscando entender os motivos que levaram a municipalidade a adotar lâmpões à base de derivados de petróleo, num momento em que a energia elétrica já começava a ser implantada em outros municípios.

O sétimo artigo, de autoria de João Raimundo de Araújo e Sonia Rebel de Araujo, *A Nova Friburgo na Velha República: aspectos políticos (1890-1930)*, trata do processo de transição da Vila a Município após a proclamação da República, analisando os conflitos entre os grupos políticos que representavam, de um lado, a tradicional sociedade construída sobre as bases da economia agrária escravista e, de outro, aqueles que se apresentavam como modernizadores, ao defenderem a instalação das indústrias têxteis em Nova Friburgo. A industrialização da cidade, por sinal, dependeu da substituição da iluminação a base de derivados de petróleo (nafta e querosene) pela energia elétrica, tema este abordado por Almir Pita Freitas Filho e Maria Ana Quaglino, *A Câmara Municipal e a iluminação elétrica em Nova Friburgo (1902-1911)*, aborda a atuação do poder público local, através do Legislativo, na adoção de medidas com vistas à implantação de serviços de utilidade pública, mais precisamente a iluminação elétrica, no instante em que Nova Friburgo vinha se tornando um atraente polo de interesses ligados ao comércio e serviços diversos, em especial médicos, turísticos e educativos, para o que era premente a modernização via energia elétrica.

Ricardo da Gama Rosa Costa, com o texto *Galdino do Valle Filho e a construção da hegemonia burguesa em Nova Friburgo (1911-1961)*, destaca a trajetória da principal figura pública representativa dos ideais liberais burgueses na primeira metade do século XX, responsável pela construção do projeto hegemônico em defesa dos interesses do empresariado ligado à nascente indústria têxtil, instalada em consequência da estratégia

política vitoriosa de Galdino, da qual fez parte também a ideologia da Suíça Brasileira. Em seguida, Maurício Antunes Raposo analisa a formação do núcleo integralista no município, que reuniu adeptos e simpatizantes da versão brasileira do fascismo. Por meio do artigo *Júlio Ferreira Caboclo e a Ação Integralista Brasileira na Câmara Municipal de Nova Friburgo (1936-1937)*, Maurício evidencia a liderança política conservadora do professor e jornalista Júlio Caboclo.

Por fim, o artigo de Elizabeth Vieiralves, *Medicina e Poder Político em Nova Friburgo: Amâncio Mario de Azevedo, O “Médico Dos Pobres”*, centra sua análise no estudo das relações entre a medicina e o poder político, a partir da trajetória dos médicos que dirigiram os destinos de Nova Friburgo entre os anos de 1947 e 1977, passando pela herança do “galdinismo” até a proeminência da liderança popular de Amâncio Azevedo, cuja carreira política como vereador, prefeito e deputado federal esteve associada ao atendimento a diversas demandas sociais advindas das camadas populares na cidade. É significativo que o livro seja encerrado com a análise focada sobre a atuação de Amâncio, já que, na história de Nova Friburgo, outros médicos estiveram também à frente da Câmara Municipal e da Prefeitura, a exemplo das trajetórias de Jean Bazet, Carlos Éboli e Galdino do Valle Filho, para falar apenas dos personagens tratados nesta coletânea.

Este livro, portanto, descreve momentos e períodos cujo estudo permite a compreensão acerca dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais responsáveis pela formação histórica do município de Nova Friburgo. Em todos esses aspectos, a Câmara Municipal de Nova Friburgo aparece como o espaço privilegiado dos debates e das decisões políticas. Esperamos, dessa forma, poder contribuir, a partir da reflexão crítica produzida através de uma criteriosa pesquisa científica sobre o passado do nosso município, participar da construção presente e futura de uma sociedade baseada nos princípios da liberdade, da democracia e da igualdade social.

*Ricardo da Gama Rosa Costa e
Fernanda Guimarães, organizadores.*

AS POSTURAS POLICIAIS EM NOVA FRIBURGO NO SÉCULO XIX (1820-1888) <i>Maria Janaína Botelho Corrêa</i>	15
NAS ROTAS DO CAFÉ E DA ESCRAVIDÃO: um estudo das dinâmicas socioeconômicas da vila de Nova Friburgo (1822-1888) <i>Rodrigo Marins Marretto</i>	39
EM “BENEFÍCIO DA ELEGÂNCIA E A SALUBRIDADE PÚBLICA”: Jean Bazet e a boa sociedade imperial na vila de Nova Friburgo (1828-1852) <i>Rodrigo Marins Marretto e Gabriel Almeida Frazão</i>	57
CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UM POLÍTICO LOCAL: considerações sobre as estratégias e a trajetória de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo - 1844 a 1882) <i>Gabriel Almeida Frazão</i>	75
SENHOR VEREADOR DOUTOR: as frentes de atuação de Carlos Eboli na Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo (1870-1880) <i>Anne Thereza de Almeida Proença</i>	95
A CÂMARA MUNICIPAL E A QUESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM NOVA FRIBURGO NO SÉCULO XIX <i>Maria Ana Quaglino</i>	115

A NOVA FRIBURGO NA VELHA REPÚBLICA: aspectos políticos (1890-1930)	139
<i>Sonia Rebel de Araujo e João Raimundo de Araujo</i>	
A CÂMARA MUNICIPAL E A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA EM NOVA FRIBURGO (1902-1911)	155
<i>Almir Pita Freitas Filho e Maria Ana Quaglino</i>	
GALDINO DO VALLE FILHO: a construção da hegemonia burguesa em Nova Friburgo (1911-1961)	177
<i>Ricardo da Gama Rosa Costa</i>	
JÚLIO FERREIRA CABOCLO E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO (1936-1937)	195
<i>Maurício Antunes Raposo</i>	
MEDICINA E PODER POLÍTICO EM NOVA FRIBURGO: <i>Amâncio Mario de Azevedo, o "Médico dos Pobres"</i>	219
<i>Elizabeth Vieiralves</i>	
VEREADORES	239

AS POSTURAS POLICIAIS EM NOVA FRIBURGO NO SÉCULO XIX (1820-1888)

Maria Janaína Botelho Corrêa



Praça Princesa Isabel, atual Getúlio Vargas. Foto provavelmente de autoria de Albert Henschel quando acompanhava o Imperador D. Pedro II, por ocasião da inauguração da Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Cantagalo. Ano de 1873.

Acervo: Fundação D. João VI de Nova Friburgo - Arquivo Pró Memória

O Paço da Câmara Municipal

No presente artigo apresentamos um período da história do município de Nova Friburgo utilizando como fonte as posturas policiais, ou seja, a legislação municipal e subsidiariamente, nos orientamos pelas atas da Câmara. O recorte temporal tem início com as primeiras sessões da Câmara Municipal no ano de 1820 até a vereação de 1888. Este último ano encerra dois acontecimentos importantes da história social e política do país, o fim da escravidão e a iminência de um golpe militar com a mudança do regime monárquico para o republicano. Cumpre destacar que a palavra polícia no século dezenove tem um sentido *latu sensu* a exemplo de polícia rural, polícia dos espetáculos e polícia dos trânsitos públicos. As posturas consistiam em um conjunto de medidas elaboradas e aprovadas pelos vereadores a respeito da condução da administração municipal. De um modo geral o que se depreende da leitura das posturas é a preocupação em gerar receita, cuidar da infraestrutura, exercer o controle e a repressão sobre a população escrava, zelar pelas relações de vizinhança, pelos bons costumes, estabelecer medidas sanitárias e o aformoseamento dos logradouros públicos na vila e povoações. Através da análise das posturas policiais e das discussões nas vereações foi possível rerepresentar aspectos da vida cotidiana de Nova Friburgo durante o Império. A criação do município de Nova Friburgo e conseqüente estabelecimento da Câmara Municipal facilitou a vida dos habitantes da região acostumados a resolver suas questões junto à Câmara do município de Santo Antônio de Sá. Ainda que o município de Cantagalo tenha sido criado seis anos antes e estando à ele vinculado, a referência dos moradores das bacias do Rio Grande de Cima e Paquequer ainda era a vila de Santo Antônio de Sá. Tudo indica que foi de grande importância para esta região ter o seu próprio Paço para gerir os seus interesses e negócios. Parece-nos que as solicitações de cartas de sesmarias foi uma das primeiras vantagens de ter uma Câmara Municipal mais próxima. Requerimentos de sesmaria nas vertentes do Rio Grande de Cima, no Ribeirão de Sebastiana, nos cantões de Macaé e nas cabeceiras do Rio Paquequer aparecem com frequência nas primeiras sessões.¹ Até o ano de 1825 a Câmara ainda decidia sobre cartas de ordem de sesmaria embora este instituto tivesse sido extinto três anos antes.

Quando da instalação do primeiro Governo Geral no ano de 1549, em Salvador, impôs-se a criação dos órgãos locais de administração, as Câmaras Municipais. Tiveram um desempenho fundamental na organização político-administrativa no Brasil colonial. As Câmaras Municipais eram formadas por homens da elite política e econômica local, os denominados homens bons. Na vereação deliberavam sobre assuntos relacionados ao cotidiano das populações, elaboravam posturas policiais, administravam o abastecimento de gêneros, cuidavam da manutenção da ordem pública, da regularidade do comércio, dos ofícios, das obras de infraestrutura, da salubridade, da higiene e da justiça na solução de conflitos de sua alçada. Eram dotadas de um patrimônio formado, principalmente, por terrenos públicos, terras aforadas e parte do tributo arrecadado. Para Caio Prado Junior as Câmaras Municipais constituem a verdadeira e quase única administração da colônia. O poder das Câmaras é dos proprietários rurais. Ainda segundo ele dentro das normas da administração colonial, no primeiro século e meio da colônia, nada deveria sobrepor-se ao poder incontestável da Câmara (PRADO JUNIOR, 1994, p.30-31). No entanto, no século dezoito, com o apogeu do despotismo em Portugal, as Câmaras perdem grande parte dos seus poderes e de sua autonomia em razão da política centralizadora da Metrópole que objetiva reduzir o poder municipal. Porém, ainda assim, eram órgãos que centralizavam a gestão política e administrativa sob a sua jurisdição e por onde transitavam a maior parte

1 Vereação de 7 de outubro de 1822.

das queixas e solicitações do povo. Conforme Caio Prado Junior “será o único órgão da administração que, na derrocada geral das instituições coloniais, sobreviverá com todo o seu poder” (PRADO JUNIOR, 2004, p.317). Com a independência do Brasil, disciplinar as Câmaras Municipais foi uma constante durante todo o Império, que via na diminuição do poder municipal uma maneira de controle dos políticos de aldeia. De acordo com Raymundo Faoro “o espírito da Independência, com o estímulo prestado pelas Câmaras locais ao príncipe, a aprovação do texto constitucional por elas, faria supor que o espírito municipal conquistaria lugar de relevo nas novas instituições políticas.” (FAORO, 2001, p.351) Contudo, segundo Faoro, as Câmaras Municipais se amesquinham sob o permanente controle do governo provincial. Dotadas de atribuições amplas e bem discriminadas, com rendas mínimas indispensáveis à manutenção de seus serviços, ficam sujeitas ao desconfiado e miúdo controle dos conselhos gerais das províncias, dos presidentes provinciais e do governo geral.

Verificamos que os primeiros códigos de posturas policiais de Nova Friburgo foram aprovados em 1822 e em 26 de junho de 1833. Este último código contém vinte e nove artigos mas em sua estrutura os preceitos não apresentam organicidade como terá o código de posturas seguinte. Inicialmente trata da definição do patrimônio próprio do município e das normas relativas ao aforamento e arrendamento que irá assegurar significativa parte da receita municipal. Passa a ser proibido vagarem e pernoitarem pelas ruas, praças e povoações cavalos, éguas, cabras, porcos, ovelhas e outros animais. A circulação de animais soltos era reprimida pois arrombavam cercas e destruíam as hortas. A manutenção das estradas gerais e atravessadouros é normatizada assim como questões relativas à higiene e salubridade a exemplo da proibição de matar, esquartejar e retalhar gado nas ruas e praças para venda ao público. São reservados três artigos para normatizar a perturbação do sossego público. No que concerne à escravidão os artigos dezoito a vinte e três tratam dessa matéria, que serão replicados e ampliados no código seguinte. Na realidade construiremos a narrativa deste artigo baseada no código de posturas policiais aprovado em 17 de fevereiro de 1849, constituído por 280 artigos, distribuídos em títulos e capítulos já possuindo certa organicidade. Vigorando por mais de quatro décadas, outras posturas esparsas surgirão após este código atendendo às necessidades do município. A próxima codificação será somente no regime republicano. Vale ressaltar que as posturas são elaboradas em um padrão bem diverso dos preceitos dos códigos atuais. Os artigos são muito extensos, casuísticos e possuem redação com uso da linguagem coloquial.

A perda da função judiciária

Entre novembro de 1819 e março de 1820, chegam 1.631 colonos helvéticos de diversos cantões da Confederação Helvética à Fazenda do Morro Queimado, em Cantagalo. O termo de Nova Friburgo é criado por decreto pelo rei D. João VI notadamente para abrigar esses imigrantes que a partir de agora vamos denominá-los de suíços para melhor compreensão. Terras próximas à serra da Boa Vista são desmembradas de Cantagalo para a formação do município de Nova Friburgo e do distrito colonial, dividido em glebas para que os colonos suíços fizessem suas roças se dedicando ao amanho da terra. Em Cantagalo as sesmarias inicialmente outorgadas se destinavam à exploração do ouro de aluvião nos córregos dos rios Grande e Negro. Com a decadência da atividade extrativa mineral as sesmarias se convertem em propriedades agrícolas para o cultivo de milho, feijão, tubérculos e criação de pequenos animais exportados para a Corte. No início do século dezenove o café migra dos arredores do Rio de Janeiro para o Vale do Paraíba fluminense tendo efeito de longo alcance em toda a estrutura política, social e econômica do país, já que desloca o eixo econômico do Nordeste

para o Sudeste. As fazendas de Cantagalo se tornam importantes unidades de produção de café contribuindo com significativa parcela na exportação para o exterior.

O município de Nova Friburgo é criado em três de janeiro de 1820. É realizada a eleição de vereadores para a composição da Câmara Municipal com procedimento regulamentado pelas Ordenações Filipinas. As sessões inicialmente ocorrem na casa sede da Fazenda do Morro Queimado e posteriormente o Paço passa a funcionar na Casa de Inspeção até se construir uma sede própria. Senado da Câmara era como de início se intitulava essa instituição e em razão disso deu nome ao principal logradouro da vila de Rua do Senado, atual Alberto Braune. Nas primeiras décadas alguns colonos integram o quadro de vereadores ainda que curiosamente não falassem o idioma nacional. Os colonos suíços assim que instalados em suas glebas possuem uma administração própria e autônoma. Essa administração é extinta no ano de 1831, quando então a Câmara se apropria de seu patrimônio e passa a gerir as questões relativas aos colonos. A criação do município de Nova Friburgo ocorre em um momento conturbado, como a independência do Brasil, que levaria três anos para ser reconhecida por Portugal. Além disso um ano depois do estabelecimento da colônia o seu idealizador o rei D. João VI é forçado a retornar à Metrópole. Isto prejudica o município pois a vinda dos colonos suíços era muito mais um projeto pessoal do monarca do que propriamente uma política pública de governo. O estímulo à imigração ao Brasil entraria efetivamente na agenda do governo apenas algumas décadas depois. Nos primeiros vinte anos o país independente atravessa dificuldades financeiras em meio ao reajustamento do quadro político. O açúcar de beterraba introduzido no mercado mundial precipita o Nordeste em uma crise, e a produção algodoeira norte-americana conquista os mercados, antes sob controle do Brasil. No horizonte uma esperança se aproxima, o café que irá substituir o açúcar e o algodão na exportação.

As Câmaras Municipais não possuíam autonomia tendo sido a centralização do poder uma característica do governo central no Império. Eram impedidas de fazer despesas além das consignadas em lei, salvo em casos extraordinários que afetassem a saúde e a segurança pública do município e ainda assim depois de obter autorização. Em todas as suas decisões havia a intervenção do governo provincial sobrepondo-se à Câmara Municipal. As posturas policiais deveriam ser aprovadas pelo Conselho Geral podendo haver emendas, alterações ou mesmo revogação de seu conteúdo antes de entrar em vigência. A sua execução era proibida antes da aprovação por aquele conselho igualmente responsável pela fiscalização das finanças das Câmaras, obrigadas a realizar a prestação de suas contas anualmente. Até o primeiro quartel do século dezenove as Câmaras Municipais tinham os poderes executivo, legislativo e judiciário. A justiça era exercida por intermédio de dois vereadores designados como juizes ordinários. Não possuíam instrução jurídica e solucionavam os conflitos geralmente com base no direito costumeiro. Com a Independência, as vetustas e medievais Ordenações Filipinas são substituídas pela Constituição de 1824 e legislação ordinária. O pelourinho, símbolo da autoridade do rei absolutista e que servia para punições exemplares como o açoite de escravos e enforcamento de criminosos é removido da Praça do Pelourinho da vila de Nova Friburgo.²

A nova lei de organização municipal de 1^o de outubro de 1828 tem imenso impacto sobre a Câmara, que passa a ser definida como corporação meramente administrativa e conseqüentemente perde o poder judiciário deixando de exercer qualquer tipo de jurisdição contenciosa. No entanto a criação do juiz de paz minimiza a perda do poder judiciário para classe política local. Os municípios através dos juizes de paz podem exercer atribuições

2 Sessão ordinária de 24 de julho de 1839

judiciárias em matérias específicas, bem como policiais. Assim como o juiz ordinário, o juiz de paz não tinha formação em direito sendo eleito para cada distrito pelo voto indireto e censitário e auxiliado pelos inspetores de quarteirão. Tinha o poder de exercer a vigilância, investigar crimes, prender e julgar infratores no caso de pequenos delitos. Nos anais da história do direito os juizes de paz eram frequentemente acusados de atos de arbitrariedade e corrupção. Durante o Império gozavam de mais poder e influência do que os juizes municipais e de direito que tinham formação jurídica e eram nomeados pelo governador da província e pelo Imperador, respectivamente. A cadeia da vila funcionava em uma das casas que servira aos colonos suíços. A Câmara tinha obrigação de prover apenas a alimentação dos presos pobres e miseráveis. Havia licitação mas não era fácil para quem fornecia a refeição receber do procurador pelo serviço. Segundo lei de 1828, a composição da Câmara passa a ser de sete vereadores com eleições realizadas de quatro em quatro anos, no dia sete de setembro, em homenagem à Independência do Brasil.

Anexando e desanexando territórios. Peças de um jogo de xadrez

No ano de 1840, de acordo com o mapa da Fundação CIDE, Nova Friburgo fazia divisa com os municípios de Cantagalo, Macaé, Cabo Frio, Santo Antônio de Sá, Magé, Paraíba do Sul e com a província de Minas Gerais.³ Possuía uma extensão territorial quase três vezes maior do que os dias de hoje. Havia uma tensão em decorrência da alteração frequente da carta cartográfica nessa região anexando e desanexando territórios como um movimento de peças em um tabuleiro de jogo de xadrez. No afã de capelas curadas se tornarem freguesias ou destas se emanciparem em municípios, a elite política vivia em conflito na ânsia de anexar territórios uns dos outros para atender ao requisito de extensão territorial mínima e populacional. No ano de 1833 Nova Friburgo perde o curato de São José do Rio Preto para o município de Paraíba do Sul. A Câmara Municipal de Cantagalo tentou anexar o povoado de Aparecida que pertencia a Nova Friburgo.⁴ Possivelmente para não perder esse território no ano de 1842 aprova que o curato de Nossa Senhora Aparecida se torne sua nova freguesia.⁵ No entanto no ano de 1847 Nova Friburgo perde a freguesia de Aparecida que é incorporada ao município de Magé. Os vereadores protestaram e argumentaram que o povoado de Aparecida distava nove léguas da vila de Nova Friburgo e vinte da vila de Magé.⁶ Aparecida é atualmente distrito do município de Sapucaia. Foi para essa região que o colono suíço Anton Ignaz Leimgruber, provavelmente através da posse de terras devolutas, se estabeleceu como lavrador no cultivo de café. De acordo com o Almanaque Laemmert de 1848, Leimgruber está entre os principais fazendeiros de café da Freguesia de Aparecida. Em 1878 quando o seu filho Manoel Leimgruber viaja a negócios para a Alemanha conhece o gado zebu ongle proveniente da Índia e importa lotes de touros e vacas dessa raça. Foi na Fazenda Santo Antônio de Sapucaia que Manoel Leimgruber desenvolveu a criação do zebu dando início à atividade econômica da pecuária no Estado do Rio de Janeiro. Em 1843 houve uma representação do curato de N.S. do Carmo para anexar Sumidouro. A Câmara de Cantagalo igualmente pleiteou aquele curato. A Câmara de Nova Friburgo contestou argumentando que o povoado de Sumidouro dista cinco léguas de sua vila, possuindo boa estrada, enquanto dista da vila de Cantagalo nove léguas passando por caminhos intransitáveis.⁷ O curato de

3 Município Neutro e municípios da Província do Rio de Janeiro - 1840. Fundação CIDE, Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

4 Sessão extraordinária de 1º de abril de 1841.

5 Sessão extraordinária de 21 de junho de 1842.

6 Sessão ordinária de 8 de maio de 1852.

7 Sessão extraordinária de 15 de maio de 1843.

Sumidouro permaneceu com Nova Friburgo. Havia também frequentes conflitos de divisa entre os municípios. A Câmara de Nova Friburgo tinha desavenças com os municípios de Cantagalo e Macaé em relação às divisas.⁸ A Câmara de Magé era acusada de açambarcar parte do território de Nova Friburgo.⁹ Os limites territoriais eram tão fluidos que em uma vereação houve o interessante caso do proprietário da Fazenda do Coqueiro, no município do Carmo, que fazia divisa com Nova Friburgo. Como a distância para a vila do Carmo era maior do que para Nova Friburgo o lavrador solicita ficar vinculado à vila serrana pois facilitaria suas transações comerciais, exportação dos produtos de sua lavoura e ficaria próximo dos recursos administrativos e judiciais.¹⁰

Por determinação da lei de 1º de outubro de 1828, o município de Nova Friburgo é dividido inicialmente em três distritos: o primeiro distrito de São João Batista, o segundo distrito de São José e o terceiro distrito na região da bacia do Rio Preto. O primeiro era a sede da vila e os dois últimos capelas curadas. Essa medida visava, entre outras, distribuir os juizes de paz e os oficiais da fiscalização do município. Duas décadas depois de sua fundação como os curatos de Nova Friburgo desenvolvem sua economia e aumentam a população, pleiteiam o atributo de freguesia. Em 1844 como medra o cultivo de café bem como a produção de açúcar em seus inúmeros engenhos, as povoações de Sumidouro e Paquequer recebem da Câmara Municipal o predicado de freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer. Os moradores do curato do Ribeirão de São José, a quatro léguas de distância da vila, também solicitam o predicado de freguesia. Posta em discussão na vereação foi aprovado unanimemente e a lei provincial de 13 de outubro 1857 aprova a criação da Freguesia de São José do Ribeirão.¹¹ No ano seguinte os povos das terras frias solicitam a criação de uma freguesia no lugar denominado Venda Nova, a dez léguas de distância da vila, em razão do crescimento da população. Foi aprovado pela Câmara Municipal e no ano de 1862 as terras frias adquirem o predicado de freguesia com a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana.¹² Durante boa parte do século dezenove o município de Nova Friburgo possuiu uma configuração administrativa dividida em quatro freguesias: São João Batista, sede da vila, Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, São José do Ribeirão e Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana. No final da centúria o termo de Nova Friburgo ficará reduzido a aproximadamente um terço do território original, perdendo as três últimas freguesias para a formação dos municípios de Sumidouro, Bom Jardim e Teresópolis, respectivamente.

Nova Friburgo, um lugar de passagem

Como este artigo limita sua fonte às posturas policiais e atas da Câmara Municipal, a informação sobre a economia do município é circunscrita ao que foi registrado nas vereações. As localidades passam pelas etapas de capela, curato, freguesia até atingirem o predicado de município. Para alcançar este último estágio é necessário possuir uma população mínima determinada por lei e uma economia significativa. Porém Nova Friburgo não passa pelas três primeiras etapas e se torna município por decreto do rei D. João VI para abrigar uma colônia de suíços. Em maio de 1824, mais de três centenas de colonos germanos chegam à vila de Nova Friburgo para reforçar o distrito colonial, já que muitos colonos

8 Ata da 2ª sessão ordinária em 13 de abril de 1874.

9 Ata da continuação da 3ª sessão ordinária, em 11 de julho de 1862.

10 Ata de encerramento da 3ª sessão extraordinária, em 15 de setembro de 1883.

11 Ata da sessão ordinária do dia 10 de dezembro de 1856.

12 Ata da sessão ordinária de 15 de junho de 1858.

suiços haviam abandonado as suas glebas. Transcorrido pouco mais de uma década de sua fundação o município de Nova Friburgo produz café, milho, cana-de-açúcar, feijão, batata, arroz, tabaco, mamona, realizando-se experiências na produção de chá, trigo, centeio e com criação de gado bovino e mulas. Os colonos contribuíam com a economia local com a cultura do milho e subsidiariamente com o plantio de batata, feijão, arroz, mamona e produção de mantas de toucinho. Comercializavam os produtos de suas roças em Sant'Anna de Japuyba e Porto das Caixas.

O município de Nova Friburgo gozava de uma posição geográfica privilegiada que lhe trazia vantagens econômicas. Além de ser rota das tropas de mulas que transportavam o café e culturas da lavoura branca das fazendas de Cantagalo era próximo a Santo Antônio de Sá, em cujo porto poderia escoar seguramente a sua produção para o Rio de Janeiro. Este município possuía uma expressiva atividade econômica que abastecia com açúcar e farinha de mandioca a cidade do Rio de Janeiro. A facilidade do transporte fluvial desenvolveu Santo Antônio de Sá. Através de seu porto, o Porto das Caixas, as mercadorias seguiam em barcos para o Rio de Janeiro pelos rios Macacu e Caceribu que deságuam na baía da Guanabara. Este porto foi importante para o transporte da produção de café e de gêneros alimentícios dos municípios de Cantagalo e de Nova Friburgo. Em uma verificação de meados do século dezenove há o registro de que havia em todo o município 400 fazendeiros, sendo 350 lavradores sem café, 50 lavradores de café e 56 casas de negócio.¹³ Os 50 lavradores de café estariam situados possivelmente nas freguesias do Paquequer e de São José do Ribeirão. Em meados daquela centúria, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer exportava cerca de 40.000 arrobas de café anualmente, além de outros gêneros de sua agricultura.¹⁴ Tudo indica que a fabricação de açúcar teria quase a mesma expressão econômica que o café nesta freguesia. No ano de 1847 há um registro na verificação de que milhares de cargas de café partiam de Cantagalo.

A economia de Nova Friburgo se beneficiava da circulação das tropas que passavam por diversos pontos do município. Outra enorme vantagem era estar situado em uma rota compreendida entre Minas Gerais, Cantagalo e o Rio de Janeiro, integrada aos circuitos de abastecimento da Corte e de exportação do café.¹⁵ As tropas passavam por uma rede de estradas gerais e caminhos vicinais onde estabeleciam relações comerciais com a vila e suas povoações. Algumas dessas estradas tinham como ponto de convergência a vila de Nova Friburgo onde as tropas arranchavam antes da descida da serra da Boa Vista. Eram tão necessárias para a economia local que as tropas são autorizadas a passar pela Rua do Senado, a principal rua da vila. Exigia-se apenas que os animais de carga fossem conduzidos "a passo" uns atrás dos outros e pelo centro das ruas. Os carros de boi que chiassem muito deveriam ter os eixos bem untados para não incomodar o sossego dos moradores. Isso denota a importância que o sistema de trocas com os tropeiros tinha para a economia do município.¹⁶ As posturas policiais corroboravam com essa dinâmica. O governo provincial proibia que as tropas passassem pelas vilas. Mas a importância de seu trânsito no centro da vila de Nova Friburgo era de tal ordem que a Câmara consegue autorização para se desobrigar dessa norma. Temia-se que os tropeiros se vissem obrigados a procurarem arranchadouros a grande distância da vila causando, com isso, prejuízos ao comércio.¹⁷ No entanto era proibido arrancharem nas ruas e praças da vila e povoações. Caberia à Câmara designar os lugares

13 Ata da sessão ordinária de 27 de março de 1855.

14 Sessão de 15 de fevereiro de 1849.

15 Ata da sessão ordinária de 17 de junho de 1857.

16 Ata da sessão de 16 de agosto de 1853.

17 Ata da sessão ordinária de 17 de junho de 1857.

onde poderiam pernoitar. Em uma vereação se discutiu que a Câmara de Cantagalo projetava abrir um caminho passando por fora da vila de Nova Friburgo, saindo no alto da serra da Boa Vista. Se esse projeto fosse concretizado o município ficaria deserto e o seu comércio paralisado. Os vereadores de Nova Friburgo ameaçaram a Câmara de Cantagalo de fazer uso de medidas legais para impedir tal mudança.¹⁸

Nas terras frias, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana eram plantadas árvores frutíferas europeias.¹⁹ Esta atividade parece ter prosperado pois no final do século dezenove há o registro de cultivo de pera, maçã, nozes, cereja, marmelo, amora e uva dando-lhe uma paisagem que se assemelhava às planícies europeias.²⁰ Os lavradores dessa freguesia se ocupavam com lavouras de feijão, milho, batata e criação de mulas. No ano de 1888 a Câmara informa que o capitão Manoel Fernandes Ennes era produtor de vinho no município há vinte anos possuindo aproximadamente 1.500 videiras cultivadas na vargem. Produzia 18 pipas de vinho por ano e a marca adotada pelo fabricante era vinho nacional fabricado em Nova Friburgo por Manoel Fernandes Ennes. A produção era consumida na própria vila e uma parte exportada para outras localidades.²¹

Terrenos foreiros e os chacareiros

Determinadas posturas policiais são estabelecidas para gerar receita para o município como alvará de licença para abrir casas de venda, tenda ou barraca, quitanda, taverna, hospedaria, estalagem, casa de pouso, casa de pasto, cocheira, botica, jogos públicos e licença para ambulantes como mascates e pombeiros. Pombeir era andar comprando pelos caminhos, fazendas e roças aves, gêneros e víveres para revendê-los no mercado local ou exportá-los para fora do município. Alguns ramos de negócio eram licitados como aferição de pesos, medidas e balanças nos estabelecimentos comerciais, talho e venda de carne verde e venda de aguardente aquartilhada. Gerava igualmente receita licença para exercer os ofícios de ferreiro, carpinteiro, cavouqueiro de pedreiras, canteiro, armadores de teatro e de fogos de artifício. As atividades de tropeiro, arrieiro, pontilhão e carreteiro não necessitavam de licença. De início os editais eram redigidos em português, francês e alemão em razão dos idiomas que se falavam no município. O art. 278 das posturas de 1849 dispunha que os editais deveriam ser publicados nas ruas e praças da vila, nos povoados e nos pontos principais dos caminhos públicos do município. Para tanto o porteiro deveria ir acompanhado de uma caixa de rufar com a qual faria despertar a atenção dos habitantes, lendo em voz alta e inteligível as disposições do edital. Como o porteiro era objeto de achincalhamento e galhofa por parte da população foi suprimido o rufar do tambor em razão do constrangimento causado.²²

O patrimônio do município compunha-se das terras que lhe foram concedidas, cuja extensão vem consignada no artigo 72 das posturas de 1849. Constituíam essas terras o *rossio* destinado a edificações e logradouros. A Câmara Municipal poderia ceder parte destas terras a particulares aforando-as e o foro constituía significativa parte de sua receita.²³ Compunha o patrimônio próprio da Câmara a sesmaria do Morro Queimado, a “sesmaria da vila”, que totalizava 1.089 hectares ou 400 alqueires de 27.225 m². Na vila foram demarcados lotes e a seguir licitados objetivando estimular a construção de residências para o aumento da renda pelo pagamento anual do foro e no caso de venda do laudêmio. Igualmente

18 Sessão de 1º de agosto de 1833.

19 Sessão de 2 de maio de 1835.

20 *O Friburguense*, matéria “A Terra da Promissão”, de 21-3-1895.

21 Ata da continuação da 2ª sessão ordinária, em 30 de maio de 1888.

22 Ata da sessão ordinária de 5 de janeiro de 1854.

23 Ata da sessão de 16 de setembro de 1856.

foram demarcadas glebas para a formação de chácaras e licitadas em arrendamento perpétuo para o cultivo de produtos agrícolas. Realizadas as demarcações dos lotes e das glebas especificando a quantidade de braças e localização eram em seguida licitados e concedidos a quem desse o maior lance. Nos terrenos foreiros os concessionários tinham a obrigação de edificar em determinado prazo que variou ao longo dos anos de uma postura a outra, sendo em média de dois a quatro anos. Se fosse uma construção que exigisse prazo maior como os prédios em cantaria ou assobradados a Câmara poderia dilatá-lo. Não era concedido o domínio útil efetivo do imóvel até que se finalizasse a edificação. Caso o concessionário não construísse no prazo outorgado o terreno seria considerado devoluto a Câmara, retornando ao seu domínio, para ser novamente licitado para quem se obrigue a edificar. O concessionário perderia as benfeitorias realizadas no terreno que reverteriam para aquela instituição. No entanto percebe-se nas vereanças que o prazo não era respeitado e os concessionários estavam continuamente solicitando a sua prorrogação, que lhes era habitualmente concedida. Tudo indica que a concessão de terrenos foreiros à municipalidade beneficiava tão somente as elites. Bernardo Clemente Pinto, segundo Barão de Nova Friburgo, solicitou prorrogação de um ano a mais para dar princípio à edificação em diversos terrenos que lhe fora concedido e os vereadores dilataram o prazo. Como este caso do barão alguns indivíduos participavam de nova licitação quando já possuíam terrenos concedidos sem sequer ter dado início à edificação. Para coibir essa prática foi elaborada postura para não se conceder terreno à pessoa que já tivesse obtido um benefício anterior, sem primeiro provar que se acha em ativa edificação a primeira concessão.²⁴ A escritura de enfiteuse do terreno ou da chacara com aforamento perpétuo era inscrito em um livro de tomo. A comissão de terrenos da Câmara Municipal se viu muitas vezes diante de conflitos de interesses entre os requerentes de aforamento, ocupando boa parte das sessões. Esta prática se reflete nos dias de hoje com o pagamento do foro e laudêmio em imóveis foreiros à municipalidade. Há o registro em uma vereação de colonos suíços e portugueses que por não possuírem terras próprias para o cultivo solicitaram glebas próximas à vila. Foi-lhes concedido estendendo o benefício a outros pleiteantes.²⁵ Em relação às chácaras, os chacareiros pagavam imposto de acordo com a extensão de suas glebas, sendo obrigados a plantar culturas variadas. Eram estimulados a cultivar notadamente árvores frutíferas havendo inclusive premiação em dinheiro. O aforamento além de aumentar as rendas da municipalidade estimulou a construção civil. A abertura de olarias e a solicitação de licença para exploração de areia, barro e pedra das pedreiras são exemplos disso. Telhas e tubos de barro eram fabricados na fazenda do Cônego pertencente ao Barão de Nova Friburgo.²⁶

Contudo o governo provincial ficava com parte da arrecadação e a receita que cabia ao município não era suficiente para fazer face às despesas com a infraestrutura como a manutenção das estradas e pontes, dada a extensão do município. Por outro lado a gestão dos parques recursos não parece ter sido proba. Dimas Ferreira Pedrosa um dos mais importantes fazendeiros do município e ex-presidente da Câmara foi acusado de haver desviado dinheiro do cofre municipal.²⁷ O vereador Mindelino Francisco de Oliveira que costumava fazer denúncias sobre a desordem na escrituração, roubo da receita, indolência do procurador e dos fiscais, bem como da má execução dos serviços pelos concessionários foi assassinado no ano de 1867.

24 Ata da sessão extraordinária de 8 de agosto de 1857.

25 Vereança de 5 de maio de 1821.

26 Ata da continuação da 2ª sessão ordinária, em 10 de abril de 1867.

27 Ata da 2ª sessão ordinária, em 6 de maio de 1868.

Posturas policiais sobre a vida cotidiana na vila e povoações

Não sabemos como ocorria na prática mas havia nas posturas um controle ferrenho sobre os habitantes do município e um temor imenso em relação aos desconhecidos. Os chefes de família da vila e povoações deveriam apresentar anualmente a autoridade do lugar, que seria o juiz de paz, a relação de todas as pessoas debaixo do seu pátrio poder bem como de fâmulos e escravos. O recebimento de novos membros no grupo familiar deveria ser imediatamente comunicado. Era obrigatório participar às autoridades policiais qualquer desconfiança em relação aos indivíduos na vizinhança que fossem ociosos, jogadores, prostitutas, vadios, bêbados, ladrões, turbulentos, mendigos e os que acoutassem desconhecidos e escravos. Em relação aos bons costumes regula-se o comportamento dos indivíduos com a proibição de transitar trazendo à mostra qualquer parte do corpo que ofendesse a moral pública, de tomar banho de rio nu, de proferir em voz alta palavras indecentes e de praticar em lugar público atos obscenos. Numa época em que se queixava sobremaneira da falta de braços na lavoura não se tolerava pessoas vadias sem ocupação honesta e suficiente para a sua subsistência, bem como a mendicância quando capazes de se ocuparem em algum trabalho. Os “loucos” e bêbados ficavam sob a custódia da autoridade policial. Eram proibidos tumultos, alaridos e vozerias assim como os trabalhadores andarem gritando pelas ruas apregoando suas mercadorias. Era apenas permitido “nas horas do silêncio” o canto ou toque instrumental e a dança de pessoas de condição livre. O ajuntamento de pessoas com danças, cantigas e festins estrepitosos era interdito de meia noite em diante. As casas de negócio, oficinas, tendas, barracas, as de portas abertas ao público de um modo geral deveriam fechar às dez horas da noite. Excetuavam-se apenas as boticas, casas de pasto, de espetáculos e jogos noturnos. Não eram admitidos prostíbulos na vila e povoações, bem como residirem prostitutas e mulheres de “má vida”. Com relação à polícia dos espetáculos eram concedidas licenças para a execução de dramas, comédias e pantomimas, mas corridas de touros não eram autorizadas. Era proibido jogar todo e qualquer jogo nas ruas, praças e mais lugares públicos bem como nas casas de negócio e oficinas, excetuando-se somente as casas de pasto e as de divertimentos. Eram interditos jogos de “passar quantias de dinheiro sobre a sorte”, cartas, roleta, roda da fortuna e dados. Nos festins e divertimentos públicos nenhuma pessoa poderia andar mascarada ou disfarçada, só e isolada pelas ruas, praças ou arraiais sem prévia autorização da autoridade policial. O entrudo era absolutamente proibido. Eram vedadas casas de batuques ou ajuntamento de escravos para danças e cantorias. Os donos dessas casas estavam sujeitos a oito dias de prisão acrescido de multa e os escravos a castigos de 50 a 100 açoites. Nas relações de vizinhança proibe-se a caça e a pesca na propriedade de outrem e pune-se os proprietários de animais soltos que danificam as lavouras alheias como roças, searas, pomares e terras com “plantações úteis”.

Algumas posturas relativas aos escravos reproduziam artigos do código criminal e da lei provincial de 13 de maio de 1836. Dar couto, asilo, refúgio ou trabalho a escravos alheios fugitivos era crime sendo o proprietário do cativo indenizado pelos dias de trabalho perdido. Na vila e povoações era interdito andar pelas ruas ajuntamentos de mais de três escravos de diversos senhores, salvo se autorizados. A punição variava entre 25 e 50 açoites. Um escravo não poderia circular pelas ruas à noite e aos domingos e dias santos a qualquer hora do dia sem estar munido de uma autorização, por escrito, constando que vai mandado em serviço de seu senhor ou de pessoa da família. Caso nenhum membro da família soubesse escrever outra pessoa poderia redigir a autorização. Na hipótese de não portar tal documento a punição era de 25 a 50 açoites. Mas a norma abria exceção conforme as circunstâncias ou a “qualidade” do escravo e se pudesse deduzir que ele se deslocava a serviço. O código de posturas de 1849 ocupa boa parte de seus artigos sobre licença de armas como espingarda,

pistola, bacamarte e espada. Igualmente sobre a circulação de indivíduos com instrumentos de trabalho perfurantes que poderiam servir como arma a exemplo de facão, machado, foice e mangual com ferrão. Era proibitivo dar ou emprestar armas a escravos e caso fossem encontrados com elas, sem ordem escrita, seria preso e punido de 50 a 100 açoites. A pena seria dobrada se estivesse em companhia de outros escravos. Admitia-se apenas que o escravo portasse arma se estivesse em companhia de seu senhor. Geralmente trabalhando nas atividades de tropeiro, arrieiro, carreiro, boiadeiro, capineiro e lenheiro deveria ser difícil o controle dos instrumentos de trabalho concernentes ao seu ofício.

A Câmara era obrigada pela lei de 1º de outubro de 1828 a estabelecer uma Casa de Caridade para alienados, idosos, inválidos, mendigos e vagabundos (que tem vida errante). Igualmente um hospital para os enfermos pobres e uma Casa Pia para asilo de crianças desvalidas, expostos e órfãos. Mas como a receita da Câmara era pífia e não permitia cumprir a legislação contava-se com a filantropia dos habitantes do município. Para tanto determinava-se que enquanto não houvesse os referidos estabelecimentos os fiscais deveriam dar todo o auxílio ao enfermo pobre procurando-lhe os remédios que seriam pagos pela Câmara. Estimulava que pessoas caridosas amparassem ou sustentassem os velhos e inválidos. No caso de mãe solteira o fiscal deveria prover o seu parto secreto com parteira que assistisse à parturiente, sendo todos obrigados a guardar segredo. Todas as despesas seriam igualmente pagas pela Câmara. Procurava-se por famílias para abrigar crianças expostas ou abandonadas. Não era de todo difícil encontrar quem as acolhessem, principalmente entre as classes populares. As famílias não eram orgânicas como hoje sendo muito comum haver agregados entre elas. Caso ninguém se oferecesse para abrigar as crianças órfãs ou abandonadas seriam enviadas para um estabelecimento de acolhimento na Corte. Um artigo previa a punição da família que acolhia órfãos por maus tratos, trabalho excessivo, castigos rigorosos, manutenção em cativeiro ou venda do menor. Neste caso as crianças seriam colocadas em poder de outra família. Curiosamente punia-se quem abandonasse uma criança menor de cinco anos. E a partir dessa idade, por que não constituiria crime? Não há espaço para discorrer sobre o tema mas a partir de cinco anos, na mentalidade da época, tratava-se de um pequeno adulto, apto ao trabalho e podendo defender-se.

Os pretos do libambo e o controle sobre os escravos

A circulação e o controle da população escrava ocupam boa parte do código de posturas policiais e alguns artigos reproduzem o Código Criminal. O primeiro levantamento censitário de abrangência nacional foi realizado em 1872 e nos permite localizar as áreas de concentração de escravos. Na Freguesia de São João Batista, sede da vila, havia 897 escravos em relação à população livre de 5.406 indivíduos. Na Freguesia de São José do Ribeirão era onde havia o maior plantel de escravos com 3.072 cativos para uma população de 4.890 indivíduos livres. Já na Freguesia Nossa Senhora da Conceição Paquequer havia 2.167 escravos e uma população livre de 1.898 habitantes. Em Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana havia 548 escravos para uma população de 1.828 indivíduos livres. Não obstante a análise das posturas policiais em relação aos escravos ser de quatro décadas anteriores ao referido censo, possivelmente a proporção entre a população escrava e livre em meados do século dezenove seria bem próxima a esse levantamento. Ainda que com poucos recursos a captura de escravos fugitivos era prioridade na Câmara Municipal. Na vereança de 26 de fevereiro de 1841 com o cofre quase vazio de dinheiro suspenderam-se todos os pagamentos com exceção da captura de escravos. A função de capitão do mato ou de assalto era objeto de licitação e o interessado apresentava um requerimento para ser

provido na função mediante o pagamento dos “novos direitos”. O capitão do mato sugeria os cabos e soldados para formar a sua esquadra e a Câmara deveria aprovar a indicação. Organizava-se então a companhia para prear os escravos fugitivos. As posturas previam que o capitão do mato receberia uma gratificação por escravo capturado. A norma estabelecia que quanto mais distante da vila a captura maior seria a remuneração. Em razão da grande extensão do município eram nomeados diversos capitães do mato. Possivelmente por ser uma atividade lucrativa os colonos suíços Henri Mozer e François Vuillemin requereram provimento de capitão do mato nas cabeceiras do Rio Macaé de Cima.

Parece-nos que os escravos fugiam com frequência das fazendas. Em abril de 1822 há referência na vereança de escravos aquilombados nas partes de Macaé e que nesse quilombo havia quatorze escravos. Próximo às terras foreiras de Maria Joaquim Voiter há referência de um lugar denominado quilombo e tudo indica que era em Córrego d’Antas.²⁸ Mesmo sem provisão na função de capitão do mato qualquer indivíduo que prendesse um escravo fugitivo seria gratificado. Esta despesa seria paga pela Câmara e reembolsada de seu senhor quando lhe fosse entregue. Percebe-se que havia toda uma estrutura montada para atender aos interesses dos proprietários de escravos sobretudo quando os vereadores pertenciam, em sua maioria, a classe social proprietária. Eram adquiridos pela Câmara Municipal troncos de campanha, ferros, algemas, anjinhos, calcetas, correntes de ferro com argolas e cadeados. Os escravos fugitivos resgatados eram recolhidos em um local que denominavam de libambo. Eram chamados de “pretos do libambo”. A origem do nome libambo deve-se à circunstância de os escravos ficarem unidos uns aos outros por correntes de ferro atadas em argolas e presas ao seu pescoço durante a execução de trabalhos e por toda a noite. O colono suíço Joseph Hecht presenciou um desses grupos de escravos:

“...Com frequência víamos passar por nossa cidade de Nova Friburgo negros fugidos que tinham sido capturados pelos caçadores contratados e que estavam sendo devolvidos aos donos. Quem capturasse um negro fugido e o devolvesse recebia 40 florins de acordo com a lei. Para quem se dedicava a essa maldita atividade, essa paga era suficiente. O negro que fugia pela primeira vez era espancado de forma horrível. Se fugisse uma segunda vez era novamente espancado brutalmente mas isso não era tudo: uma corrente era presa ao seu corpo com uma parte pendendo para baixo por meio da qual as pernas eram presas a uma argola. A corrente lateral era soldada a outra argola. Nessa miserável condição com o corpo todo apertado ele tinha de trabalhar e dormir. Quando dois escravos fugiam juntos eram depois acorrentados juntos a uma argola e assim forçados a trabalhar. Se o escravo fugisse pela terceira vez e fosse preso era então transportado para o matadouro da cidade do Rio de Janeiro onde todos os dias recebia cem chibatadas. Outros eram amarrados a um poste numa praça pública inteiramente nus e cruelmente surrados...” (HECHT, 2009. p. 89)

No libambo, em um tronco, os escravos ficavam presos por correntes e vigiados por um carcereiro. Porém essa vigilância era precária havendo registros frequentes de fuga. O artigo 59 da lei de 1º de outubro de 1828 previa denúncia ao Conselho Geral por maus tratos e atos de crueldade praticados com os escravos. No entanto há o registro em uma vereança de um escravo no libambo 48 horas sem se alimentar. Na inspeção um vereador constatou que se encontrava “no mais deplorável estado de fome e doença de maneira que senão poder ter em pé”.²⁹ A alimentação no libambo era lícitada. O colono suíço Pierre Aguet se habilitou a se

28 Ata da continuação da 2ª sessão ordinária, em 31 de julho de 1886.

29 Sessão extraordinária de 11 de fevereiro de 1839.

encarregar do sustento e carceragem no libambo. Os capturados ficavam sob a custódia do juiz de paz aguardando que os seus senhores os reclamassem.

As posturas policiais determinavam que os pretos do libambo fossem empregados nos serviços e obras públicas sob a vigilância de um pedestre, um policial civil nos dias de hoje, que administrava o trabalho e fazia a guarda dos escravos para evitar a fuga. Escravos presos por algum delito eram igualmente empregados nas obras públicas. No caso de ser infrator da lei era facultado aos senhores requererem a comutação da prisão em açoites, contando-se dez açoites por cada dia de prisão. Trabalhavam nas estradas, faziam limpeza de ruas, esgotamento de pântanos, cortes de árvores, reparos nas casas coloniais e no *château*. As obras na serra da Boa Vista e na estrada geral de Cantagalo foram executadas por escravos dos fazendeiros locais e pelos pretos do libambo. Ainda que a Câmara fizesse uso da propriedade alheia os senhores ao resgatarem os seus escravos deveriam indenizar a instituição além da captura e de outras despesas pela sua manutenção. O trabalho nas obras públicas era questionado por alguns vereadores considerando que a Câmara se servia da propriedade de terceiros. Há o registro do acoitamento de um escravo fugitivo não comunicado ao juiz de paz ou ao inspetor de quarteirão, como determinava as posturas, fazendo uso de seu trabalho. Em uma vereança ocorreu a denúncia de que um fiscal da Câmara havia retirado um preto do libambo e o empregado em sua residência a seu serviço. Ele negou o fato argumentando que o tinha tirado do libambo para curá-lo de suas boubas.³⁰ Para esses contraventores era prevista a aplicação de multa ou prisão, além de indenização ao senhor do escravo.

Em dado momento os vereadores concluíram que a manutenção dos escravos no libambo onerava muito os cofres públicos e o mais sensato seria devolvê-los sem demora aos seus senhores. Como o seu emprego nos serviços e obras públicas era mal administrado pelo pedestre e consequentemente pouco produtivo, não compensava as despesas que tinham que arcar com a sua manutenção como alimentos e eventualmente remédios. Por outro lado as fugas do libambo eram frequentes e quanto mais tempo lá permanecessem maior era a possibilidade de evadirem. Na realidade deixavam uma conta salgada e este era o cálculo. Os vereadores deliberaram que ao invés de aguardar o proprietário reclamar o escravo se tomaria a iniciativa de dar celeridade à entrega do fugitivo ao seu senhor. Possivelmente os escravos não davam a indicação da propriedade ou referência de seus senhores, pois o castigo no retorno era um dos mais cruéis. No procedimento de devolução do cativo o juiz de paz redigia um documento contendo o dia, mês e ano em que foi apreendido e os seus sinais característicos. Em seguida o fiscal se empenhava em localizar o seu senhor. Não sendo localizado o proprietário o mesmo documento era publicado em edital, divulgado na vila e povoações e no diário da Corte. Caso não houvesse quem os reclamasse no prazo legal iriam a leilão e o produto da venda depositado nos cofres públicos. Mas por que alguns senhores não reclamavam os seus escravos? É provável que o valor para resgatá-los como a captura, o mais dispendioso, alimentação, vestuário, remédios, carceragem, ferros e feitoria nas obras públicas eram de tal monta que não compensava pagar o valor e ter de volta um “negro fujão”. Isto não ocorreria a partir de 1850 com a lei Eusébio de Queiróz que proibiu o tráfico intercontinental de escravos e o seu valor irá aumentar de sobremaneira. Em 1821, um escravo custava entre 250 e 440 mil-réis, em 1843 alcança 700 mil-réis, para atingir, em 1855, o valor de 500 mil a um conto de réis (FAORO, 2001, p.375).

As posturas policiais se ocupavam da circulação dos escravos pelas ruas. Deveriam portar um documento escrito constando o nome de seu senhor e o lugar para onde se

30 Sessão extraordinária de 11 de fevereiro de 1839.

dirigiam. Nenhum escravo ou mesmo o liberto poderia empregar-se no município como mascate ou pombeiro sem que tivesse prestado fiança idônea perante o juiz de paz do distrito. Na comercialização de gêneros da lavoura ou produto artesanal como esteiras e cestos deveriam estar munidos de autorização para a venda, por escrito, de seu senhor sob pena de ser considerado como produto de roubo. Era interdito aos donos de casa de negócio ou seus prepostos comprarem trastes ou objetos de qualquer natureza de escravos sem que estes mostrassem autorização por escrito de seus senhores, feitores ou administradores. Estes mesmos donos de casa de negócio deveriam coibir às suas portas escravos estacionados ou ajuntamento de mais de três, a não ser que estivessem fazendo compras a mando de seus senhores. Recomendava-se aos fazendeiros que evitassem relações entre os seus escravos com os de outros proprietários. Não poderiam demorar-se nas fazendas de terceiros sem o consentimento dos donos, administradores ou feitores. Diante de uma insubordinação ou indício de insurreição a força policial deveria prendê-los e conduzi-los à presença do juiz de paz. Era proibido venderem-se aos escravos, a pessoas desconhecidas ou suspeitas substâncias venenosas, remédios muito ativos, pólvora e armas ofensivas de qualquer gênero. Ferreiros, espingardeiros, barbeiros ou cuteleiros e quaisquer outros amoladores eram proibidos de consertarem ou prepararem armas de qualquer natureza para os escravos.

No final do ano de 1835 um fiscal relata na vereação a iminência de uma sublevação de escravos em Nova Friburgo e municípios vizinhos.³¹ Segundo ele escravos armados e insurgidos vagavam pelas estradas e fazendas incitando os outros a participarem de um levante. Corria a notícia de que oitocentos escravos haviam evadido e estavam reunidos nos matos. Os vereadores possivelmente deram credibilidade a essa notícia em razão de insurreições e sublevações de cativos ocorridas em algumas províncias. Um levante de escravos de maioria muçulmana ocorrera na cidade de Salvador, na Bahia, no início daquele mesmo ano e ficou conhecido como a Revolta dos Malês. Foi igualmente marcante a revolta de escravos de Saint-Domingue algumas décadas antes acarretando o fim da escravidão, independência da colônia e proclamação da República do Haiti. É possível que um movimento de insurreição tenha tido início em Nova Friburgo e Cantagalo mas não na dimensão relatada que contém visivelmente exageros, notadamente quanto ao número de revoltosos. Nessa sessão foram censurados os fazendeiros que possuíam excessivo plantel de escravos não tendo em contrapartida um número proporcional de administradores para controlar a escravaria. A discussão entre os vereadores voltou em torno de que se limitasse o número de escravos que cada fazendeiro poderia possuir de acordo com a sua capacidade de controle. Outra proposta foi que se pagasse um imposto proporcional ao número de cativos. Com esse tributo a Câmara Municipal poderia contratar homens de tropa paga para o serviço ativo em auxílio a Guarda Nacional. Essas propostas não geraram posturas policiais.

O temor de sublevação iria recrudescer ainda mais as posturas no tocante a circulação dos escravos. A partir de então reforça-se a vigilância e a repressão em relação ao ajuntamento de escravos de diferentes propriedades. Na vila e povoações o horário de os escravos circularem de dez passou para oito horas da noite sob pena de prisão e açoites, definido o número pelo juiz de paz. O Código Criminal do Império de 1830 previa a pena de morte para os líderes de insurreições entendidas essas como a reunião de vinte ou mais escravos para haver a liberdade por meio da força. Para os líderes era prevista a pena de morte e aos demais galés perpétuas, ou seja, trabalhos forçados, ou reclusão de 15 anos sem prejuízo dos açoites. O número de açoites poderia chegar a mais de 600 devendo ser aplicados somente 50 por dia, por força de lei. Como pena adicional os insurretos seriam

31 Sessão de 31 de dezembro de 1835.

obrigados a andarem durante três anos com gonzos de ferro ao pescoço. Caso fosse cabeça ou cúmplice de alguma sublevação ou sociedade secreta o escravo deveria portar um peso de nove libras de ferro à custa do seu senhor sem prejuízo das penas do processo criminal. Em um livro ficaria registrado o nome do escravo, o nome do seu senhor, a denominação da fazenda, o tipo de delito e o prazo que deveria conservar o peso de ferro. O senhor que antes do prazo determinado tirasse o ferro de seu escravo estava sujeito à multa ou prisão. Há o registro em uma vereança de uma revolta de dois “negros”, ambos chamados José, um do vigário Jacob Joye e outro de Dona Gertrudes.³² Em 1850 na Fazenda da Ponte de Tábuas, hoje distrito de Conselheiro Paulino, ocorreu um levante de escravos. Este episódio resultou em um Sumário de Crime pelo delito de insurreição e homicídio porque culminou com a morte do administrador da fazenda.³³

Um anúncio publicado no periódico *O Friburguense* em 17 de abril de 1881 demonstra a estratégia de um escravo para se livrar do retorno ao cativeiro. O capitão Luciano José Coelho de Magalhães, lavrador de Cantagalo, oferece a quantia de 1:000\$000 (um conto de réis) a quem capturar, ou de 500\$000 a quem der notícias certas de seu escravo José, pardo, idade entre 28 a 33 anos, marinho, cozinheiro, falquejador e serrador. José pertencera a um português que o castigara nas nádegas e nas costas pela “irregularidade de seu proceder”. José tinha o hábito de encobrir essas cicatrizes dizendo que as feridas das costas eram devidas ao “incômodo” de uma doença que dava o nome de “fogo selvagem”. Era muito falante e cortês destacava o anúncio. Tinha a voz fina e quando cumprimentava as pessoas dizia sempre a seguinte frase: “Deus lhe dê bons dias” ou “Deus lhe dê boas tardes”. A partir da segunda metade do século dezenove desaparecem das atas da Câmara Municipal registros da função de capitão do mato. Iguamente não se faz referência ao libambo. Na sessão de 28 de dezembro de 1857 um vereador lamenta a falta de escravos no libambo para executar o serviço de limpeza das ruas e praças. As discussões sobre o controle e repressão dos escravos praticamente inexistem na agenda da Câmara. Por outro lado o mau tratamento e a crueldade praticados com os escravos geram posturas.³⁴ Como dito antes a proibição do tráfico de escravos com o continente africano aumenta significativamente o seu preço mesmo com a importação interna de cativos do Nordeste. Como valiam mais passaram a ter um tratamento melhor por parte de seus proprietários. Consequentemente as fugas das fazendas diminuíram e o libambo esvaziou.

Como a Câmara Municipal recebeu a notícia do fim da escravidão? De forma protocolar como “faustosa notícia” o “fato histórico” do fim do trabalho escravo. Foi deliberado que se nomeasse uma comissão para felicitações a sua Alteza Imperial Regente por haver sancionado a lei que declara extinta a escravidão no Brasil. Foram expedidos convites aos vigários da Paróquia e aos jesuítas do Colégio Anchieta para cantarem o *Te-Deum* na Igreja Matriz. As sociedades musicais tocariam retretas nos festejos e os moradores da vila foram estimulados a iluminarem a frente de suas casas. Foi igualmente deliberado que a Praça do Suspiro passasse a ser denominada de Praça 13 de Maio, em memória ao fim da escravidão. O vereador Domingos Braune se pronunciou contra tais medidas alegando que a Princesa Regente havia sancionado a lei por influência dos padres, sendo um ato de despotismo. Declarou na vereança que “hoje tiraram os escravos e amanhã tirarão as nossas casas”.³⁵

32 Sessão ordinária de 22 de setembro de 1837.

33 Sobre essa rebelião recomendo a leitura dos seguintes trabalhos: “Os Crimes da Fazenda Ponte de Tábuas”, de Jorge Miguel Mayer e Edson de Castro Lisboa; “A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX”, dissertação de mestrado de Rodrigo Marins Marretto; “Pontes de Tábuas: uma fazenda desgovernada em 1850”, artigo científico de José Roberto Pinto Góes, publicado em Topoi, v.9, n.16.

34 Sessão ordinária de 5 de setembro de 1857.

35 Ata da continuação da 2ª sessão ordinária, em 29 de maio de 1888.

Os fazendeiros da freguesia de São José do Ribeirão solicitaram que a Câmara pleiteasse junto ao governo provincial indenização dos prejuízos causados pela lei que extinguiu a escravidão.³⁶ No regulamento das escolas de Nova Friburgo era interdito a matrícula de escravos e forros.³⁷ A sua educação escolar era proibida igualmente em todo o país. Diferentemente dos escravos nos Estados Unidos que puderam ser alfabetizados, alguns deixando suas memórias, os nossos escravos foram impossibilitados de nos legar registros de sua vida cotidiana e de seu infortúnio.

Boa estrada! Estradas, picadas, pontes e pontilhões

O município de Nova Friburgo surge em um momento favorável de crescente aumento da exportação de café para o exterior. Mas não era apenas isso. Na ocasião a produção de café do país estava concentrada no Vale do Paraíba fluminense e o município de Cantagalo, próximo ao seu termo, contribuía com significativa parcela na exportação. Mais vantajoso ainda era o fato da vila e povoações de Nova Friburgo ser lugar de passagem das tropas de muares transportando o café que salvara a economia do Brasil no século dezenove. De acordo com Celso Furtado no primeiro decênio da Independência, o café já contribuía com dezoito por cento das exportações do país, atrás do açúcar e do algodão. Já nos dois decênios seguintes passa para o primeiro lugar representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. Ainda segundo Furtado “ao transformar-se o café em produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país” (FURTADO, 2007, p.169). O transporte do café era feito por mulas cujas tropas partiam das unidades de produção rumo aos portos para o embarque. Eram quatro os portos por onde se escoava a produção de café de Cantagalo. Dois portos fluviais como Porto das Caixas e São Fidélis e dois marítimos como Magé e Macaé. Em uma verificação fica registrado que Porto das Caixas era o mais importante entre eles, cujo embarque das mercadorias era “menos dispendioso e mais seguro” do que os portos de Magé e Macaé.³⁸ O município de Nova Friburgo se beneficiava da rota das tropas que seguiam em direção ao Porto das Caixas e Magé.

Estradas gerais e vicinais atravessavam o município de Nova Friburgo ligando-o a diversas partes da província fluminense e principalmente com a cidade do Rio de Janeiro. Boa estrada se desejava ao viajante, essencial para que as mercadorias não se deteriorassem ou se perdessem. Conforme se depreende das atas a manutenção das estradas e a abertura de novas vias de comunicação era fundamental para a economia local.³⁹ Estradas, caminhos, picadas, atravessadouros, pontes e pontilhões eram prioridades da Câmara Municipal. Se destruídas impossibilitava a circulação das tropas e a economia do município dependia dessa dinâmica. Os caminhos que convergiam para a grande via de comunicação como as estradas gerais deveriam oferecer trânsito livre. Era necessário alargar, cavar, aplinar, roçar, abrir picada e empedrar os buracos da estrada geral de forma que se tornasse transitável. Os estragos eram provocados geralmente pelo tempo, pelas águas das chuvas e pelas pisadas dos animais. Como a Câmara não possuía recursos suficientes para manter os caminhos e o grande número de pontes e pontilhões, porque cortados por muitos rios caudalosos, recorria a subscrições dos fazendeiros que doavam quantias em dinheiro ou emprestavam os serviços de seus escravos. Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, assumiu

36 Ata da continuação da 3ª sessão ordinária, em 28 de agosto de 1888.

37 Ata da continuação da 4ª sessão ordinária, em 26 de novembro de 1883.

38 Sessão de 2 de maio de 1835.

39 Ata da sessão ordinária de 13 de janeiro de 1857.

junto ao governo provincial a direção da estrada geral de Cantagalo que atravessava a vila de Nova Friburgo. Este barão era o maior produtor de café no município de Cantagalo e consequentemente o mais interessado na manutenção da estrada para a comodidade de suas tropas.

Em tempo de cheia dos rios as estradas se tornavam intransitáveis. Nas estações chuvosas, nos baixios, as águas pluviais não escoavam com facilidade. Nas várzeas as mulas ficavam atoladas na lama e algumas perecendo ali mesmo. Pontes e estivas eram frequentemente destruídas pela força das águas impedindo o trânsito e prejudicando o comércio. A manutenção das pontes onerava muito o orçamento minguado da Câmara Municipal. Pela ponte do Banquete passavam tropas que exportavam milhares de arrobas de café.⁴⁰ Nas vereações há registros de pontes que desabavam com perda de animais e mercadorias.⁴¹ A ponte do Ribeirão de São José quando desabou impossibilitou o trânsito de tropas de São Francisco de Paula e Barra Alegre com a freguesia de São José do Ribeirão prejudicando a economia local.⁴² Possivelmente alguns colonos suíços abandonaram as suas glebas não somente em razão da má qualidade das terras, mas também pelo estado deplorável em que se achavam os caminhos e as pontes no distrito colonial impossibilitando-os de chegar ao mercado.⁴³ Um abaixo-assinado pelos colonos suíços pleiteia obras nos caminhos nas terras coloniais por serem intransitáveis e “comprometido a existência de vários indivíduos, de um grande número de bestas, impede o transporte desses gêneros a Nova Friburgo e forçará alguns a abandonarem suas terras que enfim é muito nociva a prosperidade geral da agricultura”.⁴⁴ Neste requerimento se argumenta também que os caminhos que passam pelas datas de terra abandonadas, por não haver quem as mantivessem, impedia a passagem. Por outro lado nenhuma autoridade exigia reparos nos trajetos das glebas habitadas. Queixavam-se também que os caminhos eram muito estreitos, havia carência de pontes e os habitantes não tinham meios de construí-las.

Havia posturas regulando a polícia dos trânsitos públicos como estradas, caminhos, pontes e pontilhões. Quanto aos caminhos a sua abertura constituía obrigação precípua dos sesmeiros. Deveriam “dar caminhos” para a passagem das tropas de modo a quebrar o isolamento das terras que lhes eram concedidas, facilitando a circulação das riquezas. Picadas emendavam-se umas às outras para se transformarem em estradas ligando os mais extremos pontos da região. Os caminhos de travessia municipal deveriam ser conservados pelos proprietários em cujas terras havia o trânsito de muares e de juntas de carros de boi. Tinham a obrigação de torná-los transitáveis colocando estivas nos lugares pantanosos ou nas valas, fazer aterros e também roçá-los. No caso dos atravessadouros caso fosse necessário o reparo de alguma ponte, o proprietário era compelido a realizar o seu conserto. Se fosse uma obra de reconstrução de ponte ou pontilhão ou manutenção muito custosa que excedesse as possibilidades financeiras do proprietário, as despesas seriam arcadas pela Câmara. Aqueles que transportassem madeiras pelo rio no trecho onde havia pontes deveriam conduzi-las em toras pequenas a fim de não destruí-las. Os donos de moinhos e engenhos eram obrigados a reparar todo o dano que as águas causassem aos caminhos. Ainda que houvesse encargos nos parece que era vantajoso que as estradas passassem pela propriedade. Verificamos que a iniciativa de alteração dos caminhos partia de proprietários rurais, provavelmente para atender a interesses pessoais. Em uma vereança

40 Ata da continuação da 3ª sessão ordinária, de 25 de agosto de 1859.

41 Ata da sessão extraordinária de 5 de abril de 1858.

42 Sessão extraordinária de 14 de maio de 1859.

43 Ata da sessão de 12 de janeiro de 1824.

44 Fundação D. João VI, caixa 01, colônia.

havia uma representação dos lavradores da freguesia de Sebastiana com uma sugestão para a diminuição da distância entre a vila e aquele povoado. De uma distância de dez léguas poder-se-ia diminuir para apenas cinco fazendo-se a estrada passar pelos fundos das terras de Inácio da Veiga Barbuda e sair nas Salinas. Sabemos que Veiga Barbuda era um dos maiores proprietários de terras nessa freguesia e as tropas passando por sua propriedade possivelmente iria beneficiá-lo.⁴⁵ Galiano Emílio das Neves outro importante fazendeiro nessa freguesia propôs a abertura de um novo caminho passando pela Fazenda São Bento, de sua propriedade. Segundo ele melhoraria o trânsito dos habitantes da freguesia de Sebastiana encurtando a distância, sendo menos montanhoso do que o caminho atual que passava pela Fazenda do Rio Grande.⁴⁶ A comissão encarregada de examinar a estrada indeferiu o seu pedido e deu como parecer que nenhuma vantagem oferecia. A referida estrada passaria por dentro de mata virgem e por ser uma várzea no tempo das águas dificultaria o trânsito. Além disso ficaria mais distante e iria prejudicar os outros proprietários.⁴⁷ Os moradores de São José do Ribeirão pediram licença para a abertura de uma estrada dessa freguesia ligando à estrada geral de Cantagalo por um atalho. Comprometiam-se a realizar a obra e conservá-la às suas custas.⁴⁸ José Mozer abriu em suas terras um caminho para o distrito colonial por se encontrar o antigo intransitável.⁴⁹

As estradas que impossibilitavam a passagem de tropas e de viandantes ameaçavam a comercialização dos produtos da lavoura, essencial para o desenvolvimento do município. O termo de Nova Friburgo era extenso e com povoações de difícil acesso para o trabalho de fiscalização dos agentes da Câmara. Para minimizar esta situação deveriam ser realizadas correições ou excursões administrativas em que os fiscais percorreriam o município. No entanto nos parece que não havia regularidade nessas correições conforme as atas das vereações. Realizar a correição em todo o município com múltiplas estradas e caminhos não era uma tarefa fácil para os fiscais. No projeto do traçado de uma estrada levavam-se em consideração diversos fatores. Se o terreno era montanhoso ou plano, arenoso ou pantanoso e o modo como os fazendeiros dariam servidão de passagem por onde a estrada passasse em suas terras. Os caminhos traçados quando possível deveriam se desviar de lugares pantanosos e trechos em morros evitando assim grandes subidas e descidas. Deveriam igualmente ter largura suficiente para a passagem de carros de bois, um tipo de transporte não substituído de todo pelas tropas de mulas. Outro fator que definia a estrada era se em sua extensão haveria abundância de madeira e pedra para abastecer as obras no aterro de pântanos e na construção de pontes, estivas e pontilhões. O ideal era que facilitasse o trânsito diminuindo a distância e promovendo atalhos quando possíveis. Finalmente uma boa estrada era a que não passasse por precipícios e não tivesse rios caudalosos em sua passagem, ficando livre das pontes que eram frequentemente destruídas na estação das águas impedindo o trânsito.

Como dito antes os caminhos vicinais de comunicação por onde circulavam as tropas se tornavam quase intransitáveis na estação chuvosa, sendo objeto de constantes reclamações dos lavradores. Foram muitas as rogativas da Câmara Municipal junto a Assembleia Provincial solicitando recurso financeiro para a reparação das estradas, mas o auxílio raramente chegava. O caminho primitivo da serra da Boa Vista era muito temido em razão da estreiteza e dos precipícios, havendo muita perda de animais e carga. Era conhecido como cemitério de

45 Ata da sessão extraordinária em 5 de novembro de 1877.

46 Ata da continuação da 3ª sessão ordinária, em 13 de setembro de 1875.

47 Ata da continuação da 4ª sessão ordinária, em 30 de dezembro de 1875.

48 Ata da continuação da 1ª sessão ordinária, em 16 de janeiro de 1868.

49 Sessão de 7 de agosto de 1846.

mulas. O mineralogista inglês John Mawe no início do século dezenove se queixa dos terríveis declives na serra de Nova Friburgo. Na década de 1830 a Câmara Municipal abre um novo caminho na serra da Boa Vista para o trânsito das tropas e de viajantes. O percurso fica um pouco mais longo porém menos perigoso e sem os precipícios do caminho anterior. Décadas depois esse mesmo trecho será utilizado pela Estrada de Ferro Cantagalo. Descendo a serra as tropas transportando café, milho, batata entre outras mercadorias alcançavam povoações seguindo à margem das cachoeiras do Rio Macacu. Esta estrada oferecia boas condições ao trânsito e as tropas com bruacas peçadas de mercadorias seguiam em direção ao Porto das Caixas. Na leitura das sessões da Câmara se depreende que o maior patrimônio do município eram as estradas transitáveis. Tratava-se de uma necessidade de primeira ordem e conforme ficou assinalado em ata “o que mata a indústria e a lavoura, fonte das nossas riquezas públicas é a falta de estradas...”⁵⁰ Porém a receita era tão minguada de modo a prover as despesas de infraestrutura que a Câmara dependia de subscrições feitas junto aos fazendeiros. Os encargos e ônus eram tão gravosos e dispendiosos que numa vereação foi cogitado levar à Assembleia Provincial a proposta de anexar Nova Friburgo novamente ao emergente município de Cantagalo.⁵¹

Um acontecimento que rendeu benefícios econômicos ao município foi o prolongamento da Estrada de Ferro Cantagalo de Cachoeiras de Macacu até a vila de Nova Friburgo.⁵² De seis dias passou-se a fazer em seis horas a viagem entre o Rio de Janeiro e Nova Friburgo. O trecho subindo a serra foi inaugurado em 18 de dezembro de 1873 com a presença de D. Pedro II. A estrada de ferro liberou o dispendioso emprego de capitais na compra e manutenção de tropas que absorvia boa parte do investimento dos lavradores.⁵³ Conforme registrado em sessão da Câmara: “De que serve o agricultor plantar e colher se o fruto de suas fadigas apodrece nos seus paióis ou depende em seu transporte o valor que dá na praça”.⁵⁴ Prestando-se a ferrovia não somente ao transporte de mercadorias como igualmente de pessoas deu um grande impulso econômico ao turismo local. O trem de passeio facilitaria “aos ricos” que quisessem usufruir do clima das montanhas, tão similar ao europeu, jactavam-se os vereadores. O rápido e cômodo transporte proporcionado pela linha férrea beneficiaria igualmente os doentes que procuravam a cura ou convalescência no clima salubre, doce, suave e ameno de Nova Friburgo.⁵⁵

O clima de Nova Friburgo, um ator histórico

No Brasil Colônia os governos locais não se preocupavam com o aprimoramento urbanístico. As ruas eram estreitas, tortuosas e seguiam a topografia sem a menor atenção com o alinhamento e com os aspectos sanitários. A preocupação com estas questões terá início somente a partir da vinda da família real ao Brasil. Em razão das concessões de lotes nos contratos de enfiteuse, a Câmara Municipal estabelece posturas sobre a construção dos imóveis e igualmente sobre a questão sanitária. Regulam chiqueiros, asseio dos currais, matança de rezes, estagnação de águas infectas, sarjetas de serventia pública, limpeza de córregos, valas e valetas, venda de alimentos, plantio de árvores, remoção do lixo, limpeza de travessas e becos, aterro de pântanos, charcos, brejos e alagadiços e controle dos

50 Ata da sessão extraordinária em 13 de dezembro de 1869.

51 Sessão de 19 de janeiro de 1835.

52 Ata da sessão extraordinária em 10 de novembro de 1865.

53 Ata da sessão extraordinária em 13 de dezembro de 1869.

54 Sessão de 19 de janeiro de 1835.

55 Ata da conclusão da 1ª sessão ordinária, em 14 de janeiro de 1870.

cemitérios. Na construção as habitações deveriam seguir as normas de alinhamento, pé direito e elevação sobre o terreno conforme o plano existente. Dimensões, janelas, postigos, caixilhos, portais e cancelas tudo era regulado pelas posturas. Ninguém poderia cobrir as suas casas com palha ou varas mas somente com telha ou qualquer material consistente e elegante. Era obrigatório calçar as frentes das casas com lajes ou ladrilho de pedra.

Os moradores dos largos, praças e rocios eram estimulados a plantar e conservar em suas testadas árvores altas e frondosas como figueiras do mato. Os que observassem esta postura receberiam um prêmio por árvore plantada durante cinco anos para a sua manutenção. A população é obrigada a rebocar e caiar suas residências e conservar limpa a sua frente até o meio da rua, dos largos e das praças. Os que tivessem propriedade em terrenos pantanosos deveriam aterrál-os. O segundo Barão de Nova Friburgo solicitou prorrogação de prazo para aterrar os seus terrenos e foi indeferido pela Câmara.⁵⁶ Era necessário dar expedição das águas da chuva dos quintais. As valas deveriam estar desentulhadas de pedras, lama ou quaisquer obstáculos que impedisse a correnteza das águas até o lugar de despejo, evitando assim a estagnação que causava acumulação de “matérias infectas e pestilenciais”. No tocante ao despejo de fezes era proibido serem jogadas na vala desde a alvorada até às dez horas da noite. Já as águas servidas poderiam ser lançadas em qualquer horário. A postura obrigava que o morador jogasse água corrente nas valas para tanger os materiais fecais evitando que ficassem estagnados.⁵⁷ Impondo padrões de comportamento o indivíduo que lançasse na rua fezes ou urina e atingisse um transeunte deveria indenizá-lo sob pena de oito dias de prisão e multa. Eram designados lugares próprios para os despejos e depósitos das “imundícies”.

Quando se verificava alguma moléstia contagiosa criavam-se cordões sanitários e as pessoas infectadas deveriam recolher-se em lugares indicados pela Câmara onde seriam tratadas. A vacinação era obrigatória mesmo para os escravos. Temendo a hidrofobia a Câmara protagonizou uma verdadeira cruzada para a eliminação de cães que vagavam em matilhas fazendo uso da goma arábica. Os cães além de atacarem os transeuntes mordiam os porcos consumidos pela população. Nas posturas havia diversos preceitos sanitaristas regulando tudo que pudesse corromper a atmosfera e comprometer a salubridade. O curtume, atividade de secar couro, era permitido somente em lugares designados. Como exalasses vapores que alteravam e corrompiam a atmosfera era proibido no interior da vila e povoações o estabelecimento de fornos de cozer e torrar tabaco, fundição de metais, oficinas de caldeiros e tanoeiros bem como de fábricas de velas de sebo, de destilar aguardente, de fogos de artifício, de sabão, azeite e óleos.

O município de Nova Friburgo era conhecido pela sua salubridade atraindo estabelecimentos para o tratamento de doenças e igualmente de educação. A Câmara oficiou ao governo provincial destacando que a salubridade e a amenidade de seu excelente clima e a proximidade com a Corte fazia do município o local ideal para a instalação de estabelecimentos de ensino. Os pedagogos oitocentistas preconizavam que o clima da serra auxiliava na aprendizagem escolar. O Barão de Tautepheus emérito educador e professor de Joaquim Nabuco fez uso do *château*, como era conhecida a casa sede da Fazenda do Morro Queimado, para a instalação de um colégio. O inglês John Henry Freese solicitou aforamento perpétuo de um terreno edificando no ano de 1841 o Instituto Colegial de Nova Friburgo, tornando-se referência no país como um dos melhores estabelecimentos de ensino,

56 Ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 14 de abril de 1874.

57 Continuação da 1ª sessão ordinária, em 5 de fevereiro de 1861.

formando muitos membros da elite política no Império.⁵⁸ Décadas depois viriam os excelentes centros de instrução como o Colégio Anchieta da Ordem dos Jesuítas (1886) e o Colégio Nossa Senhora das Dores (1893), ambos em regime de internato para educação de meninos e meninas, respectivamente. Nova Friburgo era considerado como uma estância de cura para os doentes acometidos pela tuberculose. O clima da serra auxiliava na convalescença da tísica, assim preconizavam os tisiologistas. Em 1839 Guillaume Salusse pede licença para receber doentes e pessoas valetudinárias que vinham à vila para se curar. Em razão da notória salubridade de seu clima a vila serrana era procurada não somente pelos que se convalesciam da tuberculose, mas igualmente dos que fugiam da canícula e epidemias do Rio de Janeiro. O juiz de direito João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu escreveu em meados do século dezenove que a vila ofereceria confortável abrigo aos hóspedes que por doença ou para evitar a canícula da Corte procuravam respirar o ar puro e temperado das montanhas de Nova Friburgo: “A beleza da situação e sua bem merecida reputação de salubridade, atraindo todos os anos crescido número de visitas fazem da vila um mercado onde os colonos acham um consumo certo para o leite, manteiga fresca, ovos, galinhas, patos, perus, batatas, frutas e hortaliças”.⁵⁹

No ano de 1850 em decorrência de uma epidemia de febre amarela ocorrida na Corte, o Imperador D. Pedro II é aconselhado a retirar-se com a família para a Imperial Fazenda do Córrego Seco que ganharia o predicado de município com o nome de Petrópolis. O Imperador inicia o hábito entre as elites do deslocamento para as regiões serranas durante a canícula, período de intenso e intermitente calor associado a febre amarela. Nova Friburgo ressurgiu no mapa da geografia médica como um local salubre por suas condições climáticas e mesológicas. Os que não seguiam para Petrópolis se dirigiam para o município de Nova Friburgo tendo a comodidade da linha férrea. Permaneciam seis meses na vila serrana enquanto durasse a estação calma impulsionando a economia local como o comércio, a hotelaria e a construção civil com a edificação de casas para aluguel. Esta relação entre clima e saúde atraiu para o município importantes estabelecimentos de saúde como o Instituto Sanitário Hidroterápico do médico Carlos Éboli e o Sanatório Naval. O primeiro fazia uso da hidroterapia para a cura de diversas doenças e o segundo pertencia a Marinha, utilizado para a cura do beribéri e da tuberculose da marujada. A cidade salubre estava cercada por municípios onde grassavam epidemias de cólera e febre amarela como Cantagalo e as cidades serra abaixo. O medo vinha principalmente do trem que trafegava nos municípios vizinhos com surto de epidemia e da circulação de passageiros. A ignorância sobre a etiologia da febre amarela ocorreria até que o médico baiano Filogônio Lopes Utinguassu aventasse pela primeira vez a tese de que essa doença era transmitida por um mosquito, hipótese que seria confirmada pelos médicos de Cuba. Acreditava-se anteriormente que doenças como a febre amarela vinham dos miasmas, resultado da decomposição de matéria orgânica animal ou vegetal, do calor e da umidade que tomavam forma de exalações aeriformes. Esse agente atuaria no corpo como veneno ou como produtor de fermentações morbíficas. Uma patogenia geralmente aceita supunha que entrariam na circulação sanguínea por meio da absorção por via respiratória.⁶⁰ Por este motivo as posturas policiais prescreviam medidas sanitárias em relação a atmosfera, como vimos antes.

58 Sessão ordinária de 8 de junho de 1841.

59 Sinimbu, João Luis Vieira Cansanção. Notícias das Colônias Agrícolas Suíças e Alemãs Fundadas na Freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo.

60 Tese de doutorado de Edler, Flavio Coelho. A Constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da Climatologia à Parasitologia Médica. UERJ, 1999. p.35.

O clima de Nova Friburgo é um ator histórico. Se formos contabilizar as pessoas, instituições e estabelecimentos que procuraram o frescor de seu vale cercado por inúmeras montanhas, picos, morros e pedras para se instalar podemos afirmar que a salubridade de seu clima influenciou o curso de sua história. Por intermédio da imprensa a Câmara dá publicidade à população do Rio de Janeiro do novo caminho na serra da Boa Vista para acesso à vila de Nova Friburgo. Em razão dessa melhoria as pessoas valetudinárias que quisessem desfrutar das vantagens de seu clima, a serra da Boa Vista oferecia a partir de 1830 mais segurança e facilidade de trânsito. O município de Nova Friburgo estava destinado a ser uma estância de cura, a Suíça brasileira pelo seu clima sadio e iberdade espantosa assim se expressou um vereador em determinada sessão.⁶¹ A facilidade de aclimação foi destacada em uma vereação em que se estimulava a vinda de novos colonos europeus à Nova Friburgo.⁶² A aclimação de colonos suíços e alemães algumas décadas antes na vila serrana legitimava a sua salubridade. No ano de 1875 o governo provincial incumbiu uma comissão para fazer o transporte até Nova Friburgo de imigrantes recém-chegados ao Rio de Janeiro enquanto fossem frequentes os casos de febre amarela.⁶³ Em resposta a uma portaria do governo provincial que solicitava informação se havia no município propagação de moléstias contagiosas os vereadores responderam que “nenhuma se tem desenvolvido devido ao seu bom clima”.⁶⁴

Conclusão

O regime republicano introduziu profundas alterações político-administrativas. As províncias são transformadas em Estados Federados e a Câmara Municipal em intendência. A centralização do governo geral passa aos Estados e mais uma vez os municípios são destituídos de autonomia. As Câmaras Municipais são dissolvidas pelo decreto estadual de nº33, de 04 de janeiro de 1890 (ERTHAL, 2003, p.24). Para administrar os municípios foi criado o Conselho de Intendentes chefiados por um presidente. Apenas no ano de 1893 as Câmaras Municipais são restauradas. O novo código de posturas policiais é aprovado em 05 de maio de 1893. O tema que notadamente merece importância é a questão sanitária já que as epidemias ainda grassavam pelo país. Ainda que a maioria da população habitasse na região rural é significativo que no novo código a polícia urbana possua 32 artigos enquanto a polícia rural somente 9 artigos. Decisivamente não seria mais admitido tocar boiadas ou cavalhadas pelas ruas do centro e tolerância zero em relação às galinhas circulando pela *urbs*. Caso as aves fossem encontradas seriam apreendidas pelo presidente da Câmara e distribuídas aos indigentes enfermos. A construção de cortiços se torna proibitivo. No início do século vinte a Câmara Municipal perde o poder executivo com a eleição em 1916 do primeiro prefeito Everard Barreto de Andrade.⁶⁵ Os primeiros prefeitos de Nova Friburgo tiveram uma administração efêmera com curto espaço de gestão que cambiava entre dias, meses e pouco mais de um ano, não bastassem os interinos que exerciam a gestão municipal durante o impedimento do titular. Porém a perda do poder executivo pela Câmara Municipal não retira o seu protagonismo na história de Nova Friburgo. Esta instituição continuará sendo extremamente importante como ficará demonstrado nos artigos que se sucedem.

61 Ata da sessão ordinária de 13 de janeiro de 1857.

62 Ata da sessão ordinária de 13 de janeiro de 1857.

63 Ata da sessão extraordinária em 31 de março de 1875.

64 Sessão extraordinária de 27 de setembro de 1843.

65 Cadernos de Cultura da P.M.N.F. Nova Friburgo: Notas e informações. Pró-Memória, p.12-13. 1985.

FONTES PRIMÁRIAS:

Códigos de Posturas Policiais de 1822, 1833, 1849 e 1893. Fundação D. João VI, Nova Friburgo.

Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1820-1888. Livros I a VIII, X a XV, XVIII e XIX. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Faoro, Raymundo. Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 3^o edição. 2001.

Prado Junior, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 23^o edição. 2004.

_____. Evolução Política do Brasil, Colônia e Império. São Paulo: Editora Brasiliense, 21^o edição. 1994.

Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 34^o edição. 2007.

Pierangeli, José Henrique. Códigos Penais do Brasil. Evolução Histórica. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2^o edição. 2004.

Erthal, Clélio. Cantagalo, do surto da pecuária a industrialização do calcário. Niterói: Editora autor, 1^o edição. 2003.

Netto, Antonio Kleber Mathias. Neloire Lemgruber. A Saga de uma família. Teresópolis: Editora Zem, 1^o edição. 2015.

Hecht, Joseph. A imigração Suíça no Brasil descrita por Joseph Hecht. 1819-1823. Tradução Armindo L. Müller. Rio de Janeiro: Missão Primícia, 1^o edição. 2009.

Sinimbu, João Luis Vieira Cansação de (1852). Notícias das Colônias Agrícolas Suissas e Allemã Fundadas na Freguezia de São João Baptista de Nova Friburgo. Niteroi: Tipografia do Amaral e Irmãos. (mimeo)

TESE:

Tese de doutorado. Edler, Flavio Coelho. A Constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da Climatologia à Parasitologia Médica. UERJ, 1999.

Comentário crítico:

O documento está localizado no Acervo Fotográfico da Fundação D. João VI, coleção Raphael Jaccoud, e pertence a um conjunto de imagens cujas referências cronológicas são da primeira década do século XX. Diante disso, não é possível afirmar se os personagens foram escravos ou não. No entanto, podemos inferir que eles, certamente, conheceram a sociedade escravista da vila de Nova Friburgo. Apesar de a escravidão ter levado consigo "ofícios e aparelhos", como afirmou Machado de Assis no conto Pai contra mãe, a instituição legou à sociedade brasileira do pós-abolição muitas cenas como esta. Portanto, a foto apresentada é um espelho que reflete as atividades e ofícios desempenhados pelos escravos e libertos do distrito da vila enquanto ainda vigorava o regime escravista.

NAS ROTAS DO CAFÉ E DA ESCRAVIDÃO:
*um estudo das dinâmicas socioeconômicas
da vila de Nova Friburgo (1822-1888)*

Rodrigo Marins Marretto



Ofícios realizados por negros na cidade de Nova Friburgo na primeira década do século XX. Ao fundo, as "Catarinas", montanhas localizadas na região central de Nova Friburgo.

Fonte: Fundação D. João VI, Pró-memória Digital – Acervo Fotográfico – Coleções –Raphael Jaccoud.
Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1pUOWm14II-4slUGEJ-lqTAFaRUCfddau> Acesso em:
05 de ago. de 2020

Introdução

O trabalho que segue tem como pano de fundo a Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo e compreende o período de tempo entre o princípio dos anos 20 do século XIX e o momento imediatamente posterior à abolição da escravidão. Nosso primeiro documento tem data de 20 de abril de 1822, e o último, é de 20 de setembro de 1888, cobrindo um prazo largo de tempo. Nesse período, a Câmara de Vereadores demonstrou diversas preocupações com a escravidão e com o uso do trabalho escravo voltado para manter os caminhos e as estradas que transportavam o café produzido em Cantagalo e nas freguesias de Nova Friburgo.

Diante disso, nosso corpo documental é composto pelas Atas da Câmara de Vereadores de Nova Friburgo, documento que reflete importantes momentos políticos na formação do Estado e da Nação. A independência, a Abdicação de D. Pedro I, a tentativa de encerrar o tráfico em 1830, o tráfico ilícito pós Lei de 1831 e a abolição da escravidão. Assim, cabe a nós perguntarmos: como a Câmara de Vereadores encarou a questão da escravidão ao longo do século XIX? Quais os principais temas abordados e como esses temas estão interligados e travejados pelo desenvolvimento da economia cafeeira da região? A escravidão e seus temas correlatos podem ser considerados estruturantes das relações sociais engendradas pela “boa sociedade” da Vila?

Utilizamos as Atas da Câmara em sua versão transcrita por Carlos Jayme S. Jaccoud¹ e disponibilizada pela Fundação D João VI em formato PDF. Neste formato, o documento se tornou um elemento privilegiado para a pesquisa temática, tomando como ponto de partida palavras-chave relacionadas ao nosso problema de pesquisa. Além disso, recheamos os dados das Atas da Câmara com uma significativa variedade de fontes: o Almanack Lammert, os Relatórios do Presidente de Província, os arquivos cartoriais e os paroquiais. Dessa forma, desejamos ampliar a nossa compreensão das dinâmicas socioeconômicas entre as regiões de Cantagalo e Nova Friburgo.

Com essas e outras preocupações em mente, estabelecemos como método as ocorrências da palavra **escravo** e todas aquelas que partem do mesmo radical da palavra de origem, como por exemplo as palavras “escravista”, “escravidão” e “escravatura”. Além desses, encontramos outros termos que, em seus respectivos contextos, também se referiam aos escravos, como “africanos”, “negros” e “pretos”. Após esse primeiro passo, começamos a analisar as ocorrências dessas palavras em seu contexto e classificamos tematicamente os textos: escravidão e obras públicas, escravidão e cafeicultura, tráfico e contrabando de escravos, abolição foram os temas mais investigados nas atas. Com isso, abrimos outras diversas palavras-chave que se relacionavam com a temática da escravidão: os termos “fazendeiro”, “lavrador”, “negociante”, “comerciante”, “café”, “gado” e “abastecimento” permitiram ampliar a pesquisa, proporcionando uma imagem integrada das relações socioeconômicas em torno da escravidão na Vila.

Há quem queira argumentar que a escravidão em Nova Friburgo tenha se constituído como a água que cercava uma ilha de trabalhadores livres ou que, por conta das condições geográficas e climáticas, a escravidão e o café não tenham exercido papel fundamental no processo de formação socioeconômica da Vila. No entanto, destacamos a importância desses elementos no desenvolvimento de Nova Friburgo, e as Atas da Câmara deixam isso claro. Por meio dos documentos citados, identificamos duas freguesias cafeeiras em Nova

¹ Agradeço *in memoriam* a Carlos Jayme S. Jaccoud que, através de um esforço hercúleo, transcreveu as atas entre os anos de 1820 a 1901. A contribuição de Jaccoud é inestimável, exatamente, pelo instrumento de busca que o formato permite, facilitando o cruzamento dos temas e a ampliação do conhecimento a respeito da atividade da Câmara de Vereadores da Vila de Nova Friburgo ao longo do Império e nos primeiros anos da República.

Friburgo: Nossa Senhora da Conceição do Paquequer e São José do Ribeirão, que retinham a maior parte dos escravos da Vila.

Parte desses equívocos a respeito da formação socioeconômica de Nova Friburgo estão ancorados em análises que não contemplam as áreas citadas, focando apenas em seu primeiro distrito, chamado “distrito da Vila”. Também devemos lembrar que São Pedro de Cantagalo, no século XIX, era o coração da área oriental da bacia do Paraíba e, por sua volumosa produção cafeeira, fazia uma grande sombra às regiões de pequeno porte, como Nova Friburgo (MARRETTO, 2019). Exatamente por esse motivo, passamos a buscar nas Atas da Câmara questões ligadas à escravidão e ao café nessas regiões. Com o objetivo de conhecer essa produção e as características dessa cafeicultura, pesquisamos as falas dos vereadores, extraindo elementos bastante convincentes a respeito da cafeicultura e da escravidão nas freguesias citadas.

A análise busca articular os acontecimentos do nível municipal com os da escala estatal, sendo a Câmara de Vereadores o microcosmo dos debates e tendências expressos nas outras instâncias do poder. Assim, a Câmara de Vereadores era a expressão do poder estatal nas Vilas, representava os interesses de proprietários de terras e de escravos e negociantes, muitos deles ocupando cargos e vagas na casa. Tais senhores formavam aquilo que Ilmar Rolhoff de Mattos denominou como “boa sociedade” (MATTOS, 1987)². Outra característica importante do universo estudado foi identificada por Ricardo Salles, o autor afirma que a escravidão do século XIX era, sobretudo, nacional (SALLES, 2008, p. 43). Além disso, a instituição escravista estava conectada ao desenvolvimento do capitalismo mundial e ao desenvolvimento do mercado internacional de café, principalmente a partir dos anos 1830 (MARQUESE e TOMICH, 2015). Tal período coincide com o momento em que a região de Cantagalo dava os primeiros sinais de sua expansão cafeeira (MARRETTO, 2019.). Talvez, o surgimento das áreas cafeeiras da vila de Nova Friburgo seja mais tardio que o cantagalense, dúvida que possivelmente será dirimida ao longo dessa pesquisa.

De qualquer forma, ressaltamos que as vilas de Cantagalo e Nova Friburgo, ao longo do século XIX, estavam socioeconomicamente ligadas pelo fluxo de produtos e de pessoas nas estradas. Com isso, Nova Friburgo era um caminho importante para escoar o café de Cantagalo e das áreas cafeeiras de Nova Friburgo, fazendo com que o produto chegasse ao Porto das Caixas (COSTA, 2020). Essas estradas e caminhos eram as artérias que dinamizavam tanto o abastecimento interno entre as duas vilas e a Corte quanto o transporte do café que chegaria à praça do comércio do Rio de Janeiro e ganharia o mercado internacional (MARQUESE e TOMICH, 2015). Diante de tudo isso, conhecer essa história é fundamental para a compreensão da integração socioeconômica entre as duas vilas.

As preocupações da Câmara com os caminhos do café: dinâmicas socioeconômicas e populacionais

Iniciamos essa sessão informando que grande parte das obras públicas eram referentes às estradas. Por exemplo, em 7 de outubro de 1824, a Câmara oficiou o juiz almotacé para que este

2 “... a boa sociedade constituía o *mundo do governo*, um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade” (MATTOS, 1987, p. 111.). Lúcia Bastos Pereira das Neves define a “boa sociedade” como a reduzida elite econômica, política e cultural do império. Neves acrescenta que essa elite partilhava valores e comportamentos espelhados no modelo europeu de civilização (NEVES, 2002, pp.95-98).

mandasse “limpar as ruas e praças desta Vila”³, além exigir que os escravos dos fazendeiros trabalhassem nos reparos da estrada da serra⁴. Dezoito dias depois os vereadores decidiram que Manoel Barbosa da Cruz, juiz almotacé, não deveria retirar os escravos da serra antes que esses terminassem o serviço⁵. Quase dez anos depois, a Câmara, em janeiro de 1833, ainda falava da relevância dos serviços dos escravos em “estradas públicas, limpeza de ruas, cortes e esgotamento de pântanos”⁶. Escoar a produção era o principal elemento de preocupação em relação às estradas. Assim, nos primeiros anos da vila, a preocupação central era com o abastecimento de artigos de primeira necessidade e a possibilidade de comercializar a produção principalmente com a Corte. Nos anos seguintes, com a expansão da lavoura cafeeira na região de Cantagalo e Nova Friburgo, a preocupação com as estradas se concentraram na impossibilidade de escoar a produção cafeeira.

Alguns momentos podem ser ilustrados com trechos específicos das atas da Câmara. No ano de 1835 o Presidente de Província enviou um requerimento à Câmara de Nova Friburgo, desejando saber a respeito das “necessidades mais urgentes do município”⁷, a resposta dada pelos vereadores englobava uma das obrigações mais dispendiosas para a região: os “reparos de duas montanhosas estradas gerais”, 1. partindo da Província de Minas Gerais, passando pelo Paraíba e atravessando pela vila do Pomba; 2. pela serra da Boa Vista, “aberta pelos primeiros possuidores de Cantagalo”⁸ e que, partindo desta localidade, vinha a Nova Friburgo e seguia para Porto das Caixas. Em 1837, os vereadores abordaram uma portaria que decidiu pelos reparos da estrada que ligava Nova Friburgo a Porto das Caixas, enviando um engenheiro. Para a execução desse serviço, a Câmara solicitou aos senhores de escravos que cedessem cativos para as obras dessa estrada⁹.

Mas qual seriam os produtos exportados por essas terras e o que motivava a preocupação com as estradas? Na sessão de 2 de maio de 1835, os vereadores apontam que, com a melhoria dos transportes, o escoamento de café, milho, feijão, batatas, arroz, chá, trigo e mamona se multiplicaria, assim como a criação vacum, muar e cavalar. No final desse mesmo ano, a Câmara foi obrigada a dar parecer a respeito de 6 quesitos exigidos pelo ofício do Brigadeiro Antônio Eliseário de Miranda e Brito, responsável por diversas estradas em Nova Friburgo. A Câmara respondeu ao terceiro quesito da seguinte forma:

que tem a vila três distritos com Juizes de paz com as seguintes denominações: o 1º da vila, o 2º de São José e o 3º do Rio Preto e seu terreno em geral é fértil com plantas (...); no 1º e 3º os cereais de todas espécies, as ervagem, as raízes bulbosas, uvas e frutas de clima frio, toda a criação prospera, o tabaco, os pés de chá que começam a cultivar-se dão lisonjeiras esperanças

3 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Vereança de 7 de outubro de 1824, pp. 74.

4 Acreditamos que se trata da Serra da Boa Vista caminho criado pelos pioneiros de Cantagalo.

5 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Vereança de 25 de outubro de 1824, p. 74.

6 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 7 de janeiro de 1833, p. 257

7 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 30 de janeiro de 1835, p. 379

8 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 2 de maio de 1835, p. 393

9 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão Extraordinária de 25 de janeiro de 1837, p. 480.

pelo seu alto valor e pelas grandes e multiplicadas folhagens ; no 2º já abunda o cultivo do café e da cana.¹⁰

Dessa forma, podemos inferir que os reparos nas estradas interessavam aos fazendeiros, lavradores e negociantes, que as utilizavam para escoar a sua produção para Porto das Caixas, tendo como destino a Corte e, também, a própria região.

A Câmara, em 1835, na resposta dada ao Brigadeiro, registrava a existência de três distritos. Diante disso, conhecer os dados populacionais referentes a esses distritos é fundamental para entendermos o papel de cada um nas dinâmicas socioeconômicas da vila. O primeiro e o terceiro distritos eram áreas mais frias e destinadas à produção de cereais, verduras e legumes, uvas, criação de animais, além da expectativa de que o tabaco e o chá, produtos com melhor preço de mercado, prosperassem, enquanto o segundo distrito investia na produção de café e cana de açúcar. O mapa populacional feito pelo pároco Jacob Joye em 1834 indica que a população do 1º distrito era formada por 68,20% de livres e 31,80% de escravos; o 2º distrito, onde se cultivava café, apresentava a proporção entre livres e escravos bastante equilibrada, 50,29% e 49,71% respectivamente; enquanto no 3º distrito os escravos formavam 56,65% e os livres 43,35%¹¹.

Livres e escravos no mapa populacional do padre Jacob Joye - 1834

1º Distrito - S. João Batista de Nova Friburgo		
Categorias	Nº	%
Livres	1441	68,20%
Escravos	672	31,80%
Total	2113	100%
2º Distrito - São José do Ribeirão		
Categorias	Nº	%
Livres	601	50,29%
Escravos	594	49,71%
Total	1195	100%
3º Distrito - N. S. da Conceição do Paquequer		
Categorias	Nº	%
Livres	603	43,35%
Escravos	788	56,65%
Total	1391	100%

Mapa populacional - Jacob Joye, 1834. CDH-Pró-Memória da PMNF- Fundação D. João VI.

A importância de boas estradas também foi relatada pela Câmara ao informar, por meio de uma representação ao Governo Provincial em 1849, que a prosperidade da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sumidouro (3º distrito) dependia de boas estradas. Os vereadores advertem que as péssimas condições das estradas tornam as despesas tão exageradas que impedem um melhor rendimento aos fazendeiros. A Câmara deixa claro que a Freguesia vem exportando anualmente 40.000 arrobas de café "para as portas da Capital"¹². Infelizmente, não encontramos dados da produção cafeeira de São José do Ribeirão para este mesmo período. Os dados mais concretos foram retirados do Almanack Laemmert de 1860, reunimos todos aqueles cadastrados como fazendeiros, diferenciando-os entre com ou sem café e com engenho e/ou terreiro de pedra.

A análise levou à elaboração de um quadro com os seguintes dados: no primeiro distrito 36% dos fazendeiros listados pelo Almanack Laemmert eram os de "batatas", 32% não tinham

café, 28% deles se dedicavam ao plantio cafeeiro e apenas 4% possuíam fazendas de criar. Por outro lado, no distrito de São José do Ribeirão, dentre os 37 fazendeiros, 70% deles plantavam café e 30% não. Apenas 14% dos fazendeiros possuíam engenho de pilões e 5% registraram terreiro de pedra.

Em Nossa Senhora da Conceição do Paquequer encontramos 60 fazendeiros. Não foi possível identificar se eram plantadores de café ou não, mas as informações sobre as 40.000 arrobas de café citadas pela Câmara já são suficientes para entendermos que uma grande parte deles produzia a rubiácea. Todavia, o Paquequer possuía maior número de elementos para o beneficiamento de suas produções. Assim, 30% dos fazendeiros possuíam engenho de pilões, 17% com engenhos de cana e 53% sem engenhos, além de cinco fazendeiros que além de engenho de pilões também tinham terreiro de pedra e representavam 8% do total de fazendeiros¹³.

**Tipologia de fazendeiros e melhoramentos técnicos
nos três distritos da vila de Nova Friburgo - 1860**

1º Distrito - S. João Batista de Nova Friburgo		
Fazendeiros	Nº	%
Com café	13	28%
Sem café	15	32%
Batatas	17	36%
Fazenda de Criar	2	4%
Total	47	100%
Engenho de pilões	3	6%
2º Distrito - São José do Ribeirão		
Com café	26	70%
Sem café	11	30%
Total	37	100%
Engenho de Pilões	5	14%
Terreiro de pedra	2	5%
3º Distrito - N. S. da Conceição do Paquequer		
Total	60	100%
Engenho de Pilões	18	30%
Engenho de cana	10	17%
Sem Engenho	32	53%
Terreiro de pedra	5	8%

Almanack Laemmert. 1860, p. 150-154

Outra dificuldade foi conhecer o volume das produções de abastecimento e subsistência. As fontes já citadas indicam, milho, feijão, batatas, arroz, chá, trigo e mamona, além das criações de vários tipos de gado. Podemos observar alguns dos alimentos que ocupavam a mesa dos trabalhadores através da sessão que determinou que a sua alimentação deveria ser baseada em "feijão, carne seca e de porco e arroz para a janta; feijão, café e pão para o

¹³ Destacamos que os engenhos de pilões e terreiros de pedra eram melhoramentos utilizados no beneficiamento do café. Almanack Laemmert. 1860, p. 150-154. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-198%2C5588%2C3942>. Acesso: 18 de março de 2020.

almoço e ceia”¹⁴. O fundamental a se dizer é que, na produção de café ou cana de açúcar, ou na produção familiar para a subsistência e abastecimento, a utilização do braço escravo foi elemento fulcral no sucesso das lavouras da região, seja efetivamente na produção ou no acondicionamento das estradas para o transporte dos produtos.

Silenciamentos e debates sobre a escravidão: população escrava, estradas e o café no centro da questão

A produção e a economia da região demandavam, para a sua reprodução e ampliação, a introdução de novos escravos via tráfico. Todavia, as pressões inglesas forçavam o cumprimento do acordo realizado em 1826 e ratificado em 1827 pelo fim do tráfico três anos após a última validação. Em 1830 a Inglaterra mantinha a pressão pelo fim do tráfico, e a Câmara de Vereadores recebeu uma Portaria da Secretaria de Estado e Negócios da Justiça, – ocupada por Manoel José de Souza França – recomendando “vigilância” e atenção com os negociantes – nacionais e estrangeiros – intencionados em “introduzir escravos da costa da África nos portos do Brasil em despeito da extinção de semelhante comércio”¹⁵.

Além disso, o documento enviado à Câmara de Vereadores de Nova Friburgo recomendava que todos os Juizes de Paz das Freguesias deveriam organizar patrulhas policiais com o objetivo de coibir o comércio ilegal. Ademais, caso os Juizes de Paz identificassem a introdução de escravos novos, eles deveriam recorrer ao corpo de delito para constatar se o escravo era ladino ou boçal (os “ladinos” entendiam e falavam o português, ao passo que os chamados “boçais” eram recém-chegados da África). Se o corpo de delito determinasse que o escravo era boçal, o documento deveria ser encaminhado ao Juiz Criminal para que este devolvesse os indivíduos à liberdade¹⁶. Os infratores deveriam ser punidos de acordo com o Código Criminal do Império do Brasil de 1830, na sua Parte Terceira, Título I – referente aos crimes contra a liberdade individual – que determinava, através de seu artigo 179, que “Reduzir à escravidão a pessoa livre, que se achar em posse da sua liberdade”. Trata-se de um crime que previa pena de prisão de três a nove anos, além de 1/3 do tempo de escravização ilegal somado à pena. A lei deixa claro que o tempo de prisão nunca será menor que o do cativo¹⁷.

A despeito desses esforços ingleses e da lei de 7 de novembro de 1831, que determinava o fim do tráfico de escravos da África, o comércio de escravos novos continuou. Nos primeiros anos manteve-se de forma residual, mas a partir de 1835 o tráfico retomou suas atividades inundando toda a bacia do Rio Paraíba por meio do contrabando. Tal fator impactou o crescimento da população escrava que era destinada, principalmente, para as terras de café e cana-de-açúcar. Em Nova Friburgo a população escrava cresceu 56,21% entre 1828 e 1834; entre esta última data e o ano de 1840 o crescimento foi de apenas 8,56; mas, entre 1840 e 1850, a população escrava cresceu 35,70%. No total, o intervalo que vai de 1828 a 1850

14 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão ordinária do dia 16 de setembro de 1856, p. 989.

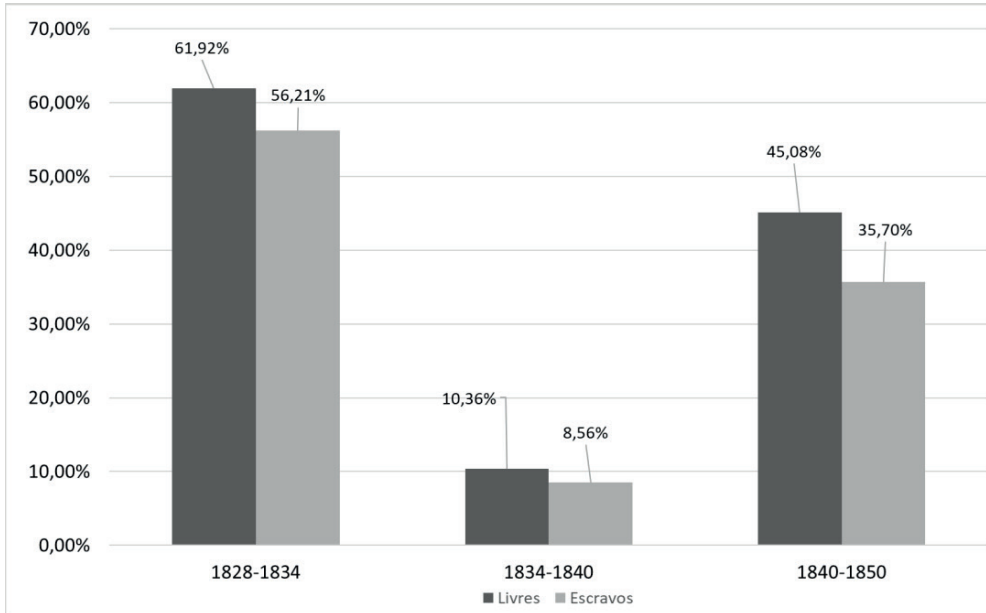
15 Fundo da Administração de Nova Friburgo, doc1714_15_documentos_1831_1832_18310402_dsc00000_13. CDH-Pró-Memória da PMNF- Fundação D. João VI. Disponível em: <https://promemoriadigital.djoaovi.com/acervodigital/fundoadmnf>. Acesso em 18 de março de 2020.

16 *Idem*. Importante destacar que Beatriz Mamigonian encontrou o mesmo documento só que endereçado à Câmara do Rio de Janeiro. Portanto, era uma preocupação do Secretário de Estado e Negócios da Justiça o fim do tráfico de escravos e a perseguição aos contrabandistas (MAMIGONIAN, 2017, p. 66).

17 Código Criminal Do Império Do Brasil 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm Acesso: 18 de março de 2020.

viu um crescimento da população escrava de 58%, grande parte desses escravos foram transportados na ilegalidade. Desta forma, a Câmara de Vereadores silenciava a respeito do tráfico ilegal de africanos escravizados, omitindo a prática do contrabando diante do crescimento da população escrava da vila.

Taxa de crescimento da população escrava na vila de Nova Friburgo – 1828-1850



Fonte: A. I. São João Batista - L. de Tombo I - Mapa populacional - Jacob Joye, 1834. CDH-Pró-Memória da PMNF. Relatório do P. de Província de 1856.

Em 1855, a Câmara registrou 400 fazendeiros pagando taxas para o aferimento de seus pesos e medidas, o que resultou em uma receita de 967\$400 réis. Desses 400 fazendeiros 11% deles eram envolvidos com café e 77% sem café. Impressionante são os números das casas de comércio, que apresentando apenas 12 dos indivíduos registrados, garantia 51% das arrecadações. O quadro refere-se exclusivamente ao distrito da vila, que foi ao longo do século XIX se urbanizando e comportando cada vez mais casas de negócios envolvidas com o comércio de café¹⁸.

Quadro das ocupações listadas pela Câmara de Vereadores e valor das licenças dos estabelecimentos do distrito da vila de Nova Friburgo, ano de 1854 - Sessão de 27 de março de 1855

¹⁸ Este é o caso da Casa Comissária Friburgo & Filhos, que mantinha endereço no Rio de Janeiro e em Nova Friburgo. (MARRETTO, 2019)

Arrolados	Nº	%	Valor unitário	Valor total	% do total
Casas de negócio	56	12%	8\$400	492\$400	51%
Lavradores sem café	350	77%	1\$000	350\$000	36%
Lavradore com café	50	11%	2\$500	125\$000	13%
TOTAL	456	100%	-	967\$400	100%

Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 27 de março de 1855

O Fiscal Francisco Rodrigues da Costa Bravo havia sido incumbido de apresentar um relatório a respeito da Estrada Geral de Cantagalo, nos limites de Nova Friburgo. Ele relatou que existiam trechos onde a estrada estava em bom ou mau estado, identifica os senhores que cuidam das suas testadas e os que as abandonam. Por fim, destacou o “estado de ruína” e o “eminente perigo” da ponte do Banquete não resistir às primeiras enchentes e impedir o trânsito das tropas “que por ela exportam milhões de arrobas de café”¹⁹.

As pequenas obras e pequenos reparos na vila vinham sendo realizados pelos escravos presos no libambo. Praças, canais, reparos de ruas e aterros eram trabalhos destinados aos cativos da cadeia, enquanto obras mais elaboradas exigiam a arrematação do serviço e o emprego de trabalhadores para cumprir os contratos. De qualquer forma, no ano de 1847, a Câmara decidiu elaborar uma representação ao Governo para mostrar “o péssimo estado em que se acha a Estrada Geral de Cantagalo no Porto das Caixas”, destacava como ponto crítico o trecho da serra, repleto de “desmoronamentos, atoleiros e precipícios”²⁰. A Câmara não considerava “razoável” que uma estrada responsável por escoar anualmente milhares de sacas de café, oriundas das “margens do Paraíba, do termo de Cantagalo e deste”²¹, estivesse em tão difícil situação.

Um ano depois, em 14 de janeiro de 1848, na presidência de Jean Bazet, a Câmara relata ao Governo Provincial a urgência do término das obras da estrada geral de Cantagalo a Porto das Caixas, argumenta que três municípios se beneficiam dela – Nova Friburgo, Cantagalo e Santo Antônio de Sá – “sendo estes municípios tão importantes e contribuindo tão fortemente para as rendas provinciais com a cota do café que exportam”²². No entanto, as condições da estrada atravancavam a lavoura e o comércio e, por conseguinte, travavam os interesses provinciais e dos senhores de terras e escravos.

Transcorrida a metade do ano de 1848, Maurício Mulaz requere da Câmara um atestado referente à arrematação da conservação da estrada de Cantagalo ao Porto das Caixas, quando empregou 50 escravos entre abril de 1845 e abril de 1846 nesse serviço. A Câmara, por sua vez, atesta que nesse período ocorreram reparos nessa estrada, todavia ignorava o número de escravos utilizados e considerava que a estrada havia melhorado “alguma coisa”²³.

19 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da continuação da 3ª sessão ordinária, de 25 de agosto de 1859, p. 1153.

20 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 16 de janeiro de 1847, p. 757.

21 Idem.

22 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 14 de janeiro de 1848, p. 769.

23 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Sessão de 20 de julho de 1848, p. 772.

A preocupação da Câmara com a conservação das estradas é nítida e reflete a necessidade dos senhores de terras e escravos de exportar sua produção com bons lucros e garantir um bom fluxo de mão de obra.

Após o fim definitivo do tráfico de escravos em 1850, a preocupação com as estradas era grande nos debates das atas da Câmara e nos Relatórios de Presidente de Província. Isto porque as estradas, que carregavam o café, os produtos de abastecimento e serviam ao comércio de cativos que passava a ser feito internamente, de dentro da própria província com áreas de economia periférica cedendo escravos para áreas centrais da cafeicultura e com o tráfico interprovincial, com escravos vindo, principalmente, das províncias do norte, eram as artérias da dinâmica socioeconômica da região. Os livros de compra e venda de escravos referentes a Nova Friburgo apontam para o crescimento das negociações entre a década de 1860 e meados da década de 1870, quando o tráfico interno começa a diminuir.

O Presidente de Província Policarpo Lopes de Leão²⁴, no ano de 1864, reportou a intenção de a Companhia Estrada de Ferro Cantagalo construir uma estrada entre o distrito de Sumidouro e a vila de Nova Friburgo. Desta forma, estabeleceu um contrato com a direção da Estrada de Ferro Cantagalo que visava “chamar para a estação da raiz da serra de Friburgo os cafés do abundante distrito do Sumidouro”²⁵. A Companhia estava disposta a financiar a realização da obra, enquanto a província se comprometia com o trabalho dos africanos livres e escravos, “que então trabalhavam no calcamento da Serra”²⁶. O presidente de Província entendia, naquele momento, que o reparo e aprimoramento da estrada era imprescindível e, por isso, pediu que o engenheiro acordasse a realização da obra com a direção da Companhia. Após a celebração do acordo, a Província esperou a finalização das obras da estrada que ligava Magé a Sapucaia e remanejou os trabalhadores para a serra de Nova Friburgo, comprometendo-se com a alimentação, as roupas e os tratamentos em caso de doenças²⁷.

No ano de 1871, o Presidente de Província Teodoro Machado Freire Pereira da Silva²⁸ voltou a relatar a importância da estrada que ligaria a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Aparecida – do município de Magé – a uma das estações da estrada de ferro D. Pedro II. Tal ligação seria de “incontestável utilidade” para a porção noroeste da freguesia do Paquequer, pertencente ao município de Nova Friburgo. A estrada projetada economizaria 79 quilômetros na distância entre as áreas produtivas e a Pedro II e, mesmo tendo que percorrer 233 quilômetros pela estrada de ferro, este serviço de transporte custava três vezes menos e, com isso, economizava-se com as despesas de transporte.

24 “Policarpo Lopes de Leão nasceu no ano de 1814, na Bahia. Formado em Direito, dedicou-se à magistratura, tendo desempenhado vários cargos em sua província natal, no Maranhão e na Corte (atual cidade do Rio de Janeiro). Alcançou o cargo de desembargador e foi membro do Conselho do Imperador. Presidiu a província do Rio de Janeiro no período de fevereiro de 1863 a fevereiro de 1864”. **Identidades do Rio**. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1863-1864-policarpo-lopes-de-leao>. Acesso em: 29/03/2020.

25 *Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro – 1864*, p. 17.

26 *Idem. Sobre os africanos livres ver: (MAMIGONIAN, 2017)*.

27 *Idem*.

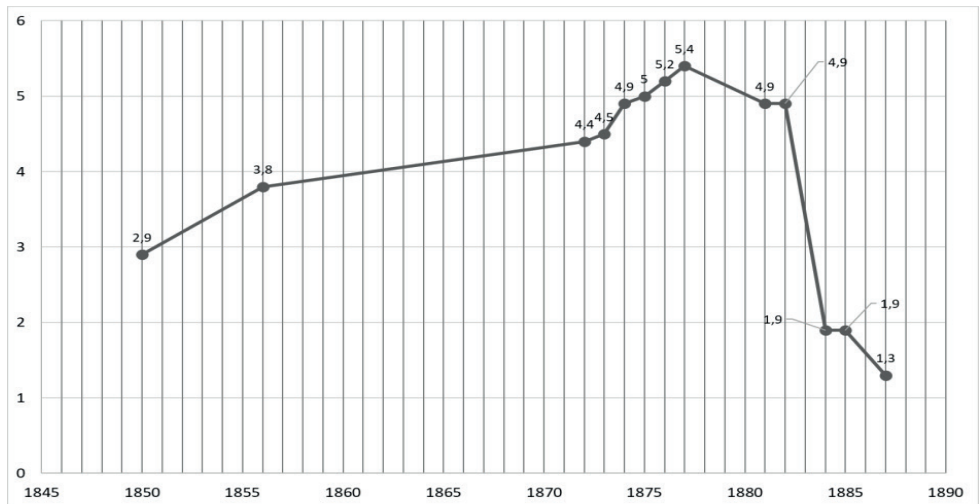
28 “Teodoro Machado Freire Pereira da Silva nasceu no ano de 1832, em Pernambuco. Foi chefe de polícia em várias regiões, deputado provincial e geral por Pernambuco, ministro da agricultura e membro do Conselho do Imperador. Presidiu as províncias da Paraíba, Bahia e do Rio de Janeiro. Presidiu a do Rio de Janeiro no período de outubro de 1870 a março de 1871”. **Identidades do Rio**. Disponível em: <http://www.pensario.uff.br/texto/1870-1871-teodoro-machado-freire-pereira-silva>. Acesso em: 30/03/2020.

Sem dúvida, o processo que estamos descrevendo impactou o crescimento da população escrava na vila. Foram esses escravos que plantaram os últimos pés de café nas terras então disponíveis e fizeram com que a cafeicultura perdurasse na região até os estertores da década de 1880. Assim, 2,9 mil escravos foram arrolados nos dados censitários da vila no ano de 1850, as estatísticas para o ano de 1856 mostram que a população cresceu para 3,8 mil escravos e no censo de 1872 já eram 4,4 mil cativos. Tais dados *coincidem com os do tráfico interno, assim, na década de 1860, os compradores de escravos foram ao cartório 152 vezes, na década seguinte, a de maior crescimento do número de escravos, 412 e na década de 1880, 127 compras foram realizadas.*

O tráfico interno se avolumava e os números seguiram uma tendência crescente ao longo da década de 1870. No ano de 1873 a contagem chegou a 4,5 mil cativos e no ano seguinte 4,9; em 1875 foram listados 5 mil cativos, em 1876 foram 5,2 mil e em 1877 a contagem chegou a 5,4 mil cativos. Após essa última data os números começam a cair. Nos anos de 1881 e 1882 os escravos desceram para 4,9 mil escravos e, nos anos de 1884 e 1885, o número de cativos caiu vertiginosamente, chegando a 1,9 mil. 1887 foi o último ano para o qual temos dados, e os números desceram para 1,3 mil cativos.

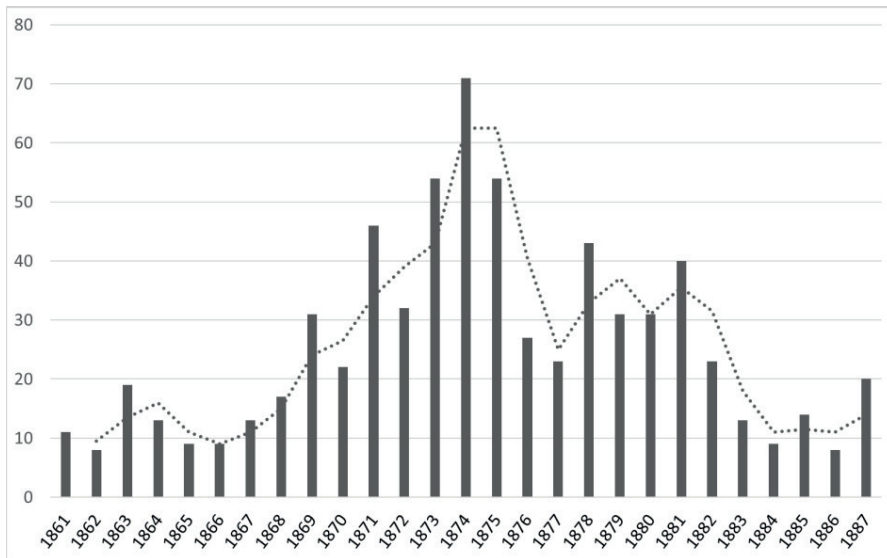
Desta forma, torna-se evidente que exatamente no período de maior intensidade das negociações com escravos do tráfico interno, a Câmara de Vereadores enviou um ofício ao diretor da Estrada de Ferro Cantagalo. Com esse ofício, a Câmara tentava impedir que os “comboios de escravos vindo da Corte estacionem aqui”. No entanto, a história era outra e a resposta do diretor foi elucidativa: ele afirmava que não tinha competência para impedir que os comboios de escravos “estacionassem nessa localidade”, independentemente de sua origem. A direção da Estrada de Ferro ressaltava que, “em vista dos bilhetes de passagem que derem lugar ao seu transporte”, os escravos estavam destinados à vila de Nova Friburgo e precisavam ser desembarcados naquela localidade.

População escrava na vila de Nova Friburgo (1850-1887)



Fonte: Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro (1840-1887).

Número de escrituras de compra e venda de escravos na vila de Nova Friburgo – 1861-1887.



Fonte: Arquivo do Cartório do 2º Ofício. Livros de compra e venda de escravos I, II e III.

A década de 1870 foi muito importante para a relação de forças entre senhores e escravos. A lei de 1871 impactou de forma irreversível a instituição da escravidão, afinal, com a sua promulgação não nasciam mais escravos no Brasil e os senhores tinham no horizonte o fim da escravidão²⁹.

A partir de maio de 1868 a Câmara passou a ter que se preocupar com a matrícula dos escravos. O presidente da Câmara, Manoel Fernandes Ennes – que também era Chefe de Polícia –, leu um ofício do coletor de impostos datado de 16 de abril para que fossem realizadas as demarcações dos limites do município e das povoações, pretendendo iniciar a cobrança de impostos sobre os escravos. Na sessão de 6 de maio de 1868 foram nomeados dois senhores para executarem os trabalhos: Capitão Manoel da Costa e Souza e Júlio Jardim da Silva Vellasco, que aceitaram realizar a tarefa apenas no distrito da vila. Diante disso, o Coletor, Carlos Vieira da Costa, foi comunicado das condições exigidas pelos escolhidos³⁰.

Passados dois meses, a Câmara de Vereadores voltou a escolher dois cidadãos para demarcar os limites de cada um dos distritos. Assim, a Câmara deliberou que a freguesia do Sumidouro seria periciada por Francisco Pereira da Mota e o vigário Alexandre Pires de Carvalho; a Freguesia de Sebastiana, por sua vez, contaria com os serviços de Antônio José Ribeiro Guimarães e Francisco Góes de Bragança; e, por fim, a Freguesia de São José, onde *Manoel Teixeira da Rocha Júnior* e *José Ribeiro da Fonseca Lamego* se tornaram responsáveis

29 Destacamos que os senhores de escravos do vale do Paraíba se organizaram e apresentaram uma representação ao governo provincial pedindo a revogação da lei de 1871 (MIRANDA, 2018). Abordamos a participação de Bernardo Clemente Pinto Sobrinho e Antônio Clemente Pinto, filhos do 1º Barão de Nova Friburgo, na assinatura da representação dos cafeicultores de Cantagalo contra a Lei do Ventre Livre (MARRETTO, 2019.).

30 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da 2ª sessão ordinária, em 6 de maio de 1868, p. 1471.

pelo serviços³¹. Em 14 de agosto do mesmo ano, Francisco Pereira da Mota oficiou a Câmara para ser dispensado da tarefa na freguesia de Sumidouro, mas sem apresentar justificativa³². Apesar das parcas informações a respeito da matrícula dos escravos, o trabalho dos cidadãos escolhidos parece ter dado certo. Afinal, no ano de 1972 o Coletor convidou o Presidente da Câmara para “assistir ao encerramento da matrícula geral dos escravos”, ordenada pela Lei do Ventre Livre. Ficou decidido que o Presidente interino estaria presente no evento que daria desfecho à matrícula dos escravos³³.

A partir de finais da década de 1870 e início da década de 1880, várias casas que negociavam com café fecharam na vila de Nova Friburgo. Fenômeno derivado de duas questões: o princípio da crise cafeeira e a hegemonia da casa comissária Friburgo & Filhos (MARRETTO, 2019.) (MELNIXENCO, 2014). A década de 1880 também foi palco do movimento abolicionista e, em Cantagalo, tal movimento foi bastante importante (MATTOS, 2013), ao mesmo tempo em que também tinham aqueles que resistiam ao abolicionismo, mostrando sua face escravista, como Paulino Soares de Souza, Filho do visconde do Uruguai (ALONSO, 2015). Nova Friburgo também possuía a sua representação de abolicionistas e escravistas, os de maior destaque foram os vereadores Galiano das Neves e João Henrique Braune.

O momento em que captamos as posições dos personagens corresponde ao contexto da abolição da escravidão no Brasil. A notícia foi reportada pela Câmara em 21 de maio de 1888, em Sessão Extraordinária, quando o presidente recebeu do vereador Coronel Galiano Emílio das Neves a notícia da “extinção da escravidão no Brasil, por lei sancionada no dia 13 de maio do corrente mês³⁴”. A ata desta sessão se refere a esse “fato histórico que tem sido aplaudido e festejado pela capital e províncias do Império”. A Câmara ainda convocava uma sessão para discutir as “comemorações” pela abolição, que deveria ser realizada com todas as autoridades da vila.

No início da sessão do dia 29 de maio, os vereadores aprovaram a ata do dia 25 de abril e seguiram para a aprovação da ata do dia 21, em que o vereador Galiano das Neves comunicava a Lei Áurea. Neste momento, Galiano aponta que na ata não existe a declaração do Vereador Dr. Braune, que na ocasião votou contra a indicação. Segundo Galiano, o Dr. Braune teria dito que “a Princesa Imperial Regente havia sancionado a lei de 13 de maio, que extinguiu a escravidão no Brasil, influenciada pelos padres³⁵”. O Dr. Braune, por sua vez, confirmou as palavras de Galiano e acrescentou que a Princesa “recebera a Rosa de Ouro e era um despotismo porque hoje tiraram os escravos e amanhã tirarão as nossas casas³⁶”.

Essa é a primeira amostra de como, no campo político, os dois personagens se posicionavam em relação à abolição da escravidão, Galiano defendendo a abolição e Braune criticando-a como “despotismo”. Além disso, é possível perceber que é Galiano quem faz questão de expor as posições do Dr. Braune, exigindo que elas fossem anotadas. É exatamente na sua resposta a Galiano que Braune deixa explícita a sua posição, ficando

31 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da 3ª sessão ordinária em 21 de julho de 1868, p. 1477.

32 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da sessão extraordinária em 14 de agosto de 1868, p. 1483.

33 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da conclusão da 4ª Sessão Ordinária, em 24 de dezembro de 1872, p. 1678.

34 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da sessão Extraordinária de 21 de maio de 1888, p. 2248.

35 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da continuação da 2ª sessão ordinária, em 29 de maio de 1888, p. 2248-2249.

36 Idem.

registrada a contraposição entre as perspectivas dos personagens. O discurso do Dr. Braune vinha recheado pelo princípio liberal do direito à propriedade; tal caráter fica explícito quando ele faz a comparação entre escravos e casas, ambos, segundo a concepção dele e de muitos outros senhores, propriedades privadas.

O segundo momento ocorreu em 28 de agosto de 1888, quando a Câmara recebeu um abaixo-assinado dos fazendeiros de São José do Ribeirão. O pedido era simples: desejavam que a Câmara solicitasse junto à Assembleia Provincial uma indenização que correspondesse aos “prejuízos causados pela lei de 13 de maio deste ano, que extinguiu a escravidão³⁷”. Todavia, o abaixo-assinado estava calcado na Constituição de 1824 e em seus princípios liberais, invocados no documento através do artigo 179 no parágrafo 22, que garantia “a propriedade em toda a sua plenitude”.

Os senhores de São José do Ribeirão requeriam a indenização para aqueles que haviam declarado na última matrícula o valor de seus escravos, conforme a lei de 28 de setembro de 1885³⁸. Os senhores de São José do Ribeirão afirmavam que tinham pago o imposto pelos escravos matriculados como uma forma de garantir a propriedade. Dessa forma, eles não poderiam ser “desapossados a título gratuito por qualquer pessoa ou poder³⁹”. Através da carta, os senhores argumentavam que a Lei Áurea não se preocupou com os valores que eles acreditavam ter direito de receber, sentiam-se “espoliados de uma propriedade legal⁴⁰”. De qualquer forma, sabe-se que nenhuma indenização foi paga.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, o método estabelecido para o mapeamento dos temas relacionados à escravidão e às dinâmicas socioeconômicas da vila de Nova Friburgo se mostraram satisfatórios. Os processos históricos identificados nessa pesquisa e as problemáticas abordadas pelos vereadores são flagrantes do diálogo entre as diversas estruturas da sociedade e economia do Brasil Império. A diversidade de produtos que foram identificados aponta para um movimentado mercado interno, estimulado pela intensificação do transporte do café nas estradas que comunicavam os espaços de Cantagalo, Nova Friburgo, Porto das Caixas e a Corte. Apesar desse importante mercado interno, o café – que enchia os olhos dos lavradores e fazendeiros, sobretudo por seu preço no mercado internacional – passou a compor as paisagens das freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer e São José do Ribeirão nos anos finais da década de 1830.

A vila de Nova Friburgo era um importante caminho para o escoamento do café de seus dois distritos cafeeiros e, principalmente, daquele que era produzido na vila de São Pedro de Cantagalo, centro nevrálgico da cafeicultura da banda oriental do Vale do Paraíba. As estradas, desde que estivessem em bom estado, facilitavam o transporte do café. Assim, a manutenção desses caminhos era fundamental para os cafeicultores da região. A Câmara de Nova Friburgo, através de seus vereadores, expressava a sua preocupação com a

37 Atas da Câmara de Vereadores da vila de Nova Friburgo. Transcrição Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata da continuação da 3ª sessão ordinária, em 28 de agosto de 1888, p. 2256.

38 A lei de 28 de setembro de 1885, também conhecida como Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe, declarava os escravos de 60 anos ou mais libertos após três anos de trabalho aos seus senhores. Além disso, a lei regulou a matrícula dos escravos e estabeleceu uma tabela de valores máximos pela idade dos cativos.

39 Pró-Memória – Fundação D. João VI. Fundo da Administração de Nova Friburgo. Indenização pela Lei do Ventre Livre. doc5847_indenizacao_liberar_escravos_18880920_dsc00000_1.

40 Idem.

manutenção dos caminhos e, no intuito de dirimir o problema, passaram a utilizar a mão de obra dos escravos presos no libambo. Alguns senhores também arrematavam os reparos de determinados trechos da estrada e usavam seus escravos para realizar o trabalho e ainda existiam outros personagens que primeiro realizavam as benfeitorias e posteriormente pediam indenização pelo serviço de seus escravos.

Com os dados apresentados, afastamos ainda mais a ideia de que a vila de Nova Friburgo era uma ilha de pessoas livres cercadas pelo mundo da escravidão. A escravidão e os escravos eram assunto recorrente nas atas. Rebatemos, também, a ideia de que não se produzia café na Nova Friburgo do século XIX. Afinal, identificamos a produção cafeeira de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer em 40.000 arrobas da rubiácea e os cafeicultores de São José do Ribeirão. Lembramos que estes distritos parecem ter largado mais tarde no desenvolvimento da cafeicultura, tendo seu período de expansão no início dos anos 1840.

Questões como o contrabando de ilegal de escravos e o tráfico interno são essenciais para compreendermos os movimentos populacionais da vila de Nova Friburgo ao longo do século XIX. Diante disso, identificamos a necessidade de compreender as dinâmicas populacionais à luz dos assuntos tratados pela Câmara, como as leis de 1831 e 1850, além do tráfico interno para as freguesias cafeeiras. A preocupação com as estradas – utilizadas no escoamento dos produtos para o abastecimento, no transporte do café e no tráfico de escravos – torna-se central dentre os assuntos tratados pela Câmara e pelo Presidente de Província. Afinal, eram essas estradas que dinamizavam o espaço socioeconômico da região, permitindo o enriquecimento de diversos setores da sociedade friburguense, como negociantes, lavradores e fazendeiros, além das taxas que pagavam pelo café exportado.

Representados pela Câmara, esses negociantes, lavradores e fazendeiros receberam em 21 de maio de 1888 a notícia de que no dia 13 de maio a Princesa Isabel havia libertado os escravos através da Lei Áurea. No mesmo dia em que foi comunicada a lei, os ânimos se acirraram e dois personagens se destacaram. Galiano das Neves, de um lado, que pode ser apresentado, naquele momento, como defensor da abolição⁴¹. Os que se opunham à lei encontraram em João Henrique Braune um representante. Tais atores questionavam a nova lei, reclamando seu direito de propriedade e se organizando em torno de um pedido de indenização pelos escravos registrados na última matrícula.

Com este texto esperamos ter apresentado parcela importante do comportamento da Câmara de Vereadores da Vila de Nova Friburgo ao longo do século XIX, de como esta Casa atuou junto aos lavradores, fazendeiros e negociantes, sempre na defesa de seus interesses, principalmente os ligados à propriedade de terras e escravos. Nossa maior preocupação foi compreender o papel da Câmara na conformação de um espaço de relações socioeconômicas forjadas através do trabalho escravo. A Câmara era a instância oficial do poder político imperial no âmbito do município. Assim, ao mesmo tempo em que se mantinha atualizada em relação às leis provinciais, a Câmara trabalhava para a melhoria das estradas e caminhos, favorecendo os senhores de terras e escravos.

As relações entre Nova Friburgo, Cantagalo e Porto das Caixas, ao longo do século XIX, estiveram ligadas pelos caminhos do café. Todavia, deixamos claro que as vilas desenvolveram dinâmicas socioeconômicas integradas, porém desiguais. Enquanto Cantagalo era uma área central da cafeicultura e da escravidão (VINHAES, 1992); (MARRETTO, 2019.), Nova Friburgo ocupava um posto secundário nesses quesitos, desenvolvendo também

41 Não é possível afirmar categoricamente que Galiano era um abolicionista, mas naquele contexto aprovava a extinção da escravidão.

a produção para o abastecimento da região e da Corte. No entanto, não devemos desprezar ou diminuir a relação entre as vilas, com o ônus de ignoramos os elos que as uniam e as disparidades que ambas guardavam.

Apesar desses elos e disparidades, a Vila de Nova Friburgo se conectava à Corte e ao mercado mundial de café através de sua produção. As agências das casas comissárias na região, com destaque para a Friburgo & Filhos, faziam o papel de intermediários entre os produtores e o mercado mundial de café (MARRETTO, 2019.). O crescimento da produção e das exportações da rubiácea acompanhavam as mudanças no volume e intensidade em que mão de obra escrava era introduzida na região via tráfico de escravos. Essa “nova” configuração da escravidão, impactada pela construção do Estado e da Nação e pelos fluxos do comércio mundial de commodities, afetou também as relações de produção no espaço analisado, fazendo surgir os dois distritos cafeeiros da Vila de Nova Friburgo. Tais distritos, Nossa Senhora da Conceição do Paquequer e São José do Ribeirão, ao que tudo indica, desenvolveram sua cafeicultura mais tardiamente. De qualquer forma, a cafeicultura dessas duas áreas produtivas ajuda o historiador a compor um quadro mais amplo da produção regional, envolvendo outros municípios com dinâmicas socioeconômicas próprias, mas que se integravam tanto por meio da economia de abastecimento quanto por aquela destinada ao comércio exterior.

Para finalizarmos esse trabalho, torna-se fundamental retomar as comemorações referentes à Abolição da escravidão, lembrando que a proposta partiu de Galiano das Neves. Ele se preocupava em enviar “felicitações a sua Alteza Imperial Regente”, por ter declarado extinta a escravidão no Brasil. Além disso, em Nova Friburgo, um Te-Deum seria cantado na Igreja Matriz pelos padres do Colégio Anchieta e as apresentações das “sociedades musicais” serviriam para “abrilhantarem os festejos na casa da Câmara”. Foram convidados “os senhores vereadores e autoridades desta Vila”, os moradores deveriam participar iluminando as suas casas no dia proposto. Até mesmo a praça do Suspiro mudou de nome, passando a se chamar Praça 13 de maio. Diante da proposta do vereador, ressaltamos que o único elemento faltante para que as celebrações estivessem completas foram os ex-escravos. Apesar de protagonistas no contexto da abolição, os novos homens livres continuaram vivendo um processo de invisibilização próprio do mundo escravista, que marcou todo o pós-abolição e ainda tem impacto nos dias atuais.

Fontes:

Almanack Laemmert (1860).

Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015 (1822-1888).

Código Criminal Do Império Do Brasil 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso: 18 de março de 2020.

Fundo da Administração de Nova Friburgo, CDH-Pró-Memória da PMNF- Fundação D. João VI.

Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro - 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/tittles/>

Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro - 1864. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/184#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=532%2C11%2C3143%2C2217>. Acesso: 18 de março de 2020.

Bibliografia:

ALONSO, A. **Flores, votos e balas:** o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COSTA, G. M. A produção de café na Vila de São João de Itaboraí e sua comercialização em Porto das Caixas (1833-1875). **Revista Cantareira**, Niterói, v. 1, n. 32, p. 73-93, Jan-Jul 2020.

MAMIGONIAN, B. G. **Os africanos livres:** A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUESE, R.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 21-56.

MARRETTO, R. M. **O opulento capitalista:** café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-c.1873). [S.l.]: [s.n.], Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH- UFF, 2019.

MATTOS, H. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª Rev. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1987.

MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos:** tradições do passado e invenções do futuro. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) PPGH-UNIRIO, 2014.

MIRANDA, B. D. F. **O Vale do Paraíba contra a lei do ventre livre, 1865-1871**. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) – F.F.L.C.H. – USP, 2018.

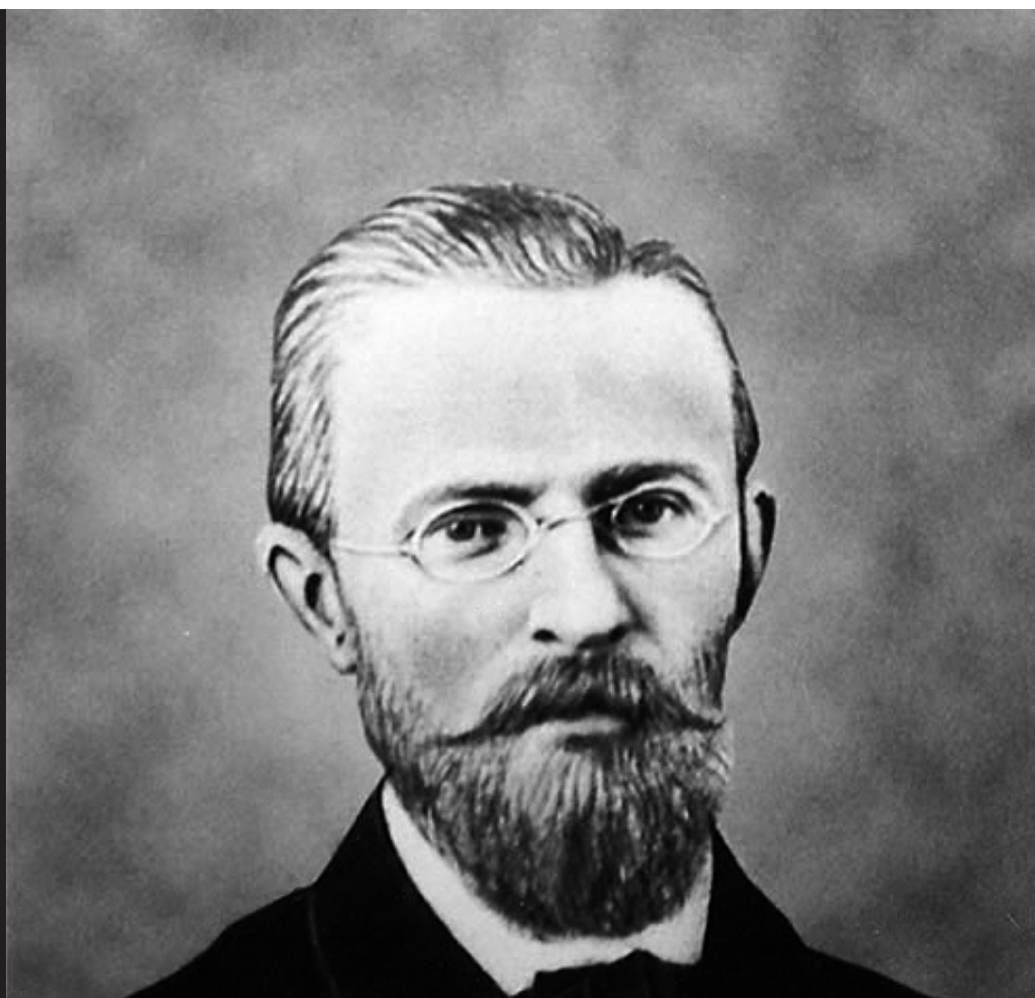
NEVES, L. M. B. P. Boa Sociedade. In: VAINFAS, R. (.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, v. v. 1, 2002. p. 95-98.

SALLES, R. **E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TOMICH, D. **Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

EM “BENEFÍCIO DA ELEGÂNCIA E A SALUBRIDADE PÚBLICA”:
Jean Bazet e a boa sociedade imperial na vila de Nova Friburgo
(1828-1852)

Rodrigo Marins Marretto e Gabriel Almeida Frazão



Jean Bazet
Acervo da Câmara Municipal de Nova Friburgo

Introdução

O presente texto tem como objetivo investigar a vida de um importante membro da migração suíça para a Vila de Nova Friburgo: Jean Julien Bazet. Ele nasceu na França, mais especificamente na freguesia de Nay. Engajado como médico dos colonos no projeto migratório organizado por Sebastião Nicolau Gachet, o personagem fez sua viagem transoceânica no navio *Camillus* e chegou ao Brasil em oito de fevereiro de 1820. Nessa data, contava 28 anos. Em meados de 1820, recebeu os títulos de Médico dos Colonos Suíços da Vila de Nova Friburgo e de Médico Honorário da Casa Real, o que lhe conferiu significativo prestígio entre os colonos e os proprietários locais. Tal poder ajudou o personagem a vencer as eleições para vereador em cinco ocasiões: 1) em 1828, pelo sistema de pelouro¹; 2) nos anos de 1829, 1832 e 1836, sendo o vereador mais votado; 3) em 1845, ficando na terceira colocação.

Bazet inicia sua atividade política na Vila de Nova Friburgo tão logo bota os pés na localidade, participa do juramento as Cortes portuguesas em 1821, episódio em que Jacob Joye celebrou uma missa. Em sua primeira eleição, destacou-se como defensor da boa sociedade, agente ativo na consolidação da Nação e dos interesses senhoriais na Vila de Nova Friburgo. Além de absorver o modo de vida senhorial escravista, Bazet expressava os comportamentos da “boa sociedade”, ou seja, ele era um “modelo” para as elites locais na medida em que expressava os valores e comportamentos oriundos do padrão europeu de civilização.

No mesmo ano de sua eleição como presidente da Câmara em 1829, Bazet se casou com Justine Froidevaux. Justine também era colona e filha mais velha de Jean-Baptiste Froidevaux e Marie Louise Banguerolle (BON, 2004, pp. 257 e 464). A união entre Bazet e Justine resultou no nascimento de três filhos. Os dois mais novos foram batizados na Igreja da Glória e seus padrinhos foram Antônio Clemente Pinto e Laura Clementina da Silva Pinto (ALEGRIO, 2015; MARRETTO, 2019; MELNIXENCO, 2014), membros da elite aristocrática da Corte, grandes proprietários de terras e escravos na região de Cantagalo e Nova Friburgo. Através desse ritual, Bazet e sua família se ligavam, a partir de então, por parentesco ritual, a membros destacados da elite senhorial. Justine Froidevaux se retira para a França em 1854 e Bazet se junta a ela em Paris em 1856. Ainda não foi possível identificar o motivo da partida de Justine, mas especulamos que, devido à doença do marido, a esposa viajou primeiro para estabelecer uma estrutura para receber Bazet na capital francesa.

Em outro trabalho, as estratégias socioeconômicas de Jean Bazet foram apresentadas, abordando suas duas aquisições de terras e de escravos batizados na Vila de Nova Friburgo. Além disso, a participação política do personagem foi colocada em evidência, assim como seus títulos nobiliárquicos e seus vencimentos como médico da colônia. Naquela ocasião, o inventário de Jean Bazet, cujo montante somava 83:092\$520, foi investigado para compreender suas estratégias de enriquecimento (MARRETTO, 2015).

Diante dessa pequena introdução e do trabalho já citado, algumas questões vieram a lume. Tais questionamentos correspondem ao problema com o qual pretendemos trabalhar: em que medida o personagem assimilou as perspectivas da classe senhorial escravista

¹ Durante o período colonial, as eleições para as câmaras municipais eram indiretas. Os representantes das melhores famílias, “os homens bons”, escolhiam os seus eleitores. Estes, divididos em três pares, formavam uma lista triplíce com os nomes dos futuros vereadores. Um oficial régio conferia as listagens e colocava os indicados em bolas de cera, chamada de pelouros. Em dezembro, era tirado dali o nome dos que serviram no ano seguinte (BICALHO, 2001, p. 192). Em Nova Friburgo, nota-se que, durante os anos de 1820 a 1828, a Vila escolhia três vereadores com mandatos anuais (PEDRO, 1999).

e como esse amálgama de escravismo e civilização europeia engendraram um indivíduo peculiar? Como Bazet expressava, em suas falas como vereador, os interesses classistas dos senhores de terras e escravos? Qual o seu papel na consolidação da escravidão diante da proibição do tráfico de escravos para o Brasil em 1831? Quais os posicionamentos da Câmara diante da abdicação de D. Pedro I? Todas essas questões se fazem presentes no discurso de encerramento da vereança de Bazet proferido no início de 1833. Esse documento é entendido, aqui, como a síntese do seu pensamento político.

Metodologicamente, parte-se da perspectiva da micro-história italiana, utilizando duas importantes reflexões de Carlo Ginzburg. A primeira delas diz respeito ao paradigma indiciário e a segunda à utilização do nome como fio condutor da investigação. As Atas da Câmara são uma documentação privilegiada para buscar os "detalhes", as "particularidades" e os "indícios" possíveis de serem captados nos pronunciamentos da primeira vereança de Bazet (GINZBURG, 1994). Para isso, utiliza-se o nome vereador como fio condutor da investigação que, mesmo fragmentária, busca recompor um quadro mais geral da atuação de sua como Presidente da Câmara (GINZBURG, 1989). Como afirma Jaques Revel (1998), a variação de escalas é fundamental para a microanálise e "a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social" (REVEL, 2000, p.17). Assim, no caso em tela, a pesquisa onomástica foi elemento central na identificação dos indícios de que a "ordem" e a "boa sociedade" se consolidavam na Vila de Nova Friburgo.

A análise será realizada em duas frentes: 1) quantificando o desempenho do personagem ao longo de oito eleições em comparação com outros suíços e também com os luso-brasileiros; 2) examinando os discursos e falas de Bazet nas atas da Câmara de vereadores e em seus diálogos com o governo provincial. As Atas da Câmara de vereadores da Vila de Nova Friburgo são as principais fontes utilizadas neste trabalho, por meio delas se busca compreender a trajetória política de Bazet. Todavia, o volume de documentos produzidos nas vereanças de João Bazet é enorme, a pesquisa nominativa

retornou mais de 200 ocorrências do seu nome completo e mais de 700 do seu sobrenome. Diante disso, tornou-se necessário concentrar as análises em seu primeiro mandato entre 1829 e 1832. As informações extraídas desse documento serão complementadas com os dados: do fundo de administração da Vila de Nova Friburgo; do Almanack Laemmert; dos Relatórios de Presidente de Província; e da lei de 1828, que regulamentou as eleições das Câmaras municipais do Brasil.

Ao final desse percurso, um esboço do pensamento político de Bazet terá sido traçado, enquadrando o personagem como um importante membro da elite política da Vila de Nova Friburgo, defensor da boa sociedade e mantenedor da ordem. Ele é um importante agente, pois por meio de sua trajetória é possível perceber dois aspectos: 1) a assimilação do modo de vida senhorial escravista e 2) a difusão de valores e comportamentos europeus. Por certo, o médico se aproveitava dessas características para transitar entre as elites locais e as da Corte, com o objetivo de alcançar vantagens materiais e simbólicas.

A carreira política de Bazet e o seu desempenho eleitoral na Câmara de Nova Friburgo

João Bazet também teve uma vida política ativa na Vila de Nova Friburgo. Provavelmente, a atividade médica lhe conferiu prestígio junto aos cidadãos locais que, por diversas vezes, elegeram-no vereador. Em um estudo dedicado a Carlos Éboli, outro médico da cidade,

Proença ressalta a frequência com a qual os médicos do interior conseguiam importância social, o que os faziam apostar na carreira política (PROENÇA, 2017). Nesse sentido, Éboli deu prosseguimento a uma relação iniciada pelo suíço e que se manteve forte durante todo o século XX e início do XXI, haja vista o número desses profissionais que exerceram cargos públicos e que foram prefeitos da cidade.

Bazet aparece nas atas da Câmara, pela primeira vez, no ano de 1821, na solenidade de juramento das Constituições portuguesas. Celebrada pelo padre Jacob Joye, ela contou com a participação de diversas autoridades locais, além do “Tenente Coronel de Milícias do Douro, do Exército de Portugal”². De fato, naquele contexto, o juramento era importante e foi prestado nos seguintes termos: “Juramos Veneração e respeito à nossa Santa Religião, obediência ao Rei e observar, guardar e manter perpetuamente a Constituição tal qual se fizer em Portugal e assim o jurarão e prometerão e assinarão:”³.

Logo em seguida, na transcrição das atas, apresenta-se uma lista de autoridades já citadas na fonte e suas respectivas assinaturas. Além disso, o transcritor elabora uma nota afirmando que o documento ficou aberto por três dias e recebeu cerca de 170 assinaturas, mas não as transcreve⁴. Na consulta aos originais, foi possível identificar a presença da assinatura de Jean Bazet logo no primeiro dia, o mesmo da solenidade, o que permite inferirmos que o personagem estava presente e havia feito seu juramento.

Surpreendentemente, Bazet não aparece na listagem de assinaturas da ata da sessão de 12 de outubro de 1822, quando se noticiou com “reconhecimento e louvores” a independência do Brasil. A notícia, mesmo tendo chegado a Friburgo quase um mês depois, foi bastante festejada pela população local. Na ocasião, o pronunciamento do presidente da Câmara retrata muito bem o frenesi da Vila:

Viva a nossa Santa Religião - Viva a Independência do Brasil - Viva a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil - Viva o Imperador Constitucional do Brasil Senhor Dom Pedro I - Viva a Imperatriz do Brasil e a Dinastia dos Bragança, imperantes no Brasil - Viva o Povo Constitucional do Brasil. os quais foram repetidos pela Câmara, Nobreza, Povo e Tropa nesta Vila destacada, que deu descargas de alegria (...)”⁵.

O documento pode ser abordado em diversos aspectos, sobretudo por se tratar do momento da independência e da recusa da recolonização de Portugal. Chama-se a atenção, aqui, para o fato de Bazet não estar presente nesse momento, e, se esteve, a sua presença não foi registrada. Outro elemento que precisa ser destacado é a referência no final da ata de que os oficiais da Câmara assinavam junto com “os bons do povo”.

Bazet retorna as atas na vereança extraordinária de 8 de dezembro de 1827, durante a abertura dos pelouros dos Oficiais que serviriam em 1828. Ele é escolhido vereador, o único colono dentre todos os cargos. Em 26 de fevereiro de 1828 a Câmara mandava avisar

2 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Vereança de 14 de março de 1821, pp. 15-16.

3 *Idem*.

4 Compreende-se perfeitamente que o transcritor não tenha copiado a lista, principalmente pela tarefa hercúlea que tinha pela frente.

5 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Vereança de 12 de outubro de 1822, pp. 40-41.

ao médico e a outros selecionados que fossem tomar posse. Não há indicações do se comparecimento e sua próxima aparição se dá na sessão que apurou primeira votação para a Câmara de vereadores, após a lei de 1828.⁶A dimensão do prestígio social e político de Bazet também pode ser aferida pelo exame dos resultados das eleições municipais diretas da Vila de Nova Friburgo. Levando em consideração apenas o período em que ele foi citado nas atas de apuração mencionadas nas sessões camarárias, construiu-se a tabela a seguir:

Tabela 1: Desempenho de Bazet nas eleições da Câmara N.F. (1829-1852).

Ano	Nº. Votos	T. Geral Votos	% Votos	Colocação	Nº Votos 1º Lugar	% Votos 1º Lugar
1829	158	2072	7,6%	1º	158	7,6%
1832	169	2146	7,9%	1º	169	7,9%
1836	164	1426	11,5%	1º	164	11,5%
1841	3	992	0,3%	40º	115	11,6%
1845	673	5608	12,0%	3º	781	13,9%
1849	13	3040	0,4%	10º	432	14,2%
1849a	8	3464	0,2%	18º	363	10,5%
1852	203	3413	5,9%	9º	428	12,5%

Fonte: Produzida pelos autores a partir das Atas da Câmara N.F

Na representação acima, é possível comparar os votos de Bazet com o primeiro colocado. Além disso, ela apresenta a relação percentual entre esses números e o total de votos apurados. Entende-se que esse procedimento é importante devido às regras do sistema eleitoral da época, no qual o número de votos apurados era maior do que o quantitativo de eleitores. Dessa forma, torna-se mister, antes da análise dos dados, abrir um pequeno parêntese para explicar, minimamente, como se davam as eleições para vereadores.

Ao contrário do que ocorria no pleito de outros postos legislativos, a votação para vereadores era direta (CHAVES, 2012). A lei de 01 de outubro de 1828, que regulamenta o funcionamento das Câmaras municipais, detalha como se organiza a eleição para representantes da vereança e juizes de paz. Ela deveria ocorrer a cada quatro anos, sempre no dia 7 de setembro, em todas as paróquias, tendo direito a voto todos os que eram classificados como eleitores de paróquia, segundo os critérios estabelecidos pela constituição de 1824. Ainda de acordo com o documento, poderiam ser vereadores, todos aqueles listados nas assembleias paroquiais, desde que já vivessem há dois anos no município. As listas dos votantes eram fixadas nas igrejas pelo menos quinze dias antes da eleição, de modo que, pessoas incluídas ou excluídas da listagem pudessem apresentar queixa. No dia da eleição, segundo o artigo 7:

cada eleitor cada um dos votantes entregará ao Presidente uma cédula, que contenha o número de nomes de pessoas elegíveis, correspondente ao dos Vereadores, que se houverem de eleger, e que será assinada no verso, ou pelo mesmo votante ou por outro a seu rogo, e fechada com

6 Lei a de 1828 regulou a eleição para vereadores no Brasil Imperial.

um rotulo, dizendo - Vereadores para a Câmara da cidade de.... ou villa de.... -: imediata, e sucessivamente entregará outra cédula, que contenha os nomes de duas pessoas elegíveis, uma para Juiz de Paz, outra para Suplente do distrito, onde estes houverem de servir, e será do mesmo modo assinada, e fechada com rótulo, dizendo - Juiz de Paz, e Suplente da paróquia de.... ou da capela de...⁷ Os cidadãos, que não pudessem comparecer por algum motivo grave, mandariam a cédula em carta fechada ao presidente da assembleia paroquial. Como o voto era obrigatório, aqueles que não votassem seriam multados em 10\$000 réis e essa verba seria destinada às obras públicas municipais. Uma vez terminado o pleito, cada mesa eleitoral da cidade enviava à Câmara as cédulas e um ofício informando o número total de votos. O mesmo procedimento era feito com os papéis referentes à votação para juizes de paz.

No tocante à realidade de Nova Friburgo, cada eleitor entregaria à mesa receptora uma listagem com sete nomes, já que, segundo a lei supracitada, esse era o número de vereadores que uma Vila teria direito. É esse procedimento que explica a possibilidade de o número de eleitores ser bem menor do que o total de votos contabilizados, ratificando, assim, a opção metodológica sobre a apresentação dos dados percentuais. Outro aspecto importante é que esse sistema favorecia a pulverização do sufrágio, fazendo com que alguns nomes, como o próprio Bazet, recebessem menos de dez indicações.

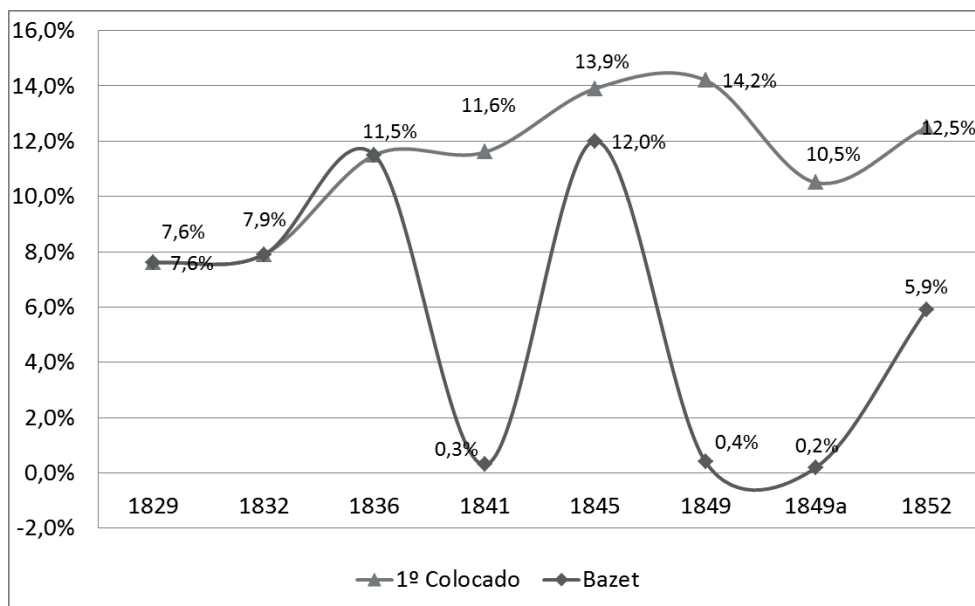
Voltando ao exame da tabela, nota-se que Bazet foi eleito vereador, pelo voto direito, figurando entre os sete primeiros colocados, em quatro pleitos. Em outras duas oportunidades, ele esteve entre os quatorze mais bem votados, tornando-se suplente. Os indicadores também apontam para os momentos mais importantes da carreira política do médico, quando, nas três primeiras eleições municipais realizadas em Nova Friburgo (1829, 1832, 1836), ficou na primeira colocação. Vale destacar que, como não havia a figura do prefeito, o presidente da Câmara – o vereador mais bem votado –, possuía certo poder administrativo. Afinal, ele conduzia a sessão, detinha o voto de desempate e liderava o colegiado nas suas comunicações com o governo provincial.

O prestígio político do suíço também pode ser mensurado por meio da comparação entre a porcentagem do número de votos recebidos por ele e pelos primeiros colocados nos pleitos em que ele esteve presente. No gráfico a seguir, chama a atenção o fato de os números obtidos por ele, quando ocupou a primeira colocação, estarem próximos do quantitativo recebido pelos outros políticos que alcançaram aquela posição. Tendo em vista, que, a exceção do médico, todos eram luso-brasileiros, percebe-se o grande poder de influência do colono na Vila de Nova Friburgo⁸.

7 BRASIL. Lei de Outubro de 1828. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em: 15/04/2020

8 Pedro (1999) analisou a importância dos luso-brasileiros na vida política de Nova Friburgo.

Gráfico 1: Bazet e os primeiros colocados nas eleições da Câmara NF (1829-52)



Fonte: Produzido pelos autores a partir das Atas da Câmara N.F

Nos primeiros mandatos, Bazet conseguiu, no mínimo, 7,6% dos votos apurados. Percebe-se que sua atuação como médico da Colônia e vacinador da Vila influenciou a escolha dos cidadãos votantes. Por meio do trabalho de Proença (2017), destaca-se a preocupação dele em fortalecer o quadro médico da região, defendendo, por exemplo, em 1831, a instalação de boticas e reivindicando, junto ao governo imperial, o envio de um cirurgião para procedimentos para os quais ele não estava habilitado.

Contudo, a trajetória de Bazet aponta para a tentativa de não ocupar o cargo de vereador. Talvez, pelo fato de a função não ser remunerada, ou por já ter alcançado outras posições de distinção social, o médico, na maioria das vezes, não quis assumir nem a presidência para a qual havia sido eleito. Outro fato que pode explicar essa situação é que, naquele momento, parecia não haver propriamente uma candidatura aos cargos da administração. Assim, todos os nomes das pessoas qualificadas para o posto eram oferecidos aos eleitores, é provável que muitos agentes eleitos, apesar de terem os pré-requisitos, não tivessem interesse em assumir a função pública.

Após ser eleito em 1832, Bazet, na sessão de 6 de dezembro de 1832, pediu dispensa de sua reeleição com base no artigo 18 da lei de 1828⁹. A Câmara, apesar de reconhecer os méritos do médico, reeleito pelas "provas que deu do seu bom discernimento [...] durante os quatro anos que presidiu esta Câmara e [que] o distinguem sempre", aceitou o pedido, ressaltando

9 O artigo 18 afirmava que os vereadores reeleitos poderiam se recusar a assumir novamente a função em algumas situações, citadas no artigo 19, tais como: "enfermidade grave ou prolongada, emprego civil, eclesiástico ou militar, cujas obrigações sejam incompatíveis de se exercerem conjuntamente" (BRASIL, 1828).

que sentiria “saudades [...] de tão digno presidente”¹⁰. Bazet seguiu na presidência até a posse dos novos vereadores, em 7 de janeiro de 1833¹¹. O fato de o suíço estar ocupado com outras atividades parece ser a causa de seu afastamento, já que, em fevereiro do mesmo ano, recusa a indicação feita pela Câmara para o juiz municipal, alegando estar empregado no comando do Batalhão da Guarda Nacional e de ser professor de medicina da Vila¹². Mesmo diante dessa negativa, em março, ele foi indicado pelos vereadores para integrar a comissão que revisaria as Posturas Municipais.¹³ Ainda nesse mês, foi eleito como um dos quatro juízes de paz da Vila, posto que, por estar no comando do batalhão, ele escusa a assumir¹⁴. Durante os anos de 1833 e 1834, ele é mencionado em várias sessões como membro da comissão de posturas e como médico vacinador da Vila.

Mesmo após ter recusado assumir a vereança, as outras atividades exercidas por Bazet consolidaram ainda mais seu cabedal social. Nas eleições realizadas em 1836, ele não somente foi novamente o vereador mais votado, como obteve um melhor resultado, levando em conta o índice percentual (11,5%) do total de votos. Alegando mais uma vez ser oficial da Guarda Nacional, pede dispensa, baseando-se no mesmo artigo 18 da Lei de 1 de outubro de 1828. Contudo, nesse novo contexto, a Câmara se nega a dispensá-lo¹⁵. Em janeiro de 1837, no dia da posse da nova administração, ele reforçou o pedido, ressaltando o cargo de médico e militar que já ocupava. Novamente, diante da negativa, o comandante tomou posse de seu segundo mandato como presidente¹⁶. Fica claro que o suíço não tinha interesse em cumprir esse papel, já que em junho de 1838, voltou a pedir para não continuar na presidência, o que de novo lhe foi negado¹⁷. Diante disso, Bazet, após várias ausências nas sessões, passou a alegar não poder estar à frente da administração municipal por se encontrar enfermo. Os vereadores, afirmando saber da real condição de saúde do médico, decidiram recusar o requerimento, advertindo-o que ele passaria a ser multado pelas faltas¹⁸. Apesar de ter sido multado em duas ocasiões, Bazet se fez ausente das reuniões, alegando estar doente ou vacinando pessoas na Vila. Nota-se que, de uma forma ou de outra, ele conseguiu não participar das sessões dos anos seguintes do seu mandato, ou seja, até o final de 1840.

Infere-se que esse comportamento possa ser uma das causas para a grande queda no número de votos obtidos por Bazet nas eleições de 1841, quando logrou apenas três indicações. A oscilação é mais claramente notada, ao se ter em conta somente o percentual de intenções declaradas ao médico. Conforme o exame do gráfico 1, nota-se que esse pleito marcou uma profunda inflexão em sua carreira política, já que aqui recebeu apenas 0,3% do total de votos.

10 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 6 de dezembro de 1832, p. 245.

11 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 7 de janeiro de 1833, p. 255.

12 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 11 de fevereiro de 1833, p. 270.

13 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 6 de março de 1833, p. 283

14 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 26 de março de 1833, p. 289; e Ata da sessão de 12 de abril de 1833, p. 292.

15 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 14 de dezembro de 1836, p. 470.

16 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da sessão de 7 de janeiro de 1837, p. 473.

17 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 8 de junho de 1838, p. 529.

18 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 26 de julho de 1838, p. 533.

Após a eleição, Bazet foi duramente criticado por alguns vereadores que o acusaram de omissão na função de vacinador¹⁹. Apesar de a crítica ter feito com que ele fosse retirado do posto, em 3 de julho, o próprio Presidente da Província, que antes o afastara, o reconduziu à função dois meses depois²⁰. No ano de 1842, Bazet esteve envolvido na administração de um dos trechos da estrada de Cantagalo a Macaé (PENHA, 2015). Essa arrematação pode ter o ajudado a angariar mais capital e econômico e político, tendo em vista a importância da rota para o desenvolvimento socioeconômico da Vila de Nova Friburgo e da região como um todo²¹. Em que pese suas negativas de assumir outras posições na administração, tais como as de substituto de Delegado e de Juiz Municipal, a sua participação na questão das estradas, ainda é notada em 1843, quando é mencionado como tesoureiro das obras do caminho que levava à Freguesia de Aparecida²².

Na eleição de 1845, Bazet voltou a ter um grande número de votos, o seu melhor resultado em números totais e percentuais (gráfico 1). Dessa vez, assumiu o mandato, no mesmo ano, sem apresentar quaisquer motivos para escusa. Ainda que não tenha sido o mais votado, figurou como presidente de julho de 1846 até o início do ano de 1849²³. Na sua gestão, relata ao governo da província as principais necessidades do município: os reparos da estrada de Cantagalo; a construção de uma Igreja Matriz; e as reformas da Casa da Câmara e da cadeia²⁴.

Nos dois pleitos ocorridos em 1849, mais uma vez se constata uma queda nos números total e no percentual de votos. Contudo, na primeira eleição, Bazet ainda figuraria entre os suplentes. Novamente alegando problemas de saúde, pede para não assumir a função²⁵. Tal fato pode ter pesado no resultado seguinte, uma vez que essa disputa foi anulada e ele fora mencionado por um número ainda menor de eleitores. O seu estado de saúde devia ter se agravado, já que, em 1851, os próprios vereadores reconheciam e defendiam que o francês não tinha condições de assumir o posto de Juiz Municipal e dos Órfãos, função para o qual tinha sido designado no ano anterior²⁶.

Nas eleições de 1852, Bazet voltou a ter um grande número de votos, ficando na 9ª colocação, o que o colocava novamente na condição de suplente. Contudo, o que chama mais atenção foi o fato de o primeiro colocado ter sido seu genro, Francisco Marques de Souza (BOM, 2004), que obteve 428 votos, ou 13% do percentual total. Ele não tinha mais interesse e/ou condições de ser vereador, já que, outra vez, recusou-se a tomar posse como suplente

19 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 9 de julho de 1841, p. 641

20 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 21 de setembro de 1841, p. 642.

21 Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro de 1842, p. 8. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/184?terms=Bazet&item_id=4681#?h=Bazet&c=4&m=8&s=0&cv=9&r=0&xywh=-372%2C328%2C3087%2C2178
Data de acesso: 20/06/2020

22 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Atas das Sessões de 19 de abril de 1842, p. 660 e de 3 de fevereiro de 1843, p. 684.

23 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Atas da Sessão de 24 de julho de 1846 p. 742.

24 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 14 de janeiro de 1848, p. 769.

25 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 17 de fevereiro de 1849, p. 786.

26 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 10 de maio de 1851, p.827.

nesta administração, iniciada em 1853²⁷. Ao que parece, então, ele conseguiu transferir seu capital político para outro membro da família.

Toda a digressão acima demonstra o capital político que Bazet alcançou ao longo de sua trajetória. Ainda que ele, de fato, só tenha cumprido o mandato para o qual foi eleito em três ocasiões (1829-1832; 1837-1840; e 1845-1849), os números e percentuais de suas votações, na maioria dos pleitos, foram bem expressivos. Aqui, levando em consideração os limites de espaço disponível para esse texto, optou-se por analisar o momento da sua primeira vereança, quando era o presidente da Câmara. Por meio dele se busca entender melhor as principais linhas de atuação desse político e o seu papel na construção da ordem imperial.

O presidente Bazet: em nome da ordem e da boa sociedade

Aborda-se, nesta parte do texto, três ocasiões em que Bazet se posiciona sobre questões relativas à administração municipal. A primeira ocorrência foi o requerimento de Luiz José de Souza Lisboa, Domingos da Silva e Sebastião José, onde se queixavam do Juiz Ordinário que havia prendido os requerentes de forma arbitrária. A segunda fonte a ser analisada se refere ao período da Abdicação de D. Pedro I, quando o apoio à constituição foi reafirmado. O último documento é o discurso proferido pelo médico no início de 1833, dando posse aos vereadores da eleição de 1832 e fazendo um relatório de como ele havia encontrado a Câmara e como ela se encontrava ao fim do seu mandato como presidente.

O primeiro momento ocorreu na sessão extraordinária de 18 de dezembro de 1830, por conta de que Bazet, presidente da Câmara, recebera um requerimento, de réus presos pelo Juiz de Paz. Tais indivíduos afirmavam que a prisão servia apenas para “satisfazer as paixões” de Antônio José Pereira Tatagiba, ocupante da função e responsável pela prisão. Após a exposição dos requerentes, os vereadores começaram a se pronunciar, principalmente a respeito dos crimes e do “mau procedimento dos réus”, como apontou Mindelino Francisco de Oliveira.

O vereador também afirmou que, estando a Vila sem reforços para enfrentá-los, os infratores atropelavam a todos, achincalhavam as autoridades. Muitos cidadãos os temiam e abandonaram a cidade. Foi o caso do próprio Juiz de Paz, que só retornou quando Sua Majestade Imperial mandou um Destacamento Militar para que “as autoridades respectivas, livres da opressão, pudessem exercer a Justiça com segurança de suas pessoas”. O vereador Perroud afirmou que desde a chagada do “mau cidadão Lisboa no meio dos seus habitantes não mais (a Vila) pôde ter tranquilidade”. Além disso, acrescentou: ele (é) prevaricador da mocidade, sorvedor dos bons filhos de famílias, insultador das autoridades e primeiro promotor da anarquia”. Diante dessas qualificações, Perroud afirmou que o Juiz de Paz agiu corretamente expulsando os réus da Vila.

A opinião do pároco Jacob Joye não se distanciava muito das dos outros dois vereadores: ele afirmava que os réus já tinham cometido vários crimes e lhe causava admiração que esta fosse a primeira vez que eram punidos. Joye ainda argumenta que o Juiz cumpriu a lei e que eram inadmissíveis as declarações dos envolvidos. O vereador Alexandre Robaday era parte diretamente atingida pelos criminosos, o próprio Lisboa lhe devia 540\$000. No dia 14 de maio de 1830, ele contou que o transgressor atentou assassiná-lo. Após escapar, o suíço passou a

27 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 11 de fevereiro de 1853, p. 850

receber do delinquente “promessas, ameaças e esperas” que tinham como objetivo lhe tirar a vida”. Além disso, no dia anterior, o acusado buscava intimidá-lo, afirmando que se fosse solto acabaria com ele.

Tais narrativas demonstram de forma irrefutável que os réus, especialmente, Luiz José de Souza Lisboa, eram perturbadores da ordem. Suas atitudes criminosas desafiavam o poder local, trazendo para a Vila a insegurança e o medo, inclusive porque colocavam em risco a vida dos bons cidadãos. Tais criminosos estavam entre aqueles que, segundo Ilmar de Mattos e Márcia Gonçalves, causavam medo à boa sociedade imperial (GONÇALVES e MATTOS, 1991, p. 24). Com isso, o caos estava instalado e para o reestabelecimento da ordem os poderes locais contaram com o apoio do Estado imperial, que enviou um destacamento militar responsável pela prisão dos meliantes.

O último vereador a se pronunciar antes do presidente foi Mathalem, que volta seu olhar para a lei de 1º de outubro de 1828, em seu Título 2, Artigo 24. Tal artigo era responsável por definir as funções da Câmara como “corporações meramente administrativas e não exercerão jurisdição alguma contenciosa”. Os limites impostos pela lei foram repetidos por Bazet quando tomou a palavra para informar a decisão dos vereadores. Ademais, elogiou o Juiz de Paz dizendo que, “quando cumpre a Lei e seus Deveres se faz digna da estima do público”. Todavia o Presidente não se furtou a opinião de que o Juiz fazia a justiça valer na Vila “expurgando-a dos malfeitores que a oprimiam”.

Diante dos acontecimentos narrados, nota-se que atentar contra a vida de um dos membros da “boa sociedade” parece ter sido um dos atos mais graves. Diante da identificação da desordem e com a ajuda do Estado imperial os criminosos foram presos e a ordem reestabelecida. Neste caso, o presidente manteve sua posição institucional reconhecendo os limites entre os poderes da Câmara e os do Juiz de Paz, mas apoiando a expulsão daqueles que atentavam contra a ordem e o sossego da boa sociedade.

Assim, é possível afirmar que a boa sociedade da Vila de Nova Friburgo, através da presidência de Jean Bazet, no seu dever de governar e ordenar aquela sociedade havia obtido êxito. Destaca-se, portanto, que a tese de Ilmar sobre os “três mundos” característicos do Império - Governo, Trabalho e Desordem - “se tangenciavam, por vezes se interpenetravam (MATTOS, 1987, p.116)”, mas mantinham limites bastante claros. No caso apresentado, os mundos do governo e da desordem têm suas fronteiras demarcadas pela punição daqueles que rompiam com as normas.

Apesar da preocupação com a ordem, a boa sociedade, representada pelo Juiz de Paz e pelos Vereadores da Vila, silenciava a respeito do tráfico ilegal de escravos. Sob a presidência de Bazet receberam e ignoraram a comunicação da Secretaria de Estado e Negócios da Justiça de 1830, a respeito do comércio ilegal de africanos, e, posteriormente, silenciando também sobre a lei de 1831²⁸. Em diálogo com outros trabalhos, percebe-se que o tráfico de africanos continuava crescendo mesmo no período ilegal. Ou seja, o Juiz de Paz, ao não fiscalizar, e a Câmara, ao não mencionar a continuidade do ilícito, acabavam por legitimar a propriedade de africanos traficados ilegalmente.

28 “Lei de 7 de novembro de 1831 foi a primeira lei nacional a proibir o tráfico de escravos. Conhecida vulgarmente como “lei para inglês ver”, por estar associada à pressão inglesa e também ao extenso contrabando das décadas seguintes, ela tem sido largamente pesquisada desde o início dos anos 2000. A legislação foi pivô de vários embates políticos e jurídicos, e esteve no centro do debate sobre a legalidade da escravidão brasileira no século XIX.” (MAMIGONIAN e GRIMBERG, 2018, p.285).

O apoio à constituição foi reafirmado por Jean Bazet quando respondeu a um ofício da Câmara de Cantagalo, na Sessão Extraordinária de 15 de abril de 1831, no contexto da abdicação de D. Pedro I. O presidente recebe o documento com “especial agrado” e garantia que a Câmara de Nova Friburgo e “todos os seus concidadãos sempre farão e serão firmes ao juramento que prestaram à Constituição”. Após a comunicação da abdicação do imperador em favor de seu filho, nesta mesma ata, ele afirma que tal transição ocorreu “sem a menor efusão de sangue”. Novamente Ilmar de Mattos e Márcia Gonçalves esclarecem o momento, lembrando que, após a abdicação, os liberais exaltados continuavam nas ruas apresentando suas discordâncias e “exigindo maior liberdade e maior participação nos destinos do Império (GONÇALVES e MATTOS, 1991, p. 21)”.

No dia seguinte, nova reunião extraordinária, dessa vez dando conta de um ofício enviado pela Câmara Municipal da Corte do Rio de Janeiro, para informar que a “Corte se achava em perfeita tranquilidade e que esperava desta Câmara fazer tranquilizar os ânimos de todos os habitantes deste município”. A Câmara da Corte ainda informava aos moradores da Vila de Nova Friburgo que eles poderiam continuar executando suas transações e negócios normalmente. Neste caso, o presidente da Câmara tomou conhecimento de que os habitantes de “serra abaixo”²⁹ estavam inquietos com informações de que população de Nova Friburgo se dirigia para a Corte, “animados de espíritos anticonstitucionais”. Imediatamente, Bazet mandou informar através de um ofício que na Vila de Nova Friburgo “eles eram verdadeiros constitucionalistas”³⁰.

O momento mais interessante de Bazet foi ao final dessa legislatura, quando ocorreu a transição para a vereança de 1833. Naquele sete de janeiro de 1833, Bazet proferiu um discurso apontando as condições em que encontrou a Câmara em 1829, mas também apresentou as transformações que foram realizadas durante a sua presidência. Destacou as portarias da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, embaraçosas à administração municipal, mas que visavam corrigir os problemas criados até aquele momento. De qualquer forma, os vereadores compilaram as portarias e elaboraram “um quadro das Posturas da nossa atual administração”³¹.

Bazet fez uma recomendação aos eleitos que tomaram posse e invocou as “luzes e sagacidade de Vossas Senhorias”, infelizmente, o tempo tornou essa parte do texto ilegível e não podemos saber qual foi o conselho do médico. Tal impossibilidade é uma lacuna na análise de Bazet à frente da Câmara, esse pedaço que falta no quebra-cabeça da sua trajetória não nos leva a nenhum lugar, mas desperta grande curiosidade. Afinal, o que ele sugeriria após todo o discurso sobre as dificuldades administrativas que enfrentou e que a Câmara recém-eleita também iria enfrentar?

A Câmara que tomou posse em 1829, com a presidência de Bazet, encontrou a Vila de Nova Friburgo em péssimo estado, afetando inclusive o desenvolvimento econômico da região. As palavras do presidente são bastante claras a respeito das condições encontradas: “As praças públicas cobertas de crescido mato e vassouras; as pontes, fontes, ruas e canais, tudo em degradação”. Outro elemento que gerava ainda mais transtorno era a serra da Boavista, com trechos mal feitos e perigosos, o que, segundo o médico: “causava uma

29 Não foi possível identificar a que município o termo se refere, o próprio transcritor o assinalou com uma interrogação.

30 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão extraordinária de 16 de abril de 1831, pp. 157-158.

31 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 7 de janeiro de 1833, p. 256.

total estagnação aos comércios desta Vila e de Cantagalo”. Ele ainda relatou que a Vila precisava de uma “prisão forte onde, em virtude da Lei, pudesse a polícia castigar os malfeitores³²”, além de um quartel e um libambo³³.

Após essas considerações, Bazet começou a apresentar os problemas solucionados durante a sua presidência, informando sobre as realizações da Câmara nessa primeira eleição. Talvez, o feito mais importante tenha sido “refazer o caminho da serra da Boavista”. Nesta obra, foram reparadas 3.715 braças de estrada e agora respeitando a largura que a lei determinava. A quantia dispendida nessa tarefa somava 3:676\$362 réis e foi alcançada por subscrições públicas. A partir dessa parte Bazet começou a especificar os reparos da Serra da Boavista, e os desvios realizados para melhorar o trânsito, tentando evitar as pontes do rio Bengalas e do Santo Antônio. A Serra da Boavista conectava as Vilas de Nova Friburgo e de Cantagalo à localidade de Porto das Caixas, ligando um grande complexo de produção a um importante sistema de escoamento de produtos para a Corte. A obra administrada pela Câmara favorecia os senhores de terras e de escravos, plantadores de café e de produtos destinados ao abastecimento, que conseguiam destinar com maior facilidade e com menores custos seus produtos para a Corte.

Desde que o arruaceiro Luiz José de Souza Lisboa e seus dois comparsas tiraram o sossego da Vila de Nova Friburgo, no final de 1831, a Câmara passou a se preocupar com a segurança. Com isso, mandaram construir a prisão, que Bazet caracterizou da seguinte forma: “uma excelente prisão forte toda forrada e assoalhada com fortes pranchões de peroba³⁴”. O quartel, também de grande importância, encontrava-se em fase de finalização, na mesma condição encontrava-se o libambo.

No entanto, Bazet identificava o libambo como um importante elemento de funcionamento da administração municipal. Por isso, tece um comentário substantivo sobre a os impactos da construção deste espaço. Além disso, registra a obra como “uma das mais interessantes” e afirma que com essa realização a Câmara se livrou de parte de seus prejuízos com a fuga de escravos. O presidente da Câmara explicita que a utilização do trabalho dos escravos tem ajudado na manutenção da Vila e que tem “tirado relevantes serviços em estradas públicas, limpeza de ruas, cortes e esgotamento de pântanos³⁵”. Para Bazet, a utilização da mão de obra escrava tinha como corolário o “benefício da elegância e salubridade pública³⁶”.

Diante do exposto, torna-se fundamental retomar parte do que se afirma sobre a “boa sociedade”, principalmente, pelo fato do compartilhamento de valores e comportamentos típicos do modelo europeu de civilização. É o que fica expresso quando Bazet se refere à “elegância” e “salubridade pública”³⁷, elementos fundamentais para a classe senhorial, que

32 *Idem*

33 Segundo Alberto da Costa e Silva, o libambo era uma “cadeia de ferro” que era usada para emparelhar os escravos em fila presos pelo pescoço (Silva, 2002, p. 9)

34 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 7 de janeiro de 1833, p. 256.

35 Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. Ata da Sessão de 7 de janeiro de 1833, p. 257.

36 *Idem*.

37 Ronald Lopes destaca que, em 1820, na posição de médico, Bazet demonstrava preocupação com as condições de higiene de Nova Friburgo. Segundo o imigrante, esse cenário, fez com que existissem na Vila mais de 600 enfermos, a maioria deles assolado pela febre tifoide. Naquele momento, ele cobrava a construção de um hospital para que os doentes fossem atendidos com maior eficácia. (LOPES, 2019, p. 57-58).

iniciava um processo de refinamento (NEVES, 2002, pp.95-97). Eduardo Schnoor alerta para o fato de que “a ampliação do consumo de luxo e a importação, da Europa, de novas concepções de morar e conviver foram, bem mais que simples transformações ‘de fachada’” (SCHNOOR, 1995, p.37). Essas formas de morar e bem viver estão diretamente relacionadas às expressões “elegância” e “salubridade pública”, que expressavam, na boca do presidente da Câmara, o ideal europeu de civilização. Assim, escravidão e modernidade se entrelaçam nesses dois fatores: 1) preocupações com as estradas e 2) asseio e salubridade pública da Vila. A primeira preocupação era dinamizadora do escoamento da produção de base escravista, demonstrando a aliança entre o poder econômico e o poder político; a segunda era parte dos valores aristocráticos partilhados pela classe senhorial em seu processo de refinamento.

Neste mesmo sentido, Bazet, ao apresentar suas preocupações com a prisão, o quartel e o libambo, inclusive dando destaque e protagonismo para este último, expressa também a sua preocupação com a “ordem”. Inicialmente, garantindo o sossego da Vila no caso de malfeitores e bandidos, como o caso já citado. Ademais, quando se manifesta a respeito do fim das fugas de escravos, o presidente expõe uma questão central: a construção do libambo isolava o mundo da desordem, caracterizado pela fuga de escravos, fator que preservaria segurança da boa sociedade.

Na continuação do documento em análise aparecem novas lacunas, mas dessa vez a fala do presidente não foi ocultada pelo desgaste que o tempo infligiu às fontes. Suas orientações aos novos eleitos eram nítidas “o principal objeto que deve merecer a consideração da Câmara Nova é a acertada escolha de um inteligente Procurador e Fiscal, este para proceder o bom andamento das coisas e aquele para realizar e curar os atrasos das suas finanças”. Bazet, com isso, indicava o que ele acreditava ser um caminho seguro para a continuidade das melhorias realizadas.

O segundo maço de documentos apresentados por Bazet em seu discurso fazia referência àquelas necessidades que não puderam ser atendidas, como ele justifica, por “falta de tempo”. Nesse período, a Câmara não tratou da distribuição de terras, das obras das pontes dos rios Bengalas, Santo Antônio e Paquequer, além do restante dos reparos na Serra da Boavista e na ponte do Rio Grande, no caminho para Cantagalo. Bazet afirmava que as arrematações das primeiras obras já haviam sido realizadas, indicando que a Câmara deve realizar o pagamento da segunda parcela aos arrematantes. Novamente o documento se torna lacunar, dificultando a leitura. O que se percebe através dos recortes que chegaram até os historiadores parece ser uma listagem do valor das arrematações.

O presidente ainda cita a portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, cortando a pensão dos que não tinham “reconhecida necessidade”. Por fim, mas não menos importante, faz uma recomendação em nome da Câmara, apelando para o zelo dos novos vereadores e pedindo a continuação do trabalho. Bazet ainda afirma que a Câmara enfrentará “algumas dificuldades, porém não para desanimar” e, novamente, o tempo e o desgaste criam uma lacuna no texto e “Está a nova Câmara empossada”.

Conclusão

Com tudo que foi exposto até o momento, pode-se concluir que Bazet conseguiu, muito por conta de sua atividade como médico, inserção entre aqueles agentes que já estavam dominando as estruturas político-administrativas da Vila desde sua fundação. O personagem foi escolhido vereador pelos pelouros, em 1828, antes da lei imperial que regulamentava as

eleições das câmaras municipais do Brasil. Já sob a vigência da nova legislação, nas três primeiras votações, ele foi eleito primeiro colocado, tornando-se presidente da casa. O que se defende aqui é que o protagonista encontrou, dentro de uma "estrutura" que privilegiava os luso-brasileiros, uma brecha. Foi por essa lacuna que se destacou como um dos membros da "boa sociedade" friburguense, defensor da ordem, da elegância e da salubridade. Destacasse, com isso, que ele compartilhava com os demais "cidadãos" um conjunto de princípios, condutas e práticas referenciadas no modelo europeu de civilização.

O exame dos processos eleitorais demonstrou o capital político e social alcançado por Jean Bazet na Vila de Nova Friburgo. As suas atividades de clínica médica e de vacinador fizeram com que ele estabelecesse relações com diversos grupos sociais. O contato com os colonos e com o restante da população de origem portuguesa e brasileira tornou o seu nome conhecido no cenário regional. O fato de ele ter sido, por três ocasiões, o vereador mais votado, com números e percentuais de votos semelhantes aos recebidos pelos políticos luso-brasileiros que, em outros pleitos, lograram a mesma colocação, corrobora o seu papel de destaque. Entende-se que seu prestígio possa ser um dos motivos para, apesar de eleito, insistir, em algumas ocasiões, em não assumir a função a qual tinha direito. Em diversas ocasiões, ele alegou não poder exercer a vereança devido a: estar doente; ser médico; e comandar o batalhão da Guarda Nacional local. Diante desses argumentos, infere-se que o migrante tenha realizado uma escolha, baseada em critérios simbólicos, sobre os cargos que poderia ocupar no município. Provavelmente, esses dois postos já lhe garantiriam distinção na hierarquia da boa sociedade friburguense, diminuindo, assim, o seu interesse pela posição camarária. A mesma estratégia sócio-política pode ter motivado Bazet a atuar em comissões de obras, como as relativas às estradas locais de Cantagalo, onde chegou a arrematar um trecho, e de Aparecida - ambas muito importantes para a circulação de pessoas e de mercadorias, com destaque para o café.

A análise das Atas da Câmara, circunscrita ao primeiro mandato de Bazet como presidente, revelou uma preocupação com a questão da "ordem", os atos que considera mais importantes ao longo da sua atuação foram a construção da cadeia e do libambo. O médico em particular e a Câmara como um todo, mostraram-se alinhados com a constituição e com os movimentos e transformações ocorridos na Corte. A sua inserção na classe proprietária da Vila se deu, não somente pela aquisição de terras e escravos, mas também, por dar celeridade aos principais reparos que foram ser realizados na Serra da Boa Vista. Tal fator era essencial a todos os proprietários da região, produtores de café ou não, que precisavam de boas estradas para a circulação de seus produtos.

Nesta primeira vereança, outros elementos que ocuparam as preocupações do médico foram a "elegância" e a "salubridade". Para alcançar esses ideais, utilizava-se da mão de obra dos escravos presos na cadeia. Com isso, reuniam-se escravidão e refinamento de classe, a primeira servindo à segunda, em busca de um modelo europeu de civilização. A preocupação com tais elementos, sobretudo na presidência de alguém oriundo da Europa, é um forte indicio de que escravidão e modernidade estavam conectadas. Assim, Bazet é uma síntese desses dois mundos, exatamente porque carregava ambos os valores citados: o primeiro assimilado em sua plenitude, logo nos primeiros anos na Vila, e o segundo importado com personagem quando partiu do velho continente.

Fontes:

BRASIL. Lei de Outubro de 1828. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm

Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015.

Relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro de 1842.

Bibliografia:

ALEGRIO, L. V. **Os Clemente Pinto**: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BICALHO, M. F. As Câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: [s.n.].

BON, H. **Imigrantes**: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil as portas da independência. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.

CHAVES, E. R. **Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**. [S.l.]: [s.n.]. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

GINZBURG, C. O nome e o como. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 143-180.

GONÇALVES, M. D. A.; MATTOS, I. R. D. **O Império da Boa Sociedade. A consolidação do Estado Imperial Brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Atual, 1991.

MAMIGONIAN, B.; GRINBERG, K. (). “Dossiê – ‘Para inglês ver?’ Revisitando a Lei de 1831.” **Estudos Afro- Asiáticos**, Ano 29, nº 1/2/3, Jan/Dez 2007, pp.87-340, p. 91-340, 2007.

MARRETTO, R. M. MIGRANTES NO IMPÉRIO DO BRASIL: A TRAJETÓRIA DE JEAN BAZET NAS ORIGENS DA VILA DE NOVA FRIBURGO, 1820-1858. **Saeculum (UFPB)**, João Pessoa, v. 33, p. 13-30, jul./dez. 2015.

MARRETTO, R. M. **O opulento capitalista**: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (c.1829-c.1873). [S.l.]: [s.n.], Tese (Doutorado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2019.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1987.

MELNIXENCO, V. C. **Friburgo & Filhos**: tradições do passado e invenções do futuro. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) PPGH-UNIRIO, 2014.

NEVES, L. M. B. P. Boa Sociedade. In: VAINFAS, R. (). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, v. v. 1, 2002. p. 95-98.

PEDRO, J. C. **A Colônia do "Morro Queimado":** Suiços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, 1820-1831. [S.l.]: [s.n.], Dissertação de Mestrado, PPGH - UFF, Rio de Janeiro, 1999.

PENHA, A. L. N. Tortuosos caminhos: obras públicas provinciais e o difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). In: MUAZE, M.; SALLES, R. (.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 524-544.

REVEL, J. A história ao rés-do-chão. prefácio. In: LEVI, G. A. H. I. A. T. D. U. E. N. P. D. S. X. C. B. R. D. J. 2. P. 1. **A herança imaterial:** a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHNOOR, E. Das casas de morada à casa de vivenda. In: SCHNOOR, E.; (ORG.), H. M. **Resgate:** Uma Janela Para o Oitocentos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Top Books, 1995. p. 31-62.

SILVA, A. D. C. E. **A Manilha e o Libambo:** a África e e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UM POLÍTICO LOCAL: considerações sobre as estratégias e a trajetória de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo - 1844 a 1882)

Gabriel Almeida Frazão



Carta Corográfica de 1866.

(Menção a propriedade de Dimas F. Pedrosa)

Finalmente, senhores, as estradas municipais chamarão os nossos primeiros cuidados e o mais pronto desvelo. Seu melhoramento, aperfeiçoamento e abertura de novas vias de comunicação serão o pensamento incessante e perene de nossas meditações e vigílias, bem como representar aos poderes supremos da província acerca das estradas principais que atravessam o nosso município e o ligam com as diversas partes dele e com a capital. Estradas cômodas e perenemente transitáveis, máxime as de rodagens, são necessidades mais palpitantes do município (...). Dimas Ferreira Pedrosa. Discurso de Posse como Presidente da Câmara, em 13 de janeiro de 1857.

Introdução

O discurso citado acima foi proferido por Dimas Ferreira Pedrosa, político por mais de vinte anos, durante o século XIX, na Vila de Nova Friburgo, onde era também fazendeiro e negociante. Apesar da destacada carreira, ainda existem poucos trabalhos que se atem a esse personagem. Até o presente momento, localizaram-se apenas três: dois que o mencionam rapidamente (OLIVEIRA, 2016; PROENÇA, 2017) e outro, com o qual se dialogará, nas páginas seguintes (CORRÊA e SANTOS, 2019), onde ele é, de fato, parte da temática do estudo. Até mesmo os materiais produzidos pelo município trazem informações inconsistentes sobre o período em que ele esteve à frente da Câmara (PMNF, 1985).

Este trabalho tem como objetivo, portanto, apresentar um panorama da atuação político-administrativa desse personagem. Para tal, tomar-se-á como fonte principal de análise a documentação camarária produzida pela Vila de Nova Friburgo no XIX, cotejada à luz de outros documentos complementares, tais como: jornais, inventários, processos judiciais, registros religiosos e documentação cartorial. O paradigma indiciário, tão caro à abordagem da micro-história (GINZBURG, 1989; REVEL, 1998; LEVI, 2000), fundamentará o procedimento metodológico. Assim, por meio do procedimento de pesquisa onomástico realizado nesse vasto material, acompanhar-se-ão não somente a sua trajetória em cargos/funções públicas, como algumas das ações e dos conflitos que fizeram parte de sua vida, mais precisamente, os que se deram por conta dos caminhos que percorriam aquela Vila.

As fontes serão analisadas à luz das ideias apresentadas pelo clássico trabalho de Alcir Lenharo, que aponta para a importância dos caminhos na vida política do Brasil do século XIX (LENHARO, 1994), assim como, estabelecer-se-á um diálogo com vários autores que abordaram Nova Friburgo no período estudado. Também levar-se-ão em conta autores que analisaram a vida política e econômica do Brasil imperial, tais como: de Ilmar Mattos (MATTOS 1999); Fátima Gouvêa (GOUVÊA, 2008); e Ricardo Salles (SALLES, 2008).

Por fim, a escolha do título deste texto revela a intenção de se promover um movimento análogo ao feito por Sérgio Buarque de Holanda na clássica obra *Caminhos e Fronteiras* (HOLANDA, 1994). A expressão “caminhos” será utilizada não somente para análise das estradas que passavam pela Região Serrana, no século XIX, como, metaforicamente, para entender a trajetória, ou seja, as direções e limites de um sujeito social que esteve, por muitos anos, envolvido na vida política da cidade. Espera-se que esse exame da trajetória de Dimas Ferreira Pedrosa contribua para o entendimento de algumas estratégias (FRAZÃO, 2020a) utilizadas pelos políticos locais na defesa de seus interesses e privilégios, algo fundamental para a manutenção do seu *status quo* como membros da chamada “boa sociedade” do Brasil imperial (MATTOS, 1999).

A trajetória econômica e político-administrativa de um mineiro

Segundo sua certidão de óbito, Dimas Ferreira Pedrosa (1817-1882) nasceu na província de Minas Gerais¹. Tomando como base um estudo genealógico (ISOLDI e FILHO, 2019) acerca dos primeiros povoadores daquela região, acredita-se que ele descenda da família Ferreira Pedrosa, de origem portuguesa, já presente em território mineiro desde meados do século XVIII. De acordo com a obra, o casal José Tomás Pedrosa e Angélica da Silva, casados em Cachoeira do Campo, em 1815, teve um filho chamado Dimas Ferreira Pedrosa, batizado em 1819. O pai de Dimas teria morrido quando ele ainda era jovem, em 1828 e, ao que parece, a família não tinha grandes posses, já que a mãe, aos 39 anos foi qualificada, no censo de 1831, como “fiadeira” e ele como jornalista.

O fato de se ter certeza de que o agente social aqui estudado era de Minas e a proximidade das datas do nascimento, citadas nas certidões de óbito e de batismo, reforçam a hipótese de se tratar da mesma pessoa. Soma-se aí a notícia de o menino ter iniciado cedo a sua vida de trabalho e, ao que parece, não ter grandes posses, o que poderia explicar a sua opção por migrar para a Vila de Nova Friburgo, em busca de oportunidades.

A historiografia chama atenção para o fluxo de pessoas que ocorria entre Minas e o interior fluminense, durante o século XIX. Alberto Lamego, nos anos sessenta, já apontava para a existência de rotas que ligavam aquelas regiões, algo que viria desde os tempos das atividades contrabandistas desenvolvidas no então arraial de Cantagalo (LAMEGO, 1963). A migração teria se intensificado: (i) pela chegada da Corte (LENHARO, 1993) e (ii) pelo interesse dos mineiros na atuação em atividades ligadas ao café, que se expandia pela capitania fluminense (MAYER e PEDRO, 2003; GOUVÊA, 2008). Portanto, ao contrário do que muitas vezes se defendeu, antes da chegada dos primeiros suíços à Região Serrana, luso-brasileiros, alguns destes mineiros, já residiam ali (LISBOA, 2003; MARRETTO, 2018).

A criação da colônia de Nova Friburgo atraiu, portanto, o interesse de outros habitantes de Minas, que buscavam fazer negócios com e/ou no novo núcleo populacional (LAFÓRET, 2003). O fluxo de pessoas entre as províncias mineira e fluminense não cessou após a criação da Vila, já que a Friburgo se constituía como ponto de passagem de vários comerciantes mineiros em direção à Corte (MAYER e PEDRO, 2003; PENHA, 2015), havendo, inclusive, a preocupação de que escravos fugidos dali pudessem se dirigir a Minas Gerais (MARRETTO, 2019). Por fim, o próprio censo de 1872 demonstra a existência de mineiros nesta parte da província fluminense, já que eles somavam 318 pessoas e representavam 1,5% da população total da cidade².

Entende-se, pois, que Dimas Ferreira Pedrosa fez parte desse movimento migratório. Seguindo as pistas documentais, identificou-se que, já em 1843, ele aparece listado como guarda na Guarda Nacional da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer. Ainda segundo o documento, aos 26 anos, ele era solteiro e negociante³. Um ano mais tarde, ele é citado pela primeira vez na documentação camarária, como primeiro secretário da Mesa Paroquial do Paquequer⁴. Em 1847, já ocupa a posição de fiscal das Freguesias de

1 Livro de Registro de Óbitos da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, nº3 folha 200. Paróquia de São João Batista Nova Friburgo.

2 Ver Recenseamento do Brasil de 1872. Província do Rio de Janeiro, vol. 10. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf. Data de acesso: 03/04/2020.

3 Lista do Conselho de qualificação da guarda nacional. Doc 2575. Fundação D. João VI/Nova Friburgo.

4 Ata da sessão extraordinária, em 23 de outubro de 1844. *Atas da Câmara de Nova Friburgo*. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015. p. 721.

Aparecida e de Sumidouro e, a partir de 1848, após perda de Aparecida para Magé, passa a ser fiscal apenas da última localidade. A partir de então, por praticamente trinta anos, Pedrosa não deixou de exercer alguma função pública na câmara de Nova Friburgo, algo que está representado na tabela abaixo (**Tabela 1**).

Tabela 1: Dimas F. Pedrosa na administração Nova Friburgo (1847-1879)

Ano	Função
1847-1851	Fiscal
1856-1864	Vereador e Presidente
1865-1867	Vereador
1869-1872	Suplente
1873-1876	Suplente
1876-1879	Suplente

Fonte: Produzido pelo autor a partir das Atas da Câmara de Nova Friburgo.

Nota-se que, segundo a listagem de qualificantes, Pedrosa já exercia desde 1843 a atividade de negociante. A ocupação já lhe deveria render bons frutos, pois, no ano de 1849, ele figurava entre os sete eleitores de província da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer⁵. O comércio e a prestação de serviços em geral dominaram a maior parte de sua trajetória econômica, embora anos mais tarde ele também tenha se declarado fazendeiro, como se observa na tabela abaixo (**Tabela 2**)⁶:

Tabela 2: Atividades econômicas de Dimas F. Pedrosa (1854-1882)

Ano	Freguesia	Atividades econômicas
1854 - 1857	Paquequer	Fazendeiro sem engenho de pilões
1858 -1859	Vila	Fazendeiro de criar e de batatas
1860 - 1864	Vila	Fazendeiro de criar
1865	Vila	Negociante
1875 - 1876	Vila	Proprietário do Hotel Cantagalo
1877 - 1879	Vila	Proprietário do Hotel Cantagalo; de bilhar; de armazém de receber gêneros em consignação.
1880	Vila	Proprietário do Hotel Cantagalo; de bilhar, de armazém de receber gêneros em consignação; e negociante.
1882	Vila	Proprietário do Hotel Cantagalo e negociante.

Fonte: Produzido pelo autor a partir do Almanaque Laemmert.

A tabela, construída a partir do Almanaque Laemmert, é útil para acompanhar o deslocamento de Dimas Pedrosa pelo território de Nova Friburgo. Segundo o anuário, ele foi fazendeiro em Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (Sumidouro) até o ano de 1857, mesmo ano em que passou a ocupar a presidência da Câmara de Vereadores. É bem provável que, devido aos seus muitos afazeres como membro da administração, ele passasse a viver na sede da Vila. Além de sua morada, também adquiriu uma fazenda de criação de animais e de cultura de batatas. Em um breve exame da documentação cartorial, notou-se que, entre os anos de 1857 e 1861, ele esteve presente em 14 transações envolvendo a compra e/ou venda de propriedades, a maioria delas nos limites da Freguesia de São João Batista. Dentre elas,

cabe destacar duas onde havia a criação de animais: a compra da Fazenda do Rio Grande, 1860 e a venda da Fazenda São Bento, em 1861, na qual, além da propriedade (avaliada em 6:000\$000 réis), alienou as várias criações (bois, porcos, éguas, bestas, cavalos, etc.) nela existentes, por 9:000\$000 réis⁷.

Pedrosa deveria, então, ter interesse no mercado de criação de animais, inclusive de muares, para transporte de mercadorias. Alcir Lenharo chamou a atenção para o fato de muitos tropeiros terem sido proprietários de terras, conjugando muitas vezes a produção de gêneros para venda, com a criação/ e ou comércio de animais. Contudo, se por um lado, o autor discorda da visão de que os tropeiros seriam apenas homens livres e pobres subordinados a proprietários rurais (FRANCO, 1997), por outro lado reconhece que há certa tendência, por parte daqueles que exerciam aquela atividade, de apagar esse traço da sua biografia, já que ela poderia atrapalhar a sua ascensão social (LENHARO, 1979).

Se Pedrosa chegou a conduzir alguma tropa, esse negócio não foi descrito por esse agente, que poderia ter como estratégia ascender socialmente. Aqui, entende-se estratégia como a capacidade de previsão e de antecipação de um agente social do entendimento do tempo e do espaço, ou seja, o que inclusive na documentação citada por seus autores (OLIVEIRA, 2016; CORRÊA e SANTOS, 2019), como respectivamente: as Atas das Sessões da Câmara dos dias 30 de outubro de 1860 (nota 21) e 12 de abril de 1867. Entende-se que, se ele fosse médico teria declarado o ofício em jornais da época, como o Almanaque Lammert, mas não foi o caso. permite a um sujeito capitalizar vantagens e preparar futuras expansões, tentando conquistar certa independência em relação a circunstâncias futuras (CERTAU, 2008). Ou, dito em outras palavras, é a forma como o bom jogador consegue, ciente das regras do jogo, adaptar-se e inventar-se diante das situações que se apresentam (PEDROZA, 2008; FRAZÃO, 2020a).

Ressalta-se ainda que não parece ser coincidência o fato de Pedrosa ter se definido apenas como fazendeiro durante todo o tempo em que esteve à frente da municipalidade. Afinal, a historiografia já chamou a atenção para como algumas atividades eram tidas como mais apropriadas para o exercício dos cargos públicos e, por conseguinte, do pertencimento à chamada boa sociedade. Segundo Ilmar Mattos, os membros desse grupo – pessoas brancas, portadores de liberdade e da propriedade de terras e escravos – deveriam governar, ou seja, dirigir física e moralmente a casa e o Estado no Brasil Imperial. Por sua vez, ao se confundir com a própria sociedade política, caberia a esses homens manter a organização social e econômica escravista da qual dependia o seu próprio *status quo* (MATTOS, 1999). Destarte, sabe-se que, ao final da sua vida, em 1882, Pedrosa era proprietário da Fazenda Rio Grande. Aqui, faz-se necessário um esclarecimento. Ao contrário do que afirmam Côrrea e Santos (2019), a propriedade não se situava na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Sebastiana, mas sim na de São João Batista. Aliás, justamente uma de suas fazendas, possivelmente a São Bento – região ainda mais avançada do que a Rio Grande – demarcava o limite desse território⁸. Tal posição também

7 Ver, respectivamente, livro de Notas 6.1, folha, 163 e livro de Notas 6, folha, folha 40. Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo.

8 "(...) convinha a criação dessa nova Freguesia, com a invocação de N.Sª. da Conceição do Ribeirão de Sebastiana, dando-lhe por limites a Norte, Sul e Oeste as mencionadas na representação dos povos e a Leste a quadra a Oeste da Fazenda de Felício Pinto, por uma linha reta do alto da serra e os limites de Sumidouro, ficando a pertencer à freguesia de São João Batista as fazendas do dito Felício, Dimas Ferreira Pedroza e as que estiverem aquém da mesma linha.= Posto em discussão e votação, foi unanimemente aprovado e nomeado o senhor vereador Alvarenga Barboza para confirmar o ofício de representação que deve ser dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da Província". Ata da sessão ordinária, em 15 de junho de 1858. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1089-90. Ademais, a fazenda Rio Grande, estaria mais

é corroborada pelo fato de ele nunca ter declarado, no Almanaque Laemmert, exercer qualquer atividade em Sebastiana, mas somente em Sumidouro e, depois, em São João Batista. Ainda que o distrito de Sebastiana fosse chamado, na documentação camarária, de “Terras Frias”, acredita-se que o termo se refira a áreas não tão apropriadas, pela altura e clima, ao cultivo de café, como os próprios autores reconhecem em seu trabalho. Seguindo esse raciocínio, metodologicamente se entende as “Terras Frias” enquanto uma região que abrangia não somente aquela freguesia, como outras áreas de características parecidas, com profundas ligações entre si e, de fato, voltadas, em grande parte, para a produção de gêneros alimentícios não destinados à exportação (FRAZÃO, 2020a).

Voltando à Fazenda Rio Grande, por meio do inventário de Pedrosa, confirma-se que ela era destinada à criação e à produção de gêneros. São listados, na propriedade, oitenta e três animais, dentre os quais se fazem presentes: trinta porcos, dezesseis animais de carga, doze carneiros, doze vacas, oito novilhos, duas vitelas, dois cavalos. Toda essa criação, avaliada em 2:243\$000 réis, valia mais do que os gêneros alimentícios existentes na fazenda (vinte e quatro alqueires de uma roça de milho e algumas porções de gênero existentes em uma pequena casa de negócio) calculados em 1:900\$000 réis. Apenas dois alqueires, dos duzentos e sessenta e sete da propriedade, eram cercados para servir de pastagem, devendo, assim, grande parte dos animais serem criados soltos. Nela, ainda foram elencados três escravos: dois de roça, naturais de Minas Gerais, e um escravo cozinheiro. Todos na faixa de vinte e cinco a trinta e quatro anos de idade, cujo valor estimado era de 4:400\$000 réis. Isso faria de Pedrosa, segundo a classificação de Ricardo Salles, um microproprietário (SALLES, 2008 e 2018), que, como tantos outros, empregou a lógica senhorial escravista em Nova Friburgo (MARRETTO, 20018 e 2019). A propriedade inteira, que possuía ainda casa de vivenda, com seus móveis, outras pequenas construções e ferramentas, foi avaliada em 44:255\$000 réis. Ainda naquela região, ele também foi proprietário do Sítio Retiro, com setenta alqueires de terra, uma casa de vivenda, uma outra pequena e um moinho, perfazendo o valor de 7:250\$000 réis⁹.

Verifica-se que, desde o final dos anos cinquenta, Pedrosa possuía fazendas de criação e de produção de gêneros em áreas que, por estarem localizadas entre as freguesias da Vila de Nova Friburgo, teriam sido importantes na sua estratégia de ganho econômico. Por ora, é importante salientar que ele, apesar de alguns percalços, ou descaminhos, que serão analisados mais adiante, conseguiu auferir grande prestígio político. Essa tese pode ser comprovada, não somente por meio do número de votos, já que em alguns anos os dados de algumas freguesias não foram computados (**Tabela 3**), mas, principalmente, pelo percentual que Pedrosa recebeu em cada uma das eleições de que participou (Gráfico 1).

próxima da Vila do que a de Felício Pinto, que, em direção ao atual Alto do Vieira, ainda era depois da Fazenda Córrego Grande, adquirida por Antonio José Mendes, em 1866. (FRAZÃO, 2020a).

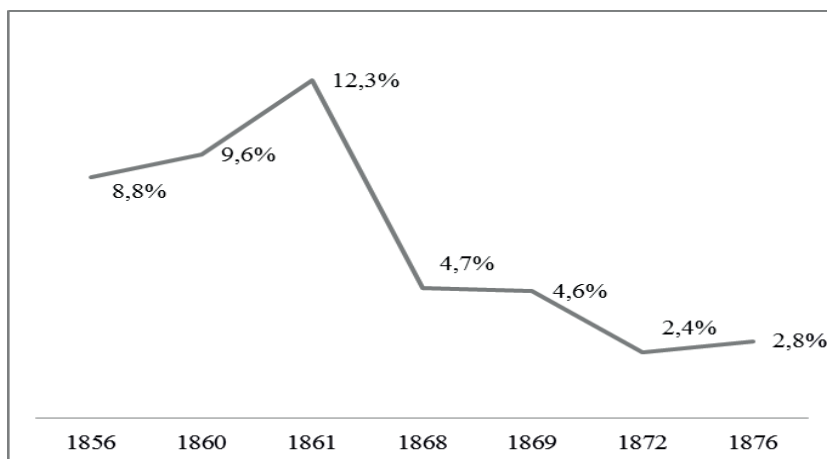
9 Em 1856, foram apurados os votos das Freguesias de São João Batista, Paquequer; Em 1860, os votos das Freguesias de São João Batista, Paquequer e São José do Ribeirão. A eleição foi anulada. Em 1861, não foram apurados os votos de São José do Ribeirão, porque, naquela localidade, as eleições não foram realizadas no dia marcado. Em 1868, foram apurados os votos Freguesias de São João Batista; Paquequer, São José do Ribeirão e Sebastiana. A eleição foi anulada. Em 1869, foram apurados os votos das Freguesias de São João Batista; Paquequer, São José do Ribeirão e Sebastiana. Em 1872, os votos da freguesia do Paquequer não foram apurados por ter sido roubada a urna que continha as respectivas cédulas. Em 1876, foram apurados os votos das Freguesias de São João Batista e São José do Ribeirão. Na apuração, não é mencionado o livro de Paquequer e não se fez eleição em Sebastiana.

Tabela 3: Votos de Dimas F. Pedrosa nas eleições municipais da Vila de Nova Friburgo¹⁰

Ano	Nº. Votos	T. G. Votos	Colocação
1856	632	7186	1º
1860	475	4946	1º
1861	348	2825	1º
1868	275	5798	12º
1869	270	5832	11º
1872	116	4843	12º
1876	124	4393	12º

Fonte: Produzido pelo autor a partir das Atas da Câmara de Nova Friburgo.

Gráfico 1: Desempenho de Dimas F. Pedrosa nas eleições da Vila de Nova Friburgo (1856-1876)



Fonte: Produzido pelo autor a partir das Atas da Câmara de Nova Friburgo.

As análises do quadro e do gráfico permitem concluir que o auge do prestígio político de Dimas se deu no ano de 1861, quando ele recebeu mais de 12% dos votos computados pela administração. Como se verá mais adiante, alguns eventos podem explicar esse crescimento, dentre eles o fato de não terem sido computados os votos da Freguesia de São José do Ribeirão, fenômeno que também ocorreu na data de sua primeira eleição. Assim, defende-se aqui a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a dinâmica das eleições municipais, algo que ultrapassa os limites deste texto, e que leve em conta as motivações para as anulações de alguns pleitos e as possíveis variações nas listagens de votantes de cada freguesia¹¹. Por ora, entende-se que o político conseguiu estabelecer relações sociais e econômicas que, durante um tempo, permitiram-lhe ser vereador, isto é, membro, em nível local, da administração imperial (MATTOS, 1999).

¹⁰ Cabe destacar que, nesse período, os eleitores poderiam votar em mais de um candidato para vereador. Para mais informações sobre o assunto, ver o outro artigo escrito pelo autor, em parceria com Rodrigo Marreto, presente nesta coletânea.

¹¹ Eles aparecem sendo padrinhos de casamento, em 23 de março de 1859. Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer.

Nesse sentido, no que se refere ao estabelecimento de laços sociais, sabe-se que Pedrosa foi casado com Querubina Candida Pedrosa, pelo menos desde 1859¹², com quem teve dois filhos: Maria da Gloria Pedrosa e Dimas Ferreira Pedrosa¹³. O último nascido em 25 de setembro de 1866, quando o pai já era negociante, proprietário e vereador, foi batizado, dois anos mais tarde, na Freguesia de São João Batista, sede da Vila de Nova Friburgo. O menino teve como padrinho Guilherme Salusse e Nossa Senhora¹⁴. Já sobre a filha, sabe-se apenas que ela foi casada com Luís Machado Coelho.

A relação de compadrio estabelecida com Guilherme Salusse, que era, além de latifundiário, proprietário de açougue na Vila, já denota a importância de Dimas Pedrosa em Nova Friburgo. A família Salusse, cujos patriarcas eram o casal de imigrantes Guillaume Marius Salusse e Marianne Salusse Joset, havia acumulado grande patrimônio, sendo possuidora de vários imóveis, como o Hotel Salusse, local que recebeu muitos viajantes ao longo do século XIX (SAMPAIO, 2009). Pedrosa deve ter estabelecido um bom relacionamento com o imigrante francês, já que, em 1858, foram sócios na aquisição de uma propriedade, com casa e benfeitorias, no Alto da Serra da Boa Vista¹⁵. O laço estabelecido com Guilherme, que também fez parte da política municipal (FERREIRA, 2008) – foi vereador de 1865 a 1868 – também pode ter passado por relações comerciais, já que ele foi o comprador, juntamente com José Antonio Marques Braga, da fazenda São Bento, em 1861¹⁶. Sendo assim, essa aproximação, confirmada pelos laços de compadrio, faria parte da estratégia econômica pensada por Pedrosa, algo que também poderia lhe auferir ganhos políticos e sociais.

Aliás, vale ressaltar que, mesmo nos momentos em que esteve fora da esfera político-administrativa, Dimas Pedrosa teve comportamentos condizentes com aqueles que se espera dos mais dignos de uma localidade: figurou em listas de doação para obras da igreja; possuía alguns elementos de distinção em sua residência, como um piano; investiu na educação de seu filho. Enfim, esses elementos permitiram que, em outro trabalho, ele fosse entendido como membro de uma “nobreza da terra”, que, a despeito de não ter recebido títulos ou comendas honoríficas, possuía prestígio social e poder político na região em que viviam (FRAZÃO, 2020b).

Contudo, assim como no quadro listado acima, a partir de meados da década de sessenta, o caminho, ou trajetória de Pedrosa, pode ser representado por uma linha descendente. Além da perda de apoio político, ao término de sua vida, o ex-vereador se encontrava em uma situação econômica bem delicada. Em 1882, o jornal a *Gazeta de Notícias* publicou uma nota sobre o assassinato de Dimas Ferreira Pedrosa. Segundo o noticiário, ele foi alvo de tiros e facadas quando voltava do Sumidouro, a uma distância de meia légua da Vila de Nova Friburgo. Seus companheiros de viagem, um pajem e Antonio Manuel Martins, também foram alvejados pelos tiros, que, ainda de acordo com a publicação, poderiam ter sido motivados pelo envolvimento do morto em “várias questões forenses”¹⁷. Ao que parece,

12 Inventário de Dimas Ferreira Pedrosa. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Acervo Permanente, caixa: 01.411.138-0.

13 Livro de Registro de Batismo da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, n.º 3, folha 153. Paróquia de São João Batista Nova Friburgo.

14 Livro de notas número 5.1, folha 95, do Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo.

15 Livro de Notas 6, folha, folha 40. Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo.

16 *Gazeta de Notícias*, terça-feira de 19 de dezembro de 1882. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 03 março 2020.

17 *Jornal do Comércio* de 1 de dezembro de 1883; *O Monitor Campista*, 21 de dezembro de 1882. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 03 março 2020.

a barbaridade do crime e o prestígio da vítima explicam os motivos dessa notícia ter saído em outros jornais da época¹⁸.

No já citado inventário, aberto no ano seguinte, além da Fazenda do Rio Grande e do Sítio Retiro, a família Pedrosa tinha como bens: uma casa de vivenda (casa número 5), situada na praça Princesa Isabel e avaliada, juntamente com uma casa de pau a pique existente no terreno, em 7:982\$000 réis; um escravo cozinheiro, avaliado em 2:700\$000 réis; e várias mobílias existentes na casa, avaliadas em: 1:608\$000 réis. Além disso, havia os bens existentes no Hotel Cantagalo, cujo prédio era alugado, e que somavam 2:552\$000 réis. Os itens somados aos valores das propriedades rurais descritas anteriormente dariam um montante total de 66:347\$000 réis em bens.

Contudo, estão anexados ao documento os requerimentos de vários credores, em grande parte situados na capital da província, cujos valores somavam 23:536\$550 réis. Aqui, destaca-se que o inventário localizado não está finalizado, ou seja, não se tem o total dessas dívidas, que poderiam estar, inclusive, em outro volume, ainda não encontrado. Da mesma forma, não se tem nenhuma informação sobre o fato de Dimas Pedrosa ter alguma aplicação, ou algum montante de dinheiro em alguma instituição bancária. Diante disso, a defesa da bancarrota da família Pedrosa se dá aqui por meio de dois fatos. O primeiro é o pedido da viúva de Dimas para o rápido leilão dos bens do Hotel Cantagalo, já que o aluguel do imóvel, cerca de 100\$000 réis mensais, já somava uma dívida de 3:000\$000. Ou seja, como essa dívida não estava listada nos documentos anexados pelos credores, o montante devido chega a 26:536\$550 réis. O segundo argumento se baseia em outra trágica história familiar. Em 28 de julho de 1885, Dimas Ferreira Pedrosa, o filho, “em um acesso de loucura”, cometeu suicídio na Fazenda Rio Grande, alegando, em uma carta endereçada a seu vizinho, como motivo “o amor e o não poder viver pobre”. O jovem, com algum grau de instrução, não conseguia mais viver em uma família marcada pelas dívidas e que não podia mais sustentar o *status* que ele já havia tido (FRAZÃO, 2020b).

Essa rápida análise realizada sobre a vida de Dimas Ferreira Pedrosa deixa claro quão complexa foi a atividade política e econômica desse agente. Diante disso, as páginas seguintes se concentrarão mais detalhadamente sobre uma temática que mereceu destaque não somente na sua atuação política como no desenvolvimento de suas atividades econômicas: os caminhos da Vila de Nova Friburgo.

Os caminhos na Vila e da vida de Dimas Ferreira Pedrosa

Segundo Lenharo, a chegada da Corte ao Rio de Janeiro acentuou o interesse dos governantes na melhoria e normalização das vias de acesso. Nesse momento, no qual a capital fluminense necessitava de uma série de produtos, a precariedade dos caminhos provocava muitas perdas e danos nas mercadorias, o que desagradava não somente aos produtores e transportadores como aos consumidores cariocas (LENHARO, 1993). O processo, iniciado em 1808, perdurou durante grande parte do século XIX, já que eram por tais vias que as tropas de burro transportavam a maior parcela da produção agrícola destinada à exportação e ao mercado interno (FARIA, 2002). Nova Friburgo não fugia à regra, pois a Câmara deveria garantir o bom fluxo de pessoas e de produtos que, destinados ou não à Vila, passavam pelo seu território.

18 Ata da sessão ordinária, em 15 de fevereiro de 1849. *Atas da Câmara...* Op. cit., p. 785.

As estradas foram uma das principais preocupações de Dimas Ferreira Pedrosa. Ao longo de praticamente todo o período estuado, ele esteve envolvido, direta ou indiretamente, não somente com o debate sobre o tema, como também foi responsável, de várias formas, pela manutenção e/ou construção de caminhos pelo território da Vila. É possível que, ainda no momento em que ocupou o posto de fiscal em Sumidouro, ele tenha lidado com esse assunto, por conta da tarefa de fiscalizar e notificar à Câmara os problemas das estradas. Ao longo da análise documental, percebe-se como o responsável pela fiscalização atuava em uma grande variedade de assuntos, que passavam pela listagem (para inclusão na tabela de impostos) e inspeção de casas de negócios, oficinas, engenhos, conservação de estradas e pontes. Esses dados eram apresentados em vários momentos, em resposta às demandas dos vereadores, e/ou também nos relatórios que deveriam ser expostos anualmente à Câmara.

Ainda que nas atas não se tenha achado nenhuma crítica assinada por Dimas Pedrosa no que se referem aos caminhos que levavam àquela Freguesia, as estradas estiveram em pauta em várias sessões. Em 1849, o Vereador Mindelino Francisco de Oliveira faz um discurso defendendo o melhoramento de um atalho que diminuiria o tempo de comunicação com a capital de onze ou doze dias de viagem (ida e volta) para oito dias. Como argumento para a realização de uma obra de cerca de 2 léguas e meia de um novo caminho, orçada em 12:000\$000 réis, ele alega que as “quarenta mil arrobas de café anualmente e outros muitos gêneros de sua florescente agricultura” são enviados ao Rio por estradas “péssimas, tortuosas” e que consomem partes dos lucros¹⁹. Cabe lembrar que Friburgo era, além de produtor de gêneros, inclusive café, uma rota de passagem (MAYER e PEDRO, 2003; PENHA, 2015). Enfim, presume-se que o fato de ser morador em Sumidouro, região produtora de café, fazendeiro na localidade, além da sua atuação como fiscal, tenha auferido a Pedrosa um capital político naquela Freguesia, o que explicaria o número de votos ali recebidos. Percebe-se, na tabela abaixo (**Tabela 4**), que ele foi eleito por Sumidouro, algo que, por sua vez, também demonstra a força política, econômica e social daquela localidade.

Tabela 4: Resultado da eleição de Vereadores Nova Friburgo (1856)

Nome	Nº V. S.J.B.	% V. S.J.B	Nº V. S.	%V. S.	T. V.
Dimas Ferreira Pedrosa	128	21%	484	79%	612
Francisco F. da Motta	152	28%	400	72%	552
Mindelino F. de Oliveira	276	54%	234	46%	510
Padre João José Viviand	302	60%	200	40%	502
João C. de A. Barbosa	353	70%	148	30%	501
Joaquim da S. Machado	0	0%	500	100%	500
José R. da Costa Bravo	428	86%	70	14%	498

Fonte: Produzido pelo autor a partir do Jornal Diário do Rio de Janeiro (1856).

Deve-se atentar que a Freguesia do Paquequer (Sumidouro) foi responsável por quase 80% dos votos de Pedrosa e que ainda elegeu o Vereador Joaquim da Silva Machado. Além disso, naquela época, ainda não havia sido criada a Freguesia de São José do Ribeirão, algo que também poderá alterar a correlação das forças políticas locais. O fato, como se verá adiante, é que Dimas Pedrosa, ao ser eleito, não esquecerá a região que o elegeu.

¹⁹ Ata da sessão extraordinária, em 12 de março de 1857. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1011-12

Ao assumir a presidência da Câmara, a preocupação com as estradas se faz presente já no seu discurso de posse – epígrafe deste texto. Em 1857, propõe a construção de uma comissão para avaliar mudanças e melhorias na estrada que ia da Vila para a Capela de São do José. Com apoio do já citado Vereador Oliveira, Pedrosa figurará entre seus membros, sendo responsável por avaliar a sessão mais próxima a Vila²⁰. Aliás, ao que tudo indica, haveria uma boa relação entre estes dois²¹, já que o primeiro, também natural de Minas Gerais, nos seus relatórios procura tecer elogios ao segundo, quando, por exemplo, afirma que o bom estado das praças da Vila se deve aos seus “cuidados patrióticos”²². A ligação entre eles seria fundamental para que Pedrosa realizasse outras ações que lhe aufeririam ganhos financeiros.

Um ano mais tarde, o político mineiro se envolve, pela primeira vez, com a arrematação de obras públicas. Contando, mais uma vez com o apoio do vereador e membro da comissão de obras públicas Mindelino Francisco de Oliveira, ele arremata o conserto da ponte da Formiga e construção da do Rio Grande. Oliveira pede a Francisco da Motta, presidente interino da sessão, que celebre o contrato com Pedrosa, já que, além de não ter aparecido outros candidatos, o ofertante indicou como custo para obra o mesmo valor orçado pela municipalidade²³.

No ano início do ano de 1859, é lido na Câmara, sob a presidência de Dimas Pedrosa, um requerimento de sua autoria sobre o projeto de construir uma estrada que, “passando pelas duas fazendas do suplicante, segue pelo Campestre e Águas Compridas”, com cerca de três léguas de distância. Segundo Pedrosa, esse caminho seria conveniente aos habitantes dos “lados das Terras Frias” e, para tal, apenas pedia licença à Câmara que, se entendesse ser viável, poderia, também, “coadjuvã-lo com qualquer quantia”. Mais uma vez, o Vereador Oliveira faz coro ao pedido, afirmando como aquela obra seria de grande importância para os moradores de Sumidouro e Venda Nova e que, diante disso, sugeria que fosse dada uma ajuda de 4:000\$000 réis ao realizador da obra, quando ela estivesse concluída²⁴.

Ao que tudo indica, a estrada em questão é que faria a comunicação do lugar chamado Venda Nova, sede futura da Freguesia de Sebastiana, com a Vila de Nova Friburgo. Na já citada sessão da câmara em que tal assunto foi aprovado pelos vereadores, o crescimento da população das Terras Frias e os “péssimos e tortuosos caminhos”, bem como a distância de cerca de 10 léguas do centro da Vila justificavam a criação de uma nova divisão administrativa. Por fim, o mesmo documento auxilia no entendimento do pedido de Dimas Pedrosa. Era a fazenda de Pedrosa, juntamente com a de Felício Pinto, as que demarcariam um dos limites da nova Freguesia com os da Vila. Ou seja, o presidente da Câmara tinha propriedades na área de interseção entre as duas localidades²⁵. A estrada deveria ter grande circulação de pessoas, já que, em 1862, ele pedia à Secretaria do Governo da Província a criação de uma

20 Identificou-se uma compra de direito de herança feita por Dimas Pedrosa em que Mindelino Oliveira atuou como procurador de alguns dos vendedores. Livro notas número 5, folha 24. Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo. Uma outra explicação para isso é o fato de ele ser também mineiro. Registro de Óbito de Mindelino Francisco de Oliveira, em 04 de julho de 1867. Livro de Registro de Óbitos da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo.

21 Ata da sessão ordinária, em 5 de outubro de 1857.

22 Ata da sessão ordinária, em 5 de outubro de 1857. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1038.

23 Ata da sessão ordinária, em 4 de novembro de 1858. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1125.

24 Ata da sessão ordinária de 19 de fevereiro de 1859. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1134.

25 Ata da sessão ordinária de 15 de junho de 1858. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1089-90.

barreira, um pedágio, por trinta anos, “na estrada que estava abrindo às suas custas, da fazenda Campestre até encontrar a estrada geral do Cantagalo a Porto das Caixas”²⁶.

Percebe-se aqui uma estratégia utilizada por Dimas Ferreira Pedrosa para auferir não somente ganhos financeiros, como para ampliar o seu capital político, algo fundamental para sua manutenção como político e membro da “boa sociedade imperial” (MATTOS, 1999). Alcir Lenharo identifica um fenômeno semelhante, ao perceber como alguns grupos que se envolveram na realização de grandes obras no Período Joanino e início do Primeiro Reinado, além de conseguir vantagens financeiras, lograram ascensão social. Outrossim, ele ainda adverte para o fato de como esse grupo, quando já possuidor de cargos públicos, utilizava da sua posição em comissões de governo para abrir estradas em lugares do seu interesse (LENHARO, 1993). Ao que parece, o procedimento da micro-história (GINZBURG, 1989) possibilita a percepção de um movimento análogo, em uma outra escala (REVEL, 1998), ou seja, no âmbito municipal.

Sob essa perspectiva, em primeiro lugar, nota-se que, apesar de perder algumas terras destinadas à pastagem e/ou ao cultivo, propondo a construção de uma estrada em sua propriedade, Dimas promoveria a valorização do seu imóvel por conta do acesso, fenômeno também notado por Lenharo (LENHARO, 1993). Sendo responsável pelo traçado, ele poderia escolher os locais menos produtivos, minimizando perdas de boas áreas e facilitando o escoamento de seus próprios produtos. Em segundo lugar, o fato de ter em seu território uma estrada municipal daria a ele a possibilidade de, ao longo dela, abrir “casas de negócio” e até pequenas hospedagens para os viajantes, que, além do possível pedágio, gerariam outras fontes de renda. Em terceiro lugar, se a construção da via era do interesse dos habitantes de Venda Nova e de Sumidouro, o fato de se propor a pagar por ela, conferir-lhe-ia também prestígio social e político diante daquela população e dos eleitores ali existentes. Por fim, todos os ganhos anteriores seriam ainda maximizados se a Câmara ainda financiasse, se não totalmente, ao menos parcialmente, a obra.

Contudo, a estratégia depende, de alguma forma, do apoio de membros da Câmara, e aí entende-se a importância de Mindelino Oliviera, que, enquanto participante da comissão de obra, tinha peso na sequência ou não de qualquer projeto. E, novamente, com o apoio deste vereador, Dimas Pedrosa repete o mesmo discurso sobre outra construção. Agora, em abril de 1859, compromete-se “às suas custas” a consertar uma ponte na fazenda de Jacintho Francisco de Oliveira, pedindo, mais uma vez, ajuda da administração municipal. Assim como no exemplo citado acima, o Vereador Oliveira defende que a Vila forneça 150\$000 réis dos seus cofres para o custeio da obra²⁷.

Além das intervenções urbanas, ainda no ano de 1859, Dimas também já aparece como responsável pela administração de uma das seções da estrada de Cantagalo. Aqui, mais uma vez, o parecer, agora do fiscal Francisco Rodrigues da Costa Bravo, não faz duras críticas ao seu trabalho, afirmando que o caminho estava em boas condições, à exceção da ponte do Banquete, que, por estar em ruínas, ameaçava o transporte de “milhares de arrobas de café”²⁸. Ressalta-se, assim, que Pedrosa se faz presente em uma estrada de suma importância por ligar Cantagalo, via Nova Friburgo, à Corte, promovendo a circulação da rubiácea, de pessoas

26 Correio Mercantil, 30 de outubro de 1862. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 03 março 2020.

27 Ata da sessão ordinária, em 11 de abril de 1859. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1141-42.

28 Ata da sessão ordinária de 25 de agosto de 1859. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1153.

e de várias mercadorias, articulando, assim, um mercado regional (PENHA, 2015). Em janeiro de 1860, Dimas Pedrosa celebra junto ao Governo da Província o contrato, de mais de um ano, para manutenção daquele trecho da estrada, por um valor de 13:500\$000 réis²⁹.

Essa estratégia também tinha seus riscos e não parece ser mera coincidência que, após Mindelino Francisco de Oliveira ter se afastado, por conta de um processo, das suas funções, Dimas Ferreira Pedrosa tenha sofrido uma série de críticas, por suas ações como arrematante e como presidente da Câmara³⁰. Apenas seis dias depois da saída do então membro da comissão de obras, o Vereador Veloso cita uma denúncia feita no *Jornal do Comércio*, onde se acusa o presidente da administração municipal de ter consigo o dinheiro que deveria estar no cofre³¹. No dia 30 daquele mês, o suplente chamado a ocupar o posto de Oliveira, José dos Santos Pinheiro, pede esclarecimentos sobre os valores existentes no cofre daquela casa, diante dos saques feitos pelo seu presidente. Além disso, cobra as notas e outras documentações referentes ao pagamento de 740\$000 réis, relativo às obras nas pontes do Rio Grande e da Formiga. Esse assunto foi tema de várias sessões no restante daquele ano e início de 1860, em que a Câmara cobrou as notas e outras explicações sobre os gastos e a ausência do dinheiro no cofre. Pedrosa chegou a ser alvo de um processo criminal³², e a Câmara passou a cobrar dele a devolução dos 5\$000 réis que recebeu além do valor comprovado com a dita obra³³.

Merece destaque que, mesmo após todas essas questões e embates, Dimas Pedrosa tenha sido novamente o vereador mais votado na eleição de 1860. Mesmo que, em seu relatório anual, ele tenha alegado ter sido alvo de perseguições de outros vereadores e parecer demonstrar confiança para o exercício do próximo mandato, a sua situação política era bem mais frágil³⁴. Em menos de vinte dias, ele é proibido, pelo presidente da Província, a pedido do juiz municipal substituto, de permanecer no cargo³⁵. O problema ainda era a questão das contas e o dinheiro retirado do cofre da Câmara. O que se observa nas sessões subsequentes é a tentativa, por parte dos vereadores, de investigar os motivos que fizeram com que ela tivesse uma dívida de mais de 3:327\$512 réis, valor impossível de ser quitado diante dos apenas 14\$920 réis presentes na casa administrativa³⁶. Enquanto a administração municipal procurava resolver o imbróglio, o presidente da Província decide pela anulação da eleição³⁷. O fato é que, mesmo diante de todo esse cenário, na eleição realizada em julho de 1861, Dimas Pedrosa se consagra novamente como o vereador mais bem votado. (**Tabela 5**).

29 O contrato foi publicado no Correio Mercantil, em 13 de fevereiro de 1860. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 03 março 2020. Contudo, não se sabe se ele chegou a receber alguma parte desta quantia, já que, em 1861, o engenheiro responsável por avaliar o trecho alega que o arrematante não teria feito obra alguma. Correio Mercantil, em 15 de julho de 1861. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 03 março 2020. Contudo, não se sabe se ele chegou a receber alguma parte desta quantia, já que, em 1861, o engenheiro responsável por avaliar o trecho alega que o arrematante não teria feito obra alguma. Correio Mercantil, em 15 de julho de 1861. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 03 março 2020.

30 Ata da sessão ordinária de 10 de agosto de 1859. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1146.

31 Ata da sessão ordinária de 16 de agosto de 1859. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1149.

32 Ata da sessão ordinária, em 15 de junho de 1860. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p.1187

33 Ata da sessão ordinária, em 15 de março de 1860. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1178-79.

34 Ata de continuação da sessão extraordinária, em 7 de janeiro de 1861. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p.1208.

35 Ata da sessão ordinária, em 23 de janeiro de 1861. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p.1210.

36 Sessão extraordinária, em 16 de fevereiro de 1861. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1220.

37 Sessão extraordinária, em 29 de maio de 1861. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p.1632.

Tabela 5: Resultado da eleição de Vereadores Nova Friburgo (1861)

Nome	Nº V. S.J.B.	% V. S.J.B	Nº V. S.	%V. S.	T. V.
Dimas Ferreira Pedrosa	310	89%	40	11%	350
Galiano E. das Neves	267	82%	49	15%	326
Luiz Francisco Torres	282	87%	44	13%	326
Eugenio Luiz Fabre	270	89%	33	11%	303
José A. Marques Braga	263	88%	32	11%	298
João C. de A. Barbosa	214	82%	44	17%	262
Manuel Fernades Ennes	201	86%	33	14%	234

Fonte: Produzido pelo autor a partir do Jornal Correio Mercantil (1861).

Observando apenas os números, Pedrosa teria recebido menos votos do que na última eleição validada. Todavia, na verdade, essa numeração, em comparação com a eleição de 1856 (**Tabela 4**), apenas reflete a queda do número de votantes, algo que pode ser explicado não somente pela ausência dos votos da Freguesia de São José³⁸, como pelas alterações que podem ter ocorrido na listagem dos que estavam aptos a votar. Nota-se também que o número dos votos dos eleitos em Sumidouro foi muito menor do que aqueles recebidos na eleição de 1856. Ainda no que se refere aos números, a tabela permite afirmar que a influência de Pedrosa cresceu significativamente na Vila, já que ele obteve mais que o dobro dos votos da eleição anterior. Tal crescimento é comprovado quando se nota a porcentagem, já que mais de 89% de seus votos foram obtidos na Freguesia de São João Batista. Dessa forma, pode-se afirmar que ele soube aproveitar bem o tempo em que foi presidente para aumentar o seu capital político na sede do município. Contudo, isso não significa dizer que o político mineiro perdeu totalmente o prestígio em Sumidouro, já que ali foi o terceiro mais votado, com apenas cinco votos a menos que o primeiro colocado. Esse momento foi o auge da carreira política de Pedrosa, tendo ele, na disputa, conquistado o seu melhor percentual em número de votos, cerca de 12% do total (**Gráfico 1**).

Uma vez de volta ao posto, em 1862, ele torna a se debruçar sobre a temática dos caminhos. Ele pede a criação de uma comissão para averiguação da estrada provincial contratada junto ao governo da província. Defende ainda que o município peça ao presidente da mesma autorização para que os proprietários dos terrenos por onde passam as vias possam manter as suas porteiras. Aqui, lembra a importância delas para os proprietários, já que os caminhos eram, muitas vezes, próximos de áreas de pasto e de criações. Certamente preocupado com a fuga dos animais, ele advoga mais uma vez em causa própria, já que ele mesmo teria uma estrada municipal passando por uma fazenda de criar³⁹. Infelizmente, devido ao fato de não se ter acesso à documentação camarária sobre os anos de 1863 e 1864, não se pode acompanhar o desfecho da questão.

Pelo mesmo motivo, não se tem como apurar o total de votos obtidos por Dimas Pedrosa na eleição que deve ter ocorrido em 1864, sabendo-se apenas que ele foi eleito, já que segue

38 Não foram apurados os votos de São José do Ribeirão porque as eleições ali as eleições não foram realizadas no dia marcado. Ata de continuação da 3ª sessão ordinária em 9 de dezembro de 1861. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1238.

39 Ata de continuação da 4ª sessão ordinária de 10 de outubro de 1862. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1276. O caminho aberto, nos anos anteriores nas terras de Dimas, era aquele utilizado para se chegar a Vila, sendo mencionado em algumas atas, como por exemplo: "o caminho que da Vila, passando pelo córrego d'Anta, Boa Vista e fazenda de Dimas, denominada Rio Grande...". Sessão ordinária, em 30 de outubro de 1865. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1338.

figurando nas atas municipais como vereador. Novamente essa vereança foi marcada por conflitos com seus pares. Agora é acusado até por Mindelino Francisco de Oliveira, mais uma vez membro da comissão de obras públicas, de ter, enquanto presidente, pagado por ferramentas que nunca foram entregues à Câmara e de ter desviado quatro escravos que estavam a custas daquela casa para serviços de seus interesses⁴⁰. Nesse imbróglio, Pedrosa, que alega ser credor do erário público de 1:513\$530 réis, fica sem conseguir receber o valor. Aqui, talvez, esteja outro fator de risco da estratégia do adiantamento e/ou arrematação de serviços públicos: a demora ou até mesmo impossibilidade de pagamento. Mesmo assim, o ex-presidente da Câmara continuava a propor o conserto de pontes, como uma existente na estrada da Vila para Sumidouro⁴¹.

Entretanto, seu isolamento político, percebido ao longo das atas, seja pela derrota nas votações ou pela fala de seus colegas, fez com que ele passasse a ser criticado também pela falta de manutenção das estradas. Em várias sessões, foram propostas multas a ele pelo “mau estado do caminho” para a Sebastiana que passava pela sua fazenda no Rio Grande⁴². A situação chegou ao ponto de Dimas Pedrosa ter sido afastado das sessões por desrespeito aos colegas, ou seja, sendo enquadrado no artigo 32 da lei 1828, que regulamentava o funcionamento das câmaras municipais⁴³.

Nas eleições que se seguem, em 1868 (anulada) e 1869, Dimas Pedrosa não consegue mais se eleger vereador, tendo conseguido, apenas, a condição de suplente. Ainda que tenha estado presente em várias sessões, nos anos 1871 e 1872, nota-se que sua participação foi discreta. Ele parecia estar mais interessado na cobrança de valores (700\$000 réis) que a Câmara lhe devia por conta da arrematação de obras, como a do desaterro do terreno ao lado da Igreja Matriz, algo que a vereação afirmava não fazer por falta de dinheiro nos cofres⁴⁴. Em 1875, ele ainda cobra os 1:513\$530 réis que o município lhe devia e, que, após sentença do Tribunal da Relação deveria pagar, acrescido dos juros (477\$561 réis) e das custas do processo (263\$520 réis). O valor total da dívida, 2:225\$560 réis, não era pago, novamente, pela ausência de fundos no cofre⁴⁵.

Na eleição seguinte, em 1876, novamente como suplente, percebe-se a dificuldade de Pedrosa em receber o que lhe era devido pela municipalidade. Em 1877, os mais de dois contos citados acima⁴⁶faziam com que ele fosse o segundo maior credor da Câmara. A dificuldade no recebimento daquele valor não deveria se dar por conta de questões políticas, mas sim pela situação financeira da Vila, que, possuindo em seu cofre apenas 367\$194 réis, devia a dez pessoas um valor total de 11:866\$460 réis⁴⁷. Essa quantia era bem considerável,

40 Ata da 2ª Sessão ordinária, em 1 de maio de 1865. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1288-89.

41 Ata da sessão ordinária, em 10 de outubro de 1865. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1323-24.

42 Ver: *Ata da sessão extraordinária, em 27 de março de 1866, p. 1368; Ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 10 de julho de 1866, p. 1382; e Ata da sessão ordinária em 10 de janeiro de 1867, p. 1411. Atas da Câmara... Op. cit.*

43 Ver: *Ata da sessão extraordinária, em 18 de fevereiro de 1867 e a Ata da sessão ordinária, em 19 de janeiro de 1867. Atas da Câmara... Op. cit.* O artigo 32 da referida lei afirma: “Se algum Vereador não quiser voltar á ordem, o Presidente o mandará calar; e não obedecendo, o fará sahir da sala, consultando primeiramente os outros Vereadores; ou levantará a sessão, quando a nada se queira sujeitar. Neste caso a Camara na sessão seguinte deliberará, se deve o Vereador ser, ou não admittido; e sendo resolvido pela negativa, se chamará o immediato, salvo o recurso ao Conselho Geral da Provincia, ou ao Conselho da Presidencia, em quanto aquelle não estiver em exercicio.” LEI DE 1º DE OUTUBRO DE 1828.

44 Ata da sessão ordinária, em 9 de setembro de 1869. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p.1545.

45 Ata da continuação da sessão ordinária, em 13 de setembro de 1875. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1786.

46 Ata de continuação da 1ª sessão ordinária, em 28 de março de 1877. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1821.

47 Ata da continuação da 2ª sessão ordinária, em 5 de junho de 1877. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1828

tendo em mente que se sabe, por exemplo, que, no ano de 1878, a Câmara teve como receita total o “valor de 12:00\$000 réis” (GOUVÊA, 2008, p. 40).

Ademais, nesse mesmo ano, chega aos vereadores um requerimento de vários moradores das freguesias de São João Batista e de Sebastiana pedindo o melhoramento do caminho que ligava as duas localidades. Após o exame do terreno, a Câmara sugere que seja feita uma mudança no trajeto da estrada – um “corte” na Serra, na Fazenda do Rio Grande, propriedade de Pedrosa. O novo trecho, com cerca de oitocentas braças de comprimento, teria 15 palmos de largura deveria custar até 2:500\$000 réis⁴⁸. Segundo a documentação camarária, a obra foi realizada, estando já concluída em 1878⁴⁹. À primeira vista, parece que a situação da estrada é bem semelhante àquela citada nas páginas anteriores, ou seja, quando, na presidência da Câmara, Pedrosa conseguiu a construção de uma passagem em uma das suas propriedades. Contudo, o comportamento do político mineiro indica que o cenário era bem diferente do descrito nos anos cinquenta. Dois anos após a proposta apresentada pela administração pública, o ex-presidente passa a requerer indenização dos prejuízos causados por aquela casa administrativa ter ordenado a abertura do caminho em suas terras, na Serra do Rio Grande⁵⁰. Esse pedido faz com que os vereadores cheguem a solicitar opinião de um juriconsulto sobre o caso, que, pelo exame das atas das sessões administrativas, chegou à justiça⁵¹. Ainda que a ausência do processo impeça uma análise mais detalhada da situação, pode-se inferir que o descontentamento de Dimas Ferreira Pedrosa estaria ligado ao fato de ele não ter sido o protagonista da obra. Ele não propôs a criação desse caminho e, por conseguinte, não teve o controle do seu traçado.

Dessa forma, se, na década de cinquenta, o percurso em suas terras lhe parecia vantajoso, a criação de um novo, sem sua anuência, pode ter ocasionado perda de áreas cultiváveis, de matas e de pastagens. Além disso, há a possibilidade de a alteração do trajeto ter prejudicado até a casa de negócio que possuía na sua fazenda, afastando dali os transeuntes. Enfim, se a realização de estradas em suas propriedades, nas décadas anteriores, pôde ser vista como exemplo do tamanho do seu capital político, a confecção dessa nova empreitada, contra a sua vontade, demonstra como ele se deteriorou.

Ainda nesse sentido, ressalta-se um último caso que confirma a teoria. Em 1879, uma petição de fazendeiros, negociantes, lavradores e moradores do lugar denominado Córrego Grande é enviada à Câmara de Nova Friburgo. No documento, assinado pelo negociante e proprietário Antonio José Mendes, mas não por Pedrosa, são feitas críticas ao estado da estrada que leva à Vila, afirmando que, na parte da Fazenda Rio Grande, ela se encontra “intransitável”. Segundo o requerimento, essa situação é culpa do “desmazelo do proprietário”⁵². Um pouco mais de um ano depois, em 1881, Dimas Ferreira Pedrosa reclamou do mau estado das estradas municipais e do fato de Mendes ter mudado o caminho para outro lugar, em terras que pertenciam a este último, na Fazenda Conquista. Segundo o ex-vereador, a proximidade da nova rota daquela que já existia o colocava contrário à empreitada⁵³. Ora, o que está na base dessa contenda é a estratégia de valorização fundiária e das atividades comerciais. Ambos, proprietários e negociantes, tinham interesse em fazer com que a

48 Ata da continuação da 4ª sessão ordinária, em 20 de setembro de 1877. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1849.

49 Ata da continuação da 1ª sessão ordinária, em 28 de fevereiro de 1879. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1895

50 Ata da continuação da 4ª sessão ordinária, em 12 dezembro de 1879. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1920.

51 Ver: Ata da continuação da 1ª sessão ordinária, em 9 de janeiro de 1880, p. 1925; e Ata de continuação da 1ª sessão ordinária, em 16 de fevereiro de 1880, p. 1928. *Atas da Câmara... Op. cit.*

52 Requerimento de Negociantes, fazendeiros, lavradores e moradores no lugar denominado Córrego Grande. Doc4288_mau_estad-_estrada_18730413_dsc0000_1. Fundação D. João VI/Nova Friburgo.

53 Ata da 4ª Sessão ordinária, em 18 de novembro de 1881. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1989.

estrada da Vila para Sebastiana seguisse pelas suas terras. Da mesma forma, não parece ser coincidência que, da crítica à estrada existente até a construção de outro caminho, tenha se passado um ano, espaço de tempo em que Mendes, por meio de várias aquisições fundiárias, tenha se tornado dono de toda a Fazenda Conquista⁵⁴. Por sua vez, Dimas Ferreira Pedrosa, que, nas eleições de 1880⁵⁵, sequer figura na lista dos que receberam votos, sai mais uma vez derrotado, vendo até a sua influência na região próxima a sua propriedade ser suplantada por um homem que estava em ascendência econômica e social.

Considerações finais

O presente trabalho, tomando como procedimento a micro-história (GINZBURG, 1989; REVEL, 1998; LEVI, 2000), procurou analisar um pouco da trajetória do político Dimas Ferreira Pedrosa. Evidenciaram-se, por meio do uso de variadas fontes, algumas estratégias utilizadas por ele para obtenção de capital econômico, político e social. Foi apresentada uma breve biografia desse personagem, salientando os diversos cargos que foram ocupados por ele, por mais de vinte anos, na administração camarária, no século XIX. Examinaram-se, também, os resultados de diversas eleições em que ele participou, o que ajudou na identificação dos seus momentos de auge e de baixa frente aos eleitores locais.

Nesse sentido, entendeu-se que Pedrosa soube, em muitos momentos, capitanear a seu favor uma demanda recorrente da população de várias localidades da Vila de Nova Friburgo, ou seja, o melhoramento das estradas. Construiu-se, assim, uma metáfora em que se procurou associar os “caminhos” e as estratégias (CERTEAU, 2008; PEDROZA, 2008; FRAZÃO, 2020a) econômicas e políticas adotadas por Dimas Pedrosa ao seu envolvimento nas vias que ligavam diversas partes do município entre si e com outras regiões, como a Corte. Constatou-se que, em alguns momentos, ele obteve sucesso em associar a demanda pelas rotas de passagem a formas de valorização de suas propriedades e de seus negócios (LENHARO, 1993). A construção da rota que ligava duas regiões da Vila, passando por uma de suas propriedades, pareceu exemplificar o poder político e social desse sujeito, membro da boa sociedade imperial (MATTOS, 1999). Da mesma forma, a sua incapacidade, décadas depois, de impedir ou obter recursos financeiros quando outra passagem foi construída em outra das suas fazendas, exemplificou o seu ocaso.

Contudo, tem-se em mente que este estudo, longe de ser conclusivo, deve ser complementado com a análise mais detalhada de outras fontes, como a documentação cartorial e os mapas que apresentam os caminhos da Vila no século XIX. Por meio deles, poder-se-á entender melhor como Pedrosa agia no mercado de terras e visualizar a movimentação feita pelo território da Vila, comparando-a com a apresentada aqui, feita a partir do Almanaque Laemmert. Esse conjunto de fontes poderá demonstrar a construção, manutenção e perda de relações sociais importantes para o entendimento dos caminhos e descaminhos da vida de Pedrosa. Enfim, o trabalho sobre este importante personagem político da Vila de Nova Friburgo ainda está bem longe do final. Com certeza, ainda haverá muitas outras histórias.

54 As compras se iniciam em 1872 e chegam ao final em 1879. O total investido foi de 3:780\$000 réis. Livro de Notas número 8. Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo (FRAZÃO, 2020a).

55 Ata da sessão com o fim especial de procedera a apuração dos votos para vereador, em 11 de agosto de 1880. *Atas da Câmara... Op. cit.*, p. 1948.

Fontes:

Almanaque Laemmert. Edições de 1854 a 1882.

Atas da Câmara de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015.

Inventário de Dimas Ferreira Pedrosa. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

Jornais: Correio Mercantil, 1849; Gazeta de Notícias, 1882; Jornal do Comércio, 1883; Monitor Campista, 1882.

Lei de 1º de Outubro de 1828. (Lei de regulamento das Câmaras Municipais). Livros de Notas do Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo.

Livros de Registro de Batismo da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo. Livro de Registro de Óbitos da Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo.

Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer

Lista do Conselho de qualificação da guarda nacional. Fundação D. João VI/Nova Friburgo. Recenseamento do Brasil de 1872. Vol.10.

Livros, teses, dissertações e revistas:

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CORRÊA, Maria Janaina Botelho e SANTOS, Selmo de Oliveira. Terras Frias: um ensaio sobre a reforma agrária na fazenda Rio Grande. In ARAÚJO, João Raimundo de; LO BIANCO, Regina;

COSTA, Ricardo Rosa da Gama (ORG.) *Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens*. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2019.

FARIA, Sheila de Castro. Tropeirismo. In VAINFAS, Ronaldo (ORG.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 705-707.

FERREIRA, Marieta Moraes. *História de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na sociedade escravocrata*. São Paulo. Fundação da Editora UNESP, 1997.

FRAZÃO, Gabriel Almeida. Um negociante das "Terras Frias": uma análise das estratégias de aquisição fundiária do português António José Mendes (Nova Friburgo, 1860-1914). *Revista Maracan*. nº 23, jan- abril, 2020, p. 59-82. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/44838/32006>. Data de acesso: 02/04/2020a.

FRAZÃO, Gabriel Almeida. A "nobreza das Terras Frias": análises preliminares das estratégias políticas, sociais e econômicas de Dimas Ferreira Pedrosa (Nova Friburgo - Séc. XIX). Nova Friburgo, Texto inédito, 2020b.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ISOLDI, Maria Celma Exner Godoy e FILHO, Carlos Alberto da Silveira Isoldi. Algumas famílias povoadoras do Alto do Rio das Velhas: Ferreira Pedrosa, Aguiar, Pereira Lima e Rodrigues Peixoto, p. 291. Revista da ASBRAP, n.º26, 2019. Disponível em: www.asbrap.or.br/documentos/revistas/rev_26_2019/k- algumas_familias_povoadoras_do_alto_rio_das_velhas_isoli.pdf Data de acesso 24/02/2020.

LAFORET, Maria Regina Capdeville. A Colônia de Nova Friburgo. In ARAÚJO, João Raimundo; MAYER, Jorge Miguel (ORG.) *Teia Serrana*: formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Edição da Divisão Cultural: Rio de Janeiro, 1963.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LISBOA, Edson de Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In ARAÚJO, João Raimundo; MAYER, Jorge Miguel (ORG.) *Teia Serrana*: formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MARRETTO, Rodrigo Marins. Insurgência Escrava na Vila de Nova Friburgo (1820-1850) In ARAÚJO, João Raimundo de; LO BIANCO, Regina; COSTA, Ricardo Rosa da Gama (ORG.) *Teia Serrana II*: novos temas e novas abordagens. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2019.

MARRETTO, Rodrigo Marins. *A escravidão velada*: senhores e escravos na formação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo (1820-1850). Rio de Janeiro: Revan, 2018.

MAYER, Jorge Miguel e PEDRO, José Carlos. Política de administração em Nova Friburgo no século XIX. In ARAÚJO, João Raimundo; MAYER, Jorge Miguel (ORG.) *Teia Serrana*: formação histórica de Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

OLIVEIRA, Ronald Lopes. Corpo sem cemitério é pecado! Práticas de sepultamento de protestantes na Vila de Nova Friburgo. II Simpósio Internacional da ABHR. XV Simpósio Nacional da ABHR. II Simpósio *Sul da ABHR*. Florianópolis: UFSC, 2016.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. Tortuosos Caminhos: obras públicas e provinciais e o difícil escoamento das mercadorias de Cantagalo, Campos dos Goytacazes e Macaé para o Rio de Janeiro (século XIX). In MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo. (ORG.) *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, século XIX)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas (SP).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO (PMNF) *Nova Friburgo: notas e informações*. Coleção Cadernos de Cultura. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/Pró-Memória, 1985.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. *Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado em História da Ciência e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

REVEL, Jacques. (ORG.) *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Senhores e escravos no coração do império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALLES, Ricardo. *Café e escravidão*. In Schwartz, Lília Moritz e GOMES, Flávio dos Santos (ORG.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SENHOR VEREADOR DOUTOR:
as frentes de atuação de Carlos Eboli na Câmara
Municipal da Vila de Nova Friburgo (1870-1880)

Anne Thereza de Almeida Proença¹

Muito Sr. Presidente,
e mais Vereadores da Câmara
Municipal.

Respondendo ao officio de V. Exa.
de 23 do corrente, tenho a dizer-lhe
o seguinte: que no rio Uruguaya
em proximidade do rio Bengala,
existem duas lagoas, de extensão
de muitos metros, constituídas por
águas acumuladas no antigo leito
do rio do mesmo nome; que tais
águas, apesar de terem com umidade,
cada uma as bacias, que não se
vão na maior parte estagnadas,
não são por serem insufficientes
os esgotos, como porque o nível do
antigo leito do rio é mais baixo do
que o novo; que, existindo águas
em tais condições, exhalam, sobre
tudo em tempo secco e sob a acção
do sol, miasmas que affectarão a
salubridade publica, desenvolvendo
do febre de máo caracter, e que
a despeito do que julgo, para prevenir
des males futuros, de urgente neces-
sidade melhorarem-se deplem os
esgotos actuaes, e, logo que se pu-
der, aterrar-se o antigo leito do rio.

Deus Guarde a V. Exa.
Nova Friburgo 30 de Abril de 1883.

D. Carlos Eboli

Parecer, datado de 30 de abril de 1883 e assinado por Carlos Eboli, sobre os possíveis efeitos nocivos das águas estagnadas do antigo leito do Rio Bengalas, revelando suas preocupações como médico, vereador e até mesmo empresário quanto à manutenção da salubridade pública da então Vila de Nova Friburgo.

O presente artigo tem como objetivo apresentar a atuação do médico italiano Carlos Eboli na Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo durante os seus dois mandatos, que compreendem os quadriênios de 1877 a 1880 e de 1881 a 1884. Analisando o conjunto de atas das sessões do período, observamos Eboli como um vereador presente e atuante, cujos interesses como empresário, político e médico preocupado com a manutenção da salubridade pública da vila se entrecruzam e direcionam as suas principais ações, assim como constroem suas redes de relações, revelando aliados e adversários no plenário.

Carlos Eboli é um nome marcado na história de nossa cidade por seu empreendimento de saúde, responsável por consolidar sua carreira, iniciada em Cantagalo na década de 1860, e por colocá-lo em posição de destaque tanto na região como na Corte. Através do *Instituto Sanitário Hidroterápico*, Carlos Eboli destacou ainda mais Nova Friburgo como local salubre, de acordo com o pensamento médico predominante² à época. Isso atraía visitantes de diversos pontos do país, principalmente de toda Província fluminense, seja em busca da cura para suas enfermidades ou para veraneio, fugindo das altas temperaturas e das constantes epidemias que assolavam a cidade do Rio de Janeiro (CORRÊA, 2008). Portanto, torna-se ainda mais interessante acompanhar sua trajetória na Câmara Municipal, para que possamos compreender o quanto ambos papéis exercidos por ele na sociedade friburguense se complementavam.

Ao ocupar uma cadeira política, Carlos Eboli seguiu uma tendência comum aos médicos que atuavam nas cidades do interior oitocentista. Entre eles, o médico francês Jean Bazet, o primeiro presidente da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo. Consideramos que o crescente contato direto com a população, principalmente com a elite, o sucesso nos atendimentos realizados, as estratégias profissionais e pessoais adequadas às dinâmicas sociais existentes, a construção de uma rede de contatos forte e influente eram os principais elementos da receita que impulsionavam estes médicos para exercer funções além da sua formação profissional. Tal como afirma Betânia Figueiredo (2002), “os médicos são, sem dúvida, uma referência nas suas respectivas cidades”, e isto é uma tendência que observamos até hoje.

Aos médicos era apresentada a possibilidade de organizar um círculo de conhecimentos e relações mais amplo, mais cosmopolita, se comparado à média dos habitantes das regiões interioranas. Todos esses pontos podem ter colaborado para a estruturação do perfil de quem se interessa por atuar politicamente (FIGUEIREDO, 2002: pág. 218).

Aventurar-se na política indicava que os médicos estavam bem adaptados e incorporados à sociedade, e isso significava desfrutar “de um amplo conhecimento dos assuntos da região” (FIGUEIREDO, 2002: pág. 218). E é importante ressaltar que os médicos, chegando às cidades do interior após sua formação acadêmica, encontravam um ambiente com dinâmica, demandas e recursos próprios, aos quais deveriam adaptar seus conhecimentos científicos e suas estratégias de atuação profissional. Além disso, eles se deparavam com um campo da saúde já dominado por práticas de cura empíricas e populares. Ao analisar esta

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Bolsista Nota 10 da FAPERJ.

2 Segundo a teoria médica do Higienismo, as altas temperaturas dos trópicos e sua umidade eram os principais agentes causadores das patologias, por possibilitarem a produção de emanações miasmáticas, acelerando o processo da decomposição orgânica e a contaminação atmosférica. Porém, tais efeitos poderiam ser amenizados através de medidas que garantiriam a limpeza dos corpos e do ambiente. Dentro desta teoria, a chamada “topografia médica” aponta que a saúde, ou falta dela, em uma população dependia das condições do solo e das águas, complementando as condições de temperatura e umidade, citadas acima. As regiões consideradas mais salubres para os médicos oitocentistas tinham como principais referências serem locais elevados, com maior ventilação, cuja água seja “corrente e abundante” e com baixa umidade (SIGAUD, 2009).

questão, é importante pautar que não devemos simplificar a questão da escolha da forma de tratamento, quando possuíam esta opção, afirmando que os enfermos só não se tratavam com médicos por não ser um serviço amplamente disponível a todos. Esta escolha estava muito ligada ao que o paciente identificava como causa da sua doença e ao procedimento mais próximo às suas crenças. Era comum, por exemplo, que a população já estivesse habituada ao tratamento através de remédios caseiros, consultando até mesmo “escravos com reputação de curandeiros” (STEIN, 1961, pág. 225).

A prática médica no século XIX se caracterizava pela ida do médico ao encontro dos enfermos, respondendo a um chamado da família, pela atuação em seus próprios consultórios, que normalmente ficavam em seus domicílios, em farmácias, em instituições de assistência, tais como Casas de Saúde particulares ou aquelas mantidas por irmandades, com destaque para os hospitais da Santa Casa de Misericórdia. Os clínicos também poderiam ser contratados, seja para atuarem em grandes fazendas, atendendo os escravizados, à família e os agregados de grandes proprietários, ou para garantir o atendimento aos considerados pobres das vilas, via Câmaras Municipais. Em ambos os casos, eles eram chamados de *médicos de partido*.

Era interessante para estes clínicos, portanto, conquistar a confiança da população regional, para que conseguissem aumentar sua influência onde atuavam. Ressalta-se que o discurso médico sofreu menos resistência para ser absorvido por parte dos membros das elites locais. Além disso, este discurso acompanhava um pensamento de modernização e civilização, que tinha na medicina a esperança da redenção para os efeitos nocivos³ do clima tropical sobre a saúde no Brasil. No caso do interior fluminense, os médicos se inseriam num contexto em que era recomendado adequar os hábitos à província que estava se enriquecendo com a exportação de café.

Compreendendo este contexto, podemos questionar: será que a popularidade dos médicos vinha a partir da quantidade de cargos que ocupavam na sociedade ou precisavam primeiramente se tornarem conhecidos para só assim alcançarem mais postos? Consideramos que a aproximação com importantes famílias seja o ponto chave nesta questão. A boa relação entre eles forneceria ao médico o reconhecimento e a credibilidade necessários para que eles conquistassem seu lugar social e conseguissem, assim, ultrapassar os limites de sua profissão. Por isso, ao analisar uma trajetória política, é interessante levantar e debater o quanto dos seus próprios interesses influenciavam nas ações políticas desenvolvidas por estes médicos, tal como pretendemos realizar ao longo deste artigo.

Os médicos procuravam se adequar ao nível social e aos interesses destes grandes proprietários para facilitar o acesso às suas famílias. Eram estes interesses que moldavam as relações entre eles. A construção de suas estratégias pessoais e profissionais se baseavam no ritmo destas relações e no ambiente no qual estavam inseridos (SANGLARD, 2005). E esta aproximação não garantia somente a presença deles nas propriedades rurais. A influência destes fazendeiros fazia com que os médicos tivessem cada vez mais notoriedade com a população da região e conseguissem atuar de forma autônoma fora dos limites das fazendas, formando sua clientela e podendo alcançar o almejado reconhecimento e retorno financeiro. Além disso, este apadrinhamento também facilitava a chegada destes profissionais à esfera política, como prestadores de serviços ou mesmo ocupando altos cargos políticos.

3 Segundo o chamado determinismo climático europeu, o ar corrompido pelo clima tropical do Brasil influenciava diretamente nas condições de salubridade pública e na acentuação do efeito da doença no organismo, deixando-nos vulneráveis ao grande número de epidemias, o que seria o principal obstáculo do país para alcançar o tão desejado patamar civilizatório da época.

No caso de Carlos Eboli, consideramos que seu trabalho para a família Clemente Pinto teria sido decisivo para estimular seu crescimento profissional e possivelmente econômico na região, e até para abertura do *Instituto Sanitário Hidroterápico*. Ao permitir a instalação de um estabelecimento de duchas improvisado para a prática da hidroterapia na Fazenda Gavião, sua principal propriedade em Cantagalo, Antônio Clemente Pinto, primeiro barão de Nova Friburgo, mostrava-se o quão próximo estava das novidades de tratamentos médicos realizados na Europa. Em contrapartida, Carlos Eboli, ao se colocar como especialista e introdutor desta prática na região, atraiu a atenção de uma família reconhecida socialmente. A partir de então, o médico italiano começa a conquistar seu espaço profissional, respaldado pelo crédito dado por um dos homens mais ricos do Império brasileiro, assim como, possivelmente, por um financiamento para seu futuro empreendimento em Nova Friburgo. Os interesses de ambos se articularam, o que construiu um contexto favorável para o sucesso da iniciativa de Carlos Eboli (PROENÇA, 2017).

Observamos, portanto, que era comum aos médicos de cidades do interior construir suas relações de modo a se colocarem num patamar de referência para os núcleos da sociedade na qual passaram a atuar, buscando disseminar seu pensamento científico e ampliar seu alcance e influência. Com isso, ultrapassavam os limites da atuação profissional, ocupando postos de destaque, seja nos mais diversos espaços sociais ou tornando-se políticos atuantes nas Câmara Municipais.

Das fazendas cantagalenses ao empreendimento friburguense: uma breve apresentação da trajetória profissional de Carlos Eboli (1860-1870)



Fonte: Acervo iconográfico da Sociedade Musical Beneficente Campesina Friburguense.

Segundo Sérgio Bittencourt-Sampaio (2009, pág. 81), Carlos Eboli era filho de Tommaso Eboli e Anna Peluso. Nascido em 1832. Formou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Nápoles⁴ em 1856 e mudou-se para o Brasil logo depois, sendo seu primeiro registro como médico residente em Cantagalo feito pelo *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da*

⁴ EBOLI, Carlos. Do diagnóstico, prognóstico e tratamento das moléstias em geral. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1863.

Corte e Província do Rio de Janeiro no ano de 1860⁵. Porém, somente em 1863 apresentou uma tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro intitulada *Do diagnóstico, prognóstico e tratamento das moléstias em geral*⁶, com a finalidade de validar seu diploma⁷. E, assim como outros profissionais estrangeiros contemporâneos, atuou como médico nas fazendas de café de grandes proprietários. Podemos sugerir que suas primeiras formas de atuação tivessem como principal objetivo a formação de sua clientela, assim como a acumulação de recursos financeiros para iniciar seu projeto hidroterápico na região, antes de se fixar em alguma fazenda, como fez na Fazenda Gavião, citada anteriormente (PROENÇA, 2017).

Em um *voto de gratidão*, datado de 4 de novembro de 1861, mas publicado em 1864 no *Jornal do Commercio*⁸, João Silvério de Souza Caldas agradece o reestabelecimento de sua saúde devido as operações realizadas por Carlos Eboli, em Cantagalo, indicado na ocasião como *médico assistente*. Em sua tese, Keith Barbosa (2014) aponta que o médico italiano foi aquele “que mais forneceu receitas para a Fazenda Passos” (BARBOSA, 2014, pág. 185), entre 1864 e 1866, propriedade do comendador Manoel Teixeira de Souza Júnior. O periódico *O Voto Livre*, produzido em Cantagalo, apresenta uma descrição⁹ da presença de Eboli na localidade: sua atuação médica esteve ligada à clínica livre e à atuação como *médico de partido*. No caso de Carlos Eboli, como apresenta-nos o periódico, esta remuneração por contrato era oferecida pela família Clemente Pinto¹⁰. Então, antes mesmo de abrir sua principal fazenda para receber o projeto hidroterápico de Carlos Eboli, este já era funcionário do Barão de Nova Friburgo. Estas informações reforçam a hipótese de que seu projeto hidroterápico na região, assim como o futuro estabelecimento friburguense, contou com a ajuda financeira e com o prestígio destas importantes figuras da região, de quem se aproximou através da sua atuação que, inicialmente, não esteve ligada à cura pelas águas (PROENÇA, 2017).

Carlos Eboli afirmou que trabalhava com o tratamento hidroterápico no Brasil desde 1867, considerando-se o primeiro especialista na área e que propagou, assim, a hidroterapia científica no país¹¹. Entre as diversas propriedades da família Clemente Pinto, foi a Fazenda Gavião o palco dos primeiros passos de Eboli na introdução do tratamento hidroterápico na região. Em 1869, seu tratamento através da aplicação de duchas, mesmo que ainda realizado em uma casa adaptada e com poucos equipamentos, já era procurado e indicado aos enfermos por outros médicos da região, promovendo a construção de uma rede de relação entre pares. Sua atuação médica através da hidroterapia fez dele uma figura conhecida na localidade, sendo seu discurso reforçado por Antônio Clemente Pinto: “O velho Barão confirmava sempre, com o prestígio do seu testemunho, as palavras eloquentes do fogo propagandista”¹². A influência do Barão, portanto, confirmava e reforçava os êxitos declarados por Carlos Eboli através do seu tratamento (PROENÇA, 2017).

5 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

6 EBOLI, Carlos. *Do diagnóstico, prognóstico e tratamentos das moléstias em geral*. *Op. Cit.*

7 Como no interior existia uma urgência de pessoas que tivessem conhecimento de práticas de saúde, podemos considerar a interiorização como uma estratégia destes médicos estrangeiros para já começarem a trabalhar, mesmo antes de ter seu diploma reconhecido (PROENÇA, 2017).

8 CALDAS, João Silvério de Souza. Cantagalo: Voto de gratidão. *Jornal do Commercio*, 20 de dezembro de 1864. Página 2.

9 DR. CARLOS EBOLI. *O Voto Livre*. Cantagalo, 22 de fevereiro de 1885. p. 2. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

10 *Ibidem*.

11 EBOLI, Carlos. *Hydrotherapia: Memória Apresentada à Academia Imperial de Medicina para Obter o Título de Membro Correspondente*. *Annaes Brasilienses de Medicina*, TOMO XXII, Abril de 1871, N. 11. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

12 ESTABELECIMENTO Hidroterápico do Dr. Eboli. Nova Friburgo. Almanak Gazeta de Notícias. Oitavo ano, 1887. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Foi durante esta experiência, de 1868 a 1870, que Carlos Eboli colheu as *Observações Clínicas* descritas em *Hydrotherapia*¹³, memória que apresentou à Academia Imperial de Medicina e através da qual se tornou membro correspondente. Entre as principais informações destacadas pelo médico, observamos que a maioria de seus atendimentos era feita aos escravizados, seja da própria fazenda, de outras propriedades da família ou de outros proprietários, que enviavam seus cativos para o tratamento hidroterápico, após longos períodos reclusos aos hospitais de suas próprias fazendas, o que contribuía para a expansão de sua sociabilidade. Os proprietários recorriam aos mais diversos tipos de tratamento para amenizar as enfermidades apresentadas pelos escravizados, como forma de não anulá-los para o trabalho, num contexto de escassez da disponibilidade de renovação constante da mão-de-obra, após da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que determinava o fim do tráfico internacional (PROENÇA, 2017).

Com isso, a Fazenda Gavião tornou-se um local de representação social, além da produção agrícola e de grande concentração de mão de obra cativa (MUAZE, 2011). A importação dos hábitos, mentalidades e até bens materiais por estes grandes proprietários iam de acordo com o interesse em ostentar sua riqueza e afirmar sua posição social. A família Clemente Pinto destacava-se, então, de outros produtores e confirmava seu papel central, como núcleo de sua rede de interdependências, pertencente à boa sociedade fluminense e condizentes com sua fortuna (PROENÇA, 2017).

Mesmo diante deste cenário, por que Carlos Eboli optou por abrir seu estabelecimento hidroterápico em Nova Friburgo e não em Cantagalo? Para tentar responder a esta dúvida, partimos de duas prováveis razões principais. Uma das mais comentadas em nossa historiografia é a imagem de Nova Friburgo como sanatório natural, cujo clima era considerado o mais ameno e salubre de toda a Província do Rio de Janeiro pelos médicos oitocentistas e por relatos de viajantes, e, por isso, melhor auxiliaria o bom êxito do tratamento hidroterápico¹⁴.

Além do clima, diferente das características predominantemente rurais de Cantagalo, a Vila de Nova Friburgo apresentava-se como lugar que melhor receberia um grande empreendimento, devido seu foco no desenvolvimento das atividades urbanas e da reorganização do seu espaço público, que começava a ser feita em pontos estratégicos da região central. A grande influência e investimento da família Clemente Pinto também eram marcantes em Nova Friburgo e, reforçando a ideia do apadrinhamento de Carlos Eboli pela família, podemos considerar que este seria um ponto favorável para a escolha da vila como sede deste grandioso empreendimento (PROENÇA, 2017).

Nova Friburgo, portanto, apresentou-se para Eboli como um local com grandes possibilidades de conquistar suas expectativas profissionais no interior da província fluminense, através de seu estabelecimento hidroterápico. E, como consequência, o *Instituto* também viria a auxiliar os interesses políticos e sociais de transformação do espaço público friburguense, ao atrair visitantes de poder aquisitivo elevado, disposto a investir na vila durante sua longa estada para o tratamento ou durante a estação de verão intenso, desenvolvendo setores como hospedarias, comércios e outros serviços que estavam acostumados a exercer em seus locais de origens. Juntamente com seu sócio, o médico português Fortunato Corrêa de Azevedo, que também atuava em Cantagalo, Carlos Eboli escolheu o prédio do antigo Colégio Freeze como local de seu futuro empreendimento, próximo à principal praça da vila e à uma das principais propriedades dos Clemente Pinto: o Solar do Barão de Nova Friburgo (PROENÇA, 2017).

13 EBOLI, Carlos. *Hydrotherapia*. *Op. Cit.*

14 Este tratamento hidroterápico realizava-se sobre três pilares: utilização da água fria, provocação de suores e a preferência por um local montanhoso, para a realização das recomendadas caminhadas íngremes, de tempo frio e seco (CHERNOVIZ, 1908).

O *Instituto Sanitário Hidroterápico* foi inaugurado em 1º de junho de 1871. Segundo o jornal *Diário do Rio de Janeiro*¹⁵, após a cerimônia religiosa, um jantar foi oferecido aos grandes nomes locais e da Corte, fazendeiros da região e representantes da Academia Imperial de Medicina. Durante a festa, apresentou-se a banda Campesina Friburguense, cuja presidência seria ocupada por Carlos Eboli em 1874, e os convidados puderam visitar as instalações do estabelecimento. Durante a sua primeira década, o *Instituto* manteve uma alta atividade, ganhando cada vez mais reconhecimento e recebendo grandes nomes que buscavam a cura para suas enfermidades ou apenas desfrutar deste hábito civilizado de raízes europeias (PROENÇA, 2017).

Mesmo diante deste sucesso, foi noticiado pelo jornal *Gazeta de Notícias*¹⁶ o desligamento do seu sócio, Fortunato Corrêa de Azevedo, indicando que Carlos Eboli passava a ser o único dono do estabelecimento a partir de 1º de outubro de 1877. O jornal não indica os motivos relatados para o fim da sociedade, mas tal fato foi acompanhado por uma disputa de terrenos, intermediada na Câmara Municipal, como apresentaremos mais à frente. Carlos Eboli, mesmo sozinho, continuou investindo no estabelecimento e como, principal iniciativa, decidiu realizar a construção do *Hotel Central* (PROENÇA, 2017).

Completando o pacote que daria eficiência ao tratamento hidroterápico estaria o lugar de repouso, no qual os hóspedes usufruiriam também de uma alimentação regrada. Anteriormente, os hotéis que recebiam aqueles que procuravam as duchas, inclusive os enfermos, eram principalmente o Hotel Leuenroth, próximo à estação de trem de passageiros, e o Hotel Salusse, localizado na Praça Princesa Izabel, mais próximo ao estabelecimento hidroterápico (BITTENCOURT-SAMPAIO, 2009). Construído junto ao complexo de duchas, o *Hotel Central* reunia saúde, descanso e lazer e, atualmente, seu prédio abriga o Colégio Nossa Senhora das Dores. Porém, um empreendimento deste grande porte requeria altos preços para manutenção (PROENÇA, 2017).

Por si só, os preços cobrados para frequentar o estabelecimento já realizavam a seleção de quem teria o privilégio de ter acesso às famosas duchas. Destacamos, então, a grande diferença entre a estrutura disponível para realizar o tratamento e, conseqüentemente, o público atendido por Carlos Eboli em Cantagalo e em Nova Friburgo. Mesmo sem uma fonte que nos apresente uma lista de pacientes detalhada, podemos considerar que as duchas hidroterápicas friburguenses foram frequentadas por uma maioria branca, elitizada, que teria condições de pagar pelo deslocamento até o estabelecimento, pela utilização dos serviços oferecidos e pela hospedagem (PROENÇA, 2017).

Os primeiros anos da década de 1880, período final da administração de Carlos Eboli, pareceram ser de grandes dificuldades financeiras para o *Instituto*. Provavelmente, a criação de estabelecimentos semelhantes, tal como uma casa de duchas dirigida pelo médico Manoel Joaquim Fernandes Eiras, no bairro de Botafogo, fez com que diminuísse a procura de visitantes. Por vezes, foi solicitada por Eboli a diminuição dos impostos cobrados para o seu funcionamento. Sem uma resposta positiva da Câmara Municipal em relação a estes requerimentos, os preços, que eram mantidos desde sua fundação, foram reduzidos no intuito de abranger mais pessoas ao recurso hidroterápico. Foi concedido o tratamento gratuito para indigentes e o desconto de um terço para pensões dos escravizados (PROENÇA, 2017).

Além disso, o *Hotel Central* foi arrendado por Carlos Engert, um dos gerentes do Hotel Leuenroth, em novembro de 1882, permanecendo somente o estabelecimento hidroterápico sob direção de Carlos Eboli. O imposto total de 140\$000 réis, assim, foi dividido entre

15 NAUGURAÇÃO. *Diário de Notícias do Rio de Janeiro*. Ano 54. N.192. 13 de julho de 1871. p.3. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

16 INSTITUTO Sanitário Hidroterápico em Nova Friburgo. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1877. p 4. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ambos¹⁷. Pouco antes de seu falecimento, em 1885, Carlos Eboli se retirou da vila para a Corte e nomeou o médico Theodoro Gomes como diretor. Novas tentativas de manter o estabelecimento de duchas em funcionamento foram adotadas: outra diminuição no preço das diárias e a venda de ações. As atividades do *Instituto Sanitário Hidroterápico*, porém, foram encerradas definitivamente na década de 1890 (PROENÇA, 2017).

A sociedade friburguense enxergava o *Instituto* como um lugar de saúde e progresso para a cidade. Consideravam tanto Fortunato Corrêa de Azevedo quanto Carlos Eboli como importantes nomes para ciência e para Nova Friburgo, “cujos serviços à população desta cidade foram simplesmente colossais”¹⁸. Reconheciam que o estabelecimento de duchas foi um ponto de referência da vila, um grande atrativo para os visitantes e que conferia autenticidade a identidade salubre que fora construída sobre ela (CORRÊA, 2008).

O *Instituto Sanitário Hidroterápico* foi o grande ápice na carreira de Carlos Eboli, proporcionando seu reconhecimento profissional e aumentando sua popularidade até para além dos limites de Nova Friburgo. A conquista de uma importância social, a partir da sua dedicação à cura pelas águas, juntamente com sua forte rede de relações na região, que tinha na família Clemente Pinto um dos mais importantes contatos, possivelmente foram os estímulos necessários para impulsioná-lo a apostar também na carreira política.

O senhor, o vereador e o doutor: o político Carlos Eboli

Antes de entrarmos na análise da atuação de Carlos Eboli na Câmara Municipal friburguense, é interessante entender primeiramente como funcionava à eleição a época e quem estava apto para ser tanto votante quanto candidato. Para tal, destacamos a Lei de 1º de outubro de 1828¹⁹, responsável por apontar as novas diretrizes e atribuições das Câmaras Municipais no Império, modificando a função que exercia ao longo do período colonial²⁰. Composta de cinco títulos e noventa artigos, a lei definia que as Câmaras das cidades elegeriam nove membros, já a das vilas, como era o caso de Nova Friburgo no período aqui analisado, contariam com sete membros e mais um secretário, e o tempo de mandato seria de quatro anos.

Conhecida como Regimento das Câmaras Municipais, esta lei define em seu Art. 3º que têm direito a voto aqueles que estão na conformidade dos seguintes artigos da *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824²¹:

Art. 91. Têm voto nestas eleições primárias

- I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.
- II. Os estrangeiros naturalizados.

17 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 13 de janeiro de 1883.

18 A HYDROTHERAPIA em Nova Friburgo. A Lanterna, 1905. Disponível no acervo digital de periódicos da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo.

19 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l11m/LIM-1-10-1828.htm.

20 A partir de 1532 e durante todo o período Colonial, as Câmaras Municipais eram instâncias locais de poder, que reuniam funções políticas, administrativas e judiciárias. Após a Constituição de 1824, foi estabelecido que o governo econômico e administrativo competia às Câmaras, perdendo assim as funções judiciais, que se tornou responsabilidade do Juiz de Paz. As Câmaras Municipais passaram a estar subordinadas aos presidentes de Província e às assembleias provinciais. Em um Ato Adicional de 1834, as Câmaras tiveram suas competências reduzidas, ao dar amplos poderes à estas assembleias sobre a organização dos municípios, suas despesas e administração das Câmaras Municipais (CABRAL, 2014). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/420-regimento-das-camaras-municipais>

21 Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm#art91.

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais.

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendem os casados e oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.

II. Os filhos famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem officios públicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

IV. Os religiosos, e quaisquer, que vivam em comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Além das condições descritas acima, devemos considerar ainda que o direito ao voto era exercido apenas pelos homens e que em cada cédula eram escritas os sete ou nove nomes escolhidos, lacradas e rotuladas por fora indicando para qual tipo de eleição ela estava sendo direcionada (CABRAL, 2014). A Lei Regulamentar das Eleições do Império do Brasil (n^o387), de 19 de Agosto de 1846²², reforça as mesmas diretrizes citadas na lei de 1828, acrescentando, no Art. 17 do Capítulo II, que os cidadãos brasileiros “que de novo chegarem à Paróquia vindos de fora do Império, ou de outra Província, qualquer que seja o tempo que tenham de residência na época da formação da Junta, serão incluídos na lista, se mostrarem ânimo de aí permanecer”. No mesmo artigo, mas em relação aos votantes estrangeiros naturalizados, acrescenta que “tenham pelo menos um mês de residência na Paróquia antes do dia da formação da Junta; e os que aí residirem menos tempo serão qualificados na Paróquia em que antes residiram”²³.

Para se candidatar aos cargos de vereador, segundo Dilma Cabral (2014), os candidatos deveriam estar aptos a votar, seguindo as determinações acima descritas, e tivessem dois anos de domicílio no termo. E ainda que “ficava vedado ao exercício da função detentores de cargo civil, eclesiástico ou militar, cujas obrigações fossem incompatíveis com a vereação, e parentes próximos na mesma cidade ou vila” (CABRAL, 2014, s/pág.). A partir destas informações, observamos que Carlos Eboli, após naturalizar-se brasileiro, entrou para política com 359 votos, compondo o quadro da Câmara Municipal de Nova Friburgo na primeira eleição em que reunia todos os requisitos para tal, em 1876²⁴, já que nas eleições anteriores, realizadas em 1872, o médico tinha apenas um ano morando na vila.

Porém, já no ano de 1873, foi nomeado perito, juntamente com Fortunato Corrêa de Azevedo, através de requerimento feito pelo então vereador Eduardo de Castro²⁵, para que fosse cumprida as determinações do Art. 42 das Posturas Municipais²⁶. Assim, passou a trabalhar para a Câmara Municipal examinando terrenos pantanosos, onde se estagnariam águas, tornando-se prejudiciais à saúde²⁷. É interessante pensar que tanto no âmbito privado

22 Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/541668/publicacao/15632071>

23 Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/541668/publicacao/15632071>.

24 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 13 de dezembro de 1876.

25 Atas da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Ata, 19 de fevereiro de 1873. Pág. 1687.

26 POSTURAS Municipais da Vila de Nova Friburgo, 17 de fevereiro de 1848.

27 Segundo o pensamento higienista, citado anteriormente, as águas estagnadas seriam foco de enfermidades por aumentar a umidade do solo e, com a ação do sol, emanariam os miasmas, que poluiriam o ar e teriam influência direta nos casos de doença da população.

quanto no público, o trabalho de Eboli esteve envolvido com as águas friburguenses, sejam elas as curativas ou as prejudiciais.

Buscando construir um panorama sobre participação de Carlos Eboli na Câmara Municipal, apresentaremos as ações realizadas por ele ao longo dos oito anos em que esteve nesta posição política e que até hoje podem ser observadas na cidade. Através delas, poderemos identificar o quanto seus interesses como diretor do *Instituto Sanitário Hidroterápico*, suas obrigações como vereador e seu papel como médico trabalhando pela manutenção da salubridade pública se mesclam e moldam as relações com demais vereadores.

No primeiro ano após sua eleição, em 1877, Carlos Eboli seguiu trabalhando em ações relativas à área de saúde da vila. Ao ser nomeado para a Comissão de Obras Públicas²⁸, devido à morte do vereador João de Souza Pinheiro, pôde auxiliar com mais ênfase na organização e limpeza do espaço público, seguindo o movimento sanitarista comum a toda província fluminense. Nos Relatórios dos Presidentes de Província sobre a saúde pública dos municípios, fica claro o quanto higiene pública era considerada “matéria mais importante da administração, se é possível estabelecer-se preferência nos diversos ramos do serviço”.²⁹ É enfatizada a responsabilidade das Câmaras Municipais na manutenção da salubridade e o quanto a prevenção seria o meio mais eficaz, inclusive quanto a questão financeira, para controlar as epidemias (PROENÇA, 2017).

Certamente as câmaras municipais na esfera de sua ação podem muito, regulando tudo quanto concerne à salubrificação das moradas, especialmente as dos pobres, as ruas, praças, edifícios públicos, e águas, e nesta utilíssima esfera sua ação e zelo são tão certos como o seu civismo esclarecido e o seu amor pela causa do município da qual são parte enobrecida e escolhida pelo sufrágio dos seus concidadãos.³⁰

Assim, além dos pareceres relativos ao seu cargo, sobre a construção de paredões, de pontes, recuperação de valas e esgotos, limpeza e alinhamento das calçadas, é recorrente nas atas analisadas (1876-1884) a preocupação de Carlos Eboli com a necessidade de aterramentos dos terrenos pantanosos, seguindo a linha de seu primeiro trabalho para Câmara Municipal, citado anteriormente. Entre estes terrenos, destacamos a área do antigo leito do Rio Bengalas, cujo curso foi retificado.

Requereu o sr. Vereador Dr. Eboli que se peça ao Governo a execução das leis que consignaram a quantia de 40:000\$000 réis para as obras de desobstrução e canalização do Rio Bengalas, para dessecamento dos terrenos adjuvantes às margens d’aquela rio e de 30:000\$000 réis para auxiliar esta Câmara na obra de um encanamento de água potável nesta vila.³¹

Tal preocupação volta a ser abertamente debatida anos depois, em 1883, quando é solicitada pela Câmara Municipal a Carlos Eboli e a outros dois médicos, Alexandrino Freire

28 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 17 de agosto de 1877.

29 PEIXOTO, Bernardo Avelino Gavião. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1883. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1883. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

30 CAMPOS, Martinho Alvares da Silva. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima terceira legislatura, em 8 de agosto de 1881. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1881. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

31 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 11 de setembro de 1877.

do Amaral e Ernesto Brasília, informações sobre os pântanos existentes próximos ao corte e ao antigo leito do dito rio e que já estariam afetando à saúde pública, mostrando a necessidade de aterrjá-los para prevenir de futuros males³², tais como o aumento de casos das chamadas “febres intermitentes”, relacionadas ao tifo, e outras “afecções de fundo palustre, que não podem ser produzidas senão pelos miasmas que se desprendem de semelhantes focos pela ação do sol”.³³ Em seu ofício-resposta, o médico Alexandrino Freire do Amaral, que se deslocou até Nova Friburgo com o intuito de tratar de sua própria saúde, recomenda “remediar o mal, enquanto é tempo, afim de que a umidade não penetre o subsolo desta localidade, que tem gozado de merecida representação como verdadeiro sanitarium pelo seu clima e pela altura em que está colocada”.³⁴

Pensando nesta questão, além da manutenção da salubridade pública para os próprios moradores da vila, torna-se interessante também combater o que poderia vir a atrapalhar a imagem de Nova Friburgo como sanatório natural, um dos principais motivos de ser procurada pelos visitantes, inclusive os frequentadores do *Instituto Sanitário Hidroterápico*.

Além da preocupação com os terrenos pantanosos, há intervenção do vereador doutor Eboli na questão da água para o consumo público e a importância da engenharia hidráulica. A instalação e manutenção de chafarizes para utilização pública também se tornam intervenções constantes ao longo da atuação política de Eboli, principalmente na região da praça principal e da Rua General Osório, área próxima ao matadouro da vila (PROENÇA, 2017). Era necessária uma atenção maior sobre o trajeto percorrido pela água até chegar ao consumidor, como forma também de prevenção de doenças:

O meio mais eficaz para o saneamento da cidade, além de alguns indicados pela comissão médica, consiste em dotar-se a cidade com um abastecimento d'água suficientemente abundante, acompanhado da indispensável canalização subterrânea do esgoto, que removesse para longe os produtos impuros.³⁵

Debates sobre as formas de utilização da água pelos moradores, inclusive, nos levam ao requerimento³⁶ de Pimentel & Ramalho. Assim como acontecia com seus vizinhos, ambos reclamavam da necessidade de comprar água, por não poderem se servir daquela que corria pela chácara dos herdeiros de Leonardo Tingly e Eugênio Luiz Fabre. Segundo eles, a água tornava-se impura, porque seu curso passava por terrenos pantanosos e por quintais de casas, em frente ao estabelecimento hidroterápico, onde servia para a limpeza doméstica. Solicitavam, assim, para que pudessem mudar este curso para o antigo leito ou para onde fosse mais favorável, obra que seria feita às suas custas e a de seus vizinhos. A solicitação foi colocada em votação e o pedido foi deferido, apenas com o voto contra de Carlos Eboli.

Na sessão seguinte, porém, Eboli reformou seu voto, se colocando a favor do requerimento, “tendo verificado que nenhum prejuízo resultaria com os serviços que os pretendentes tencionavam fazer”³⁷. Este é um dos primeiros casos em que podemos observar a presença dos interesses do empresário mescladas ao seu poder de voto como

32 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 14 de maio de 1883.

33 FUNDO da Administração Municipal de Nova Friburgo, caixa 16, documento 5036.

34 *Ibidem*.

35 GONZAGA, João Marcelino de Souza (Conselheiro). Exposição com que o Conselheiro João Marcelino de Souza Gonzaga passou a administração da Província do Rio de Janeiro ao presidente Dr. Martinho Alvares da Silva Campos, no dia de março de 1881. Rio de Janeiro: Typografia Montenegro, 1881. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

36 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 26 de junho de 1877. Pág.1831.

37 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 27 de junho de 1877. Pág.1832.

vereador, em que Carlos Eboli provavelmente procurou saber se esta proposta poderia ter causado algum problema em relação às águas que abasteciam o seu estabelecimento.

Como foi apresentado anteriormente, os pedidos para revisão de impostos de seu *Instituto* também estiveram presentes ao longo de sua atuação, mesmo que não pudesse votar sobre eles. Logo em 1877, observamos a menção ao requerimento³⁸ sobre a questão feita por ele e seu então sócio, Fortunato Corrêa de Azevedo. Em mesma ata, Eboli, inclusive, disponibiliza à Câmara Municipal o reservatório de água potável de seu estabelecimento hidroterápico para que possa ser encanada para onde a instituição considerar melhor ao bem público³⁹. Talvez, esta atitude fosse uma tentativa de convencer seus colegas sobre a diminuição de impostos, ao mostrar a serventia que seu estabelecimento poderia ter para a cidade.

Em 1878, além do cargo na Comissão de Obras Públicas, ele também se torna membro da Comissão para Visita às Prisões⁴⁰, juntamente com Galiano Emílio das Neves, que viria a se tornar seu principal aliado político, compartilhando das mesmas posições sobre os assuntos debatidos em plenário. Ambos vereadores, inclusive, eram escolhidos para atuações em conjunto, tal quando foram nomeados para

Tratarem de levar a efeito a iluminação pública desta vila, de modo o mais satisfatório e econômico ao cofre municipal, sendo os postes de madeira de lei, ficando o sr. Presidente encarregado de fazer a encomenda dos lampiões e líquidos necessários, bem como de braços, em número correspondente aos dos lampiões⁴¹.

O “Coronel Galiano”, como era chamado, interrompeu seus estudos em Medicina no quarto ano e mudou-se para Friburgo para se tratar da tuberculose. Esteve em constante atuação pública em Nova Friburgo, seja através de eleição ou por nomeação.⁴² A relação entre Eboli e Neves ultrapassava os limites do plenário municipal. Galiano das Neves era casado com Josephina Salusse (FERREIRA, 2013), herdeira dos donos do Hotel Salusse, estabelecimento com o qual Eboli também mantinha uma relação de negócios, por receber aos que buscavam suas duchas, antes da construção do Hotel Central. Além disso, tornou-se também padrinho de um dos filhos do médico italiano com Maria Florisbella Bastos⁴³, que recebeu o nome de Galiano (PROENÇA, 2017).

Quanto ao seu principal adversário, o reverendo protestante João Gaspar Meyer, podemos destacar dois marcantes debates que marcaram a divergência política entre ambos. O primeiro deles envolve ainda a relação entre o médico e seu antigo sócio, Fortunato Corrêa de Azevedo. Pouco depois de seu desligamento da sociedade do estabelecimento hidroterápico, juntamente com outros vizinhos, Azevedo entrou em uma disputa envolvendo terrenos com Carlos Eboli. Fato este que também pode revelar que a sociedade não acabou de uma forma amigável entre os dois médicos.

38 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 26 de julho de 1877. Pág. 1833.

39 *Ibidem*.

40 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 7 de janeiro de 1878. Pág. 1854.

41 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 12 de fevereiro de 1878. Pág. 1860

42 CEL. Galiano das Neves. *Cidade de Nova Friburgo*, 20 de novembro de 1915, página 2. Disponível em www.djoaovi.com.br.

43 Filha de um renomado advogado de Campos, ela foi uma das primeiras pacientes acometidas de tísica pulmonar do *Instituto Sanitário Hidroterápico*. Em 23 de maio de 1873, casou-se com Carlos Eboli seis meses após o restabelecimento de sua saúde. (PROENÇA, 2017). Tiveram cinco filhos: “João Batista (médico), Maria José, Maria das Dores, Galiano e Henrique” (BITTENCOURT-SAMPAIO, 2009, pág. 85).

Em requerimento, Fortunato Corrêa de Azevedo e outros moradores da Rua General Câmara⁴⁴ reclamam contra um alicerce construído em terreno pertencente a Carlos Eboli. Segundo os reclamantes, esta construção não estaria de acordo com o alinhamento da rua, determinado pela Câmara Municipal. Então, é solicitado a demolição e o recuo de tal alicerce⁴⁵. Entrando em votação no plenário da Câmara, o processo foi indeferido. Um dos motivos apresentados foi que, na largura discutida no requerimento, só existia uma pequena casa, que pertencia a Corrêa Azevedo, “o qual não sofre prejuízo algum porque fica exatamente com o número de braças de que paga foros a esta Câmara, podendo colocar uma grade no alinhamento de 45 palmos”⁴⁶ e que os outros signatários do requerimento não possuíam casas do lado da rua da qual pedem o alargamento. Podemos entender, a partir desta informação, que se tratava de uma disputa direta entre Carlos Eboli e Fortunato Corrêa de Azevedo (PROENÇA, 2017).

Carlos Eboli, em sua defesa, afirmou que “os alicerces por ele construídos não vão de encontro ao código vigente de posturas da Câmara, sendo também da mesma opinião diversos advogados aos quais consultou”⁴⁷, mas absteve-se de votar, por estar envolvido no caso. O vereador João Gaspar Meyer foi contra a decisão da maioria, afirmando que o parecer realizado “é de todo favorável a interesses particulares de um vereador e contra o interesse público”⁴⁸. A Câmara, porém, não considerava que havia conveniência pública no caso e nem verba em seu orçamento para que pudessem realizar o alargamento da rua e indenizar os proprietários. A partir de então, o pastor João Gaspar Meyer esteve na maioria dos debates e votações em oposição a Eboli.

A segunda situação que podemos destacar é do requerimento⁴⁹ feito por Carlos Eboli, no qual solicita uma linha de bonde que ligue o seu estabelecimento hidroterápico à estação de trem de passageiros, passando por importantes ruas do núcleo central da vila, como a Rua Conde d’Eu⁵⁰, Praça Princesa Isabel⁵¹ e Rua General Argollo⁵². Novamente, o vereador João Gaspar Meyer foi contra e, em seu parecer, destacou a solicitação anterior feita por Theodoro de Oliveira da renovação da concessão para a construção de uma linha férrea que atendia a toda vila, e que ainda não teria entrado em discussão pela Câmara. Meyer ressalta também, assim como fez no caso anterior, que esta linha de bonde é claramente de benefício particular do requerente/vereador, sem que haja uma preocupação geral com a população friburguense. Porém, seu parecer foi rejeitado pela Câmara, que alegou ter chegado ao final o prazo concedido a Theodoro de Oliveira, de acordo com o secretário que cuidava do caso⁵³.

Assim como no primeiro caso apresentado, a Câmara se mostrou favorável a Eboli. Entendemos, então, que o médico, talvez por sua posição social e principalmente econômica, teria na Câmara um espaço forte de sociabilidade e cooperação, onde construiu uma rede de apoio mútuo. Por parte do médico, este auxílio poderia ser feito a partir de uma concessão de água potável, como já apresentado anteriormente, e de seus serviços como médico. Na sessão seguinte⁵⁴ àquela que lhe forneceu o parecer favorável na questão do terreno, por exemplo, ofereceu-se como médico vacinador a serviço da Câmara, de forma gratuita, sendo

44 Atualmente, Rua Augusto Spinelli.

45 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 13 de agosto 1878.

46 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 10 de setembro de 1878.

47 *Ibidem*.

48 *Ibidem*.

49 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 30 de abril de 1881. Pág. 1970.

50 Atualmente, Rua Monsenhor Miranda.

51 Dividida em duas, corresponde atualmente as Praças Demerval Barbosa Moreira e Getúlio Vargas.

52 Atualmente, Avenida Alberto Braune.

53 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 28 de julho de 1881.

54 54 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 1º de outubro de 1878.

um de seus objetivos também a prevenção da chegada da epidemia de varíola na vila. E ainda sobre seu adversário e seu aliado, curiosamente, tanto João Gaspar Meyer quanto Galiano Emilio das Neves exerceram funções (professor e diretor, respectivamente) no antigo Colégio Freeze, local onde posteriormente foi instalado o *Instituto Sanitário Hidroterápico* (PROENÇA, 2017).

Voltando à sua atuação política em si, além do Rio Bengalas, outro ponto estratégico da vila passou a receber uma atenção especial de Carlos Eboli, a partir de 1878. O vereador, que já tinha feito “diversas observações sobre a conveniência de serem arborizadas as ruas da vila”⁵⁵, apoiado por Galiano Emilio das Neves, também foi designado⁵⁶ pelo presidente da Câmara Municipal, Manoel Fernandes Ennes, para fazer o orçamento da arborização da rua central da Praça Princesa Izabel. E, mais uma vez junto ao Coronel Galiano, foi nomeado⁵⁷ para promover uma subscrição para ajardinar a dita Praça.

Tema de discurso lido na sessão pública da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1835, pelo médico Emilio Joaquim da Silva Maia, considerava-se à época que arborização do espaço público ajudaria a purificar o ar das impurezas dos miasmas, que, de acordo com o pensamento higienista, eram a principal causa das enfermidades. Segundo Maia, “todos os botânicos reconhecem hoje, como certo, que as árvores, por meio das folhas, e de todas as partes verdes, absorvem, e decompõem no seu interior o ar, água e ácido carbônico, existente na atmosfera”⁵⁸. A questão da arborização da vila estava presente no artigo 68 das Posturas Municipais (1848), no qual os moradores da vila eram obrigados a plantar e conservar árvores próximos às suas casas, recebendo, inclusive, um prêmio de 2\$000 por 5 anos para quem assim o fizesse (PROENÇA, 2017).

Em 1879, observamos propostas de Carlos Eboli para uma parceria junto à Estrada de Ferro Cantagalo, seja para fornecer trilhos antigos “para cercar o jardim”⁵⁹ ou para “conduzir trens de lastro com a terra necessária para o nivelamento da Praça Princesa Izabel”⁶⁰. No ano seguinte, Carlos Eboli “requereu, verbalmente, que se oficiasse ao Dr. August François Marie Glaziou⁶¹ pedindo-lhe que, logo que possa, venha a Nova Friburgo para dar o plano do jardim da Praça Princesa Izabel”,⁶² cuja direção, assim como o complemento dos custos da obra, ficaram a cargo do segundo Barão de Nova Friburgo. E até mesmo depois após final do seu segundo mandato (1881-1884), Eboli se dispõe a continuar a manutenção desta praça, de forma gratuita, juntamente com outros cidadãos:

O abaixo-assinado e mais alguns cidadãos, impelidos unicamente pelo zelo e interesse que têm por esta bela vila em que residem, vendo o estado de completo abandono em que se acham, desde longa data, as preciosas plantas dos dois jardins da Praça Princesa Izabel, em detrimento da higiene, da formosura e do progresso deste magnífico torrão, propõe-se a mandá-las limpar

55 55 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 11 de janeiro de 1878.

56 *Ibidem*.

57 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 10 de dezembro de 1878. Pág. 1888.

58 MAIA, Emilio Joaquim da Silva. Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil o corte das matas, e sobre os meios de remediar. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & Comp., 1835. P. 3. Disponível em <https://archive.org/details/8004926.nlm.nih.gov>.

59 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 28 de fevereiro de 1879. Pág. 1894.

60 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 12 de maio de 1879. Pág. 1902.

61 Como se sabe, Glaziou foi Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial e Inspetor dos Jardins Municipais, além de integrar a Associação Brasileira de Aclimação. Prestou serviços ao Imperador e à família do Barão de Nova Friburgo (GLAZIOU, O Paisagista do Império. Disponível em <http://www.casaruiarbosa.gov.br/glaziou/biografia.htm>).

62 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 11 de maio de 1880.

e podar gratuitamente. Espera, portanto, de V. S. se dignem deferir este requerimento em benefício público.⁶³⁶³

O conjunto de ações e iniciativas descritas relevam que Carlos Eboli, devido sua formação como médico e sua posição como membro da Comissão de Obras Públicas, participava de um movimento de embelezamento e reorganização dos espaços públicos da vila, que teria como foco a manutenção da salubridade pública, movimento este que abrangia toda a Província do Rio de Janeiro. Dentro do contexto friburguense, estas transformações também se tornaram um ponto favorável para seus interesses como diretor do *Instituto Sanitário Hidroterápico*, porque acabava fortalecendo a imagem da vila como sanatório natural e, por isso, como destino ideal daqueles que necessitavam de descanso, de lazer ou de reestabelecimento da sua saúde.

Entre os anos de 1882 e 1883, fica clara a preocupação de Carlos Eboli quanto aos problemas financeiros do *Instituto Sanitário Hidroterápico*. O médico solicita novamente a diminuição no imposto cobrado para o funcionamento de seu estabelecimento. A Câmara Municipal promove, após do arrendamento do Hotel Central por Carlos Engert, uma diminuição de 140\$000 para 70\$000, dividindo o imposto entre ambos. Cabe destacar ainda que o vereador João Gaspar Meyer votou contra esta redução⁶⁴.

Na sessão seguinte⁶⁵, Carlos Eboli insistiu à Câmara Municipal que devido ao arrendamento do hotel faria desaparecer o caráter de casa de saúde de seu estabelecimento, já que não recebia mais doentes. E como não constava a palavra “hidroterapia” na lei de orçamentos, pede para que seja dispensado do pagamento de impostos. O requerimento foi indeferido pela Câmara, cujo parecer indicou que a lei deve ser aplicada por assimilação e mesmo que não apareça a denominação “hidroterapia”, deve-se cobrar o mesmo valor do que uma “casa de saúde”. Diante do cenário desfavorável para o médico italiano, o vereador e aliado Galiano Emílio das Neves requereu que, mesmo assim, o imposto cobrado a Carlos Eboli fosse reduzido ao mínimo, em “consideração aos serviços prestados a famílias pobres da localidade e, além disso, por atrair grande número de famílias que concorrem para o progresso da vila”⁶⁶ (PROENÇA, 2017).

A partir deste requerimento, é possível observar que a influência de Carlos Eboli sobre as decisões da Câmara foi gradualmente perdendo força. O período também corresponde à crise financeira que atingia seu estabelecimento hidroterápico, assim como o fim de seu segundo mandato como vereador em 1884. O que pode confirmar que sua posição social e econômica influenciava diretamente na manutenção de sua posição política (PROENÇA, 2017).

Em fevereiro de 1885⁶⁷, foi iniciativa de Galiano Emílio das Neves solicitar que fosse realizado pela Câmara Municipal o voto de pesar pelo falecimento de Carlos Eboli. No lugar deixado por ele como 3º suplente do Juízo Municipal e de Órfãos, foi nomeado o médico Theodoro Gomes Pereira da Silva⁶⁸, que também se tornou diretor do *Instituto Sanitário Hidroterápico*, até seu fechamento, como apresentamos anteriormente (PROENÇA, 2017).

63 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 30 de maio de 1884.

64 Transcrição da Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 12 de janeiro de 1883. Pág. 2033.

65 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 13 de janeiro de 1883.

66 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 12 de fevereiro de 1883.

67 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 25 de fevereiro de 1885.

68 Ata da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, 20 de março de 1885.

Considerações finais

Carlos Eboli faleceu no dia 19 de fevereiro de 1885, de uma lesão cardíaca, como denominou o jornal *A Sentinella*, publicado em São Fidélis, oito dias após de ter se retirado de Nova Friburgo à Corte. *O Paiz*, por ocasião de sua morte, destacou a atuação de Eboli na vila:

Brasileiro por opção e casado aqui, Dr. Carlos Eboli interessava-se sinceramente pela prosperidade da localidade onde residia há talvez 20 anos, onde prestou bons serviços nos cargos públicos que exerceu e, no desempenho de suas funções de clínico muito caridoso. A sua morte tem sido muito lamentada em Nova Friburgo.⁶⁹

Segundo a notícia transcrita acima, o trabalho de Carlos Eboli marcou a cidade de Nova Friburgo, tanto por seu empreendimento hidroterápico quanto por seu papel como vereador. Ele seguiu um comportamento comum aos médicos que, apesar dos desafios que encaravam ao desenvolver suas atividades profissionais neste interior, também se tornavam personagens de destaque nas cidades que atuavam, ganhando popularidade e se envolvendo na vida pública.

Consideramos que além do capital social e financeiro, conquistado a partir de seu empreendimento na vila friburguense, a construção de redes de contatos entre pares e, principalmente, com importantes setores sociais influenciou no sucesso de suas estratégias de adaptação às dinâmicas do local, construindo um ambiente favorável para sua prática médica e abrindo os caminhos para que ocupassem cargos políticos e outros espaços dentro daquela sociedade. Destacamos o quanto a aproximação da família Clemente Pinto foi decisiva desde a implantação das primeiras duchas em Cantagalo até a consolidação da sua carreira, através do *Instituto Sanitário Hidroterápico*.

Sendo eleito por dois mandatos na Câmara Municipal, constatamos uma interligação dos interesses públicos e privados de Carlos Eboli, o que ditou o ritmo das suas ações e das relações entre os colegas, definindo seus aliados e adversários políticos no plenário. Através da análise das atas, apresentamos suas principais áreas de atuação, em função da organização, embelezamento e manutenção do espaço público e das questões das águas, tudo de acordo com um movimento que abrangia toda a província fluminense, de acordo com os Relatórios dos Presidentes de Província. O saneamento público era, naquele momento, de responsabilidade das Câmaras Municipais e a principal ação para a prevenção de grandes epidemias.

Consideramos que a grande influência que o médico tinha nos debates políticos era consequência de um apoio mútuo, no qual Eboli também prestava serviços gratuitos de interesses da Câmara friburguense, assim como reflexo de sua posição social e econômica na vila.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes arquivísticas e digitais:

1. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional:

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro (1860-1880).

69 NOTICIÁRIO. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1885. p. 1. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

2. Sociedade Musical Beneficente Campesina Friburguense

ACERVO iconográfico da Sociedade Musical Beneficente Campesina Friburguense.

3. Fundação Dom João VI de Nova Friburgo

ATAS da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud.

Ata, 19 de fevereiro de 1873. Página 1687.

Ata, 26 de junho de 1877. Página 1831.

Ata, 27 de junho de 1877. Página 1832.

Ata, 26 de julho de 1877. Página 1833.

Ata, 7 de janeiro de 1878. Página 1854.

Ata, 12 de fevereiro de 1878. Página 1860.

Ara, 30 de abril de 1881. Página 1970.

Ata, 10 de dezembro de 1878. Página 1888.

Ata, 28 de fevereiro de 1879. Página 1894.

Ata, 12 de maio de 1879. Página 1902.

Ata, 12 de janeiro de 1883. Página 2033.

CONJUNTO das Atas da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo (1875-1885).

Ata, 13 de dezembro de 1876 (Livro 15, páginas 231, 231v, 232).

Ata, 17 de agosto de 1877 (Livro 15, página 274v).

Ata, 11 de setembro de 1877 (Livro 15, páginas 280 e 280v).

Ata, 11 de fevereiro de 1878 (Livro 16, página 8).

Ata, 13 de agosto 1878 (Livro 16, página 36).

Ata, 10 de setembro de 1878 (Livro 16, páginas 38v, 39, 39v e 40).

Ata, 1º de outubro de 1878 (Livro 16, páginas 41 e 41v).

Ata, 11 de maio de 1880 (Livro 17, página 34).

Ata, 28 de julho de 1881 (Livro 17, páginas 82, 112 e 112v).

Ata, 13 de janeiro de 1883 (Livro de atas 1882-1885, página 12).

Ata, 12 de fevereiro de 1883 (Livro de atas 1882-1885, páginas 19, 19v e 20).

Ata, 14 de maio de 1883 (Livro de atas 1882-1885, página 51).

Ata, 30 de maio de 1884 (Livro de atas 1882-1885, páginas 137v e 138v).

Ata, 25 de fevereiro de 1885 (Livro de atas 1882-1885, páginas 174, 174v).

Ata, 20 de março de 1885 (Livro de atas 1882-1885, página 177v).

FUNDO da Administração Municipal de Nova Friburgo (1818-1944).

Caixa 16, documento 5036.

POSTURAS Municipais da Vila de Nova Friburgo, 17 de fevereiro de 1848.

4. Legislação do Império Brasileiro

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm#art91.

Lei Regulamentar das Eleições do Império do Brasil (nº387), de 19 de agosto de 1846. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/541668/publicacao/15632071>.

Regimento das Câmaras Municipais. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS:

A HYDROTHERAPIA em Nova Friburgo. A Lanterna, 1905. Disponível no acervo digital de periódicos da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Formulário e Guia Médico. 18ª edição. Paris: Typografia de Roger e F. Chernoviz, 1908.

CALDAS, João Silvério de Souza. Cantagalo: Voto de gratidão. Jornal do Commercio, 20 de dezembro de 1864. Página 2. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca.

CAMPOS, Martinho Alvares da Silva. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima terceira legislatura, em 8 de agosto de 1881. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1881. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

CEL. Galiano das Neves. *Cidade de Nova Friburgo*, 20 de novembro de 1915, página 2. Disponível em www.djoaovi.com.br.

DR. CARLOS EBOLY. O Voto Livre. Cantagalo, 22 de fevereiro de 1885. p. 2. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

EBOLI, Carlos. Do diagnóstico, prognóstico e tratamento das moléstias em geral. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1863.

EBOLI, Carlos. Hydrotherapia: Memória Apresentada à Academia Imperial de Medicina para Obter o Título de Membro Correspondente. *Annaes Brasilienses de Medicina*, TOMO XXII, Abril de 1871, N. 11. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

ESTABELECIMENTO Hidroterápico do Dr. Eboli. Nova Friburgo. Almanak Gazeta de Notícias. Oitavo ano, 1887. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

GONZAGA, João Marcelino de Souza (Conselheiro). Exposição com que o Conselheiro João Marcelino de Souza Gonzaga passou a administração da Província do Rio de Janeiro ao presidente Dr. Martinho Alvares da Silva Campos, no dia 15 de março de 1881. Rio de Janeiro: Typografia Montenegro, 1881. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

INAUGURAÇÃO. Diário de Notícias do Rio de Janeiro. Ano 54. N.192. 13 de julho de 1871. p.3. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

INSTITUTO Sanitário Hidroterápico em Nova Friburgo. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1877. p. 4. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

NOTICIÁRIO. O Paiz. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1885. p. 1. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

PEIXOTO, Bernardo Avelino Gavião. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da segunda sessão da vigésima quarta legislatura em 8 de agosto de 1883. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1883. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

SIGAUD, José. Francisco. Xavier. Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica desse Império. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. Escravidão saúde e doenças nas plantations cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde para obtenção do título de doutorado. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/teste/tese_keith_barbosa.pdf.

BITTENCOURT-SAMPAIO, Sérgio. O Hotel Salusse em Nova Friburgo: núcleo familiar, político e social. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2009.

CABRAL, Dilma. Regimento das Câmaras Municipais. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/420-regimento-das-camaras-municipais>.

CORRÊA, Maria Janaína Botelho. O Cotidiano de Nova Friburgo no Final do Século XIX: Práticas e Representação Social. Rio de Janeiro: Educam, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

GLAZIOU, O Paisagista do Império. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/biografia.htm> - Acessado em 16 de novembro de 2014.

MUAZE, Mariana. O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial. In: *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III*. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v.3, p. 293-340. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2010/12/15_mariana_muaze.pdf.

PROENCA, Anne Thereza de Almeida. Vida de médico no interior fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Anne_proenca.pdf

SANGLARD, Gisele. Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese de Doutorado em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2005.

STEIN, Stanley J. Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba: com referencial especial ao município de Vassouras. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Lynch

Projecto para Illuminação Publica
da Cidade de Nova Friburgo
a Luz Electrica

A illuminação actual é feita por 105 lampêões de kero-
zene de força illuminante de cerca de 10 velas cada um.

O tempo de illuminação é de 4 horas por noite durante
todo anno o que importa em 1.460 horas para cada lampêõ
ou o total de 153.300 horas para os 105 lampêões, que a 10 velas
produzem 1.533.000 velas

Sendo o custo annual d'esta illuminação de R\$ 6.000,000
custa á Intendencia cada vela-hora a quantia de R\$ 3,9 ou
R\$ 39 por carcel cerca de 10 velas, que n'esta exposição servi-
rá de termo de comparação.

O presente projecto consta de uma illuminação mixta
de 6 lampadas de arco de 1.000 velas cada uma e 100 incan-
descentes de 32 velas cada uma; as horas de serviço serão do
entrar ao sair do sol, durante todo anno ou uma media
de 10 horas por noite o que dá para o anno 3.358.000 carecis
ou mais de 200 vezes a quantidade de luz actualmente forne-
cida.

Reconhecendo ser ante economico uma
installação que sómente satisfizesse a illuminação publica
organisei orçamentos para distribuir a particulares mais ou
menos igual quantidade da luz necessaria para as ruas,
podendo-se assim obter com a renda d'aquellelha melhora re-
muneração para o capital empregado, aliviando por con-
sequente os cofres da Intendencia, quer o serviço seja feito por
conta propria, quer por meio de uma empresa.

De todas as informações e orçamentos que colhi, apre-
sento como o mais apropriado as condições do lugar, o dos
Srs. Paterson & Cooper, de Londres, conforme segue:

A CÂMARA MUNICIPAL E A QUESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM NOVA FRIBURGO NO SÉCULO XIX¹

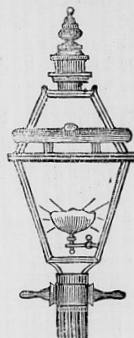
Maria Ana Quaglino

906

INDUSTRIA, FABRICAS,

GAZ GLOBO

GAZ GLOBO



GAZ GLOBO

Novo systema e grande melhoramento de luz para illuminação publica e particular

PRIVILEGIO PARA TODO O IMPERIO DO BRASIL

H. GUIMARÃES & SILVA

Este systema de illuminação, actualmente adoptado em grande numero de cidades dos Estados-Unidos, tem concorrido vantajosamente com o gaz corrente, e muitas pessoas lhe têm dado a preferencia, em razão das seguintes vantagens que o GAZ GLOBO proporciona ao consumidor:

Não depender de encanamentos nem de obras;

Não estar sujeito á oscillação de cambios ou enganos na marcação dos relógios reguladores;

Estar prompto a todas as horas;

Ter mais força e brilho que o gaz corrente.

O Governo Imperial, depois dos exames mais minuciosos a respeito, feitos pelos professores de chimica mais autorizados, e sob parecer de distinctos engenheiros, contratou a illuminação dos suburbios da corte por este novo systema, que já funciona em numero superior a 900 combustores, ficando provado que a luz do GAZ GLOBO tem a força de 14 velas.

O combustivel a empregar é o Naptha, especialmente preparado para esse fim, e o seu preço actualmente pouco excede ao do kerozene.

Os aparelhos para os lampeões são muito simples, e qualquer pessoa vendo prepara-los uma só vez pôde fazê-los funcionar com a maior presteza e segurança.

Estes mesmos aparelhos podem ser empregados nas illuminações particulares, adaptando-os a lustres, arandellas, lanternas de parede e suspensão de qualquer feitio, lampeões para as estações de estradas de ferro e outros misteres, etc.

Para evitar-se falsificações no liquido e reclamações sobre os aparelhos, o material será vendido unicamente no deposito da empresa GAZ GLOBO no Rio de Janeiro, á

Anúncio do fabricante do sistema de illuminação vendido à Câmara Municipal de Nova Friburgo, em 1878. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (inclusive a cidade de São Paulo, da Província de São Paulo) para o ano de 1878. RJ, Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, p.906.

24, Praça da Constituição, 24

Introdução

As pesquisas na área de história sobre o processo de modernização urbana no Brasil, ocorrido a partir da década de 1850, produziram majoritariamente análises sobre grandes centros urbanos, especialmente o Rio de Janeiro, algumas capitais, e isoladamente, alguns casos de cidades e vilas “do interior”. Mesmo nesses estudos, pouca atenção se deu ao poder local, isto é, ao papel da Câmara Municipal, e até das prefeituras que foram surgindo com a República, na conformação destas mudanças. Ainda que seja correto argumentar que, durante o Império e, mesmo depois na República, o poder local sempre dependeu muito das outras esferas de poder para concretizar suas demandas, isso não justifica a ausência de análises que procurem investigar como atuava essa esfera de poder. É certo que a dificuldade de acesso e/ou a fragmentação da documentação ao longo do tempo, que hoje se tenta reverter com a criação de arquivos públicos municipais e programas de gestão de documentos, e a concepção equivocada de que a história local é coisa menor, contribuíram para que pouco possamos dizer, com dados qualitativos e não apenas com estatísticas precárias, porque temos em nossas cidades hoje situações socioeconômicas tão díspares e problemas seculares.

Este artigo pretendeu analisar parte do processo de modernização urbana da vila de Nova Friburgo, depois cidade (1890), particularmente a partir do terceiro quartel do século XIX. Referimo-nos questão da implantação e da substituição de sistemas de iluminação pública na cidade, antes do estabelecimento da energia elétrica. Já temos, felizmente, alguns estudos norteadores sobre a história da cidade, como também alguns outros que focaram em questões urbanísticas ou que tocaram em aspectos médico-sanitários, no contexto do desenvolvimento da vila como local de formação educacional, veraneio e tratamento de saúde, exatamente no período que pretendemos abarcar. Nenhum desses estudos, no entanto, aborda especificamente a questão de “iluminação pública” no século XIX. Menos ainda analisa porque Nova Friburgo, ao contrário de Petrópolis, por exemplo, que inaugurou esse serviço em 1896², só conseguiu ter iluminação elétrica em 1911. Uma detalhada pesquisa nas atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo e na documentação do Fundo da Administração Municipal, disponível hoje, na Fundação Dom João VI, foi um excelente ponto de partida.

Dividimos este trabalho em duas partes. Na primeira, acompanhamos os processos decisórios e os motivos que levaram a municipalidade, por duas vezes, a adotar lâmpões à base de derivados de petróleo (nafta e depois querosene). Procuramos também entender como um órgão colegiado, com uma estrutura pequena e com poucos recursos,

1 Gostaria de agradecer as minhas colegas de trabalho do arquivo da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo, **Fernanda Souza Cruz** e **Marina Salomone de Souza**, pelo fantástico apoio dado no trabalho de acesso às fontes do arquivo nestes tempos de pandemia. Neste momento, quero lembrar muito agradecida do trabalho silencioso de **Jayme Jaccoud**, que transcreveu as atas manuscritas da Câmara, no período de 1820 e 1901, e de **Nelson Augusto Bohrer**, e tantas pessoas que com ele trabalharam e trabalham, organizando e digitalizando a documentação permanente (histórica) do “arquivo Pró-Memória,” que é um patrimônio público de nossa cidade. Por último, agradeço, pela troca de ideias e informações, ao professor Dr. **Almir Pita Freitas Filho**, com quem compartilho projetos de pesquisa na área de história da eletricidade há muitos anos.

2 Vale lembrar que Petrópolis, que competia com Nova Friburgo na época como local de veraneio, conseguiu investidores para tocar a questão da água, luz e esgoto, bem antes da transferência da capital do Estado de Niterói para lá, ocorrida em 1894, no contexto da Revolta da Armada. O primeiro contrato, como veremos mais adiante neste artigo, foi assinado em 1888, onde se previa iluminação a gás. Em agosto de 1893, foi assinado um aditivo com a Câmara para luz elétrica. A presença da indústria nessa cidade, que foi anterior a Nova Friburgo, é uma hipótese bem robusta, mas não responde efetivamente a pergunta, que só um estudo comparado, específico, pode responder

“administrava” ou “fiscalizava” esse serviço. Através do número declarado de lâmpadas e da menção dos nomes das ruas iluminadas ou dos pedidos de colocação de lâmpadas, pudemos perceber que esse sistema não atendeu nem a todo o perímetro urbano pensado para a vila dos suíços. Apresentamos também quais eram as deficiências e o custo tanto dos lâmpões de nafta, o “Gaz-Globo”, quanto das “lâmpadas belgas,” a querosene.

Na segunda parte, que se desenvolve já no período republicano, analisamos a questão da iluminação pública, no contexto da emergência na cidade de uma nova necessidade: abastecimento de água potável encanada, rede de esgoto e águas pluviais. Observe-se, no entanto, que esse saneamento havia se configurado antes, pioneiramente no país e no mundo, no que toca à rede de esgoto, em áreas da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1860; iniciativa que foi seguida depois por relativamente poucas outras do país até meados da década de 1880, quando o avanço nas pesquisas médicas, a recorrência de surtos de doenças infectocontagiosas e o potencial econômico da atividade tornaram-na uma oportunidade de negócio e uma preocupação das autoridades públicas. Como pano de fundo, a primeira década republicana no Brasil, que trouxe constantes crises, instabilidades políticas e promessas, depois não cumpridas, de autonomia municipal e de recursos, estes controlados pela Assembleia e/ou governo do Estado. Água, luz e esgoto passaram, com frequência, a ser pensadas de forma associada, então, pela vereança de Nova Friburgo.

Os “estudos preliminares” do engenheiro Joseph Lynch, apresentados em 1894, sobre estas três utilidades, pela primeira vez recomendaram, no caso da iluminação pública, o uso da hidroeletricidade, com aproveitamento da cascata do “morro do Hans” e que fosse provido o serviço por concessão. Duas tentativas de prosseguir com a implantação da iluminação elétrica, no entanto, não foram adiante. Na primeira, por falta de interessados no edital de concessão e, na segunda, porque a Câmara estava sem recursos e sem possibilidade de contrair novos empréstimos, além dos dois que conseguira obter com o Estado, cujos valores concedidos foram inferiores ao estimado e solicitado, para concluir as obras de instalação do sistema de abastecimento de água. Ficou faltando a rede de distribuição. Aguardando novos tempos, os velhos lâmpões de querosene continuaram funcionando, com as então já reconhecidas deficiências e custos, até 1911.

Iluminação pública na vila de Nova Friburgo: o “Gaz-Globo” e as “lâmpadas belgas”

Nas atas da Câmara Municipal da Vila de Nova Friburgo, criada em 1820, se pode acompanhar praticamente desde o início como foi tratada a questão. A primeira menção encontrada sobre a necessidade de se prover iluminação na vila ocorreu durante a sessão que tratou da declaração de apoio à independência e de aclamação a Dom Pedro I como imperador. Durante dois dias, nos dias 13 e 14 de outubro de 1822, ficou estabelecido que a Câmara permaneceria em sessão aberta e que para tal teriam continuidade “as funções da Igreja e iluminação”³. No último dia, ficou estabelecido que os custos com os quatro dias de celebração, que havia se iniciado no dia 11, inclusive “as despesas da Igreja com música e iluminação,” ficariam a cargo dos então juizes presentes e vereadores.

Até a década de 1840, a iluminação pública noturna era cogitada como algo de exceção, quando ocorriam cerimônias e festejos na Vila. No caso da celebração da maioridade de Pedro II, por exemplo, em 1840, por portaria da Assembleia Provincial, foi ordenada a “iluminação das casas” da vila em dias determinados e ofereceu-se aos moradores “a cera

3 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Vereança de 12 de outubro de 1822.

para o banquete”⁴. Note-se, entretanto, que o custeio da iluminação interna da cadeia pública da vila foi um gasto incorporado pela vereança ao orçamento da Câmara em 1836.

A partir da década de 1850, a iluminação pública seria uma reivindicação constante da Câmara junto ao governo Provincial. Essa nova necessidade foi criada, em parte, pelo temor de rebeliões escravas ou de fugas de escravos, alimentado desde 1835, pelas notícias da revolta dos malês na Bahia e pela de fuga de escravos na vila. Refiro-me especialmente ao caso da fuga de 19 escravos, em janeiro de 1850, da Fazenda da Ponte de Tábuas, o que resultou em morte do administrador da referida Fazenda, numa represália à ação repressiva, cotidiana e feroz do mesmo contra os escravos. O “crime da Fazenda das Tábuas,” que sentenciou a pena de “galês” perpétua o seu líder e mais dois envolvidos, marcou a memória da vila (MARRETTO, 2014, p. 111-150).

Em outubro de 1852, o recém-empossado vereador major Amaro Emilio da Veiga propôs, e foi aprovado, o envio de ofício dirigido à Presidência da Província relatando os “embaraços” que os moradores da vila vinham enfrentando em virtude da falta de iluminação pública e a deficiência de recursos da Câmara para enfrentar tal problema. Por mais de 15 anos, a vereança insistiu na implantação da iluminação pública na vila com o governo provincial, propondo várias alternativas para viabilizar o projeto. Em 1856, por exemplo, o vereador Mindelino de Oliveira pedia

(...) à Assembleia Provincial a municipalização das décimas urbanas [imposto], para serem empregadas na compra e no custeio preciso de lampiões para iluminação desta Vila, que por repetidas vezes tem alguns cidadãos sido vítimas do punhal e cacete dos malfeitores, que sempre se acobertam na escuridão da noite.⁵

O uso de outros impostos (sisa) e o aproveitamento dos lampiões usados no Rio de Janeiro antes da implantação dos lampiões a gás foram algumas das propostas sugeridas ao governo provincial, do qual as Câmaras na época muito dependiam, sem qualquer resultado⁶. Assim sendo, na década de 1870, a própria administração municipal foi, pouco a pouco, criando maneiras para atender, ainda que parcialmente, a essa demanda. Em 1871, aproveitando festejos, a Câmara adquiriu “objetos para a cadeia”: um “lampião grande e duas pequenas candeias”⁷. Em 1873, a Câmara comprou 12 lampiões para iluminar a frente de seu prédio⁸.

Foi em 1878, no entanto, que a Câmara, tendo conseguido no ano anterior alocar recursos no seu orçamento, o qual era discutido e aprovado em lei orçamentária específica dos municípios pela Assembleia Provincial, montou um sistema de iluminação pública para a vila, utilizando lampiões que empregavam o “Gaz-Globo” da firma H. Guimarães & Silva, estabelecida na Corte⁹. Desde o início, a intenção dos vereadores era que o sistema fosse

4 Ata da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão Ordinária de 07 de agosto de 1840.

5 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão Ordinária de 16 de setembro de 1856.

6 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão Ordinária de 04 de fevereiro de 1857. A matéria foi tratada em outras sessões da Câmara até 1871. Veja, por exemplo, as sessões ordinárias de 30 de julho de 1858 e de 18 de junho de 1860.

7 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão Ordinária de 20 de outubro de 1871. Ver também as atas da sessão ordinária de 09 de abril de 1872 e da 3ª sessão ordinária de 12 de julho de 1872.

8 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão ordinária de 26 de setembro de 1873.

9 A lei de orçamento dos municípios para o ano de 1878 do governo da província de 1877 já alocava recursos para uma nova rubrica nas despesas em Nova Friburgo: iluminação pública. Era a lei nº 2279 de 1877. Coleção de Leis, Decretos,

“o mais satisfatório e econômico aos cofres municipais”¹⁰. Segundo anúncio publicado no Almanaque Laemmert, a firma oferecia um “sistema de iluminação” que não dependia da instalação de tubos e empregava “nafta” ou o “Gaz-Globo,” produto patenteado no Brasil nos seus lampiões, onde a luminosidade seria equivalente a “14 velas”. Informavam ainda nos anúncios que o gás não produzia cheiro, e não era igual a gasolina ou ao “kerozene”; alegavam ser a nafta transformada em gás no lampião, mais segura que a gasolina considerada “excessivamente explosiva.” Afirmavam também que nos subúrbios da Corte o governo imperial havia contratado esse sistema, que contava com 900 combustores em uso naquele momento¹¹.

Nesse sentido, em fevereiro de 1878, foi formada na Câmara uma comissão encarregada de levar a efeito a proposta de instalar, de fato, a iluminação pública na Vila¹². Os componentes da mesma eram os seguintes vereadores: o presidente da Câmara, capitão Manuel Fernandes Ennes, Galiano Emílio das Neves e Carlos Eboli. Este último, médico e empresário, estava muito empenhado em fazer com que a vila se tornasse sempre mais atrativa, isto é, salubre, de acordo com os princípios sanitários que defendia, aos olhos de potenciais frequentadores e visitantes para o seu instituto de hidroterapia. Desde sua primeira eleição, em 1876, Eboli foi convocado para atuar em questões médico-sanitárias (fornecimento de água potável e terrenos pantanosos) da vila e, em 1877, passou a integrar a Comissão de Obras Públicas da Câmara. Vale notar que Eboli e o “coronel” Galiano das Neves eram aliados nessas questões, por razões que transcendiam à política; a relação entre ambos se iniciou antes e fora da Câmara, através de um acordo comercial do seu instituto hidroterápico com o hotel da família da esposa de Galiano, laço que depois assumiria a forma de relação de compadrio (PROENÇA, 2017, p. 116 e 122).

Toda essa mobilização da Câmara em prol da instalação de um sistema de iluminação pública, na verdade, expressava muito mais que o interesse particular de Eboli como empresário ou sua opinião como médico. A vila de Nova Friburgo, desde meados do século XIX, foi se tornando conhecida como local de tratamento de saúde, pelo seu clima, e de estabelecimentos de ensino, para onde convergiam os filhos das elites da época¹³. Com o desenvolvimento destas atividades, a vila deixou de ser apenas um ponto de parada das

Atos e Decisões do governo da Província do Rio de Janeiro. RJ, Tip. da Reforma, 1878, p. 135. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão ordinária de 12 de fevereiro de 1878. Vale notar que, em 1874, houve um requerimento do vereador Thomas de Oliveira para que fosse feito um orçamento do material necessário para iluminação da vila, que deveria ser feita, segundo ele, “com gás [sic] denominado Kerozene.” Analisando as atas da Câmara com relação ao pedido de orçamento, nada mais encontramos. Ver Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, 4ª sessão ordinária de 19 de dezembro de 1874.

10 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão ordinária de 12 de fevereiro de 1878.

11 Gaz-Globo. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro (inclusive a cidade de São Paulo, da Província de São Paulo) para o ano de 1878. RJ, Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, p.906.

12 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, Sessão ordinária de 12 de fevereiro de 1878.

13 Já no final dos anos 1830, surgia a hospedaria, logo depois, Hotel Salusse. Em 1870, no almanaque Laemmert, estavam listados em Nova Friburgo 6 “hotéis na vila” e 6 “hospedarias na serra e em outros lugares”. Em termos de colégios, o Colégio Freese, fundado em 1841, passou a funcionar na sede vila em 1851; antes disso funcionou em outra freguesia da vila. Nessa mesma época, funcionava no prédio do “Chateau,” o Colégio São Vicente de Paula, dirigido por Francisco Marques de Souza e pelo padre Bernardo Lira da Silva, este depois substituído pelo Barão de Tautphoeus. Em 1864, foi instituído o Colégio Braune para meninas. Nos anos 1890, Friburgo contava com 8 colégios privados, a maioria com regime de internato e externato. (FERREIRA, 2013, p. 52 e 53; e ARAÚJO & MAYER, 2003, p. 173). Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1849. RJ, Eduardo e Henrique Laemmert, 1849, p. 136. Idem para o ano de 1851, p. 138. Idem para o ano de 1853, p. 73. Idem para o ano de 1859, p. 88 e 475. Idem para o de 1870, p.250. 14 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, sessão ordinária de 12 de fevereiro de 1878. Idem, 2ª sessão ordinária de 08 de maio de 1878. Idem, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 09 de

tropas e dos viajantes, no caminho entre a Corte Imperial e as fazendas produtoras de café da região em torno de Cantagalo. Importa ainda mencionar que, poucos anos antes do surgimento dessa iniciativa na Câmara em prol da instalação de um sistema de iluminação pública, Nova Friburgo se tornara acessível por trem: em 1873, foi inaugurado o segundo trecho da Estrada de Ferro Cantagalo, que tinha Bernardo Clemente Pinto, o segundo Barão de Nova Friburgo, como principal sócio do empreendimento. Não por acaso, foi em torno da estação, na antiga rua do Senado (hoje Avenida Alberto Braune), que começou a surgir, desde então, uma gama variada de comércios e serviços (ARAÚJO, MAYER & COSTA, 2019, p. 135-139).

Em menos de cinco meses, o presidente da Câmara conseguiu não só fazer a compra dos equipamentos (postes em madeira de lei, lâmpões e acessórios), como também obteve gratuidade, com o diretor da Estrada de Ferro Cantagalo, no frete deste material e combustível para Nova Friburgo; situação vantajosa que perduraria durante muitos anos, no que toca ao transporte do combustível (nafta em latas) da corte para Friburgo¹⁴. Por último, ainda providenciou, sempre com autorização da Câmara, o aluguel de um cômodo para armazenar o combustível e contratou um funcionário que ficaria encarregado de tocar o serviço¹⁵. Em setembro, os artigos a serem adicionados ao código de posturas da Câmara relativos à iluminação pública já tinham sido elaborados, remetidos e “provisoriamente” aprovados pelo governo provincial¹⁶. A inauguração do serviço de iluminação ocorreu, no entanto, antes mesmo do aval às regras para o funcionamento do novo serviço, em 05 de junho, quando “os habitantes deram realce à festa, iluminando a frente das casas, e fazendo subir ao ar muitos foguetes”¹⁷.

Durante os nove anos em que esteve em funcionamento na vila, apesar do que prometia o fabricante, o sistema implantando revelou-se nem tão eficiente, nem simples de operar e de fato custoso. Ao contrário do que ocorria com o chamado “gás corrente,” implantado pioneiramente no Brasil, em 1854, para iluminar áreas centrais do Rio de Janeiro, os lâmpões do sistema do “Gaz-Globo” demandavam muito mais trabalho para serem operados e mantidos. No caso da operação, porque achando-se o bico dentro da lanterna, era preciso que o acendedor subisse numa escada em cada poste para “abrir a comunicação [espécie de chave ou torneira que ficava após um conduto que vinha do reservatório situado mais abaixo], aquecer [o recipiente para onde a nafta migrava, a qual, no processo se volatilizava], inflamar a nafta [já volatilizada que saía pelo bico] e graduar a intensidade luminosa”¹⁸. Esta tarefa de graduar a chama de cada lâmpão demandava, além de mais tempo que no caso dos lâmpões a gás corrente, uma certa expertise do acendedor para que a luz de cada lâmpão

maio de 1878. Idem, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 09 de julho de 1878. Idem, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 13 de agosto de 1878. Idem, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 14 de agosto de 1878.

14 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, sessão ordinária de 12 de fevereiro de 1878. Idem, 2ª sessão ordinária de 08 de maio de 1878. Idem, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 09 de maio de 1878. Idem, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 09 de julho de 1878. Idem, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 13 de agosto de 1878. Idem, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 14 de agosto de 1878.

15 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, sessão de continuação da 3ª sessão ordinária, em 10 de outubro de 1878. Idem, ata de continuação da 4ª sessão ordinária, em 09 de dezembro de 1878.

16 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 09 de setembro de 1878.

17 Novo e completo índice cronológico da História do Brasil (1842 a 1889). Crônica Nacional: 1878 – Junho 4-6. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de E. & H. Laemmert, jan. 1873 a dez. 1878. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=707619&PagFis=17>. Acesso em 20 de maio de 2020.

18 NEVES, Arthur Getúlio das. Aplicação do petróleo ao problema da iluminação. Revista Filotécnica: publicação mensal do Instituto Filotécnico. RJ: Lombaerts & Comp., 25 de maio de 1887, p. 87. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813567&PagFis=4&Pesq=%22Getulio%20das%20Neves%2> Acesso em 01/06/2020.

ficasse dentro dos padrões prometidos pelo fabricante. A fiscalização da regulação dos mesmos, o que era fundamental para garantir a intensidade da luz prevista, era também mais difícil, pois, invés do controle pela pressão, era feita de forma “individual” em “cada um dos combustores”¹⁹. A manutenção do sistema era também por poste. Era necessário, para o bom funcionamento do sistema, pintar periodicamente os reservatórios dos lampiões, limpar e/ou trocar peças (vidros das arandelas, peças desgastadas ou destruídas, troca de escumilha de chumbo) e, por razões de segurança e economia, armazenar as latas de nafta em depósito arejado e fresco. Note-se que, exatamente dois anos após a inauguração do sistema, começaram as queixas dos vereadores sobre o funcionamento “irregular” do serviço e a “má conservação do respectivo material”²⁰.

Uma análise das propostas de orçamento das câmaras municipais encaminhadas a cada ano para a assembleia provincial, onde eram discutidas e votadas, indica por que o sistema “Gaz-Globo” foi o escolhido em várias vilas do interior da província, entre meados das décadas de 1870 e início da década de 1880, ao invés daquele do gás corrente: o menor custo, aliado a suposta eficiência²¹. A mudança, no entanto, gerou um custo permanente muito relevante nesses orçamentos municipais, a ponto de a Assembleia determinar que essas despesas fossem discriminadas numa rubrica própria, separada daquela de “obras públicas”²². No caso de Nova Friburgo, entre 1878 e 1887, anos em que o sistema foi instalado e operou, a nova rubrica assumiu a terceira ou quarta posição, em termos de volume de recursos a ser dispendido, ficando atrás de “pessoal,” “obras públicas,” e, em alguns anos, de “dívida passiva”. No entanto, enquanto o valor previsto para as rubricas “pessoal” e “obras públicas” foram sendo ampliados, “iluminação pública” permaneceu o mesmo, depois de um pequeno aumento no terceiro ano de existência; a verba subiu de 2:400\$000 réis para 2:800\$000 réis e assim permaneceu²³. Seria porque o sistema, apesar de não tão eficiente, era ou poderia se tornar mais eficiente pelo mesmo custo, o que compensaria o esforço orçamentário para tê-lo funcionando? Veremos a seguir.

19 Idem, p.87-88.

20 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 2ª sessão ordinária em 08 de junho de 1880.

21 Em 1878, por exemplo, a câmara de Santa Maria Madalena, comunicava a assembleia provincial que havia comprado 30 lampiões do sistema do “Gaz-Globo” com “excessos de sua receita” e solicitava inclusão no orçamento municipal no ano seguinte a verba de 2:000\$000, no que foi atendida, apesar de não ter solicitado autorização prévia para implantar o sistema. Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, sessão em 31 de outubro de 1878, p. 301. A adesão a esse sistema de iluminação foi adotado também em outras províncias; em Serro, no norte de Minas Gerais, a municipalidade trocou a iluminação de querosene para “Globe gaz” entre 1877 e 1878. SOUZA, 1993, p. 193. Em São Paulo, Sorocaba, no mesmo ano, trocou os lampiões à querosene, pelo de Gaz-Globo, isto é nafta. História da Câmara de Sorocaba. Disponível em <http://www.camarasorocaba.sp.gov.br/page.html?tag=historia>. Acesso em 01 de junho de 2020. Essa capilaridade se devia, dentre outras coisas, a uma bem agressiva ação por parte dos negociantes que detinham o “privilegio industrial,” divulgavam, através dos almanaques da época e de cartas, dirigidas às câmaras, o produto. Em 27 de julho de 1877, a Câmara Municipal de Lavras (MG), recebeu uma delas. Há 107 anos era inaugurada a luz elétrica em Lavras. Jornal de Lavras, Minas Gerais, 24/07/2016. Disponível em <http://www.jornaldelavras.com.br/index.php?p=10&tc=4&c=14205>; Acesso em 01/06/2020.

22 Esse era um ponto sobre o qual batiam-se os deputados provinciais, por exemplo, em 1877. Vide Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, sessão em 16 de janeiro de 1877, p. 470.

23 Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, sessão em 26 de novembro de 1877, p. 298. Idem, sessão em 06 de novembro de 1878, p. 321. Idem, sessão em 27 de novembro de 1879, p. 495. Idem, sessão em 30 de setembro de 1880, p. 125. Idem, sessão em 20 de dezembro de 1881, p. 398. Idem, sessão em 28 de agosto de 1882, p. 79. Idem, sessão em 17 de setembro de 1883, p. 166, anexo. Idem, sessão de 26 de setembro de 1884, p. 295. Idem, sessão em 09 de novembro de 1885, p. 593. Idem, sessão em 01 de outubro de 1886, p. 370. Idem, sessão em 06 de dezembro de 1887, p. 380.

No ano de 1878, a verba prevista ficou bastante abaixo do necessário para cobrir as despesas com a instalação e início da operação do serviço, que importou em 4:368\$646 de réis. A partir de 1880 e até 1883, o valor orçado de 2:800\$000 cobriu com sobras o despendido, no entanto, as queixas sobre a qualidade do serviço continuavam²⁴. Vale dizer que, nesse período, a Câmara administrava diretamente o serviço com apenas um empregado, que fora autorizado por ela mesma a trabalhar na limpeza de uma praça “nas horas vagas” e que recebia de forma irregular, com atrasos, o seu “ordenado” de 60\$000 por mês²⁵. Sem aqui termos condições de avaliar se o pagamento era ou não adequado às funções que desempenhava, podemos afirmar que é correto admitir que esperava-se dele, pelo que se pode depreender das atas, mais do que só acender e apagar os lampiões ou mesmo limpá-los para a noite seguinte. Enquanto o plenário da Câmara cuidava praticamente só de aprovar os pedidos de compra ou pagamento de despesas já realizadas, autorizando os claviculários do cofre ou o procurador a fazê-los quando fosse o caso, ao “empregado da iluminação, cabia controlar a necessidade de nafta e cuidar do seu depósito, consertar ou providenciar consertos, entre outras tarefas”²⁶. Estudo da época que comparou os procedimentos necessários para o funcionamento de lampiões a gás encanado e de lampiões do sistema do “Gaz-Globo” da cidade do Rio de Janeiro nos indicam que operar e manter funcionando eficientemente a meia centena desses lampiões da vila não era tarefa para um só empregado²⁷.

Diante da insatisfação com o funcionamento do serviço, em 1883, os vereadores decidiram buscar por edital um terceiro para administrá-lo por arrematação. Segundo o edital, os materiais existentes seriam inventariados e ficariam na posse do contratado, enquanto perdurasse o vínculo. O “arrematante” também passava a responder, não só por toda a operação e manutenção do sistema, como pelos custos envolvidos. Em contrapartida, receberia da Câmara o valor proposto pelo serviço em parcelas trimestrais, repassadas cada uma 30 dias depois de findo o trimestre. A precificação do serviço tinha um teto, que era o dos 2:800\$000 do orçamento, mas não sabemos se esse limite máximo foi divulgado²⁸. De qualquer modo, fixados os editais em local público e observado o prazo de apresentação de propostas, não houve sequer um proponente disposto a assumir a tarefa²⁹, o que fez com que os vereadores aceitassem uma solução paliativa: contratar um empregado que subcontrataria outros. A ideia e os termos do contrato de trabalho, aliás, partiram do próprio

24 O vereador Ferreira Gomes, em outubro de 1882, pedia providências à Câmara no sentido de que fossem “limpos os lampiões da iluminação pública, cujos vidros se acham sempre baços”. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 06 de outubro de 1882. Ver os valores despendidos por ano com iluminação pública, entre 1878 e 1882, em ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 19 de abril de 1883.

25 A autorização foi dada em dezembro de 1878, ao primeiro empregado que cuidou da iluminação. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 4ª sessão ordinária, em 09 de dezembro de 1878. O “ordenado” foi fixado em 60\$000 por mês, em 1879, antes era menos. Idem, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 13 de maio de 1879. O primeiro contratado não ficou por muito tempo provavelmente, pois desde junho de 1880 o encarregado era outro. Em abril de 1881, começam a ser cobrados ordenados atrasados. Idem, ata da 2ª sessão ordinária, em 19 de abril de 1881. Um ano depois, a Câmara devia ao “empregado da iluminação,” além dos ordenados de janeiro a março de 1881, os de junho a dezembro de 1880. Idem, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 18 de abril de 1882.

26 No caso da aquisição de nafta ou de um novo lampião de “Gaz-Globo,” o designado para a tarefa pelo plenário era o procurador. Estas encomendas demandavam contato e negociação com fornecedores na Corte. O aluguel do depósito era tratado entre o proprietário e a Câmara.

27 NEVES, Arthur Getúlio das, op. cit.

28 Ver as 30 condições estipuladas para o edital no parecer do vereador Souza Cardoso, aprovado pela Câmara, em Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 14 de abril de 1883.

29 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de encerramento da 2ª sessão ordinária, em 16 de junho de 1883.

candidato que se apresentou através de requerimento³⁰. Os termos dessa proposta paliativa, se cotejados com as cláusulas do edital, nos permitem suspeitar que o edital era inexecutável tal como proposto³¹.

Nesse sentido, é significativo que o candidato ao emprego acima mencionado tenha se comprometido, no seu requerimento, a realizar apenas a tarefa de “acender e apagar” os 56 lampiões instalados e que tenha estimado a necessidade de mais três subcontratados trabalhando com ele, para poder cumpri-la “com rapidez”³². Note-se que esta expressão indica que o referido candidato tinha exata noção do que a Câmara desejava, dentro daquilo que ele estava disposto a propor. No edital fracassado, meses antes, a Câmara já dera publicidade ao que considerava eficiência e rapidez na prestação do serviço. E assim informava ao potencial interessado que espera do arrematante que: (1) acendesse todos os lampiões no prazo de 30 minutos e (2) completasse em duas horas, de 6 às oito da manhã – portanto, logo depois ou a medida que os lampiões fossem apagados, ao alvorecer – o preparo para uma nova utilização bem sucedida do sistema ao cair da noite³³. Ao fim e ao cabo, quando foram fechadas as negociações para o aceite da solução paliativa mencionada anteriormente, o acertado ficou muito distante do que a Câmara almejou no edital. Também o novo empregado contratado teve de transigir e aceitar incluir no acordo que se encarregaria de fazer também a limpeza e preparo dos lampiões. Ao longo do tempo, como se pode verificar pelas atas da Câmara, ele assumiu outras tarefas além daquelas previstas.

Por mais quatro anos, a Câmara seguiu “administrando” o serviço de iluminação pública, tendo a frente da operação e da manutenção do serviço o empregado “encarregado”. Em mais uma tentativa de controlar melhor a prestação do serviço, atribuiu à Comissão de Obras da Câmara a tarefa de acompanhamento e fiscalização³⁴ e, por fim, criou uma “comissão de iluminação” separada da comissão de obras, que absorveu as tarefas antes atribuídas a de obras e que passou também a propor soluções e a produzir relatórios sobre o assunto³⁵. Talvez por isso, na operação e manutenção do serviço, passou-se, por exemplo, a numerar os postes e a fazer manutenção dos lampiões danificados. Certamente foi através dessas ações que a Câmara verificou que de fato os lampiões requeriam consertos frequentes; por duas vezes no período, foi necessário substituir, no todo ou em parte, por volta de metade deles³⁶.

30 Note-se que a Câmara, ao aceitar a proposta impôs como condição que também fosse feito o asseio de preparo dos lampiões. Reduziu, porém, o número de horas que a iluminação ficaria acesa; do anoitecer até meia-noite. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 14 de julho de 1887.

31 Outro indicio de que o edital era, no mínimo, desencorajador de propostas: em suas cláusulas previa valores de multa para todo tipo de falha na prestação do serviço, inclusive para as não especificadas.

32 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, op. cit. nota 27.

33 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, op. cit. nota 26.

34 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 4ª sessão ordinária, em 10 de outubro de 1883.

35 Essa comissão aparece pela primeira vez citada nas atas, em 12 de janeiro de 1885, encarregada de julgar uma proposta de um particular apresentada a Câmara, em mais uma tentativa de lançamento de edital, pela qual o proponente cobrava 2:795\$000 réis, quase o total do orçamento previsto naquele ano para o serviço, e ainda condicionava a sua proposta a aceitação pela Câmara ao fornecimento anual de 160 caixas de nafta, cujo o valor iria sendo descontado do montante acordado. Sem análise do mérito, a proposta foi devolvida e o edital não foi adiante. A comissão, no entanto, continuou existindo. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da 1ª sessão ordinária, em 12 de janeiro de 1885. Idem, ata da continuação da 1ª sessão ordinária, em 26 de janeiro de 1885.

36 Em 1883, dos 56 existentes, 31 estavam nessa situação. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 25 de julho de 1883. Em novembro do mesmo ano, 27 dos 56 lampiões existentes precisavam de conserto. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 4ª sessão ordinária, em 26 de novembro de 1883.

Tentou ainda lançar outro edital de arrematação, em 1885, para deixar a prestação do serviço ser realizada por terceiro, mas desistiu³⁷. Em janeiro de 1886, depois de examinar o relatório do presidente da Câmara sobre os trabalhos desta no ano anterior, o Vereador José de Souza Cardoso, da comissão de pareceres e da comissão de iluminação, decidiu inteirar o plenário sobre a necessidade de se mudar o sistema de iluminação pública³⁸.

É preciso destacar que a demora em se chegar a essa conclusão e principalmente, a de efetivar a mudança, deveu-se não apenas às dificuldades de se produzir e aceitar o diagnóstico ou ao custo da mudança em si. Nos três anos que antecederam a troca havia um clima pesado de desentendimentos na Câmara, fomentado por diferenças “filosóficas” sobre o que seria prioridade para a cidade e seus moradores, considerando os recursos limitados do orçamento municipal. O fundamento dessas discordâncias se tornou bem visível, em julho de 1884³⁹, quando a maior parte da Câmara pretendeu alterar o projeto original da praça Princesa Izabel (atual Getúlio Vargas), inaugurada em 1881 (FOLLY, 2007, p. 134 e 138). De um lado, Galiano das Neves insistia em continuar investindo na manutenção do projeto original. De outro, o Vereador Souza Cardoso contestava essa posição, em seu parecer favorável a suprimir o quarto segmento da referida praça para atender a abaixo-assinado de moradores que o consideravam insalubre, lúgubre e inseguro para a população, afirmando que defender a manutenção do projeto original era ser refratário “ao progresso e civilização do nosso século”. Segundo Souza Cardoso, “as forças do cofre” da municipalidade deviam ser empregadas em melhorias de “utilidade pública”: abastecimento de água para os moradores, melhoramento e construção das estradas e pontes, prolongamento da iluminação pública pelas ruas, dentre outras. O discurso incisivo de Souza Cardoso contra a gestão anterior da Câmara, que fora presidida por Manuel Fernandes Ennes e que dera prioridade ao projeto da praça, e especialmente contra o vereador Galiano das Neves, que fora vereador também naquela gestão e envolvido diretamente no projeto, classificava como “uma vaidade,” “um capricho,” um “luxo” e mais que tudo, um “erro,” o projeto original da praça⁴⁰.

Ao contrário do que poderia se imaginar, o processo de substituição do sistema de iluminação a “Gaz-Globo” pelo de iluminação com “lâmpadas belgas”, que eram lâmpões a querosene, foi conduzido pelo Vereador Galiano das Neves, a partir de agosto de 1886. Isto porque o Vereador Souza Cardoso recusou-se veementemente a continuar tratando da questão depois de sofrer cobranças do primeiro, quando uma grave crise na iluminação pública se abateu sobre a cidade em meados do ano. Vale notar que Cardoso havia sido nomeado para a comissão de iluminação da Câmara, em março de 1885, para substituir o Vereador Pedro Fernandes Pascal, que estava doente⁴¹. Entre março e dezembro, dentre outras iniciativas, Cardoso tratou de buscar, consultando inclusive o encarregado da iluminação pública, “as causas do mau estado da iluminação municipal” e chegara à “conclusão de que isso era devido ao uso da nafta” e porque os lâmpões estavam “muito estragados”⁴². Diante dessa constatação, pesquisou soluções e alternativas, e ficou convencido de que com a iluminação a querosene a cidade estaria melhor servida. Em janeiro de 1886, expôs os resultados do seu trabalho à Câmara, no dia 08, informando que pretendia fazer algumas experiências com aquele combustível, para as quais pedia e obteve autorização. Uma semana depois, voltou ao assunto para comunicar que estava convencido

37 Houve um proponente. Vide a nota 35.

38 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 1ª sessão ordinária, em 14 de janeiro de 1886.

39 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 30 de julho de 1884.

40 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 3ª sessão ordinária, em 30 de julho de 1884.

41 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 1ª sessão ordinária, em 2ª de março de 1885.

42 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da 1ª sessão ordinária, em 08 de janeiro de 1886.

da necessidade de trocar o sistema⁴³. Nos meses que se seguiram, no entanto, o sistema de iluminação já condenado mostraria outra fragilidade. Em abril, ocorreu um descarrilamento de um certo tipo de vagão, mais alongado, na serra, com a morte de quatro pessoas⁴⁴, o que trouxe resistências, de parte da ferrovia, em continuar transportando a nafta, que era inflamável e da qual não se cobrava frete. A crise se instalou definitivamente, quando se esgotou o estoque de latas de nafta, renovado pela última vez em janeiro, e a cidade passou a ficar às escuras. Com o serviço suspenso, sendo dispensado por ofício do Presidente da Câmara o próprio encarregado no dia 08 de julho, Galiano pressionou Souza Cardoso, cobrando informações⁴⁵. Exatamente em que termos foi feita esta cobrança as atas da Câmara não mencionam. Sabemos, entretanto, que a mesma ocorreu e quais foram suas consequências, pelo registro deixado pelos dois vereadores em ata de reunião posterior:

O senhor vereador Souza Cardoso observou que tendo, em uma das últimas sessões em que estava com a presidência, na ausência do atual Presidente, o sr. Vereador Galiano das Neves pediu-lhe informações sobre a iluminação, as quais lhe informou tal qual se passaram, que julgo o mesmo sr. Vereador ter ficado satisfeito, e em vista do que tem se passado, pede à Câmara que lhe conceda dispensa de membro da comissão de iluminação. Observou o sr. Vereador Galiano das Neves ser certo ter pedido tais informações e que satisfeito ficou com as dadas pelo sr. Presidente interino, mas não havendo nada que contrariasse o nobre vereador assim pedia para que continuasse a prestar o seu auxílio como membro da comissão de iluminação. Posto a votos o pedido de dispensa a Câmara negou, unanimemente. Insistindo o mesmo no seu pedido, foi dispensado, nomeando a Câmara o sr. Vereador Galiano das Neves para o lugar⁴⁶.

Entre as sessões presididas interinamente por Cardoso e aquela em que pedira dispensa da Comissão, houve outra, no dia 22 de julho de 1886, em que a Câmara autorizou o seu presidente a “mandar fixar editais chamando concorrentes para a iluminação pública da vila pelo sistema das lâmpadas belgas⁴⁷”. Em outubro, ficaram prontos os editais, que foram

43 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 1ª sessão ordinária, em 14 de janeiro de 1886.

44 Os problemas com o transporte da nafta teriam começado ainda em janeiro, segundo relato de Souza Cardoso. Nesse mês ocorreu um desabamento de terras que bloqueou o acesso a Cachoeiras; sem possibilidade de fazer baldeação o trânsito de cargas e passageiros ficou paralisado. *Diário de Notícias*. RJ, 9 de janeiro de 1886, p.1 Sobre o desastre em abril, ver *Diário de Notícias*, RJ, 22 de abril de 1886, p.1. As causas do desastre, vide *O Fluminense*. RJ, 28 de maio de 1886, p.1.

45 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da sessão ordinária do dia 27 de agosto de 1886.

46 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 31 de julho de 1886. Em ata do dia 14 de agosto, Galiano das Neves volta ao assunto dizendo que o que teria cobrado de Souza Cardoso foi o pagamento do encarregado da iluminação. Curiosamente, nessa mesma ata, em sequência, o vereador Cardoso pediu para ser emendado algo de sua fala na ata do dia 31, onde se deu o seu pedido de saída da comissão. Tratava-se de uma obra na ponte Leuenroth, que Galiano defendia como necessária e ao alcance dos cofres da municipalidade. Cardoso fez questão de deixar claro não havia falado sobre a obra, “mas sim sobre julgar não haver verba” para pagá-la. As divergências entre Cardoso e Galiano das Neves sobre como administrar o orçamento municipal continuavam, portanto. O episódio da cobrança de informações sobre a iluminação pública feita por Galiano à Souza Cardoso teve ainda um outro capítulo, registrado na sessão do dia 27 de agosto. Souza Cardoso pediu nova retificação na ata do dia 14 de agosto, fazendo um relato do que teria se passado. Pelo relato, que foi corroborado afinal por Galiano, a cobrança não foi apenas sobre o pagamento do encarregado, mas também sobre falta de nafta e do porquê a vinda do produto não havia sido providenciada a tempo. Com isso, aparentemente, ambos se satisfizeram com a versão deixada para os pósteros. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da sessão ordinária do dia 14 de agosto de 1886. *Idem*, ata da sessão ordinária do dia 27 de agosto de 1886.

47 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 2ª sessão ordinária, em 22 de julho de 1886.

lançados em janeiro de 1887⁴⁸. Sem que houvessem sido apresentadas quaisquer propostas, a Câmara autorizou Galiano da Neves a “mandar fazer a iluminação pública da vila pelo sistema que julgar mais conveniente e a comprar os lâmpões necessários e fazer as despesas para esse serviço e o pessoal indispensável a mesma”⁴⁹.

A autorização da Câmara deixava, portanto, nas mãos do Vereador Galiano das Neves escolher o sistema que julgasse mais conveniente. Por que teria ele então preferido um sistema similar ao anterior que poderia recair, em dado momento, naquela mesma fragilidade do acesso ao combustível? Por que não substituir pelo de energia elétrica que, em 1883, havia sido instituído em Campos, por contrato da Câmara Municipal com a firma Alves, Carvalho e Oliveira? Lá se produzia energia termoelétrica, utilizando lenha e água para produzir vapor numa caldeira que, acionando um motor, fazia operar os dínamos que geravam corrente elétrica para, pelo menos, as 52 lâmpadas instaladas⁵⁰. Em Friburgo, no ano de 1886, estavam instalados 66 lâmpões, quando o serviço pelo “Gaz-Globo” parou de operar⁵¹. Apesar do número de pontos de luz estarem, em termos de escala, bem próximos, o orçamento anual previsto com iluminação pública pelo sistema elétrico em Campos, era quase onze vezes maior que aquele disponível, em Nova Friburgo. Embora a capacidade de iluminar com lâmpadas elétricas já fosse muito maior do que aquela dos lâmpões a querosene, a “força dos cofres” da municipalidade, naquele momento, nem de longe poderia absorver tal custo. Os 30:000\$000 réis anuais que Campos dispndia com iluminação elétrica correspondia a praticamente o dobro de todo o orçamento municipal de Nova Friburgo, para 1887⁵². Devemos acrescentar que, talvez, Galiano das Neves já tivesse conhecimento de que a eletricidade não fosse uma opção viável, financeiramente, para a vila, pois fora em setembro de 1883, três meses depois da inauguração da iluminação elétrica em Campos, encarregado pela Câmara de dar parecer sobre a possibilidade de substituir o sistema existente pela luz elétrica. Este parecer, no entanto, se é que foi produzido, não ficou registrado nas atas⁵³.

A outra alternativa, o sistema de iluminação a gás encanado, havia sido proposto à Câmara Municipal em 1882⁵⁴, através de consulta feita pelo presidente da província, por

48 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da sessão ordinária, em 08 de outubro de 1886. Idem, ata da 1ª sessão ordinária, em 08 de janeiro de 1887.

49 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata de continuação da 1ª sessão ordinária, em 10 de janeiro de 1887.

50 Eram 39 lâmpadas na inauguração em 24 de junho de 1883 e passaram para 52 em 15 de maio de 1884. Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da Cidade e Município de Campos (compreendendo os municípios de São Fidelis, Macaé e São João da Barra). RJ: Tipografia do Monitor Campista, ano II, 1884, p. 33.

51 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da 1ª sessão ordinária, em 26 de janeiro de 1885. Nesta reunião o encarregado da iluminação pedia aumento pois o número de lâmpões passara de 56 a 66. Nenhum outro requerimento de instalação de novo lâmpão foi solicitado à Câmara.

52 O contrato assinado em 07 junho de 1882, entre a Câmara municipal de Campos e a empresa Alves, Carvalho & Oliveira, previa pagamento de 20:000\$000 réis. O contrato foi publicado no Monitor Campista, Campos, 22 de julho de 1883, p. 3. Um ano depois de inaugurado o sistema, o montante passou a 30:000\$000. Segundo artigo do Monitor Campista, isto se devia ao fato de que a iluminação passou a atingir o triplo da área antes mal atendida pela companhia do gás encanado, além de absorver a área coberta pelos lâmpões à querosene. No artigo argumentava-se também que pelo serviço a toda área atendida por luz elétrica, a companhia do gás não teria cobrado menos do dobro. Na comparação, afirmava o artigo, a luz elétrica era de muito melhor qualidade. E por fim, o artigo dizia que “a população estava satisfeita”. Seja como for, é preciso ter em consideração que, neste artigo, o jornal respondia a uma crítica ao aumento do montante cobrado e que um dos redatores do Monitor Campista era Francisco Portella, que fora presidente da Câmara e grande incentivador da troca do gás pela eletricidade. Note-se ainda que Portella era sócio comanditário da concessionária, pelo menos, desde 1883. Monitor Campista, Campos, 24 de junho de 1883, p. 2. Idem, 25 de maio de 1884, p. 2.

53 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da 3ª sessão ordinária, em 13 de setembro de 1883.

54 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, ata da 2ª sessão ordinária, em 25 de setembro de 1882.

solicitação da Assembleia da Província, que então julgava o pedido de engenheiro para montar gasômetros em diversas vilas, dentre elas Nova Friburgo⁵⁵, comprometendo-se a “não cobrar mais de 27 réis por hora de iluminação de cada combustor,” desde que lhe fosse concedido privilégio pelo serviço de iluminação pública e privada por trinta anos⁵⁶. Os termos desta proposta nos oferecem a oportunidade de deduzir, por cálculo, que Nova Friburgo teria condições, com algum esforço, de aceitar a proposta, desde que se limitasse a manter o número de pontos de luz existentes. A 27 réis por hora, mantendo 50 pontos de luz, e uma média de apenas 6 horas por noite, Nova Friburgo desembolsaria 2:956\$500 por ano; o valor disponível para a iluminação pública era de 2:800\$000 réis por ano, desde 1880⁵⁷.

No entanto, a proposta de 1882 nunca foi levada à prática, embora tenha recebido parecer preliminar positivo da Câmara naquele mesmo ano⁵⁸. E isso se deu, provavelmente, porque o preço por hora não era suficiente sequer para manter a empresa operando. A Câmara de Campos, por exemplo, que por 15 anos manteve contrato com empresa de gás encanado para atender parte da iluminação pública da cidade, concessão extinta pouco tempo antes do início das atividades da empresa de eletricidade, previa que pagaria pelo serviço, para 150 lâmpões durante um ano, em 1881, 23:700\$000 réis e, mais uma vez, reclamava o seu presidente que o valor da conta estava muito acima dos 12:000\$000 previsto no orçamento⁵⁹. Observe-se que, sob condições análogas, Nova Friburgo, com um terço do número de lâmpões de Campos, poderia chegar a consumir com iluminação a gás 54% de todo seu orçamento previsto para 1887⁶⁰.

Nem gás e nem energia elétrica. Reprovado na prática o “Gaz-Globo”, Galiano das Neves optou pela alternativa adotada por “povoações próximas à Corte” (grifo nosso). Era assim que seu sobrinho, Arthur Getúlio das Neves, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, classificou Nova Friburgo, em artigo que avaliou a “aplicação do petróleo ao problema da iluminação,” em 1887. O “Gaz-Globo”, segundo ele, era coisa a ser colocada no passado, ainda que tenha sido “um progresso relativo” em relação ao “antigo sistema dos naseabundos e mortifícios lâmpões de azeite”. Getúlio das Neves considerava preferível o “gás corrente”. No entanto, “em pontos do interior aonde é difícil gozar de um sistema mais cômodo, como o gás corrente”, recomendava as “lâmpadas belgas”. Na iluminação pública, dizia ele não haver dúvida que “nesse sistema de iluminação não só o poder iluminante é consideravelmente reforçado, como também há uma grande semelhança entre a luz produzida por esse meio e a que nos fornece o gás comum”. Se tio e sobrinho conversaram sobre o assunto não sabemos, mas é muito provável, pois último frequentava a cidade sempre que possível⁶¹.

55 Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, sessão em 24 de agosto de 1882, p. 60.

56 Idem, sessão em 05 de outubro de 1883, p. 371.

57 Idem, sessão em 27 de novembro de 1879, p. 495.

58 Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, op. cit. nota 47.

59 Iluminação Elétrica em Campos. Revista de Engenharia. RJ: 14 de setembro de 1883, p. 183 e 184.

60 Um dos problemas que elevavam os custos do sistema do gás encanado era o uso de carvão importado que dependia de variações cambiais. O carvão nacional era considerado inferior por ter menor poder calorífico. Cláusulas nos contratos, que previam ajustes nos valores cobrados, foram tornando essa alternativa para iluminação menos atraente que a da iluminação elétrica, sobretudo com o desenvolvimento da hidroeletricidade. Sobre o orçamento, vide Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, sessão em 01 de outubro de 1886, p. 370.

61 Embora morasse na Corte desde 1870, Arthur Getúlio frequentava a cidade. Em 23 de janeiro de 1886, casou-se em Nova Friburgo com sua prima-irmã Maria Sophia, filha de Joviano das Neves que era irmão de Galiano. Nova Friburgo era para ele, como escreveu em suas memórias, um local “de peregrinações voltadas ao culto da família”. Arthur Getúlio das Neves era filho de um terceiro irmão de Galiano, Galdino das Neves (FERREIRA, 2013, p. 90). O casamento foi noticiado em *O Voto Livre* (órgão liberal), Cantagalo: 31 de janeiro de 1886, p. 1. Sua presença na cidade era também notícia nos jornais do Rio. Em duas ocasiões, no período 1886 e 1887, em função de homenagens a políticos falecidos

A nova iluminação pública da vila, com “lâmpadas belgas”, foi inaugurada em fevereiro de 1887. Uma pequena nota no “Diário de Notícias” do dia 02 informava que ocorreria no dia 12. Não há registro do evento, entretanto, nas atas da Câmara e tampouco nos principais jornais da Corte. Aparentemente, a mudança passou quase despercebida, como sendo mais uma reforma. “Conserto e pintura” dos lampiões e, para adaptação ao novo combustível, compra de 70 vidros novos e 200 “torcidas” que eram pavios geralmente de algodão, para absorção por capilaridade do querosene. O fornecedor dos vidros e pavios, sediado na corte, era a empresa J. Richsen & C., importadora exclusiva da firma belga Lampereur & Bernard, que detinha a patente das “lâmpadas,” propagandeadas como “inexplosíveis e econômicas”.

A prestação de contas apresentada por Galiano das Neves à Câmara indica que ele buscou baratear o que pôde, inclusive buscando pagar menos ao encarregado da iluminação do que se pagava antes, e menos 50% no aluguel do depósito para estocar o combustível, que passou a se localizar na rua General Osório. Dispendeu com compra de novas peças e conserto dos lampiões 643\$000 réis, incluído o frete cobrado pelo transporte do material pela ferrovia. Outros 70\$000 seriam custo fixo mensal, com o pagamento do empregado e aluguel do depósito. Do orçamento anual previsto para iluminação pública, que em 1887 subiu de 2:800\$000 para 3:000\$000 réis, restaram para a compra do querosene e eventual manutenção dos equipamentos durante aquele ano 513\$000 réis, o que, na verdade, não foi suficiente pois o montante gasto com as 100 caixas de querosene dispendidas naquele ano e o aumento do valor pago ao encarregado, a partir de agosto, superaram esse valor. Nos anos seguintes, teoricamente, haveria mais sobra da verba para combustível e manutenção. O que parece não ter ocorrido, pois, embora mantido o orçamento de 3:000\$000, a Câmara tratou no ano seguinte de obter fontes adicionais de recursos, permitindo a instalação de 10 quiosques em lugares designados, cuja renda seria aplicada “exclusivamente” no “custeio da iluminação pública”⁶². Quatro anos depois de instalado, o custo de manutenção do sistema estava em 4:000\$000, e a Câmara estava “deveras favorável a sua substituição”⁶³. Dois fatores pesavam nesse sentido: a “morosidade com que são acesos e apagados os combustores e as demais imperfeições [técnicas] inerentes ao sistema” e o custo do combustível, que, por ser importado, variava conforme “as eventuais oscilações do câmbio”⁶⁴.

Iluminação pública na “cidade” de Nova Friburgo: água, luz e esgoto

Aquele que se dispuser a ler as atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo no período em que foi dissolvida e substituída temporariamente pelo Conselho da Intendência⁶⁵, nos dois anos iniciais após a proclamação da República, perceberá uma intenção clara e focada dos gestores de reconfigurar o espaço urbano, em particular quanto às práticas de uso e de funcionamento dos espaços públicos nas questões relativas à saúde, que passou a ser

do partido liberal, do qual seu pai era figura de relevo nacional, e seu tio Galiano das Neves o era na Câmara Municipal. A primeira, em maio de 1886, quando promoveram, ele e o pai, missa e homenagens ao falecido senador Silveira Lobo. A segunda, em maio de 1887, quando ele, o tio Galiano das Neves, seu pai e o então juiz municipal, depois intendente e vereador, Theodoro Gomes Pereira da Silva mandaram encomendar missa, que compareceram, pela alma do chefe político do partido liberal goiano, Felix Bulhões Jardins, que era parente do juiz Gomes. *O Paiz*, RJ: 04 de maior de 1886, p. 1. Idem, 08 de maio de 1887, p.1. *Gazeta de Notícias*, RJ: 05 de maio de 1887, p.1. Sobre o artigo do mesmo ver nota 18.

62 Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, sessão em 23 de outubro de 1888, p. 425.

63 Ata de Reunião do Conselho da Intendência Municipal, em 17 de janeiro de 1891.

64 Idem, *ibidem*.

65 O Conselho foi criado pelo Decreto nº 33 de 04 de janeiro de 1890 e era formado por 5 intendentes nomeados pelo presidente do Estado. Coleção de decretos, atos e decisões do governo do Estado do Rio de Janeiro. RJ: Tip. Montenegro, 1890.

avaliada a partir dos parâmetros da “medicina científica” e do sanitarismo. Novas normas e regras impunham limites e punições, por exemplo, ao depósito inadequado do lixo, à criação de animais e circulação destes pelas ruas, ao desvio e uso não autorizado de água das nascentes de terrenos foros, bem como para o esgotamento de resíduos orgânicos e águas pluviais. Muitas dessas medidas foram adicionadas ao “novo projeto” de posturas para a antiga vila, alçada à categoria de “cidade” em 08 de janeiro de 1890⁶⁶. Toda essa reorientação das políticas públicas com respeito a configuração e uso do espaço urbano foi encampada pela Câmara Municipal, reinstituída em junho de 1892. Seguindo nessa linha criou “comissão de higiene” que produziu documento, concluído em setembro, com 17 medidas para promover a salubridade, evitando a propagação de doenças infectocontagiosas e outras propostas como a da criação de um “lazareto distante da cidade”⁶⁷. Em maio seguinte, era aprovado o novo código de posturas, com quatro capítulos e 47 artigos referentes à saúde pública⁶⁸. Foi neste contexto que a solução do problema da iluminação pública da cidade passou a ser pensada, frequentemente, de forma associada ao problema do abastecimento de água e de canalização do esgoto da cidade⁶⁹.

Duas propostas encaminhadas especificamente para Nova Friburgo pelo presidente do Estado, Francisco Portela, e duas dirigidas diretamente ao Conselho da Intendência pelos proponentes, num curto espaço de tempo, fizeram com que se fixasse como possibilidade real a ideia de tratar os três problemas de uma só vez. Das quatro propostas, duas dispunham tratar de abastecimento de água, rede de esgotos e iluminação pública (gás encanado ou eletricidade)⁷⁰. A preferida pela Intendência foi a de Américo Ludolf e Antônio Caetano da Silva, que era uma das que o Estado se dispunha a contratar, dando garantias, depois de ouvidas as autoridades do município. E assim era, em primeiro lugar, porque seria firmada por contrato de concessão com o governo do Estado e não diretamente com a municipalidade;

66 Nova Friburgo foi elevada à categoria de cidade pelo decreto estadual nº 34, de 08 de janeiro de 1890. Coleção de decretos op. cit. nota 65. O novo código de posturas começou a ser elaborado pela Intendência logo depois que foi instalada. Ata de Reunião do Conselho da Intendência Municipal, em 18 de janeiro de 1890.

67 Neste documento, concluído em 24 de setembro de 1892, seus autores se apresentavam como membros de uma comissão do Conselho da Intendência. Sabemos que essa informação é incorreta porque esse trabalho surgiu, como informavam os próprios autores, a partir de uma proposta de Carlos Engert, que não foi intendente, mas vereador quando a Câmara foi restaurada. O mesmo foi publicado pela Câmara em *O Friburguense*. Nova Friburgo: 10 de outubro de 1893, p. 1-3.

68 O código publicado por partes, em diversas edições do jornal *O Friburguense*. Nova Friburgo: 21 de setembro de 1893, p. 1 e 2. Idem, 28 de setembro de 1893, p. 1 e 2. Idem, 01 de outubro de 1893, p. 1 e 2.

69 No já então longínquo ano de 1876, antes mesmo da instalação do primeiro sistema de iluminação, o do “Gaz-Globo”, houve uma tentativa de pedido de empréstimo da Câmara ao governo da província que incluía, além de iluminação pública e estradas vicinais, encanamento de água. Além desse pedido não ter sido levado adiante, ainda pudemos perceber que não havia naquele momento na Câmara qualquer plano para implantar um sistema de abastecimento de água para residências e prédios comerciais ou públicos. O que se fazia na época eram captações para atender casos específicos, como água para a estação da estrada de ferro, ou para abastecer os chafarizes, localizados em logradouros públicos. Atas da Câmara da Vila de Nova Friburgo, 2ª sessão ordinária de 13 de outubro de 1876; e Anais da Assembleia da Província do Rio de Janeiro, sessão de 07 de novembro de 1876.

70 A primeira, de Antonio Fialho, encaminhada pelo governador, por ofício de 28 de abril de 1890, restringia-se a água e esgoto e teve, antes de aparecerem as demais, parecer positivo da Câmara em junho. A segunda e a terceira foram encaminhadas para análise na mesma sessão da Câmara em novembro. A do engenheiro Artur Cesar de Andrade e do médico João Henriques da Veiga era também apenas para água e esgoto. Já a de Gustavo Nalle, Antonio Cardoso dos Santos e João Goulart era para as três utilidades; a de iluminação seria por gás encanado ou eletricidade. A quarta, requerida ao governo do Estado e encaminhada à Câmara, era de Américo Ludolf e Antonio Caetano da Silva Lara. A proposta envolvia as três utilidades, sendo que a iluminação seria a gás encanado e foi encaminhada para pareceres em janeiro de 1891. Ata de Reunião do Conselho da Intendência Municipal, 06 de junho de 1890. Idem, 01 de novembro de 1890. Idem, 13 de janeiro de 1891.

em segundo, porque era a proposta mais bem detalhada, o que permitiria, supunha o relator do caso, ser levada a efeito mais rápido; por último, porque era a que se propunha a “fazer maior número de melhoramentos, havendo nisso toda a conveniência, pois num lugar pequeno como Nova Friburgo é real vantagem a concentração de diversos serviços em uma só empresa, do que resulta economia na administração”, ainda que admitisse que isso pudesse resultar, se não bem acertado, em desvantagens aos consumidores⁷¹.

Embora dessas propostas nada mais tenha resultado, talvez em função das reviravoltas políticas no Estado (renúncia de Portela) e no país (Revolta da Armada), a municipalidade, já sob o comando da Câmara, resolveu persistir com a ideia contratando “estudos preliminares” para levar adiante o projeto não realizado. Contribuíram nesse sentido as dificuldades recorrentes porque vinha passando a administração do sistema de iluminação por “lâmpadas belgas” a querosene.

O contrato da Câmara, por edital de arrematação, que incluiu remoção de lixo e iluminação por “lâmpadas belgas” assinado em 9 de março de 1892 com João Giffoni, por três anos, foi rescindido antes, em fevereiro de 1894⁷². Mesmo tendo a Câmara aumentado de 4:000\$000 réis por ano para 6:000\$000, para atender os mesmos 105 lâmpões, as condições do contrato, que previa 10:000\$000 réis por ano pelos dois serviços (lixo e iluminação)⁷³, foram pouco meses depois consideradas pelo contratante como insustentáveis. Ao longo do tempo, Giffoni pediu concessão de verba extra, adiantamento das parcelas de desembolso previstas, mudança do sistema trimestral para mensal e, por duas vezes, rescisão do contrato⁷⁴. A principal reclamação do contratado era o custo crescente dos materiais (do querosene, em especial); pelo contrato, esse dispêndio ficava a seu cargo e, supostamente, já deveria ter sido contabilizado na formatação da proposta. Fosse um erro de cálculo, motivo alegado pelo contratado na primeira vez que pediu sem sucesso rescisão do contrato, fosse as grandes variações de preço e/ou escassez desses produtos, especialmente durante a Revolta da Armada (setembro de 1893 a março de 1894), o que levou a Câmara a conceder, finalmente, ao “suplicante” o cancelamento do contrato⁷⁵, decidiram os “edis” após a rescisão, que era melhor, até que se conseguisse uma alternativa satisfatória, voltar ao esquema de administração direta, através de um empregado “encarregado” pelo serviço⁷⁶. Através de O

71 Parecer assinado por João Gaspar Meyer. Ata de Reunião do Conselho da Intendência Municipal, 17 de janeiro de 1891.

72 As datas de assinatura e rescisão, bem como os termos em que se deram, constam de duas atas da Câmara. Ata da 35ª sessão ordinária, em 20 de fevereiro de 1894. Ata 36ª sessão ordinária, em 07 de março de 1894. Publicadas na íntegra em *O Friburguense*. Nova Friburgo: 29 de março de 1894, p. 1. Idem, 05 de abril de 1894, p.1.

73 Os valores e condições do contrato foram apresentados a Câmara em fevereiro de 1892 e estão registrados na Ata da 8ª sessão ordinária, em 26 de fevereiro de 1892. A referida ata foi publicada na íntegra em *O Friburguense*. Nova Friburgo: 28 de março de 1892, p. 1.

74 Para mais detalhes vide Ata da 17ª sessão ordinária da Câmara, em 09 de maio de 1892. Ata da sessão ordinária da Câmara, em 13 de agosto de 1892. Ata da 15ª sessão ordinária da Câmara, em 12 de maio de 1893. Ata da 18ª sessão ordinária da Câmara, em 30 de junho de 1893. Ata da 19ª sessão ordinária da Câmara, em 17 de agosto de 1893. Ata da 29ª sessão ordinária da Câmara, em 30 de novembro de 1893.

75 Os vereadores admitiram a rescisão “por atender a circunstância de força maior, como sejam as guerras e revoluções existentes atualmente e invariavelmente consignadas em todos os códigos das nações civilizadas.” Fizeram, porém, uma exigência que estava no contrato que era a de ainda continuar o serviço por mais dois meses. Esta exigência, porém, não pôde ser cumprida por falta de querosene. A situação excepcional alegada era a Revolta da Armada, que no mês seguinte ao da aprovação da rescisão do contrato, chegou ao fim. Seus efeitos, no entanto, persistiriam ainda por bom tempo. Sobre atas onde se deu essa discussão, vide nota 72.

76 Em 22 de março de 1894, era publicado edital para substituição de João Giffoni. Desta feita as propostas para iluminação pública e para lixo seriam independentes. Para a iluminação pública eram oferecidos 7 contos e 200 réis por ano, mas não houve interessados. Alegava o presidente da Câmara que isso ocorreu não por ter sido mal calculado o valor oferecido, mas por se atravessar “uma quadra anormal”, tendo o preço do querosene atingido “de 20 a 29\$000

Friburguense, que era o jornal contratado na época para publicar os atos da Câmara, mas que publicava também queixas dos leitores e escrevia matérias sobre o tema, fica evidente que os problemas “técnicos” do sistema das “lâmpadas belgas” eram semelhantes aos do “Gaz-Globo”⁷⁷.

Ainda enquanto se desenrolava a crise no serviço de iluminação pública acima mencionada, entre novembro e dezembro de 1892 a Câmara buscou indicação de nome de “engenheiro especialista” que pudesse realizar “estudo e orçamento” para prover a cidade com sistemas de água potável encanada, de esgotos e de iluminação⁷⁸. Para tanto, foi consultado o Marechal Jerônimo de Morais Jardim, político e engenheiro militar, principal responsável pelo planejamento e construção do primeiro grande sistema de abastecimento d’água do Rio de Janeiro, com captação a longa distância, construído ainda durante o Império⁷⁹. Em carta resposta a Theodoro Gomes, vice-presidente da Câmara, Jerônimo Jardim indicou dois nomes. Endossando a opinião do primeiro indicado, cujas palavras transcrevia na carta, o marechal recomendava fazer primeiro, ao invés de um “estudo minucioso”, que deveria ficar para mais tarde, um “estudo preliminar, o plano geral das obras, ao qual deverá obedecer o plano parcial que possa ser realizado atualmente”⁸⁰. Essa estratégia, como bem alertavam o marechal e o seu primeiro indicado, era importante para que se pudesse ir realizando “os melhoramentos” planejados, conforme a disponibilidade de recursos da municipalidade. Dentre os dois nomes recomendados por Jardim, a escolha da Câmara recaiu sobre o segundo colocado da lista: Joseph Lynch, antigo engenheiro do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro. Este último, além de residir naquele momento em Nova Friburgo, se dispôs a fazer o trabalho por um valor menor⁸¹.

por caixa”. Diante dessas dificuldades por sugestão do mesmo, ficou aprovado que se passaria a fazer o serviço novamente por administração, contratando a Câmara um encarregado por 330\$000 mensais. Em 12 de abril, a Câmara comprou grande quantidade de querosene e, a 19, contratou o novo encarregado. Ver o edital em *O Friburguense*. Nova Friburgo, 22 de março de 1894, p. 2. As atas relativas ao assunto e a notícia da compra de querosene foram publicadas também em *O Friburguense*. Nova Friburgo, de 12 de abril de 1894, p. 2. Idem, de 31 de junho de 1894, p.1. Já a data da contratação foi mencionada na Ata da 41ª sessão ordinária da Câmara em 06 de julho de 1894.

77 Veja o que é dito na matéria “Iluminação”, publicada em *O Friburguense*, Nova Friburgo: 30 de novembro de 1893, p. 2.

78 Ata da 14ª sessão ordinária da Câmara em 21 de novembro de 1892. Ver também Ata da 16ª sessão ordinária da Câmara em 14 de dezembro de 1892.

79 Formação, carreira e outros dados biográficos de Jerônimo de Morais Jardim estão disponíveis em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/JARDIM,%20Jer%C3%B4nimo%20de%20Morais.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2020.

80 Carta parcialmente transcrita na ata de 14 de dezembro. Ver nota 78.

81 O engenheiro Joseph Lynch (1845-1904) era inglês, de origem irlandesa. Chegou ao Brasil, com seu pai e irmãos (Albert e Edward James) entre 1853 e 1854. Seu sobrinho Henry Joseph Lynch (1878-1958) enriqueceu tornando-se colecionador e negociante de peso no Rio de Janeiro, onde foi durante muitos anos representante dos banqueiros Rothschild no Brasil. Menos aquinhoado que o sobrinho, Joseph Lynch possuía uma fazenda em Ubá (MG) e conquistou respeitabilidade como engenheiro chefe e também como empreiteiro de várias estradas de Ferro do Norte e Oeste do Rio de Janeiro e zona da mata mineira, como pode ser atestado por busca nos periódicos do Estado do Rio de Janeiro, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, entre 1870 e 1910. Ocupou também posição de diretoria em algumas empresas, com destaque na Cia Indústria, Lavoura e Viação Macaé. Manteve relação próxima com Nova Friburgo até fim de sua vida. Meses antes de sua morte, em 24 de maio de 1904, frequentava a vida social da elite friburguense indo a *pic-nics* com a família na Cachoeira do Pinel, organizada pelo *Friburgo-Club* e a performance teatral na cidade, provavelmente no Teatro Dona Eugênia. Manteve, porém, segundo o almanaque Laemmert, residência no Rio de Janeiro. Vale notar que Lynch esteve, como representante do Clube de Engenharia, juntamente com o engenheiro Aarão Reis, na inauguração da iluminação elétrica em Campos, cidade pioneira na instalação desse serviço. (COUTINHO, 2017, p. 53 e 54)

O engenheiro apresentou sua proposta de trabalho em junho de 1893 e foi contratado quatro meses depois, comprometendo-se a entregar os “estudos preliminares” no início do ano seguinte⁸². De fato, em 31 de janeiro, o relatório foi entregue⁸³. Nele, é preciso notar, não se cogita mais outro tipo de iluminação que não fosse a elétrica, por geração hidráulica. Embora houvesse um estudo separado para cada “melhoramento”, dois deles se interligavam: o de abastecimento de água e o de iluminação. A fonte de captação escolhida para ambos era uma só, o Rio Santo Antônio, e em ambos os casos o ponto focal de interesse era a “cachoeira do Hans” e seu entorno.

Note-se que o mesmo ofereceu para o projeto de abastecimento de água uma opção mais em conta, através do melhor aproveitamento de cinco fontes e córregos existentes no perímetro urbano, mas considerava problemática essa opção devido ao número de desapropriações, bem como pelos limites implícitos nesta alternativa, no que diz respeito ao volume de água disponível e a garantia da qualidade da mesma ao longo do tempo, pois uma das fontes inicialmente considerada, menciona o engenheiro, fora descartada por despejo de esgoto de uma escola próxima. No estudo, o engenheiro Lynch procura demonstrar ainda que abastecimento de água por captação à distância e iluminação elétrica eram melhores investimentos, com custo-benefício mais compensador para a municipalidade, do que o de um sistema de esgoto completo, o que envolvia implantação de uma rede de encanamento para materiais fecais separada daquele do esgoto pluvial e de uma estação de tratamento desses efluentes⁸⁴. Considerava mais acertado do ponto de vista financeiro, devido ao baixo número de casas existentes e o elevado custo relativo para bancar o projeto, quer através de empréstimo, quer através de empresa concessionária, reformar e adaptar o sistema de 11 valas já existentes para escoamento de todo tipo de efluentes, inclusive águas pluviais, despejando, como já se fazia, esses resíduos no Rio Bengalas. Esta seria uma solução provisória aceitável, segundo ele, também porque o Bengalas estava distante 25 quilômetros de Bom Jardim e antes disso se encontrava com o Rio Grande⁸⁵.

Encaminhado às comissões da Câmara, dois pressupostos do estudo receberam críticas da comissão de saúde. O dimensionamento da rede de abastecimento de água e esgoto ficou menor do que esperado, excluindo áreas que julgavam dever estar incluídas por questões sanitárias⁸⁶. A mesma comissão considerou também menos detalhado do que imaginaram o estudo sobre a iluminação elétrica. Em resposta a essas críticas, o engenheiro argumentou, por escrito, que aqueles eram “estudos preliminares” (grifos dele), mas com dados suficientes para orientar os passos seguintes e que “os distintos clínicos” da comissão deveriam atentar para o fato de que haviam padrões mínimos no cálculo econômico-financeiro, considerados em cada estudo de caso, que eram os adotados pelos engenheiros de sua especialidade, tais como pagamento de imposto à Câmara (décima urbana) e densidade populacional⁸⁷. De acordo com estes parâmetros, duas áreas que a comissão desejava incluir deveriam ficar

82 Ata da 26ª sessão ordinária da Câmara, em 31 de outubro de 1893. Foi publicada na íntegra e nota sobre prazos em *O Friburguense*, Nova Friburgo, 10 de novembro de 1893, p. 1.

83 Fundo da Administração Municipal de Nova Friburgo. Projeto de Saneamento e Iluminação Pública da Cidade de Nova Friburgo, pelo engenheiro Joseph Lynch, 1894, documento 6249.

84 Note-se que o engenheiro fazia um cálculo de custo-benefício. Não considerava necessário instalar naquele momento tratamento de esgoto porque o custo do investimento era relativamente elevado e o número reduzido da população reduzido. Recomendava que se fizesse mais tarde quando a população aumentasse. Devemos lembrar que esses serviços seriam mantidos através de taxas cobradas dos usuários. Contava ele, provavelmente, que pelo volume de água e pela distância, o volume de dejetos na água se diluiria.

85 Pareceres das comissões estão em anexo ao projeto apresentado. Ver nota 83.

86 Sob protesto, o engenheiro produziu um projeto suplementar, que está em anexo ao original. Ver nota 83.

87 Idem nota anterior.

de fora: Duas Pedras, em função do Lazareto, local construído para isolamento de doentes com doenças infectocontagiosas, e a Fazenda da Ponte de Tábuas, que hoje é o bairro de Conselheiro Paulino.

Apesar do embate higienistas x engenheiro, é importante registrar que esse estudo orientou a Câmara no sentido de escolher uma prioridade face à capacidade limitada de endividamento da municipalidade: o abastecimento de água, tendo como fonte de fornecimento o Rio Santo Antônio, na altura da cascata do “Morro Hans”. O sistema de esgoto “provisório” foi incluído nessa prioridade, mas porque “já se [começava] a murmurar” sobre “as febres de Friburgo”, atribuídas ao “mau estado de suas valas de esgoto”⁸⁸. A iluminação pública, gerada por hidroeletricidade, entenderam as comissões que analisaram o trabalho, deveria seguir as orientações sugeridas, quando fosse possível, pelo regime de concessão, pois dependia de “cuidados e de um pessoal técnico só compatível com companhias particulares”⁸⁹.

A prioridade dada ao saneamento (água e esgoto) não representou o fim do projeto de substituir a iluminação pública existente por iluminação elétrica. Antes, porém, de seguir a sugestão dada pelo engenheiro Lynch de implantar o serviço por concessão, julgou a Câmara necessário estudar mais ainda o caso, para embasar o edital. Em agosto de 1895, foi solicitado, através de ofício, ao engenheiro civil e ex-diretor da antiga Estrada de Ferro Cantagalo, Ernesto Eugênio da Graça Bastos, que se encarregasse de produzir um projeto para iluminação elétrica da cidade⁹⁰. Em janeiro de 1896, Graça Bastos entregou uma planta para a distribuição da iluminação elétrica na cidade, acompanhada de memória explicativa e condições de execução do projeto e uma minuta do edital. Na elaboração do mesmo, contou o engenheiro com um auxiliar que visitou as cidades de Petrópolis, que se preparava para inaugurar a sua iluminação elétrica pública por hidroeletricidade, e Juiz de Fora, que era pioneira nesse serviço, empregando a energia hidroelétrica⁹¹ gerada no rio Paraibuna pela Usina de Marmelos, inaugurada em 1889.

Analisando o edital para iluminação pública, aprovado em 29 de janeiro de 1896⁹² pela Câmara de Nova Friburgo, pode-se dizer que o seu modelo de inspiração foi o contrato para iluminação elétrica, pública e particular, para Petrópolis, assinado em 20 de outubro de 1893⁹³. Naquela cidade, tal como se vinha pensando em Nova Friburgo, os problemas de abastecimento de água, esgoto e luz foram atacados de forma conjunta. A iluminação elétrica por hidroeletricidade foi adotada depois que se percebeu ser mais vantajosa que aquela a gás encanado prevista no contrato inicial. No caso de Petrópolis, foi possível encontrar um investidor para bancar os “melhoramentos”, primeiro, ainda quando a concessão estava nas mãos do governo do Estado, através da “Companhia de Melhoramentos de Petrópolis” e, depois, que passou ao controle da Câmara Municipal, através de um cessionário, o “Banco

88 Ata da 37ª sessão ordinária da Câmara, em 14 de março de 1894.

89 Idem a nota anterior.

90 Ata da 1ª sessão ordinária da Câmara, em 08 de janeiro de 1896. Publicada na íntegra em *O Friburguense*, Nova Friburgo, em 16 de fevereiro de 1896, p. 1. Idem, em 20 de fevereiro de 1896, p. 1.

91 Ata da 2ª sessão ordinária da Câmara, em 06 de fevereiro de 1896. Publicada na íntegra em *O Friburguense*, Nova Friburgo, em 01 de março de 1896, p. 1.

92 Câmara Municipal de Nova Friburgo – Edital – Iluminação Elétrica da Cidade. *O Friburguense*, Nova Friburgo, 23 de fevereiro de 1896, p. 3.

93 Câmara Municipal de Petrópolis – Iluminação – Termo adicional ao contrato de abril de 16 de abril de 1888, celebrado com Jorge Mirandola Filho, Eduardo Benest e Perez Murty Gotto, para as obras de iluminação pública e particular de Petrópolis, transpassado em data de 03 de maio de 1889 à Companhia Melhoramentos de Petrópolis. *Gazeta de Petrópolis*, Petrópolis, 20 de dezembro de 1893, p.2.

Construtor do Brasil". O contrato de 1893 era um aditivo do contrato original e que foi levado a efeito em aproximadamente dois anos, construindo-se uma represa e o sistema de iluminação pública⁹⁴.

Tanto no contrato de Petrópolis como no de Nova Friburgo, a preocupação era com o sistema de distribuição elétrica, especialmente para fins públicos. Há em ambos uma preocupação em normatizar com detalhes o número e o tipo de lâmpadas e a sua potência, as multas por falhas no seu acendimento, dentre outras; de um certo modo, esses contratos parecem repetir um padrão aprendido com os problemas tidos com os sistemas de iluminação anteriores. Outra característica importante nesses dois contratos é que a questão da geração da energia elétrica, ou seja, como seria provida a eletricidade para esses sistemas de iluminação, não ficava estipulada. No caso de Nova Friburgo, que é aquele que nos interessa aqui, isto aparecia de forma apenas indireta para o caso de fornecimento de eletricidade para força motriz a um consumidor particular. Neste ponto específico, havia uma sugestão e uma exigência: a possibilidade de uso da cascata do Hans, onde como já mencionamos se pretendia construir uma represa, desde que não prejudicasse o abastecimento de água para a cidade⁹⁵.

Ao contrário do que ocorrera em Petrópolis, o edital, que foi repetidamente publicado em **O Friburguense** de fevereiro até o fim de abril de 1896, não conseguiu atrair nenhuma proposta⁹⁶. Neste meio tempo, a questão do abastecimento de água avançou, porém, com muitas dificuldades. Procedendo de modo semelhante ao que fora adotado para o caso da iluminação, a Câmara tratou de providenciar, junto ao seu engenheiro, o projeto detalhado para o abastecimento de água. E a partir deste, a comissão de obras da Câmara concluiu que seriam necessários por volta de 405 contos de réis para levar a cabo as obras do sistema de águas e o projeto "provisório" de esgotos proposto pelo engenheiro Lynch, no seu "estudo preliminar"⁹⁷. Curiosamente, esse montante chegou a 800 contos, no momento em que ficou decidido solicitar um empréstimo para obra ao governo do Estado. Deste, a Câmara só conseguiu obter, depois de muita insistência e pressão na Assembleia Legislativa, através do deputado Oscar Fleury, dois empréstimos no total de 250 contos⁹⁸. Em quatro anos, do projeto de abastecimento, foi possível apenas construir a represa e o reservatório, o qual apresentou problemas na estrutura e teve que ser reforçado. O sistema de distribuição não pôde ser feito, por falta de recursos e, portanto, o problema do abastecimento de água continuava sem solução também⁹⁹.

94 Ver matéria sobre primeira explosão para construir a represa em Inauguração das obras de Iluminação elétrica. *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis: 27 de dezembro de 1893, p. 2. Um bom histórico está na matéria do dia da entrada em funcionamento da iluminação. Iluminação Pública. *Gazeta de Petrópolis*. Petrópolis: 01 de janeiro de 1893, p. 1.

95 Ver o parágrafo 2 do artigo 11 do edital. *Idem*, nota 92.

96 Fundo da Administração Municipal de Nova Friburgo. Relatório de 1896 sobre os serviços municipais e ocorrências apresentado pelo presidente da Câmara Carlos Engert. Documento nº 6321, 1897.

97 Em discussão na Câmara se decidiu passar 500 contos de réis, para atender com "as sobras" outras obras tais como pontes, praças e ruas. Ata da 37ª sessão ordinária da Câmara, em 14 de março de 1894.

98 Em dezembro de 1894, a Assembleia Municipal, fórum mais amplo que a Câmara, incluiu luz elétrica no empréstimo, que subiu para 800 contos. O que não deu certo, e talvez por isso, voltou-se atrás, lançando edital em 1896. Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal, em 01 de dezembro de 1894.

99 Sobre os empréstimos conseguidos nota 96. *O Friburguense*, Nova Friburgo: 13 de outubro de 1895, p. 2. *Idem*, 27 de outubro de 1895, p. 1. Sobre a fenda no fundo do reservatório ao final da obra ver Ata da 7ª sessão ordinária da Câmara, em 28 de julho de 1899. Outros problemas são descritos antes nas atas.

Quanto à iluminação pública, em 1899, o presidente da Câmara, Carlos Engert, apresentou à Câmara um “contrato provisório” de empréstimo para “trabalhos diversos”, nomeadamente o de iluminação elétrica, pública e privada, no valor de 500 contos de réis, firmado com o representante de um “sindicato europeu”, o engenheiro Albert W. Rosz de Forst, que declarava, no contrato, redigido em francês, ter escritórios no Rio, na rua do Rosário e em Paris, no “*Boulevard Haussman 33 ... (Banque Nationale de l'Industrie)*”. Pelo contrato, a energia seria proveniente da Cachoeira do Pinel, a ser adquirida pelo referido engenheiro. A Câmara pagaria o empréstimo em 30 anos, com juros de 6% e amortização de 2,5% sobre o total, e daria ainda como garantia, além das próprias instalações, parcela a ser estipulada sobre o imposto da décima urbana¹⁰⁰. A iniciativa, no entanto, não foi aprovada, apesar do parecer favorável da comissão de fazenda. O Vereador Eugênio Pinto, da comissão de justiça, explicou em voto declarado que, naquele momento, não havia mais nenhuma possibilidade de assumir novos compromissos e que, com esse contrato e mais os contraídos com o Estado, as rendas municipais ficariam muito comprometidas. Votaria a favor de empréstimo unicamente para concluir a distribuição de água para a cidade¹⁰¹.

No ano seguinte, qualquer chance de, a curto prazo, finalizar o projeto do abastecimento d'água, caiu por terra. Conforme registro nas atas da Câmara, foi constatado um desfalque no cofre de aproximadamente 50 contos de réis, atribuído a um procurador que havia falecido e, por isso, alegava o presidente Engert, haviam desaparecido “uns saldos” que pretendia utilizar nas obras. A essa altura, ele próprio, o presidente, reconhecia não ter esperança de conseguir contrair um novo empréstimo para tal finalidade¹⁰².

Restou à Câmara, ainda por mais de uma década, continuar mantendo os velhos lampiões a querosene em funcionamento. No que diz respeito ao abastecimento de água e esgoto, manter o que existia, remediando aqui e ali, foi o que foi feito. Não sem razão, em 1906, o jornal **Correio Popular**, vinculado a Galdino do Valle Filho, nova liderança política de oposição na cidade, ao atacar o Presidente da Câmara, Ernesto Brazílio, político experiente que lá estivera como vereador desde 1893 e presidente por diversos mandatos (1893-1894; 1900 a 1908), via-se no direito de ser sarcástico, utilizando-se da ironia, ao tocar nessas questões. Dizia um de seus editoriais que:

A iluminação é boa! Oh, venturosas criaturas! (...) Para que tanta luz desperdiçada? Não há necessidade de virem à noite a rua; fiquem em suas casas com suas mulheres e filhos, que o momento é o mais propício para jogar-se a bisca e a víspora em família.

(...) A cidade de Friburgo não precisa absolutamente de água, o que ficou provado depois de dispender-se para mais de duzentos contos, quantia aliás que se pediu emprestada para pagar-se no dia das calendas, ela ali ficou, cerca de dois quilômetros de distância, reconhecendo-se que melhor fora deixá-la onde está, o que tem a vantagem de forçar a um higiênico passeio aos anêmicos e aos emperrados. E depois tem chovido tanto...

As mesmas considerações podem-se igualmente aplicar ao serviço sanitário. Não será mesmo uma demasia gastar-se dinheiro com a construção de uma rede de esgotos nesta cidade? Parece e assim pensa a nossa Câmara Municipal.¹⁰³

100 Fundo da Administração Municipal de Nova Friburgo. Contrato para iluminação elétrica. Documento nº 6372, 1899.

101 Ata da 6ª sessão ordinária da Câmara, em 13 de julho de 1899.

102 Ata de reunião da Câmara, em 06 de julho de 1900. Idem, 07 de agosto de 1900.

103 A Defesa. *Correio Popular*. Nova Friburgo: 22 de junho de 1906, p. 2.

A Guisa de Conclusão

Neste artigo tivemos a intenção de analisar, dentre outras questões, a ação da Câmara Municipal de Nova Friburgo com relação a implantação e fornecimento de iluminação pública na vila, alçada à categoria de cidade em 1890, no século XIX. Sem adotarmos qualquer posição anacrônica, que em história significa, grosso modo, julgar o passado com os valores do presente, mas sim pretendendo aprender com as experiências passadas, compreendendo-as no seu contexto, deixamos aqui um comentário final.

Pudemos notar que o esforço de modernização urbana empreendido pela Câmara, no período estudado, abrangeu apenas a freguesia de São João Baptista de Nova Friburgo, ou seja, o “centro” da vila. No entanto, quanto se discutiu conjuntamente a implantação dos serviços de água, luz e esgoto, houve entre os vereadores da comissão de saúde, que analisou o estudo Lynch, uma preocupação com a estreiteza dos limites estabelecidos para a rede de saneamento, particularmente de abastecimento de água. Segundo a comissão, este perímetro deveria ser alargado até Duas Pedras, no Lazareto, e até a Fazenda das Táboas, hoje Conselheiro Paulino. Contra o parecer do estudo Lynch, a comissão mandou incluir essas áreas no orçamento, quando detalhou os custos do projeto, por questões sanitárias. Ficavam de fora, entretanto, as povoações e áreas rurais do entorno, pertencentes ao território de Nova Friburgo. Naquela época, os padrões de investimento e cálculo de custos, como pudemos ver na proposta do engenheiro Lynch, para o serviço de esgoto, também considerava aceitável, ainda que provisoriamente, admitir escoamento de esgoto sem tratamento em mananciais já utilizados para esse fim, no caso, o Rio Bengalas.

Desde então, os valores mudaram, no discurso, para melhor. Passados mais de 127 anos dos acontecimentos narrados, acesso à água tratada e saneamento básico são reconhecidos no Brasil como um direito fundamental humano, pelos compromissos assumidos com a ONU. A discussão sobre o acesso à luz elétrica vem seguindo o mesmo caminho, por iniciativas no Congresso e por debates no campo jurídico, que o veem como um dos requisitos à dignidade humana ou como um direito social. No entanto, na prática, continuamos excluindo parcelas da população. Como garantir a universalidade de acesso a esses serviços, se ainda estamos presos, por exemplo, à velha discussão se é o Estado ou a iniciativa privada o melhor gestor desses serviços? Experiências negativas de privatização e de estatização nessas áreas não faltaram. Se o discurso da eficiência e o cálculo da rentabilidade do “negócio” forem as premissas para se atingir tal resultado, o problema vai continuar.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, João Raimundo de & MAYER, Jorge Miguel. **Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

ARAÚJO, João Raimundo de, MAYER, Jorge Miguel & COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens**. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2019, p. 131-168.

COUTINHO, Paula de Andrade. **Do palacete ao castelo: estudo da trajetória do colecionador Henry Joseph Lynch**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25338/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20%5BPaula%20Andrade%20Coutinho%5D%20-%20PPGMUSEU%20-%20UFBA.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FOLLY, Luiz Fernando Dutra. **A história da Praça Princesa Izabel em Nova Friburgo: o projeto esquecido de Glaziou**. RJ: UFRJ/FAU, 2007.

MARRETTO, Rodrigo Marins. **A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense / Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História, 2014. 153f. (Dissertação de Mestrado em História Social). Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1791.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2019.

MURTHA, Ney Albert, CASTRO, José Esteban & HELLER, Leo. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, julho-setembro 2015, p. 193-210. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n3/1809-4422-asoc-18-03-00193.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2020.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. **Vida de médico no interior: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo (1860-1880)**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz, 2017. (Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Disponível em https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24016/2/dissertacao_Anne_proenca.pdf. Acesso em 20 de maio de 2020.

SOUZA, José Moreira de. **Momentos e Processos: Serro e Diamantina na formação do Norte Mineiro no século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.



A NOVA FRIBURGO NA VELHA REPÚBLICA: *aspectos políticos (1890-1930)*

Sonia Rebel de Araujo e João Raimundo de Araujo

*"A História é um carro alegre
cheia de um povo contente
que atropela alegremente
todo aquele que a negue".*

Chico Buarque de Holanda



Estátua de Galdino do Valle Filho na Praça XV de Novembro, hoje Praça Getúlio Vargas, inaugurada no ano de 1930.

Imagem ao lado: Galiano das Neves, pai. Representante da aristocracia rural que comandou a Câmara Municipal de Nova Friburgo desde fins do Império até os anos iniciais da República. Seu filho dirigiu a Câmara Municipal até 1913.

Introdução

As análises históricas recentes que tratam da implantação do regime republicano no Brasil após o 15 de novembro de 1889 são unânimes em afirmar que mudanças se processaram no nível político-institucional.

A promulgação da Constituição republicana no início de 1891 consagrou os princípios da implantação de um regime federativo e a harmonia entre três poderes. O Executivo, exercido pelo Presidente da República, eleito para um mandato de quatro anos; um Legislativo bicameral, composto pelo Senado com mandato de nove anos para os senadores e deputados federais eleitos para um mandato de três anos; um Poder Judiciário cujo órgão máximo era o Supremo Tribunal Federal. Traço marcante da implantação da República foi o fim do Poder Moderador (exemplo do excessivo centralismo exclusivo do Imperador) e a adoção de um federalismo com bastante autonomia dos Estados. Por outro lado, a antiga divisão política do território brasileiro formada por províncias permaneceu quase inalterada: as províncias tornaram-se Estados com Presidentes Estaduais eleitos e não mais nomeados pelo poder central.

Em nível das organizações estaduais, cabia aos Estados a criação de Constituintes que deveriam elaborar suas Constituições. No caso do Estado do Rio de Janeiro, (a “Velha Província”), ocorreu a promulgação da Constituição em 1892. Ela estabeleceu um Poder Executivo exercido por um Presidente do Estado eleito para um mandato de três anos; uma Assembleia Legislativa composta por deputados eleitos para um mandato de três anos; um Poder Judiciário composto por juízes nomeados pelo Presidente do Estado. Em nível municipal, o Executivo seria exercido pelo Presidente da Câmara Municipal, podendo ocorrer, em alguns casos, interventorias ou eleição de prefeitos. Vereadores e ou prefeitos eram eleitos para mandatos também de três anos. Havia ainda a eleição de um vereador para cada distrito eleitoral estadual. Não havia suplência para a vereança, o que gerava a necessidade recorrente de novas eleições para a ocupação de possíveis vacâncias.

Curiosamente, o município de Nova Friburgo, criado por decreto do Presidente Estadual Francisco Portela no início de 1890, vivenciou as três situações durante os quarenta e um anos da Primeira República: de 1890 a 1916, teve como representantes do executivo Presidentes da Câmara; entre 1916 e 1923, teve interventores nomeados pela Presidência do Estado; entre 1923 e 1930, Prefeitos eleitos assumiram o poder executivo.

Em termos econômicos, a “Velha Província” vivia sérios problemas desde o início do processo que propiciou em 13 de Maio de 1888 a assinatura da Lei Áurea e o fim da escravidão. Ocorre que a economia cafeeira, sustentáculo do Regime Imperial, bem como base de formação de uma elite imperial composta pelos barões de café, não suportou o baque do fim da escravidão. Ao longo de toda a Velha República foi possível perceber a decadência dos antigos barões do café do Vale do Paraíba, uma vez perdida a hegemonia política, para dar lugar aos proprietários do café do Oeste Paulista e do Sul de Minas Gerais que, desde meados do século XIX, utilizavam o trabalho livre de imigrantes europeus. É esta classe de produtores de café de São Paulo e de Minas Gerais que comandou a vida política nesses primeiros anos de vida republicana.

A instalação do novo regime não se caracterizou de imediato pela ascensão política dos cafeicultores paulistas e mineiros. A proclamação da República, na verdade, se constituiu

num “Golpe Militar” que permitiu a um setor dos militares a tomada imediata do poder. Os dez primeiros anos do novo regime caracterizaram-se por uma enorme instabilidade política, pois confrontaram-se, de um lado a elite militar no poder portadora de uma visão centralista, e de outro uma visão civil defendida pelos cafeicultores paulistas, sobretudo, defensores do federalismo (autonomia dos Estados).

Tais conflitos só diminuíram de intensidade durante o governo do paulista Campos Salles, a partir de 1898. A criação de um pacto político entre o poder federal e as oligarquias estaduais, efetivado por Campos Salles, foi inegavelmente o responsável pela estabilidade do regime republicano. Após dez anos de crise, instabilidade política, atentados, violência, a Nova-Velha República iniciava seu momento de tranquilidade, com a criação da “Política dos Governadores”.

As especificidades da “Velha Província” impediram aqui a realização da “Política dos Governadores” ao longo de todo o período. O declínio dos cafeicultores, a fragilidade dos usineiros da região campista, a permanência dos remanescentes da antiga política imperial no cenário político fluminense – o Barão de Miracema, o Conselheiro Paulino e outros – explicam a fraqueza e a inexistência no Estado do Rio de Janeiro da “Política dos Governadores”. No Estado do Rio de Janeiro, a evolução política deu-se de outra forma: a importância política de figuras como Alberto Torres e Nilo Peçanha eclipsou os velhos políticos de tradição monárquica e os de feição republicana mais afeitos ao centralismo; por outro lado, Alberto Torres e o grupo nilista apresentaram e implementaram novas ideias, distanciando-se da “Política dos Governadores” das antigas oligarquias.

Embora a República brasileira tenha se inspirado na Revolução Francesa, na prática os ideais iluministas propagados por ela no Brasil não se aplicaram concretamente. O voto universal consagrado pelo Iluminismo aqui ficou apenas na forma. A representação através do voto no Brasil foi diluída através de mecanismos diversos que fizeram com que o eleitorado pouco se interessasse em participar nos pleitos eleitorais. Se no período monárquico o voto censitário assegurava a poucos cidadãos exercer aquele direito, na República, mesmo com a criação do sufrágio universal, o cidadão também pouco era representado.

A insignificante representatividade do voto na Velha República brasileira

Consagrado pela Constituição de 1891, o voto universal sofreu grande diluição a partir de sua regulamentação definida pelo Poder Legislativo Nacional logo após a promulgação da Constituição. Fica evidente em sua regulamentação que, mesmo sendo universal, o voto não seria obrigatório, em aberto (não secreto) permitido apenas a eleitores do sexo masculino maiores de 21 anos e alfabetizados. Desse modo, as mulheres são excluídas do direito eleitoral. Numa sociedade recém-saída do regime escravocrata e sem qualquer projeto de educação formal para os ex-escravos fica evidente que a exclusão do analfabeto atingia em cheio os negros descendentes de escravos. Para alguns autores, essas exclusões importavam num total em torno de 90 por cento da população, o que evidencia não só a pouca participação popular no processo eleitoral, mas também uma ativa exclusão desses segmentos do direito ao voto. As mulheres no Brasil só adquiriram o direito de votar na Constituição de 1934, enquanto somente com a promulgação da Constituição Cidadã de

1988 os analfabetos passaram a ter o direito de voto (quase cem anos após a proclamação da República a população de analfabetos conquistou a cidadania plena).

O cientista político Jairo Nicolau, em *História do Voto no Brasil*, afirma que: “As eleições, mais do que expressar as preferências dos eleitores, serviram para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais”. (NICOLAU, J. 2002, p. 34)

Corroborando com o ponto de vista acima, foi possível perceber que as elites brasileiras em toda a sua extensão, ou seja, em nível federal, estadual e municipal, usaram todos os mecanismos do processo eleitoral para legitimar sua força e seu poder em todo o território nacional. O processo eleitoral, que não se resumia apenas à efetivação do voto, se constituía num meio que ia desde o alistamento dos eleitores à composição da mesa de votantes (que era a mesma da apuração), o ato de votar, a apuração e a confirmação do voto, acabando por consagrar sempre um resultado favorável às elites de um modo geral. As fraudes eleitorais eram comuns em todas essas etapas.

Conforme Rodolfo Tellaroli em *As Fraudes Eleitorais*, a princípio, o problema aparecia já no alistamento dos eleitores pois, o fato da não obrigatoriedade do voto fazia com que o universo de possíveis votantes fosse reduzido. O papel dos “cabos eleitorais” no período foi importante no convencimento e no treinamento do possível eleitor na comprovação de que o votante era alfabetizado. Os eleitores, principalmente em caso de disputas acirradas com outra facção, “eram reunidos em ‘currais’, na véspera ou no próprio dia, e acompanhados sob rígida vigilância por cabos eleitorais até a ‘boca da urna’”. (TELLAROLLI, R., 1982, pp. 40-41)

Sobre o processo do voto, que era a descoberto (não era secreto), o eleitor levava a cédula pronta, recebida do cabo eleitoral, muitas vezes impressa recortada de um jornal, e a depositava na urna. Muito importante para assegurar o “bom” resultado nas urnas era a composição da mesa eleitoral, a mesma de apuração. Os componentes da mesa eleitoral praticavam todo tipo de manipulação, seja restringendo os eleitores opositores dos chefes locais, seja criando todas as facilidades para os votantes “amigos”, por exemplo, aceitando identidades falsas. É importante assinalar que nessa época até defunto votava! (TELLAROLLI, R. 1982, p. 36 e p. 78 para “voto de defunto”).

O tipo mais comum de fraude foi a “eleição a bico de pena”. Consistia a princípio na nomeação de uma comissão verificadora da eleição, composta por alguns indivíduos de inteira confiança dos chefes políticos. É esta comissão que elabora a ata eleitoral, após o resultado da apuração ser-lhe encaminhado - a apuração era feita logo a seguir à votação e os votos eram imediatamente incinerados - e sua confecção nem sempre era feita imediatamente após a apuração, podendo durar até um mês. Esta ata nem sempre respeitava o resultado da apuração, e o bico de pena funcionava para inserir votos, eliminar votos, enfim, trocar resultados, no limite (TELLAROLLI, R. 1982, p. 78; NICOLAU, J. 2002, P. 35).

O “bico de pena” também foi responsável pela instituição da chamada “degola”, que consistia na redução do número de votos ou da plena exclusão dos votos dos opositores da situação. Enfim, se apesar de tudo o resultado não fosse favorável à situação, o mecanismo da “degola” asseguraria a inversão do resultado eleitoral, sempre no interesse do grupo da situação (TELLAROLLI, R. 1982, pp. 79-80).

A citação abaixo do político gaúcho Assis Brasil, extraída do livro de Jairo Nicolau, resume o que foi o processo eleitoral no Brasil na República Velha:

Ninguém tem certeza de ser alistado eleitor; ninguém tem certeza de votar, se por ventura foi alistado; ninguém tem certeza de que contem o voto, se por ventura votou; ninguém tem certeza que esse voto, mesmo depois de contado, seja respeitado na apuração da apuração, no chamado terceiro escrutínio que é arbitrária e descaradamente exercido pelo déspota substantivo, ou pelos déspotas adjetivos, conforme o caso for da representação nacional ou das locais. (NICOLAU, J. 2002, P. 35)

Por tudo isso exposto, cremos ter justificado o título deste item. Verdadeiramente, o voto no Brasil na Velha República não representava interesses nem desejos do eleitor. O voto, na fase histórica republicana das primeiras quatro décadas, não representava o eleitor, servindo apenas como mecanismo de legitimação das elites dominantes. A República no Brasil, no período, era algo muito distante do liberalismo europeu do século XVIII.

A política na “Velha Província”: as dificuldades do velho feitor (1889-1930)

Para esse momento do nosso trabalho, nos baseamos em dois livros da historiadora Marieta de Moraes Ferreira, cuja pesquisa centra-se na História Política do Rio de Janeiro, sobretudo no período da chamada Velha República. Trata-se de *A República na Velha Província* (FERREIRA, M. org., 1989) e *Em Busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)* (FERREIRA, M. 1994).

A implantação do regime republicano no Brasil foi, para o Estado do Rio de Janeiro, um fato que veio aprofundar ainda mais uma crise deflagrada a partir do declínio de sua cafeicultura após 1880, assim como a decadência política dos “Barões do Café” nos quadros da monarquia enfraquecida.

De principais atores sociais e políticos do regime imperial, as elites fluminenses passaram, com a República, a exercer papéis secundários na vida nacional. Essas elites ao longo da Velha República tiveram que desenvolver estratégias no sentido da busca de recuperação de sua economia face à crise cafeeira do Estado, assim como tentar implementar medidas que possibilitassem a elas recuperar o seu papel importante na vida política nacional, solapado pela ascensão das oligarquias paulista e mineira. Por outro lado, a quase inexistente penetração das ideias republicanas no interior da Província Fluminense inviabilizou sua sedimentação por toda a região fazendo com que o Partido Republicano do Rio de Janeiro só fosse criado em fins do ano de 1888. Um partido composto de ex-monarquistas inconformados com o fim da escravidão, sem compromissos maiores com o ideário republicano.

O curto período do Governo de Deodoro da Fonseca correspondeu em nível estadual ao Governo de Francisco Portela, caracterizado pela tentativa de formação de alianças municipais com vistas a assentar suas bases de poder em todo o Estado. Essas alianças se fizeram com a presença de ex-monarquistas, como foi o caso do Conselheiro Paulino Soares de Sousa. O fim do governo de Portela no Estado indica a frágil união entre republicanos históricos e monarchistas, na tentativa de construção do Partido Republicano Fluminense (FERREIRA, Marieta de Moraes (org) 1989, p.14). As dissidências entre políticos republicanos (José de Porciúncula, Conselheiro Paulino Soares) e as oligarquias decadentes, sobretudo da região de Campos dos Goytacazes e oligarcas do Vale do Paraíba, acentuaram a fragilidade das elites fluminenses. Tal fragilidade possibilitou a emergência de novas lideranças

alternativas aos grupos agroexportadores. Essas novas lideranças não aderiram à “Política dos Governadores” no Estado do Rio de Janeiro.

No governo de Alberto Torres (1898-1900), em sua fase inicial, foi possível perceber uma unidade das forças políticas fluminenses em torno do programa de recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro. Diversificação agrícola (policultura), difusão da pequena propriedade, aproveitamento do trabalhador nacional, diminuição do imposto de exportação e criação do imposto territorial foram medidas propostas por Alberto Torres e imediatamente aprovadas. Entretanto, a oposição a tais medidas logo se fez sentir a partir das posições contrárias assumidas pelos grandes proprietários rurais do Estado. Tal situação, expressando o descompasso entre a direção do PRF e as lideranças locais, favoreceu a abertura de um espaço onde Alberto Torres passou a atuar, o que explica o seu rompimento com o Partido e a fundação do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Dentro deste quadro de enorme instabilidade podemos entender a emergência da liderança do advogado Nilo Peçanha como figura de maior proeminência na vida política fluminense, até início da década de 1920. A princípio, Nilo Peçanha apoiou-se nos grupos seguidores de Alberto Torres, principalmente os descendentes do PRF de Petrópolis, nos grupos oposicionistas de Niterói ligados a Francisco Portela e nos grupos políticos do Norte Fluminense. Com essa base de apoio primando pela heterogeneidade, podemos perceber a derrota do PRF e a ascensão do PRRJ, principalmente do grupo nilista a partir do ano de 1900.

As eleições para o governo do Estado em 1903 consagraram Nilo Peçanha. É quando efetivamente o político campista assume o poder no Estado, buscando a unificação da política fluminense sob sua liderança, tentando efetivar programas econômico-financeiros com vistas a encontrar soluções para a crise no Estado.

Além de ser Presidente do Estado do Rio em duas ocasiões - 1903-06 e 1914-16 -, Nilo foi o Vice-Presidente da República no Governo Afonso Pena (assumindo a Presidência em 1910 com a morte do titular). Se, por um lado, no nível pessoal, verificamos a projeção de Nilo Peçanha em escala nacional, por outro lado, em relação à política estadual, ocorreu o início de problemas internos com a perda parcial de poder constatada durante a Presidência estadual de Alfredo Backer. No plano político estadual, a perda de prestígio do político campista é aprofundada a partir do confronto com o Presidente do Estado Oliveira Botelho, em virtude do apoio deste a Hermes da Fonseca, por ocasião da campanha civilista.

Tornando-se candidato à Presidência do país na chamada Reação Republicana, em confronto com o candidato das oligarquias - Arthur Bernardes em 1922 -, Nilo Peçanha foi derrotado, o que explica a intervenção de Arthur Bernardes em 1923 e o afastamento de Nilo do poder estadual a partir deste ano.

Efetivamente, o advogado campista, ao longo de sua vida política, ligou-se muito mais a questões da política nacional, envolvendo-se nas “tricas e futricas” nacionais na cidade do Rio de Janeiro, a Capital Federal. As questões políticas do Estado eram sempre colocadas em segundo plano. Essa foi a tendência de praticamente todos os governantes do Estado do Rio ao longo da República Velha. Talvez, além da fragilidade das elites políticas e econômicas fluminenses, outra explicação pode residir na maior proximidade geográfica da capital estadual, Niterói, com a capital federal, o Rio de Janeiro. O afastamento das problemáticas estaduais e a maior proximidade com as questões nacionais explicam o quadro político no período em que prevaleciam as discussões nacionais em detrimento dos problemas regionais.

Em relação a Nova Friburgo, a política nilista pautou-se pela criação de governos de interventores municipais no Executivo, a partir do ano de 1916, pelo fato de o Presidente da Câmara, Galdino do Valle Filho, ter apoiado Oliveira Botelho, derrotado por Nilo Peçanha nas eleições para o Governo Estadual em 1914.

A inexistência de coesão política impossibilitou a solidificação de um partido republicano no Estado capaz de viabilizar políticas coerentes em busca de soluções para os principais problemas da “Velha Província”. Além do envolvimento constante com problemas nacionais, o clientelismo foi uma marca das políticas no Estado. Embora a “Política dos Governadores” não tenha funcionado no Rio de Janeiro, as fraudes eleitorais ajudaram a cimentar as relações clientelísticas entre caciques municipais, estaduais e federais. O crescimento e declínio constantes do PRF e PRRJ revelam sua inconsistência e fraqueza no processo da evolução política fluminense. Essa situação explica a tendência à personalização da política estadual no período em questão.

A política em Nova Friburgo na Velha República

No processo de evolução política do Estado do Rio de Janeiro durante a Velha República, percebemos que, no Município de Nova Friburgo, as questões nacionais e estaduais quase sempre serviram de referência para as disputas nessa localidade. Nos vinte anos iniciais da implantação republicana no município, observa-se uma continuidade no poder municipal dos grupos agrários tradicionais identificados com Galiano das Neves, pai e filho, que teceram uma rede de relações para se manterem no poder municipal.

Por outro lado, entendemos que o crescimento do município, assim como a construção do modelo industrial aí implantado a partir da década 1910-1920, teve nas questões políticas suas referências principais. Acreditamos que a invenção de uma Nova Friburgo como cidade industrial deveu-se prioritariamente ao comportamento assumido por políticos locais liderados pelo médico Galdino do Valle Filho, que passou a dominar a cena pública a partir de 1913.

Em função de conflitos entre a principal liderança estadual e Galdino do Valle Filho, foi criada pelo Presidente do Estado a figura do interventor que, durante sete anos, assumiu o Executivo municipal. Galdino do Valle Filho foi assim afastado nesse período da Presidência da Câmara. A partir de 1922, com a derrota da Reação Republicana e de Nilo Peçanha para Arthur Bernardes na Presidência da República, em Nova Friburgo as interventorias foram extintas e o poder executivo passou a ser ocupado por Prefeitos eleitos. Nesse momento, Galdino do Valle emergiu como o principal dirigente político do município elegendo-se Prefeito, em certos momentos, ou em outros exercendo sua capacidade de influenciar eleitores e eleger prefeitos de sua linha política.

Primeiros momentos: o continuísmo das oligarquias rurais

Em 1890, com a elevação de Nova Friburgo à categoria de município, percebe-se o predomínio político de setores conservadores, quase sempre ligados aos proprietários rurais da região. Apresentamos a listagem dos Presidentes da Câmara Municipal de Nova Friburgo ao longo dos vinte e três primeiros anos do novo regime com vista a demonstrar o predomínio de setores agrários e uma rede de relações político-sociais desses poderosos

TABELA 1 – LISTA DOS PRESIDENTES DA CMNF – 1890 a 1913 PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL – 1890 / 1913 – NOVA FRIBURGO

NOMES	PERÍODOS
Coronel Manoel José Teixeira da Costa	17 – 01 – 1890 a 09 – 10 – 1890
Coronel Galiano Emílio das Neves	09 – 10 – 1890 a 08 – 01 – 1892
Dr. Teodoro Gomes	08 – 01 – 1892 a 07 – 01 – 1893
Dr. Ernesto Brasília de Araújo	07 – 01 – 1893 a 02 – 06 – 1894
Dr. Teodoro Gomes	02 – 06 – 1894 a 26 – 03 – 1895
Carlos Engert	26 – 03 – 1895 a 10 – 01 – 1897
Dr. Ernesto Brasília de Araújo	10 – 01 – 1897 a 05 – 09 – 1908
Dr. Modesto Alves Pereira de Melo	05 – 09 – 1908 a 05 – 01 – 1909
Dr. Têlio de Moraes	05 – 01 – 1909 a 12 – 03 – 1909
Dr. Modesto Alves Pereira de Melo	12 – 03 – 1909 a 12 – 01 – 1910
Coronel Galiano Emílio das Neves Júnior	12 – 01 – 1910 a 05 – 01 – 1913

FONTE: Nova Friburgo – Radiografia Social de uma comunidade, p. 154.

Analisando a listagem acima, torna-se possível inferir algumas conclusões que referendam a afirmação precedente de que a implantação da República internamente pouco alterou a situação de poder municipal. Observamos assim a presença de coronéis, proprietários rurais, na direção do executivo municipal. É interessante notar a presença dos coronéis Galiano das Neves – pai e filho – como dirigentes maiores do município em dois momentos importantes e diferentes no período em questão (1890 – 1910/13). O primeiro assumiu o poder em 1890, num momento em que a República acabava de se instalar e já demonstrava seus primeiros desequilíbrios. O segundo, Galiano Júnior, instalou-se no poder municipal em 1910, quando algumas mudanças se fazem notar. A família Galiano das Neves era representativa dos proprietários rurais da região, associada à família Marques Braga por laços de casamento.

Devemos ressaltar dois fatores que podem auxiliar na explicação do poder da família Galiano das Neves. Tudo indica que essa família era oriunda da família Neves, famosa na região mineira de São João del Rei. A Revista “*A Lanterna*”¹ traça uma pequena biografia do Coronel Galiano Emílio das Neves. Quando jovem, foi professor do colégio Freese, tendo se casado com D. Josephina Marques Braga das Neves. Em 1881, após ter ocupado cargos de Delegado de Polícia e suplente de Juiz Municipal, foi nomeado Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional.

Galiano das Neves Jr, seu filho, não só se tornou herdeiro das terras do pai, mas também assumiu funções políticas no município. Um segundo elemento relevante é que ambos, pai e filho, além de proprietários rurais, tornaram-se coronéis da Guarda Nacional. Acontece que com o advento da República tornou-se comum entre proprietários rurais de todo o país adquirir por compra a patente de coronel, negociada pela Guarda Nacional, instituição criada ainda no Império e que perdurou até 1920.

1 Revista *A Lanterna*, Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1907, p. 3. Arquivos Pro-Memória da Fundação Dom João VI, Nova Friburgo.

Ainda sobre o quadro acima, a notável permanência por anos consecutivos do médico clínico Ernesto Brasília à frente do poder municipal não indica uma ruptura ou divergência entre os membros da elite friburguense, mas uma continuidade dada a rede de laços político-sociais que uniam os membros dessa elite. Esse quadro só mudou a partir da emergência, em 1911, de um novo ator político, o jovem médico Galdino do Valle Filho, defensor de um projeto industrialista de empresários alemães em Nova Friburgo.

Em Nova Friburgo, os problemas tornaram-se mais evidentes após o fim do governo de Ernesto Brasília em 1908 e a ascensão política de Galiano das Neves Júnior, considerado mentor dos dirigentes locais: Dr. Modesto Alves P. de Mello e Dr. Thélío de Moraes. Era esse grupo, partidário de Alfredo Backer e que naturalmente fora se afastando do alinhamento a Nilo Peçanha, que transformou a Câmara de Nova Friburgo em um espaço próximo às determinações políticas do Presidente estadual.

A ascensão de Galdino do Valle Filho e a questão da industrialização

O grupo nilista aproximou-se na cidade em torno de um jovem líder, proveniente também de uma família de grandes proprietários da região: Dr. Galdino do Valle Filho. Segundo biografia escrita por Alfrânio Veiga do Valle², seu filho, o Dr. Galdino do Valle Filho era filho do Dr. Galdino Antonio do Valle e Francisca de Moraes Martins, sendo o pai médico e a mãe herdeira de propriedades de café na região que hoje faz parte do município de Trajano de Morais.

Quando jovem ainda, a família transferiu a residência para Nova Friburgo, tendo Galdino Filho estudado no Colégio Anchieta e, em 1897, iniciado o curso de medicina na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Concluiu o curso em 1902, e em seguida casou-se com sua prima Evangelina de Moraes Veiga, indo residir e clinicar na cidade de Mirai, no Estado de Minas Gerais. Posteriormente, retornou com a família para Nova Friburgo, iniciando trabalhos de clínica médica na cidade. Em 1906, após a união de correntes partidárias dispersas no município, Dr. Galdino do Valle Filho, conhecido pelo nome de Dr. Galdo, promoveu a criação do Jornal "A Paz", que a partir daí tornou-se o principal veículo difusor de suas ideias.

Desde 1910, ficou evidente a aproximação de Dr. Galdo com o grupo capitalista alemão representado por Julius Antonio Arp, interessado em promover em Nova Friburgo a implantação de indústrias de tecidos. Aliado aos alemães, Galdino promoveu intensa campanha a favor da indústria alemã através de editoriais e artigos publicados em *A Paz*. Associava-se essa indústria à modernidade, ao progresso e ao fim da letargia da cidade.

Uma condição imposta pelo empresário Arp foi a obtenção da concessão da empresa de eletricidade em Nova Friburgo. A negativa de Galiano das Neves Júnior e seus aliados da Câmara Municipal explica o episódio do "Quebra-Lampiões" ocorrido em 17 de maio de 1911. A partir daí, a situação mudou completamente: Arp em seguida recebeu a concessão da eletricidade e criou a CENF, e em julho desse mesmo ano teve início a Fábrica de Rendas Arp³.

As reuniões da Câmara Municipal aconteciam raramente, ao sabor da convocação do seu Presidente. Tal situação abria espaço para atuação poderosa do Presidente da Câmara, que dirigia os destinos do Município através de atos exclusivos denominados Resoluções. Daí que, para se entender as características das administrações municipais que se sucederam no

2 Dr. Galdino do Valle Filho (1879 - 1961) um pouco de sua vida in Notas Biográficas para Monografia, Cadernos de Cultura vol. 1. Fundação Dom João VI, Nova Friburgo.

3 C. R. Fisher. *Uma História em 4 Tempos*. NF, ed. Fábrica de Rendas Arp, 1986, pp. 92-101.

período da República Velha, é interessante o estudo dos conteúdos dessas Resoluções, atos impostos pelo poder executivo.

Galdino do Valle apoiou a candidatura vitoriosa e oposicionista de Oliveira Botelho para substituir Alfredo Backer no governo do Estado. A partir desse momento, verificamos a aproximação de Dr. Galdo com o governador do Estado, porém mantendo forte oposição no plano municipal à gestão política de Galiano das Neves Júnior. A aliança com Oliveira Botelho explica a eleição de Galdino do Valle para a Câmara de Vereadores em Nova Friburgo e sua escolha para presidente da Câmara, chefiando o executivo municipal no período de 1913 até 1916. É o início de uma nova era na história política friburguense, quando é possível reconhecer mudanças na relação entre o poder público e a sociedade civil e ainda constatar a configuração ideológica voltada para a construção de um espaço urbano capitalista associado às noções de moderno e de progresso.

Entre 1913 e 1916, o poder municipal esteve assim constituído:

**TABELA 2: LISTA DOS PRESIDENTES DA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO: 1913 – 1916**

NOMES	PERÍODO
Dr. Galdino do Valle Filho	01 – 08 – 1913 a 01 – 08 – 1913
Eduardo Salusse	01 – 08 – 1913 a 07 – 01 – 1914
Dr. Galdino do Valle Filho	07 – 01 – 1914 a 08 – 01 – 1916

FONTE: Nova Friburgo – Radiografia Social de uma comunidade, p.154.

A ascensão e permanência de Dr. Galdino do Valle Filho à frente da Câmara Municipal correspondeu a uma aproximação desse político friburguense, em nível estadual, com o Presidente Oliveira Botelho e no nível federal com o Presidente Hermes da Fonseca. Ocorria portanto, um alinhamento perfeito entre os poderes municipal, estadual e federal.

A ampliação da arrecadação municipal permitiu ao Presidente da Câmara (e do Executivo, Galdino), a implementação de obras no sentido de higienizar a cidade coibindo possíveis focos de doenças que pudessem disseminar epidemias em todo o município. O Presidente da Câmara Municipal era um médico e que já deixara clara a sua posição em favor da industrialização. Higienizar o espaço urbano era para ele um desafio a ser enfrentado, não apenas por questões do profissional da medicina, mas também por se tratar de uma questão fundamental para a consolidação da indústria no município, implantada com capitais alemães em 1911. Afinal de contas, para as empresas industriais recentemente alocadas em Nova Friburgo, tornava-se fundamental operar com mão de obra saudável, sem problemas de doenças que pudessem prejudicar o processo produtivo.

O controle da pobreza tornou-se, no período do governo galdinista, um fato que mereceu atenção da Câmara Municipal. Foi nesse momento que a própria Câmara fez a doação do terreno para a construção do “Abrigo Amor a Jesus”, cuja finalidade era o amparo e abrigo aos pobres que perambulavam pela cidade.

Os interventores na política municipal: 1916-1922

As eleições para Presidente do Estado do Rio de Janeiro, em 1914, evidenciaram importante cisão nos quadros republicanos fluminenses, o que veio provocar alterações no cenário político municipal. Botelhistas e nilistas, a princípio, dispensaram a indicação

partidária para concorrer às eleições. Por não haver consenso, dois candidatos representando duas facções se enfrentaram disputando os votos fluminenses. Feliciano Sodré foi indicado candidato pela convenção partidária controlada por Oliveira Botelho. Por outro lado, o grupo nilista que controlava a executiva do partido indicou o nome de seu líder, Nilo Peçanha, para concorrer ao cargo de Presidente do Estado. As eleições realizaram-se em clima de grande tensão e o resultado, inicialmente indefinido – os dois candidatos proclamaram-se vencedores –, propiciou a Nilo Peçanha o direito de pela segunda vez assumir a Presidência do Estado do Rio de Janeiro. O político campista reassumiu a liderança da política fluminense, mantendo-se à frente dela até 1922, quando, disputando a Presidência da República pelo movimento da Reação Republicana, saiu derrotado frente à coligação estadual que apoiara a candidatura de Arthur Bernardes (FERREIRA, M. (org.) 1989).

As disputas no plano estadual trouxeram consequências marcantes para a vida política de Nova Friburgo e especialmente na trajetória de Galdino do Valle Filho. Em primeiro lugar, seu posicionamento junto a Oliveira Botelho o fez apoiar a candidatura de Feliciano Sodré e conseqüentemente romper as ligações com Nilo Peçanha. Com a efetivação deste à frente do executivo estadual, verificamos que Galdino do Valle Filho e toda a Câmara Municipal de Nova Friburgo situavam-se no polo oposicionista e tiveram que se defrontar com problemas até então inexistentes. Em 1916, após eleições municipais em que saíra vitoriosa para um novo mandato na Câmara, a chapa galdinista foi impedida de tomar posse por uma decisão do Tribunal de Apelação estadual, um tipo de “degola”. Posteriormente, quando o Supremo Tribunal Federal proferiu ganho de causa à chapa eleita, a resposta do governo estadual veio com o Decreto assinado em 19 de agosto de 1916 criando a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

No período de 1916 até 1923, Nova Friburgo viveu uma fase em que a Prefeitura, isto é, o executivo municipal, foi assumido por interventores nomeados pelo Governo Estadual. Esse período, em que não se realizaram eleições para Prefeito em Nova Friburgo, coincidiu exatamente com o momento da conjuntura estadual em que Nilo Peçanha se tornara a figura de maior expressão.

**TABELA 3: INTERVENTORES NOMEADOS PELO GOVERNO ESTADUAL
NOVA FRIBURGO: 1916 a 1923**

NOMES	PERÍODO
Dr. Sílvio Fontoura Rangel	08-01-1916 a 28-08-1916
Everard Barreto de Andrade	28-08-1916 a 29-05-1917
Aristides L. Sabóia de Alencar	29-05-1917 a 13-11-1917
Dr. Sílvio Fontoura Rangel	13-11-1917 a 25-05-1918
Ten. Cel. Francisco Caetano da Silva	25-05-1918 a 02-12-1918
Dr. Sílvio Fontoura Rangel	02-12-1918 a 03-01-1919
Dr. Gustavo Lira da Silva	03-01-1919 a 03-01-1922
Cândido Pardal	03-01-1922 a 21-04-1923

FONTE: Nova Friburgo – Radiografia Social de uma Comunidade, op.cit.

Na exposição do quadro acima, alguns elementos são dignos de registro. Inicialmente, percebemos que todos os interventores eram figuras externas a Nova Friburgo, isto é, próximas ao líder estadual. Na época das interventorias, devemos ressaltar o papel de Sílvio Fontoura Rangel que por 3 momentos diferentes ocupou as funções de prefeito/interventor em Nova Friburgo. Tratava-se de um deputado estadual, com base eleitoral em municípios da Baixada Fluminense, plenamente afinado com a linha política do governador Nilo Peçanha. Desse modo, Sílvio Rangel por vários momentos era convocado e assumia funções diretivas em Nova Friburgo, atuando como elo de ligação entre o município e o governo do Estado, sempre que a situação política assim o exigisse.

Aconteceu durante sua interventoria a realização da Festa do Primeiro Centenário de Nova Friburgo. Um momento importante desse festejo foi o discurso do intelectual Agenor de Roure proferido no Salão Nobre da Câmara Municipal. Tal discurso procurou inventar o fato de que Nova Friburgo era uma cidade branca (colonizada por suíços) desde sua fundação, católica e originária de um ato do Rei Dom João VI. Foram lançadas aí as bases do verdadeiro mito da “Suíça brasileira” (ARAUJO, J. 2003; ARAUJO, J. 2018). É interessante também lembrar que o grande construtor do ideal de Nova Friburgo, a “Suíça brasileira”, foi Galdino do Valle Filho, então afastado compulsoriamente do poder municipal.

Em princípios de 1919, Nova Friburgo, como todo o Brasil, recebeu o vírus influenza, uma epidemia terrível conhecida como “gripe espanhola”. O médico político Galdino do Valle Filho tornou-se importante no combate a esse mal em todo o município.⁴

Registramos o período de governo do engenheiro Gustavo Lira da Silva (originário do Sul fluminense), a mais longa fase de governo dos interventores nomeados. Em sua “Mensagem de Governo”, proferida em 28 de fevereiro de 1919, o Prefeito/interventor Gustavo Lira estabelecia como elementos prioritários de sua administração *“a construção de uma rede de esgotos, a criação de mecanismos de defesa contra enchentes do Rio Bengala, que no período das chuvas provocavam estragos aos moradores da cidade e a necessidade de calçamento das ruas principais da cidade”*.⁵

Além dessas prioridades que deviam ser trabalhadas imediatamente, o Prefeito/interventor tecia comentários sobre os outros problemas que mereciam atenção do poder executivo municipal: a) abastecimento da cidade; b) ampliação e melhoramento da iluminação pública; c) ordenação das construções urbanas e sua adequação às posturas municipais; d) aumento do número de matrícula dos alunos das escolas primárias municipais; e) conservação e construção de estradas; f) precariedade das condições financeiras e pedido da autorização da Câmara Municipal para o Executivo contrair empréstimos.

As várias interventorias durante os sete anos de sua existência foram capazes de manter a continuidade no sentido de tornar Nova Friburgo um espaço adequado à expansão industrial capitalista.

A formação do galdinismo: 1923-1930

No plano federal, as eleições realizadas em 1922 situam-se como um marco importante na história política brasileira com repercussões na “Velha Província” e em Nova Friburgo. O movimento da “Reação Republicana” liderado por Nilo Peçanha colocara-se em oposição à chapa situacionista, liderada pelo mineiro Arthur Bernardes, representativa da “Política dos Governadores”. A derrota de Nilo Peçanha frente ao candidato das principais oligarquias

4 Ver Jornais A PAZ e a CIDADE DE FRIBURGO. Arquivo da Fundação Dom João VI.

5 Jornal A CIDADE DE FRIBURGO.

nacionais funcionou como o início do declínio do grupo nilista no seio da política do Estado do Rio de Janeiro.

Um novo golpe veio atingir o grupo nilista e definitivamente afastá-lo das disputas políticas no Estado quando, em 31 de março de 1924, morreu Nilo Peçanha (PEÇANHA, C. 1969). A partir desse momento, desarticulou-se o grupo nilista em todo o Estado, abrindo espaço para o fortalecimento político de novas lideranças, possibilitando outras articulações entre políticos municipais e líderes estaduais.

Em Nova Friburgo, o fim do nilismo veio facilitar o ressurgimento de Dr. Galdino do Valle Filho no controle político local, bem como a ascensão e domínio dos principais organismos de decisão municipal, ou seja, a Câmara de Vereadores e a prefeitura. Ainda em 1922, realizaram-se as primeiras eleições para o cargo de Prefeito Municipal, saindo vitorioso Galdino do Valle Filho, que derrotou Gustavo Lira da Silva. Note-se que Galdino do Valle Filho obteve 612 votos e Gustavo Lira 141 votos⁶, o que demonstra de forma cabal o alto nível de abstenção eleitoral neste município.

O resultado eleitoral foi contestado pelos remanescentes nilistas no governo estadual, o que provocou, em janeiro de 1923, a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro e a nomeação de Aurelino Leal como interventor estadual. No plano municipal, verificamos a nomeação de Cândido Pardal para exercer as funções de interventor e organizar as novas eleições em meados de 1923. Embora em 1923 Galdino do Valle Filho não concorresse ao cargo de prefeito, fica evidente o papel assumido por ele como principal liderança local, orientando e conduzindo a política municipal até outubro de 1930. A partir de 1923, todos os prefeitos eleitos em Nova Friburgo, até 1930, fazem parte do grupo galdinista.

TABELA 4: LISTA DE PREFEITOS DE NOVA FRIBURGO - 1923 a 1930

NOMES	PERÍODO
Dr. Galdino do Valle Filho	21-04-1923 a 05-05-1923
Dr. Carlos Baltazar da Silveira	05-05-1923 a 21-05-1923
Dr. Plácido Lopes Martins	21-05-1923 a 09-01-1924
Antonio Segadas Viana	09-01-1924 a 05-04-1924
José Décio Ferreira de Souza	05-04-1924 a 09-06-1924
Antonio Segadas Viana	09-06-1924 a 09-07-1924
Francisco Celestino Berçot	09-07-1924 a 30-09-1924
Joaquim José Antunes	30-09-1924 a 17-08-1926
Luiz Muri	17-08-1926 a 02-09-1926
Joaquim José Antunes	02-09-1926 a 03-01-1927
Dr. Galdino do Valle Filho	19-04-1927 a 09-05-1927
Manoel Aristão Jaccoud	09-05-1927 a 31-12-1929
Dr. Carlos Baltazar da Silveira	31-12-1929 a 28-10-1930

FONTE: Nova Friburgo – Radiografia Social de uma Comunidade

No curto período de sete anos, é possível perceber a realização de treze eleições, fato revelador, não só do pouco interesse que essas eleições despertavam no pequeno

6 “Resultado Eleitoral de 1922”, Pró - Memória NF, Fundação Dom João VI.

contingente de eleitores, como também da presença dominante de Galdino do Valle na política local (eleito sempre Deputado Estadual ou Federal). Todos esses prefeitos eleitos faziam parte do grupo galdinista.

Nessa listagem destacamos os períodos de governo de Joaquim José Antunes, Aristão Jaccoud e de Carlos Baltazar da Silveira, que, além de amigos pessoais do já Deputado Federal Galdino do Valle Filho, na política municipal implementaram linhas de governo em consonância com a visão daquele líder. É possível afirmar, portanto, que entre 1923 e 1930 forjou-se em Nova Friburgo um conjunto de dirigentes afinados com o pensamento político de Galdino do Valle Filho, constituindo-se num bloco político que denominamos de Galdinismo. Essa afirmativa pode-se confirmar, a princípio, pelas análises efetuadas sobre as Atas da Câmara, assim como as Resoluções, Editais e Mensagens proferidos pelos prefeitos que estiveram à frente do poder municipal. Por exemplo, a Resolução nº 281, assinada por Carlos Baltazar da Silveira em 13 de junho de 1930, pela qual a Prefeitura Municipal concedia a

“autorização para custear as despesas das autoridades que virão a Nova Friburgo para as festividades da inauguração do busto do Dr. Galdino do Valle Filho”.⁷

Até 1930, Galdino do Valle Filho, além de principal liderança política de Nova Friburgo, alinhou-se àqueles grupos que dominaram a vida política nacional, isto é, os associados à “Política dos Governadores”. Tudo isso fica evidente num primeiro momento quando, apoiando o Presidente Arthur Bernardes, foi para São Paulo combater Isidoro Dias Lopes na Revolta tenentista de 1924. Mais tarde, em 1930, não só apoiou a candidatura vitoriosa de Júlio Prestes, quanto liderou um pequeno contingente militar na tentativa de enfrentar possíveis revolucionários de 30 (defensores de Getúlio Vargas) nas imediações da cidade do Carmo.

A derrota das oligarquias dominantes em nível nacional por Vargas foi responsável também pelo afastamento de Galdino do Valle Filho da política friburguense durante 15 anos. Com a redemocratização, em fins de 1945, Galdino do Valle Filho retornou à vida política municipal como principal liderança da UDN (partido adepto do liberalismo econômico, porém conservador no campo político). Até seu falecimento, em 1961, foi ele o principal líder do udenismo em Nova Friburgo.

Conclusão

A História política de Nova Friburgo nas primeiras quatro décadas da República brasileira foi marcada pela disputa entre os grupos agrários tradicionais e o grupo ligado à indústria alemã. Mesmo antes da consolidação do perfil industrial de Nova Friburgo, fica evidente nos discursos contidos principalmente no jornal *A Paz* a associação entre a indústria e as ideias de progresso e de modernidade. No entanto, o progresso deve ser tratado neste caso como um processo de “modernização conservadora” (MOORE, B. 2010).

Fica claro o importante papel do jovem político Galdino do Valle Filho na associação com o grupo capitalista alemão representado inicialmente por Julius Arp e Maximillian Falk que, a partir de 1911, deu início à criação de indústrias têxteis em Nova Friburgo. Com este fato surge a formação e consolidação de um novo perfil do município de Nova Friburgo: cidade industrial no interior do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, as mudanças econômicas no município não propiciaram a ascensão de setores populares, pois tratou-se de transformação ocorrida “pelo alto” e não constituiu uma possibilidade real de inclusão de grupos sociais menos favorecidos.

7 Resolução 281 in *A Paz*, de 29/06/1930, Pró-Memória da PMNF

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Ata da Câmara Municipal de Nova Friburgo, publicada em 9 de março de 1913.

Fisher, C. R. *Uma História em 4 Tempos*. **NF**, ed. **Fábrica de Rendas Arp, 1986**.

Jornal A PAZ. nº 80, 11/04/1909 – Arquivos da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo.

Jornal “Cidade de Friburgo”, nº 93 de 01/06/1919, Arquivos da Fundação Dom João VI de Nova Friburgo.

Nova Friburgo – Radiografia Social de uma comunidade. Niterói, Imprensa Oficial, 1988.

Resultado Eleitoral de 1922”, Pró-Memória, Fundação Dom João VI.

Revista A Lanterna, Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1907. Arquivos Pró-Memória da Fundação Dom João VI, NF.

Valle, Afrânio. **Notas Biográficas para Monografia. Nova Friburgo, Cadernos de Cultura, vol. 1, Pró-Memória da Fundação Dom João VI**.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, J. R. E MAYER, J. M. (orgs.). *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. RJ, Ed. Ao Livro Técnico, 2003.

ARAUJO, J. R., MAYER, J. M. e COSTA, Ricardo G. (orgs.) *Teia Serrana II: Novos Temas, Novas abordagens*. NF, Marca Gráfica e Editor, 2020.

ARAUJO, J. R. de. *Nova Friburgo: a construção do mito da “Suíça Brasileira”. (1910-1960)*. 1a. edição, RJ, Revan, 2018. (Coleção Nova Friburgo: 200 Anos de Lutas e Resistência.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*, RJ, Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Elizabeth V. de. *Nova Friburgo: Medicina, Poder Político e História*. Dissertação de Mestrado. RJ, Programa de Pós-Graduação em História. UERJ, 2001.

FERREIRA, M. org., *A República na Velha Província*. RJ, Rio Fundo Editora, 1989.

FERREIRA, M. *Em Busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1994.

MOORE JR., B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa, Ed. 70, 2010.

NICOLAU, J. *História do Voto no Brasil*. EJ, Jorge Zahar Editor, 2002 (Descobrimos o Brasil).

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira*. RJ, Civilização Brasileira, 1969.

TELLAROLLI, R Rodolpho. *Eleições e Fraudes na República Velha*. SP, Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História). Mário Palmério. *Vila dos Confins*. RJ, Ediouro, 1994.

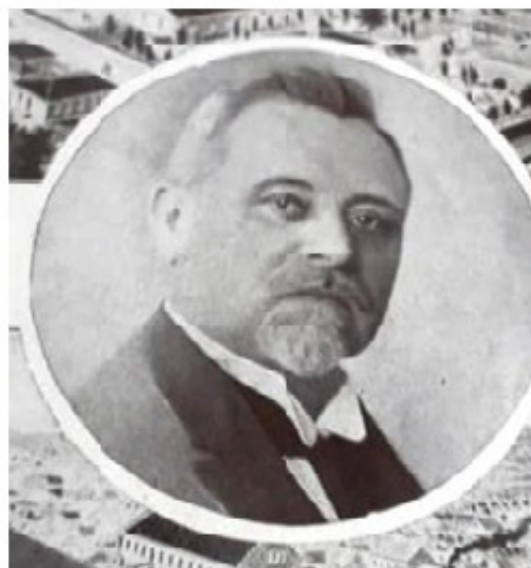
SUGESTÕES DE LEITURA

Jorge Amado. *Gabriela, Cravo e Canela*. SP, Livraria Martins Editora, 1958.

Mário Palmério. *Vila dos Confins*. RJ, Ediouro, 1994.



O *Correio Popular*, actualmente o órgão do partido republicano friburguense, foi fundado há cinco annos pelo distincto jornalista e literato sr. Menezes Wanderley, que teve como successor na direcção desse jornal o sr. Alberto Meyer, uma bella e forte organização literaria.



A CÂMARA MUNICIPAL E A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA EM NOVA FRIBURGO (1902-1911)¹

Almir Pita Freitas Filho e Maria Ana Quaglino

Devido aos grandes esforços dos governantes, vão pessoas adiantando as obras do encanamento d'água, esgotos e em projetos e estabelecimento de luz elétrica, melhoramentos indispensáveis ao progredimento de um lugar tão favorecido pela natureza.

(Lanterna, 1905, p. 12. Grifos nossos)

ILUMINAÇÃO ELÉTRICA EM NOVA FRIBURGO (1902-1911): ALGUNS PERSONAGENS

Pela ordem da esquerda para a direita, na primeira fileira: Galdino Antônio do Valle; Galdino do Valle Junior (conhecido como Galdino do Valle Filho); Galiano Emilio das Neves Junior; Alberto Henrique Braune. Da esquerda para a direita, na segunda fileira: Modesto Pereira Alves de Mello; Ernesto Brazílio de Araújo; e o empresário Julius Arp. Fontes: A Lanterna. [RJ]: 31 de dezembro de 1905, p. 21; 25; 27; 34 e 39. Von Hiden, H. Deutsche und Deutscher Handel in Rio de Janeiro: ein hunderjähriges Culturbild Zur Zentenaar Feie der Gelsellschaft *Germania*. Rio de Janeiro: Hoepfner & Co. Ltda, august 1921. Acervos: Fundação Dom João VI e coleção particular de Rene Hasenclever.

Introdução

O trecho acima em epígrafe condensa de forma precisa nosso objetivo neste artigo. Nele procuramos abordar a atuação do poder público local, a Câmara Municipal de Nova Friburgo, na adoção de medidas que favorecessem a implantação de serviços de utilidade pública, mais precisamente a iluminação elétrica, mais modernos e adequados aos padrões da cidade serrana. Desde fins do século XIX, Nova Friburgo, que fora elevada em 1890 à categoria de cidade, vinha se tornando um atraente polo de interesses ligados ao comércio e serviços diversos, em especial médicos, turísticos e educativos. Diante desse quadro, era cada vez mais patente a necessidade de dotá-la de uma infraestrutura adequada para atender a um fluxo variado de visitantes, assim como de parcela da população residente. Tal processo, no entanto, foi no mínimo tortuoso, estando sujeito ao jogo político coronelístico, tão presente nos municípios brasileiros no período da chamada “república oligárquica”.

A análise sobre a atuação da Câmara Municipal de Nova Friburgo em relação ao tema da iluminação pública elétrica da cidade no início do século XX se encontra atrelada não só ao desejo dos dirigentes em dotá-la de uma moderna forma de iluminação, mas também a questões de ordem política, dinâmica que caracterizou a atuação daquele órgão de poder na vida local, aliada ainda às influências dos arranjos junto ao governo estadual, característicos daquele período republicano, os anos 1889-1930. Com base nesses parâmetros, destacamos as primeiras propostas apresentadas à Câmara Municipal, assim como suas decisões, voltadas para dotar a cidade de um padrão de iluminação pública considerado mais moderno, a eletricidade, através do uso da força hidráulica. Buscamos ainda, na medida do possível, articular tais ações como o quadro político, social e institucional do município, em continuidade às iniciativas anteriores em alterar e ampliar a área de iluminação pública local.

Apresentação

Em Nova Friburgo, a década inicial do século XX foi marcada por certa “afinidade política” nas relações município/estado, tendo o Partido Republicano Fluminense – ou Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro (PRRJ), no período de 1904 até 1908, sob a liderança de Nilo Peçanha – e as gestões de Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha e Alfredo Backer liderando o executivo estadual, enquanto a Câmara Municipal friburguense era presidida por Ernesto Brasilio de Araújo até setembro de 1908. Prevalencia o controle dos grupos sociais ligados à agricultura, conquanto já era expressiva a presença de interesses urbanos, vinculados ao comércio, indústria e serviços, em particular o turismo médico-terapêutico e à educação. Entre 1904 e 1906, emerge um movimento oposicionista local, que teve duas figuras de destaque o vereador Galdino Antônio do Valle (1904-1905) e seu filho Galdino do Valle Filho, a partir de 1905, através de *O Correio Popular*, e depois pelo *A Paz*. Este foi um fator permanente instabilidade, movimentando a aparente paz política que vigorava sob a condução de Brasilio de Araújo. A reconfiguração do poder na Câmara, após a morte deste em 1908, fato que ocorreu em meio à cisão definitiva entre Nilo Peçanha e Alfredo Baker, entre 1908 e 1909, ofereceu a essa oposição uma oportunidade de encontrar uma brecha para voltar à Câmara e chegar, alguns anos depois, a sua presidência. Durante todo esse processo, a questão da

1 Agradeço primeiramente a Dr^a Maria Ana Quaglino, amiga de longas décadas de estudos e pesquisa, pelo convite e desafio de começar a enveredar pelos caminhos da história de Nova Friburgo. Registro também meus agradecimentos às funcionárias da Fundação Dom João VI, Fernanda Souza Cruz e Marina Salomone de Souza, sem as quais não teria sido possível a realização deste trabalho, em tempo recorde e de crise sanitária, provocada pela pandemia de corona vírus que se abateu sobre o Brasil e o Mundo nesse fatídico ano de 2020.

implantação de serviços de saneamento e luz elétrica, num primeiro momento e, depois da morte de Brásílio, especialmente, a da iluminação elétrica, foram empregadas como bandeiras e como instrumentos de ação política contra seus oponentes.

É possível afirmar que, desde a década de 1890, quando Nova Friburgo se tornou uma cidade, verificava-se um crescimento populacional e uma diversificação das atividades econômicas, conforme constatado por ARAÚJO (2003, 174-5). Sem dúvida, tais transformações exigiam melhorias no quadro urbano e nos serviços públicos, dentre os quais se destacava a iluminação². Como teria atuado a Câmara Municipal de Nova Friburgo perante os novos desafios que eram apresentados à cidade, em particular o da iluminação pública, nas primeiras décadas do século XX? Buscando encontrar resposta para tal questão e tendo em vista nossa principal base documental, acompanharemos a dinâmica da Câmara, e suas ações para resolver o problema da iluminação da cidade, entre os anos de 1902-1911.

A principal base documental que dá suporte ao texto é formada por informações obtidas nos Livros de Atas da Câmara Municipal, correspondentes aos anos de 1902 a 1910, disponibilizados pelo Arquivo da Fundação D. João VI. Além desses manuscritos, utilizamos alguns periódicos locais e do Estado, a exemplo de: *O Fluminense*; *A Lanterna*; *A Paz*; *A Capital*; *O Século*; assim como o aparato regulatório estadual e federal sobre a nova modalidade de energia. Tratamos a seguir, em primeiro lugar, das duas propostas surgidas, anteriores a entrada em cena de Julius Arp e sua proposta de compra da concessão dada ao Coronel Antônio Fernandes Costa, de dotar a cidade de um padrão moderno de iluminação pública, através do uso da eletricidade, tendo o contexto político e social esboçado acima como referencial³.

Duas propostas de iluminação elétrica: a de Diogo Campbell e a do Coronel Costa

Conquanto desde o final do século XIX o tema da iluminação pública baseada no uso da energia elétrica fosse cogitado e em alguns poucos casos até adotado pelos poderes públicos municipais no Brasil, foi somente com o início do século XX que apareceram propostas mais concretas, capazes de viabilizar tal ação. Tais projetos surgiam na medida em que a nova tecnologia ganhava viabilidade técnica e disponibilidade empresarial para investimentos nos mesmos. Enquanto os maiores centros urbanos eram mercados preferenciais para os investimentos das grandes empresas, os pequenos capitais viam nas localidades de menor densidade populacional seu nicho lucrativo. No início do século XX era comum que a iluminação elétrica estivesse a cargo de empresas ou empresários que mantivessem algum vínculo na região. Eram inúmeros os exemplos de empreendimentos em diferentes municípios que procurassem conciliar os interesses das habitantes com novas oportunidades lucrativas, celebrando contratos com as autoridades municipais para implantarem serviços de iluminação pública elétrica. Segundo MARTIN (1966)⁴, na ocasião,

2 Para esforços anteriores da Câmara na implementação de serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica ver nesta coletânea o artigo de: QUAGLINO, Maria Ana. A Câmara e a questão da iluminação pública em Nova Friburgo no século XIX.

3 A redação deste quadro mais amplo baseou-se, em termos de fontes secundárias, nas seguintes leituras: ARAÚJO e MAYER (2003); FERREIRA (1994); COSTA (2002); PROENÇA (2017).

4 MARTIN, Jean-Marie. *Processus d'industrialization et developement énergétique du Brésil*. Paris: IHEAL, 1966. Ver especialmente p. 64-71.

as pequenas empresas já eram responsáveis por cerca de 96% da capacidade de energia elétrica instalada no país, através de unidades, hidráulicas e térmicas, que atendiam as necessidades dos municípios.

Na sessão da Câmara Municipal de 26 de fevereiro de 1902, o vereador Alberto Meyer⁵apresentou a proposta para elaboração de um novo edital de concorrência para iluminação elétrica da cidade. A ação era justificada pelo fato de que, desde que fora lançado o edital nº 29 em janeiro de 1896, publicado várias vezes, nenhum proponente havia se apresentado para realização de tal serviço. A nova medida deveria também autorizar ao engenheiro municipal a elaborar uma planta, com modificações objetivando a chamada de uma nova concorrência, a ser submetida à aprovação da Câmara⁶. A planta e as bases do novo edital foram apresentados na sessão seguintes pelas Comissões de Fazenda e Obras, Viação e Indústria, sendo aceitos e encaminhados, em caráter de urgência para publicação⁷.

A resposta ao novo edital parece ter sido rápida, pois já na sessão de 22 de março foi lida a proposta do engenheiro Diogo Campbell, onde eram apresentadas as condições para realização do empreendimento, cujas bases eram as seguintes: a concessão para iluminação pública e particular por um período de cinco anos; o prazo de 60 dias para início das obras, que durariam dez meses, sendo de 16 contos de reis a contribuição da municipalidade; uma planta também teria sido anexada à proposta. Foi convocada uma nova reunião para o dia 31 de março, onde seria discutida a proposta de Campbell, assim como o parecer sobre a mesma da Comissão de Obras, Viação e Indústria⁸.

As considerações apresentadas pela Câmara em seu parecer explicitavam, dentre outros, o significado político, econômico, de urbanidade e a visão modernizadora representado pela energia elétrica para Novo Friburgo naquele momento; embora esse pudesse ser estendido para a maior parte dos centros urbanos do país⁹. Segundo a Comissão, da qual era relator o vereador Alberto Meyer, a proposta deveria ser aprovada pelas seguintes razões¹⁰:

(...) considerando ser a iluminação elétrica um dos elementos que muito hão de concorrer para o embelezamento e progresso da cidade; considerando que com a instalação de máquinas para energia elétrica, grandes melhoramentos poderão para o futuro ser empreendidos na cidade, tais como: tração elétrica, telefonia, força motora, etc.; considerando que com a iluminação projetada reais economias serão feitas pela municipalidade, visto durarão ela toda noite e todos os dias do ano, o que não se dá com a atual, que é mantida somente até as 11 horas da

5 O vereador Alberto Meyer era também dirigente do Internato Meyer, um dos vários colégios que existiam na cidade, assim como de *O Correio Popular*, que a partir de fins de 1905, passou a ser órgão do Partido Republicano Friburguense, de propriedade do político opositorista local, Galdino Filho. Ver: *A Lanterna* [RJ]: 31 de dezembro de 1905, p. 15 e 25.

6 Ata da 2ª sessão ordinária em 26 de fevereiro de 1902, p. 5 e 5 verso.

7 Ata da 3ª sessão ordinária em 8 de março de 1902, p. 6 verso e 7

8 Ata da 4ª sessão ordinária de 22 de março de 1902, p. 11 verso. O engenheiro Diogo Campbell, natural de Belém do Pará, viria a ser enteado do 2º Barão de Novo Friburgo, que contrairá nupcias com Ambrosina Leitão da Cunha, viúva de J. Diogo A. Pombo Campbell. Ver: Almanak Laemmert 1905, p. 2006; https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_Clemente_Pinto_Sobrinho;

9 Essa visão modernizadora era compartilhada por uma parcela dos grupos sociais urbanos que ascenderam com o advento do regime republicano. Tinham como um de seus lemas a realização de mudanças na configuração espacial das cidades. Isso significava dotá-las de aparatos modernos, de moradia, higiene, iluminação, transportes e lazer, muito próximos aos que existiam nas cidades europeias e na capital do país. Nesse sentido, os engenheiros, com seus conhecimentos, técnicos e teóricos, eram um grupo decisivo para concretizar as condições de progresso material e civilizatório (ver: SEVCENKO, N.; 1998).

10 Ata da sessão extraordinária de 31 de março de 1902, p. 12 e 12 verso (grifos nossos).

noite e somente durante seis meses; considerando que tal sistema de iluminação muito facilita também a segurança da cidade e, conseqüentemente, da segurança pública; considerando que, além das vantagens citadas ainda outras poderão ser auferidas com a aceitação da proposta; considerando, finalmente, que a proposta apresentada satisfaz a planta e o edital publicado em 8 do corrente pela imprensa local, são de parecer que seja a mesma aprovada e que se lavre o respectivo contrato.

Na 6ª sessão ordinária da Câmara, a Comissão de Obras, Viação e Indústria informou que, no dia 4 de julho, foram iniciadas as obras de instalação da energia elétrica para iluminação da cidade. O empreiteiro também registrou ter remetido, naquela data, ofício com a planta das obras a serem executadas junto à represa, para o aproveitamento das sobras d'água do abastecimento da cidade, que seriam utilizadas como força motriz, destinada à produção de energia elétrica¹¹. Somente em 28 de agosto de 1902, na 8ª sessão ordinária, a referida planta foi encaminhada para aprovação junto à Câmara¹².

Enquanto se aguardava o término das obras de Campbell, que permitiriam o início do fornecimento de energia elétrica, persistia o problema da iluminação em alguns pontos da cidade. A Câmara procurava atender algumas solicitações esparsas, voltadas para suprir a ausência de luz nesses logradouros, mesmo que tais pedidos seguissem os padrões tradicionais e os problemas decorrentes do uso de lampiões à querosene. Em 13 de novembro de 1902¹³ o mesmo vereador Alberto Meyer encaminhou a proposta para que fossem colocados lampiões em número necessário para iluminar de modo adequado a Rua São Clemente, desde seu início, à rua Paissandu, até o ponto em que houvesse propriedades sujeitas ao imposto da décima urbana. A proposta acabou sendo aprovada em 15 de dezembro¹⁴. No ano seguinte, já na segunda sessão da legislatura, o vereador Eugênio Francisco Pinto levou a proposta para colocação de lampiões na rua Da. Umbelina, até o ponto onde fosse "mais conveniente"¹⁵; a solicitação foi aprovada na sessão seguinte¹⁶.

A questão da energia elétrica só foi retomada em 11 de abril por conta do requerimento de Diogo Campbell, solicitando a prorrogação, por mais dez meses, do prazo para conclusão da obra, a contar do dia quatro de mesmo mês. O pedido foi encaminhado para análise da Comissão de Viação, Obras e Indústria¹⁷. Em decisão que demonstrar a importância da iluminação elétrica para o projeto político do grupo dirigente da Câmara, a solicitação de Campbell foi acolhida apenas parcialmente. Ao invés dos 10 meses solicitados, a comissão concedeu-lhe seis meses, a contar do reinício das obras, o que deveria ocorrer em até 30 dias, sob pena de caducar o contrato¹⁸.

11 Ata de 6ª sessão ordinária em 17 de julho de 1902, p. 27 verso.

12 Ata da 8ª sessão ordinária em 28 de agosto de 1902, p. 33 verso.

13 Ata da 11ª sessão ordinária em 13 de novembro de 1902, p. 44 verso.

14 Ata da 13ª sessão ordinária em 15 de dezembro de 1902, p. 46 verso.

15 Ata da 2ª sessão ordinária em 26 de janeiro de 1903, p. 50 verso.

16 Ata da 3ª sessão ordinária em 14 de fevereiro de 1903, p. 53. De acordo com uma planta da cidade de Nova Friburgo, publicada no Álbum Guia da cidade de Nova Friburgo em 1918 (p. 16), a Rua Umbelina era uma lateral ao Hotel Engert, situado à rua General Argolo, nºs 8 a 14. Fundado em 1889 (*A Lanterna*. [RJ]: 1905, p. 35 e 52; Álbum op. cit., p. 56), o hotel, próximo à estação ferroviária, era parte da rede hoteleira da cidade, um tradicional centro de lazer e de repouso terapêutico, que assim era apresentada nas publicações citadas

17 Ata da 6ª sessão ordinária em 11 de abril de 1903, p. 58.

18 Ata da 7ª sessão ordinária em 26 de maio de 1903, p. 63.

A primeira tentativa por parte da Câmara, no início do século XX, em dotar a cidade de iluminação elétrica parecia ter sido frustrada¹⁹. Na 11ª reunião ordinária realizada em 28 de novembro de 1903, o vereador Alberto Meyer propõe, em caso de ter caducado o contrato entre Diogo Campbell e a Câmara, que fosse aberto, a partir de primeiro de dezembro, por 30 dias um novo edital. O detalhe era que, desta feita, o edital deveria prever que a iluminação poderia ser feita por outros sistemas e não exclusivamente pelo de energia elétrica. Considerando a urgência da matéria, a sessão foi suspensa para que a proposta fosse analisada, vindo a ser aprovada pela comissão. Entretanto, ao ser reaberta a sessão, foi apontado pelas comissões de Fazenda e Obras que a prorrogação concedida ao contrato com Campbell só caducaria em 20 de dezembro, o que inviabilizava a proposta de Meyer.²⁰ No ano de 1904, com as eleições municipais, o nível das divergências políticas na Câmara cresceu e tornou-se bem mais explícito, particularmente no que tange ao controle da publicidade das informações. A atuação do vereador Galdino Antônio do Valle, durante dois anos, até “perder” seu mandato, em 14 de novembro de 1905, incomodou a “situação”, liderada, desde 1901, por Ernesto Brasilio e que ganhou reforços com a eleição de Galiano Emilio das Neves Jr., então em seu primeiro mandato. Galdino Antônio do Valle, que perdera o seu mandato por querer passar a acumular, além do mandato de deputado estadual, o de delegado da cidade, cargo para o qual foi nomeado, em setembro de 1905, excluído da câmara tornou-se um problema ainda maior do que, talvez, pudessem supor seus adversários²¹. Através de seu filho, Galdino do Valle Filho, adquiriu o jornal *O Correio Popular*, tornando-o órgão partidário, que se pretendia regional, sob sua orientação política²². Esse seria o início de uma trajetória de disputas que colocaria de um lado, inicialmente, Brasilio Araújo, e Galdino Antônio do Valle. Em 1910, assumiriam como herdeiros e sucessores na Câmara daquela rivalidade política local já bem estabelecida, que por vezes se tornou violenta, respectivamente, Galiano Emilio das Neves Jr. e Galdino do Valle Filho. Note-se que Galiano Emilio das Neves Jr., para chegar à posição de Brasilio na Câmara, após a morte deste, teve de desafiar Modesto Alves Pereira de Mello, que assumira a presidência, logo depois do referido falecimento, e pretendia se reeleger.

Paralelamente às disputas político-eleitorais, prosseguiram as tentativas para implantação da iluminação pública através da energia elétrica na cidade, como deixa transparecer a leitura das Atas da Câmara Municipal. De 1904 até 1911, quando se adotou em definitivo a eletricidade na iluminação pública, foram apresentadas mais duas propostas, cuja aprovação e concretização não podem ser desligadas, como veremos, do jogo político, social e institucional local. Na sessão da Câmara de 09 de julho de 1904²³ foi apresentado e discutido o parecer das comissões de Fazenda e Obras sobre o requerimento de Antônio Fernandes da Costa e Antônio Fernandes dos Santos para abertura de concorrência para os serviços de distribuição de água, esgoto e luz elétrica na cidade. Ao acatarem a solicitação, as duas comissões se apoiavam, tal como fizeram as que julgaram a de Diogo Campbell, nos ideais de progresso e higienização das cidades, que marcaram a virada do século XIX para o XX. Para tanto eram recomendadas ao presidente da Câmara providências para: confecção

19 Nas décadas finais do século XIX, houve duas tentativas; a primeira, no edital de 1896, e a segunda, com o contrato “provisório,” assinado entre o presidente da Câmara, Carlos Engert e o representante de um grupo estrangeiro, em 1900.

Ver neste livro o artigo de Maria Ana Quaglino sobre iluminação pública no século XIX.

20 Ata da 11ª reunião ordinária em 28 de novembro de 1903, p. 75 e 75 verso.

21 Sobre a perda de mandato veja Ata da 3ª sessão ordinária, em 14 de novembro de 1905, p. 139 a 141v. Notícia sobre sua nomeação em *O Fluminense*. Niterói: 24 de setembro de 1905, p. 1.

22 *A Lanterna*. [RJ] de 31 de dezembro de 1905, p 25. *Jornal do Brasil*. RJ: 13 de janeiro de 1906, p. 1.

23 Ata da terceira sessão ordinária em 09 de julho de 1904, p. 100 e 100 verso.

das plantas e editais para as obras requeridas; a não sugestão de preços para os serviços no edital, deixando os mesmos à critério dos concorrentes; que o preço do serviço de iluminação pública não deveria exceder a 12 contos de réis; que os editais fossem separados por serviços, para serem publicados no jornal oficial da Câmara, ou seja, *O Nova Friburgo*, sendo os avisos sobre os editais encaminhados aos principais jornais da capital federal; e que o prazo para apresentação das propostas fosse fixado em três meses. Colocada em votação, a proposta das comissões foi aprovada. Por iniciativa do vereador Galiano das Neves Junior foi ainda requisitado que as propostas para as obras fossem abertas na secretaria da Câmara, diante dos concorrentes, procedimento esse que deveria ser explicitado nos editais, assim como a data e horário da abertura das mesmas²⁴. A proposta de Galiano sobre o procedimento acima teve parecer favorável da Comissão de Justiça, sendo aprovada pela Câmara na sessão de 04 de setembro de 1904²⁵.

Conquanto a proposta da Câmara ainda reunisse os três serviços em uma única, a expectativa de que a cidade fosse, finalmente, dotada dos benefícios de uma urbe moderna e “civilizada” repercutiu na imprensa estadual. Em 11 de dezembro de 1904, o jornal *A Capital do Estado do Rio de Janeiro*, na coluna dos Municípios, reproduziu a seguinte nota²⁶:

O Sr. Coronel Antônio Fernandes da Costa não poupa os seus maiores esforços para que Friburgo tenha em muito breve, água, luz e esgoto. O digno cavaleiro está a espera do engenheiro Doaruchout, que regressou da França por todo esse ano, para apresentar à Câmara Municipal o melhor meio de se conseguir tão necessários melhoramentos.

Do coronel Antônio Fernandes Costa temos apenas algumas informações. Era negociante de gêneros nacionais e estrangeiros em Macaé, onde foi membro fundador da Associação Comercial local²⁷. São também escassas as informações sobre sua relação com Nova Friburgo, mas sabemos que tinha contato na cidade com o futuro fundador e diretor de *O Nova*

24 Ata da 3ª sessão ordinário, em 9 de julho de 1904, p. 100 e 100 verso.

25 Ata da 4ª sessão ordinária, em 4 de setembro de 1904, p. 115.

26 *A Capital*. Niterói: 12 de novembro de 1904, p. 2.

27 A partir de uma informação de FISCHER (1986, p. 102) que o Coronel Costa era proveniente de Macaé e lá montara uma fábrica de fósforo, foi possível, principalmente através de um jornal local, *O Lynce*, obter algumas outras informações sobre ele. A primeira informação, no entanto, veio de uma coluna de *O Diário de Notícias*, que publicava os registros de firmas na Junta Comercial. Assim, em 1887, juntamente com Appolinário de Azevedo Branco, figura proeminente na comunidade portuguesa de Campos, fundou a “Costa & C,” com capital de 18 contos de reis, sendo o sócio de Costa comanditário e participando da sociedade com 12 contos. Em *O Lynce*, ao longo das décadas de 1890 e metade da seguinte é possível acompanhar nos anúncios “À praça,” as firmas das quais tomou parte. Há inclusive uma participação como sócio, em 1896, da Usina Progresso Macaense, onde seu nome é antecedido pela patente de “tenente-coronel.” E ainda encontramos nessa publicação, o nome de Costa, constando, por diversas vezes, da lista de sócios fundadores da Associação Comercial da Cidade. Na pesquisa feita no periódico macaense, por três décadas, constatamos que só havia naquela cidade um único comerciante deste nome e pelo perfil descrito estamos certos de que era o mesmo que atuou em Nova Friburgo. Note-se que em outubro de 1911, depois de um período de não residência na cidade, cujo início se deu entre 1905 e 1908, o Coronel Costa estava de volta a Macaé para montar uma fábrica de fósforos que operou em 1914, sob a marca Veado. Buscando um primeiro vínculo de Costa com a cidade de Nova Friburgo, encontramos o registro de uma firma, que não sabemos se foi adiante e nem se de fato era o nosso Coronel Costa, o sócio desse nome, ou um homônimo; segundo o *Jornal do Comércio* em coluna de registros da Junta Comercial do Rio de Janeiro, Antonio Fernandes da Costa, em sociedade com Carlos Dumans, sobrenome de família na cidade com tradição no comércio, pretendiam organizar uma torrefação de café e de refino de açúcar em Nova Friburgo, em 1897. *Diário de Notícias*. RJ: 05 de outubro de 1887, p. 3. *Jornal do Comércio*. RJ: 22 de setembro de 1897, p. 3. *O Lynce*. Macaé: 05 de abril de 1896, p. 2. Idem, em 21 de janeiro de 1897, p. 2. Idem, em 01 de julho de 1897, p. 2. Idem, 17 de julho de 1905, p. 4. Idem, 07 de julho de 1908, p. 3. Sobre a volta a Macaé vide *O Século*. Rio de Janeiro: 15

Friburgo, Aristides Silva, companheiro de caçada em 1903. A aventura mereceu, inclusive, matéria extensa em jornal da capital do Estado²⁸. Vale lembrar que a publicação dirigida por Silva, tornou-se a “gazeta subvencionada” da Câmara, como jocosamente o oposicionista *Correio Popular* insistiria em dizer nos anos seguintes, na mesma reunião em que Costa fez o seu requerimento²⁹. *O Nova Friburgo* substituiu *O Friburguense* na publicação dos atos oficiais da Câmara, apesar da oferta do *Correio Popular*, encaminhada pelo vereador Galdino Antônio do Valle, de publicá-los gratuitamente. Em virtude do voto de protesto deste, pela não aceitação da oferta do *Correio Popular*, na reunião seguinte a que se deu a aprovação ao contrato de *O Nova Friburgo*, alegou o vereador da situação Galiano das Neves Jr que não se tratava de confiança ou não, mas pela necessidade de “atender prazos”, pois havendo atrasos haveriam multas e outras consequências e que, se assim fosse, “o barato sairia caro”³⁰.

Embora os contratos de abastecimento de água, esgoto e iluminação elétrica só tenham sido firmados em novembro de 1906, temos notícia de que o referido coronel, em 1905, continuava dando andamento a questão, conferenciando sobre o assunto com a autoridade máxima do município. Em 27 de março de 1905, *O Fluminense* registrou que o coronel Costa havia apresentado uma planta, elaborada pelo Engenheiro Farinha Filho, referente a iluminação elétrica³¹. Já *A Capital*, além de reportar que essas conversações estavam ocorrendo, acrescentava que o coronel seria o representante de uma empresa americana, que tinha a intenção de adquirir privilégio para instalar, além da iluminação, uma linha de bonde, ambos supridos por energia elétrica³².

O ano de 1906 teve início com intensa crítica na imprensa oposicionista friburguense ao desempenho como administrador do Presidente da Câmara Ernesto Brazílio. Além de acusações não detalhadas sobre desfalque e má administração dos recursos públicos, o vereador e médico era particularmente acusado pela “falta de recursos materiais e bem estar que [sentiam] os habitantes (...) privados de luz, de água, de esgotos e todo qualquer melhoramento, até [aquele] momento (...)”³³. Essas críticas iriam só se acentuar, ao longo do ano, inclusive em virtude das chuvas intensas que se abateram sobre a cidade, em fevereiro, provocando, dentre outros problemas, o transbordamento do leito do Rio Bengalas³⁴. A defesa do mesmo, embora tenha sido efetivada através de artigo de *O Nova Friburgo*, foi impiedosamente atacada pela imprensa de oposição, que buscou desconstruir todo e qualquer argumento apresentado pela “gazeta subvencionada” e aliados daquela autoridade municipal³⁵. Enquanto isso, o tempo passava e na Câmara nada se dizia sobre as

de outubro de 1912, p. 2. Idem, 01 de setembro de 1912, p. 5. Almanak Laemmert: anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial. RJ: 1914, p. 4353.

28 *A Capital*. Niterói: 23 de setembro de 1903, p. 2. Naquele momento, Aristides Silva, natural de Itaboraí, era professor e solicitador na cidade. O primeiro número do jornal foi publicado em 22 de maio de 1904. Mais informações em *A Lanterna*. [Rio de Janeiro]: 1905, p. 26. Disponível em http://www.djoaovi.com.br/journal.php?id=a_lanterna&d=31-12-1905. Acesso em 20 de junho de 2020.

29 Ata da 3ª reunião ordinária da Câmara, em 09 de julho de 1904, folhas 99 a 101 v.

30 Ata da sessão especial da Câmara para a discussão e votação do parecer da Comissão de Justiça sobre a eleição de Juiz de Paz do 2º distrito, em 11 de julho de 1904, folha 101. Notar que nessa fase, o jornal *Correio Popular*, criado por Wanderley Menezes, para ser um órgão independente, sem “cor partidária,” era dirigido pelo ex-vereador Alberto Meyer, conforme informado na própria ata. E, na edição seguinte à recusa, publicava matéria criticando os gastos da Câmara com pessoal em seu editorial. Ver Orçamento. *Correio Popular*. Nova Friburgo: 14 de julho de 1904, p. 1.

31 *O Fluminense*. Niterói: 27 de março de 1905, p. 3.

32 *A Capital*. Niterói: 24 de março de 1905, p. 2.

33 Veja editorial intitulado Ernesto Brazílio. *Correio Popular*. Nova Friburgo: 08 de fevereiro de 1906, p. 1 e 2.

34 Grande Inundação. *Correio Popular*. Nova Friburgo: 08 de fevereiro de 1906, p. 3. Ver também *O Fluminense*. Niterói: 06 de fevereiro de 1906, p. 2.

35 Ver o editorial A Defesa. *Correio Popular*. Nova Friburgo: 22 de fevereiro de 1906, p. 2.

providências que deveriam estar sendo tomadas para abertura do edital de concorrência solicitado, em 1904, pelo coronel Costa, para prover a cidade de serviços de água, luz e esgoto. No entanto, fora da cidade, na imprensa do Rio de Janeiro, foi publicado um artigo, em outubro, que nos faz perceber que nos bastidores, a proposta do coronel Costa estava sendo levada e negociada diretamente com o governador Nilo Peçanha há algum tempo. Na coluna “Friburgo,” do jornal *O Século*, dirigido por político elogiado pela imprensa de oposição friburguense, o médico Jayme Pombo Brício Filho, afirmava-se que na Câmara da cidade se estava insistindo por convocar uma sessão extraordinária para deliberar sobre a proposta do Coronel Costa. Segundo o jornal, o boato era de que essa insistência se devia a já ter sido concluído um acordo entre vereadores e o governo do Estado para que contrato fosse celebrado, “sem a intervenção do Estado”, o que o correspondente e redator da matéria considerava sem fundamento legal³⁶.

Essa insistência dos vereadores, aos olhos do articulista do jornal mencionando, se fundaria numa suposta ilegalidade. Desde 1903, com a lei 600, de reforma da Constituição Estadual de 1892, o governo estadual tinha o poder de intervir, e vinha intervindo nas municipalidades, criando a figura do prefeito nomeado pelo presidente do Estado, quando estas pretendessem investir em serviços públicos, notadamente abastecimento de água, e não dispusessem de recursos próprios e/ou recorressem ao governo estadual para prestar garantias ou solicitar empréstimo. (FERREIRA, 1989, p. 134-135 e 229-230. MORAES, p.23-24).

Embora saibamos que de fato, como indicava o artigo de *O Século*, tenha havido um acordo, como veremos adiante, não é razoável concluir que ele tenha sido necessário para encobrir uma ilegalidade. Em primeiro lugar, porque do ponto de vista puramente jurídico-legal, a intervenção só seria possível se o empreendimento dependesse de recursos, empréstimos ou garantias do governo do Estado. Até onde temos conhecimento o coronel Costa não fez esse tipo de solicitação. Em segundo lugar, porque essas intervenções ocorriam onde o governo local estivesse sendo controlado, ou sob a ameaça de cair sob o controle de forças oposicionistas. É por este aspecto, que talvez tenha sido necessário se buscar um apoio no governo estadual, para se evitar a intervenção, uma vez que a liderança de Ernesto Brazilio vinha sendo objeto de ataques constantes, por parte dos Galdino do Valle, pai e filho, especialmente através editoriais e matérias publicadas no jornal *O Correio Popular*³⁷. Há fortes indicações de que para se chegar a uma solução para o caso, satisfatória para a direção da Câmara, chegou-se de fato a um acordo, que envolveu Nilo Peçanha e alguma aproximação com a oposição.

Ao fim e ao cabo, em 29 de setembro de 1906, foi aberta a concorrência e o Coronel Costa apresentou sua proposta, que foi aprovada, com ajustes feitos pelas comissões de fazenda e obras públicas, em reunião de 24 de outubro de 1906. Ressalte-se que, ao final dessa reunião, vários vereadores fizeram questão de consignarem em ata “voto de louvor ao Exmo. Sr. Dr. Nilo Peçanha, presidente do Estado, que tão direta e esforçadamente concorreu para que se levasse adiante esse projeto”³⁸ (*grifos nossos*). É significativo observar que outro voto de louvor, pelos esforços empreendidos a favor o projeto, exarado em ata, foi para Alberto Henrique Braune, farmacêutico de prestígio na cidade e politicamente ligado a oposição³⁹.

36 *O Século*. Rio de Janeiro: 03 de outubro de 1906, p. 1.

37 Entre março e abril de 1906, o assunto era a questão da votação das contas da administração Ernesto Brazilio. Ver, por exemplo, o editorial Sessão Nula. *Correio Popular*. Nova Friburgo: 29 de março de 1906, p. 1.

38 Ata da 4ª sessão extraordinária da Câmara, em 24 de outubro de 1906, folha 13 v.

39 Nesse período Alberto Henrique Braune, juntamente com Galdino Antônio do Valle (pai de Galdino do Valle Filho) e Carlos Maria Marchon estavam empenhados em fundar o jornal *A Paz*. No editorial de estreia, o tom era de pacificação das divergências políticas. Esse tom de discurso passaria a ser o oposto quando Galdino do Valle Filho, se tornou o

Portanto, podemos deduzir que o silêncio e a demora de dois anos para se lançar o edital, se deveu também a necessidade de “costurar” entendimentos, tanto junto ao governo estadual, e através deste, com Nilo Peçanha na mediação, entre oposição e situação na cidade.

Dos contratos, propriamente ditos, assinados em 05 de novembro de 1906, só conhecemos as cláusulas que sofreram ajustes, a partir da proposta original do concessionário. Destas cláusulas, vale destacar, no que toca à iluminação pública, que o prazo de concessão seria de 30 anos; que o concessionário teria o direito de montar uma ou mais usinas de eletricidade dentro ou fora do perímetro da cidade, mediante “aviso ao presidente” da Câmara e o direito de explorar tração elétrica, a qualquer tempo, dentro do prazo de concessão, mediante apresentação de projeto à Câmara. A esta última ficava o direito de receber 10% ao ano sobre o total do valor apurado, “sempre que a iluminação particular, em regular funcionamento pelo espaço de um ano, [fosse] superior a dezesseis mil (16.000) velas”⁴⁰. No referente ao contrato de abastecimento de água que o concessionário arcava com todas as despesas com canalização, inclusive do registro de graduação, até a calçada ou terreno do consumidor. A Câmara se comprometia, em contrapartida, oferecer como caução, valor que deveria cobrir este investimento, com recursos provenientes das rendas com dois impostos (décima urbana e pena d’água). Por sua vez, a caução feita pelo concessionário, por ocasião da apresentação da proposta, só lhe seria devolvida, quando e se as obras fossem concluídas e aceitas como tal pela municipalidade. Ficava a Câmara também autorizada a alternar a tabela do imposto da pena d’água, contanto que seu valor não ficasse inferior a quantia de 35:256\$000 réis⁴¹. De tudo isso, vale notar, que na discussão só havia referências ao abastecimento de água. Fica então a pergunta, que não vamos aqui responder completamente: a rede de esgotos estava incluída neste pacote? Aparentemente, não. De todo modo, se estava, ficou insatisfatório porque foi essa “falta de esgotos” um dos motivos alegados, em 1916, para que o governo do Estado criasse em Nova Friburgo uma prefeitura⁴².

Sobre o andamento dos trabalhos, em 1907, não encontramos informação nas atas. Porém, o projeto de abastecimento do concessionário Costa foi apresentado e divulgado dentro um número especial de *A Lanterna* do Rio de Janeiro, sobre as cidades de Teresópolis e Nova Friburgo. Nessa publicação, segundo *O Fluminense*⁴³, havia gravuras da caixa de areia, da caixa d’água e da represa, obras que já estavam prontas desde o final do século XIX quando a Câmara conseguiu realizar tais obras, através de empréstimos obtidos junto ao governo do Estado, mas que ficaram incompletas por falta de recursos para construir a rede de distribuição, tarefa que passara a ser encargo do referido concessionário⁴⁴.

Somente a partir de janeiro de 1908 voltamos a encontrar nas Atas da Câmara Municipal referências sobre a iluminação elétrica da cidade. Na primeira sessão ordinária da legislatura daquele ano foi encaminhado, às comissões de Fazenda e Saúde, Justiça e Instrução Pública, um requerimento do Coronel Antônio Fernandes da Costa solicitando doze meses

Redator - Chefe. Ver o tom conciliador em Ao Desfraldar a Bandeira. *A Paz*. Nova Friburgo: 02 de dezembro de 1906, p.1. Veja também o verbete de Galdino do Valle Filho. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/galdino-do-vale-filho>. Acesso em 10 de junho de 2020.

40 Ata da 4ª sessão extraordinária da Câmara, em 24 de outubro de 1906, folha 11v.

41 Idem, folhas 12 a 12 v.

42 Esse seria o primeiro “considerando” do Decreto 1502, de 19 de agosto de 1916.

43 *A Lanterna. O Fluminense*. Niterói: 06 de maio de 1907, p. 1.

44 Sobre o caso veja neste mesmo volume o artigo de Maria Ana Quaglino. Note-se também, que dois anos antes, essas obras eram mencionadas como prontas, faltando apenas a rede de distribuição, em publicação de mesmo nome e características, mas que não temos certeza ser a mesma de 1907. Ver *A Lanterna*. [RJ], 31 de dezembro de 1905, p. 4.

de prorrogação para conclusão dos serviços, estendendo o prazo até 5 de maio de 1909⁴⁵. Na sessão seguinte, em 21 de janeiro de 1908, era registrado em Ata um acréscimo ao saldo da Câmara de 4 mil réis, em dinheiro, correspondente ao depósito efetuado pelo Coronel Antônio Costa como caução pelos contratos firmados, sob a responsabilidade do procurador Coronel João José Zamith⁴⁶.

Finalmente, decorridos quase quatro anos, parece que havia sido completada uma parte da proposta apresentada pelo Coronel Costa e entregue à Câmara. Em cinco de maio de 1908, realizou-se uma sessão destinada a debater sobre a aceitação das obras de conclusão do abastecimento de água da cidade, de acordo com o ofício de 25 de abril daquele ano, a partir do parecer da Comissão de Obras, Viação e Indústria⁴⁷. Em seu parecer, assinado pelos vereadores Galiano das Neves Júnior e Mathias Pereira Borges, a Comissão constatou a presença de água estagnada no local, algo prejudicial à saúde pública, sendo necessário que fosse saneada. Outro ponto se referia à falta de reparos na casa do guarda junto à represa, conforme constava no contrato⁴⁸.

Em um arranjo típico de grupos políticos da “república oligárquica”, o presidente Ernesto Brasília relatou que, em conversa, da qual também participara Galiano das Neves Jr., comunicara ao Coronel Costa sobre a existência de tais pontos críticos em sua realização. Na ocasião o concessionário concordara com as ponderações da Comissão e com o prolongamento do prazo de pagamento das obras de 15 para 20 anos, se comprometendo em sanar as falhas apontadas. Posto em discussão e diante do relato do presidente, o parecer da comissão foi aprovado, assim como a indicação da renovação do contrato de cinco de novembro de 1906, sendo o prazo de duração prolongado para 20 anos, com o abatimento de 25% sobre o valor inicial; a Câmara poderia também, como parte do contrato, reformar a tabela de pagamento do imposto de água⁴⁹.

O ano de 1908 foi marcado pela avaliação de outras medidas de saneamento público, além daquela do abastecimento de água, que eram também atribuições das câmaras municipais. Foram elas a questão da remoção do lixo e o reforço na estrutura da Câmara para tratamento médico de doenças infectocontagiosas que, de quanto em vez, faziam vítimas na cidade. Eram frequentes as inundações que atingiam a cidade, como a do verão de 1906, e o perigo de danos maiores, como o aparecimento de doenças epidêmicas⁵⁰. Note-se ainda que, com relação ao serviço médico oferecido pela Câmara, uma tradição do século XIX, só se configurava, de fato, e de forma precária, nos momentos de crise evidente.

Na sessão de cinco de maio, na qual se discutiu a aceitação da obra do Cel. Antônio Costa, foram ainda apresentados dois projetos: o primeiro, visando regulamentar os serviços de abastecimento de água; e o segundo, o de remoção de lixo da cidade; ambos encaminhados às comissões de Saúde, Justiça e Instrução Pública e de Fazenda⁵¹. O primeiro projeto retornou das comissões, no início de julho. Na 6ª sessão ordinária, foram debatidos e aprovados os pareceres das duas comissões sobre o mesmo, tendo sido ainda solicitado sua conversão em lei⁵². O segundo retornou ao plenário no mês de julho, depois que as

45 Ata da 1ª sessão ordinária em 9 de janeiro de 1908, p. 38 verso.

46 Ata da 2ª sessão ordinária em 21 de janeiro de 1908, p. 41 verso.

47 Ata da sessão extraordinária em 05 de maio de 1908, p.48.

48 Ata da sessão extraordinária em 05 de maio de 1908, p.48.

49 Ata da sessão extraordinária em 05 de maio de 1908, p.48 e 48 verso.

50 *O Fluminense*. Niterói: 06 de fev. de 1906, p. 2.

51 Ata da 1ª sessão extraordinária de 5 de maio de 1908, p. 48 verso.

52 Ata da 6ª sessão ordinária em 1º de julho de 1908, p. 49 verso.

comissões haviam elaborado edital e este resultou na apresentação de uma proposta. Na 7ª sessão ordinária, ocorrida no dia 28, foi apresentada a proposta de Luiz Spinelli para o serviço de remoção de lixo das casas particulares, capoeiras e outros resíduos das ruas, vales e cemitérios públicos, obrigando-se às condições do edital da concorrência de 10 do corrente, no valor de 390 réis mensais. Outra medida adotada pelo presidente da Câmara foi o contrato com o médico Dr. José Acencio Benigno. Isto porque foram registrados três casos de varíola na cidade, tendo sido os doentes recolhidos ao lazareto local. Um médico tornava-se imprescindível nesse momento, para o tratamento dos enfermos e de outros que fossem encaminhados para internação. A autorização solicitada para tais despesas foi aprovada pela Câmara⁵³.

A oposição não perdeu a oportunidade de levantar críticas à atuação da Câmara e de seu presidente em relação ao combate as epidemias, em particular aos casos de cólera surgidos na cidade. Duas matérias, publicadas em *A Paz*, apontavam nesse sentido. A primeira, do mês de maio, ressaltava o descaso do Dr. Brasília que, mesmo sendo um médico, não teria ainda tomado as providências necessárias para evitar a proliferação da doença na cidade⁵⁴:

Na opinião do sr. Ernesto Brasília, velho clínico, o tipo se constituiu aqui uma endemia. O que tem feito s. s., porém, na sua dupla qualidade de governo municipal, delegado de higiene, para debelar o germe proliferador da insidiosa moléstia? Quais são as obras que s. s. durante vinte anos de administração tem executado para sanear a cidade? De que elementos dispõe s. s. para, na emergência da invasão de uma epidemia, como essa, que nos bate à porta, garantir a saúde, senão a vida dos seus administrados? Que providências já adotou o delegado de higiene para imunizar a população desta cidade? Ao que sabemos, as portas de Friburgo acham-se abertas ao ingresso do vírus flagelador, que talvez, desta arte, venha satisfazer uma das aspirações do Sr. Presidente da Câmara, qual a de eliminar a oposição que lhe movem as suas vítimas (...), todos os moradores do município.

No início de agosto de 1908, em outro artigo crítico à falta de ação da Câmara, o mesmo jornal noticiava o não aparecimento de casos de varíola na localidade, desde a última semana do mês de julho. Tal feito era atribuído à uma "cruzada" realizada pela oposição, através da propaganda e divulgação de hábitos de higiene, conforme trecho transcrito a seguir⁵⁵:

Graças a benemérita cruzada em que nos empenhamos contra esse terrível flagelo das populações, fazendo a propaganda de todos os modos da vacina, e convidando e esclarecendo os nossos munícipes para praticarem a higiene defensiva, não apareceram na semana última casos novos da moléstia em Friburgo. Para esse resultado (...) queremos destacar em honrosa menção, a dedicação do quadro clínico desta cidade, abrindo uma exceção realmente característica para os poderes oficiais, que não vimos um só dia cuidar com seriedade e convicção, da vacina antivariólica (...).

Fato relevante, também ocorrido em 1908, para a vida política friburguense foi o falecimento do presidente Ernesto Brasília de Araújo, ocorrido em 14 de agosto. No mesmo ano, veio a falecer o vice-presidente da Câmara, José Teixeira da Costa⁵⁶. Transcrevemos a

53 Ata da 7ª sessão ordinária em 28 de julho de 1908, p. 50 verso.

54 Pela higiene. *A Paz*. Nova Friburgo: 24 de maio de 1908, p. 2.

55 Variola. *A Paz*. Nova Friburgo: 02 de agosto de 1908, p. 2.

56 Ata da 2ª sessão extraordinária em 5 de setembro de 1908, p. 54 verso.

seguir, do jornal *A Capital*, uma nota fúnebre do enterro de Brasília, a grande liderança política da cidade⁵⁷.

Dr. Ernesto Brasílio de Araújo. Relativamente às homenagens fúnebres prestadas à memória do Dr. Ernesto Brasília de Araújo, presidente da Câmara Municipal de Friburgo, e anteontem falecido naquela cidade, recebemos o telegrama seguinte: 'Revestiu-se da maior imponência o enterramento do Dr. Ernesto Brasílio ontem falecido, fazendo-se representar o Presidente do Estado, Secretário Geral e chefe de polícia. Ao ato compareceu a população em peso desta cidade, reinando a mais profunda consternação. À bordo do túmulo, orou o Dr. Modesto de Mello. Redação de O Friburguense.

A morte da liderança política de Nova Friburgo que, por diversas ocasiões desde 1893, atuou na Câmara Municipal e nos oito anos a havia presidido e controlado, foi, sem dúvida, um fato impactante que movimentaria as disputas políticas internas na Câmara: primeiro, em 1909, entre Modesto de Mello, então presidente, e Galiano das Neves Jr. e, a partir da eleição de Galdino do Valle Filho, em 1910, deste com Galiano das Neves Jr., eleito presidente em 12 de janeiro. O novo cenário deu oportunidade a que a oposição galdinense aumentasse mais ainda o tom de suas críticas, utilizando a demora no cumprimento dos prazos de conclusão dos serviços públicos, dentre eles a iluminação elétrica, em mais um tema na disputa pelo controle político local. O acirramento do discurso oposicionista desse grupo, encontrará em categorias como progresso, industrialização, sanitarismo, iluminação elétrica, argumentos para defesa da modernização da cidade, que será o carro chefe do mesmo, diante das lideranças mais tradicionais, cujo poder era mantido através do rígido controle privado das instituições, supostamente públicas⁵⁸.

A questão da iluminação após a gestão Brasília: a passagem da concessão a Julius Arp

Conforme sintetizou ARAUJO (2003, 63):

A defesa da indústria como sinônimo de progresso, bem-estar material, deveria estar associada as condições de salubridade, beleza e encantamento, encontrados em Nova Friburgo. Essas condições naturais, típicas deste município, deveriam se ligar ao crescimento industrial, responsável pela criação de uma base sólida e indestrutível. Até mesmo outros municípios que não possuíam os atributos encontrados em Nova Friburgo viviam situações decorrentes da implantação da indústria.

O discurso industrializante acima caracterizado, que estava presente naquele de Galdino do Valle Filho e seu grupo, se tornaria muito mais que isso, com a presença de um grupo de empresários de nacionalidade alemã, interessados em implantar um conjunto de atividades fabris na localidade, mas que, para tanto, necessitavam dispor de vários serviços, dentre os quais a energia elétrica para iluminação e força motriz. Figura central na materialização desses projetos seria Julius Arp, para quem o Coronel Antônio Costa transferiu, em 1911, a concessão obtida desde 1906 pela Câmara. Para que possamos tentar entender como tal fato ocorreu, devemos retornar ao momento em que a Câmara de Nova Friburgo passou a

57 *A Capital*. RJ: 16 de agosto de 1908, p. 2.

58 Ver: ARAUJO (2003) e COSTA (2002).

ser presidida pelo vereador Modesto Alves Pereira de Mello, que se fez sucessor do falecido Ernesto Brasilio de Araújo. Antes, porém, é preciso advertir o leitor que a nossa narrativa interpretativa, para o período posterior a janeiro de 1910, teve que ser construída apenas a partir de outras fontes, que não as atas da Câmara, uma vez que os livros referentes ao período de 07 de janeiro de 1910 a 29 de julho de 1917 estão desaparecidos⁵⁹. Dito isto, prossigamos.

Dois meses depois de sua eleição, em 5 de setembro de 1908, Modesto de Mello presidiria a 8ª sessão ordinária da Câmara. Nesta sessão, de 7 novembro de 1908, foi apresentado e julgado outro pedido de adiamento do Coronel Antonio Fernandes da Costa, desta feita até 5 de maio de 1910, para conclusão do contrato de iluminação elétrica da cidade. O contratante justificava o novo pedido pelo fato de a Câmara não ter se manifestado, até então, sobre sua solicitação encaminhada em 6 de janeiro último e estando o prazo anteriormente concedido prestes a se esgotar⁶⁰. Em seus pareceres, apresentados nessa mesma reunião, as comissões de Fazenda, Saúde, Justiça e Instrução Pública decidiram conceder a prorrogação do serviço somente até a data de 15 de novembro de 1909, sendo a proposta aprovada pelo plenário⁶¹.

Somente tendo se passado quase um ano, o assunto da iluminação pública voltou a ser debatido pela Câmara, em 30 de dezembro de 1909. Na ocasião, o presidente Modesto de Mello informou que o Coronel Antônio da Costa havia encaminhado, através de ofício datado de 24 de março daquele ano, a planta de distribuição da iluminação da cidade, para a qual havia sido contratado⁶². Mais uma vez o coronel havia requerido, em 20 de setembro de 1909, às mesmas comissões, que o contrato fosse prorrogado até 15 de novembro de 1910. As duas comissões encarregadas de examinar o caso se pronunciaram sobre o ofício, considerando que o trabalho fora iniciado, mas o prosseguimento estava na dependência de aprovação da planta pela Câmara, que não havia se reunido em sessão alguma, “devido a causas que perturbaram a vida administrativa e econômica do município”⁶³. Prosseguindo

59 É curioso observar que, em 1916, falou-se na imprensa local e do Estado num desaparecimento de documentos da Câmara. Essa “notícia” tal como foi contada, independentemente do aspecto de ser ela verdadeira ou não, passou a fazer parte do jogo político local. O jornal *Cidade de Friburgo*, em 05 de março de 1916, p. 1, se refere a um ato indevido de Galdino do Valle Filho: o de ter levado uma série de materiais da Câmara para casa, inclusive “livros”. Já *O Imparcial*, em 01 de junho de 1916, p. 8, foi mais explícito, noticiando que, após ter sido negado pelo STF recurso de habeas corpus referente à eleição daquele ano para Câmara, Galdino do Valle teria “subtraído do edifício da municipalidade todos os livros, e até hoje não os entregou aos atuais gestores”.

60 Ata da 8ª sessão ordinária, em 7 de novembro de 1908, p. 58.

61 Ata da 8ª sessão ordinária, em 7 de novembro de 1908, p. 63 verso.

62 Ata da 2ª sessão extraordinária, em 30 de dezembro de 1909, p. 70.

63 A causa destas perturbações foi, provavelmente, a oposição interna que encontrou o presidente Modesto de Mello para se reeleger. Conforme o reportado pelo Presidente do Estado, Alfredo Backer, na sua mensagem anual Assembleia para o ano de 1909, no ano anterior, a eleição ocorrida à 05 de setembro foi contestada pelo vereador Coronel Galiano Emílio das Neves Jr. Este encaminhara, ainda segundo essa mensagem, documentos que provavam ter sido realizada a eleição “sem a presença da maioria legal, exigida pelo art. 1º da lei nº 744 de 01 de outubro de 1906”. Em consequência, Alfredo Backer, interveio na situação determinando, através do decreto nº 1093, de 22 de janeiro de 1909, a suspensão dos efeitos das “eleições de Presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, procedidas a 5 de setembro de 1908, bem como as realizadas a 11 do corrente pela mesma corporação para aqueles cargos e ainda para o de Secretário, até que a Assembleia Legislativa do Estado oportunamente se pronunciasse a respeito. Apesar disso, a situação acabou se resolvendo, pelo que se pode constatar, favoravelmente à Modesto de Mello, que ficou no cargo. Note-se que Modesto era deputado estadual e vice-presidente da Assembleia, no ano de 1909. Ver Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia Legislativa do Estado em 01 de agosto de 1909. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1909, p. 17 a 21. Ata da 2ª sessão extraordinária, em 30 de dezembro de 1909, p. 71.

em suas considerações, as comissões argumentaram se tratar de uma situação excepcional, alheia à vontade do concessionário, que o havia impedido de cumprir o contrato no prazo anteriormente fixado para 15 de novembro daquele ano. Nesses termos, além de a planta estar de acordo com o contrato de 1906 e com as conveniências públicas, prorrogaram o prazo de conclusão dos serviços para 15 de novembro de 1910. As comissões ainda aprovaram a planta da iluminação pública da cidade, com a ressalva de que, qualquer alteração que viesse a ser sugerida, sem que fosse modificado o plano geral, seria feita de comum acordo entre a câmara e o coronel⁶⁴.

As quatro sessões realizadas em janeiro de 1910, e que fazem parte do Livro das Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo dos anos de 1906 a 1910, não trazem mais informações sobre o tema da iluminação elétrica, cessando naquele mês os registros sobre as reuniões da Câmara. Mas trazem pelo menos uma informação importante, a diplomação de Galdino do Valle Filho, como vereador, eleito no pleito de 19 de dezembro de 1909. Pensando na impossibilidade de consulta às atas e na grande escassez de informações que sobreviveram até os nossos dias, sobre a dinâmica interna da casa no desfecho do caso da iluminação elétrica, decidimos aproveitar o próprio relato deste personagem, a partir dos artigos publicados no seu jornal *A Paz*, para construir, de forma crítica, mais perguntando do que respondendo, o desfecho do caso da implantação da iluminação elétrica em Nova Friburgo. Afinal, o vereador Galdino foi também um observador e não só um ator comprometido com o caso. Utilizamos também, evidentemente, as fontes secundárias e algumas outras primárias, existentes sobre o assunto, para tentar superar as dificuldade que encontramos.

O ano de 1911, sem dúvida, foi decisivo na mudança do padrão de iluminação pública em Nova Friburgo. Após um longo período de espera, a tão almejada expectativa pela energia elétrica se concretizou. Entretanto, a obra não seria atribuída, àquele que, desde 1904, havia capitaneado o projeto e sua execução. Nos anais da história local, ficou o nome de Julius Arp como o responsável pela implementação do serviço de eletricidade na cidade. Quanto da obra teria sido executada pelo Coronel Costa? Quais seriam os motivos que o levaram a vender a concessão ao empresário, às vésperas de sua inauguração? Quanto do projeto efetivamente foi executado por cada um? É evidente que o desfecho do caso não esteve imune às disputas políticas travadas que envolveram a Câmara Municipal, os interesses de grupos urbanos industriais, alguns de nacionalidade alemã, e de parte da população.

Desde o começo de 1911 a oposição ao governo municipal, reunida em torno do jornal *A Paz*, cuja expressão maior era o médico e vereador Galdino do Valle Filho, vinha publicando matérias sobre o serviço de iluminação elétrica prestes a ser implantado na cidade. Entretanto, segundo *A Paz*, a concretização de tão esperado sonho estaria sendo dificultada pelo coronel Galiano Emílio das Neves Júnior, liderança situacionista local, que presidia a Câmara desde janeiro de 1910⁶⁵.

64 Ata da 2ª sessão extraordinária, em 30 de dezembro de 1909, p. 71 e 71 verso.

65 Segundo COSTA (2002), a intenção de Galdino do Valle, para promover o setor industrial na cidade, era de que fosse transferido para o industrial Julius Arp, o contrato em mãos do coronel Costa, ligado à facção política situacionista. A garantia de que contaria com o fornecimento de eletricidade para movimentar os motores de sua tecelagem, além de viabilizar a presença de outros empreendimentos fabris na cidade, seria uma condição para que Arp se instalasse em Friburgo. É importante registrar que a perspectiva em assegurar um fornecimento seguro de força motriz para suas fábricas parece ter sempre estado no horizonte da estratégia de investimento de Arp. Essa escolha, mais adiante, será tema de conflito com o poder público local, voltado para atender aos reclamos da população por melhorias no sistema de iluminação da cidade.

Na edição de 12 de fevereiro de 1911, *A Paz* informava estar havendo desentendimentos entre o presidente da Câmara e o concessionário do serviço de iluminação elétrica. Tal situação ocorria, segundo o jornal, porque o contrato carecia de cláusulas claras que preservassem, de fato, os interesses da municipalidade, como contratante do serviço. Acusava ainda o Coronel Costa de “zombar” do poder da Câmara ao não atender às solicitações do presidente da mesma. Em relação a esse tema, vale notar primeiramente que, o mesmo *A Paz* fazia referências veladas a uma suposta perda de prestígio do “chonchon” – apelido de família de Galiano, que o jornal insiste em usar de forma jocosa – desde o momento em que Oliveira Botelho assumira a presidência do Estado. Nesses termos, considerando o contexto político, a proposta oferecida pelo jornal de evocar o poder estadual para fiscalizar a execução do contrato, se mostrava, no mínimo, inconveniente e até mesmo ameaçadora para a autonomia da Câmara, no exercício de sua função executiva⁶⁶. A lei estadual nº 717, de 06 de novembro de 1905, que reafirmava o estipulado pelo decreto 910, de 29 de março do mesmo ano, dava ao governo estadual poderes para fiscalizar a execução dos contratos. Além disso, estabelecia normas técnicas, direitos e obrigações, para indivíduos, empresas ou companhias que utilizassem força hidráulica para a produção industrial de energia elétrica.

Na medida em que prosseguem os desentendimentos, que parecem ter sido graves, as matérias do *A Paz* continuavam insistindo na necessidade de a Câmara local impor ao concessionário a adequação de seu contrato àquela lei estadual. Pelo que podemos entender, o concessionário também não tinha interesse nisso. E, nesse aspecto, para além das suas razões de cálculo econômico e político, podemos pensar que o coronel Costa poderia estar se recusando a essa adequação, porque achava equivocadamente que tinha esse direito. Tanto o decreto 910 quando a lei 717 acima citados admitiam que só estavam obrigados a obedecer a tudo o que estava ali estipulado os que concordassem por escrito com isso, o que era formalizado através de assinatura de documento próprio. Isso desobrigava o não aderente, por exemplo, de pagar pelo serviço de fiscalização, mas não o isentava de atender às normas técnicas de segurança estabelecidas pela legislação.⁶⁷

Na edição do *A Paz* de 19 de fevereiro temos outro indicador do que teria sido foco de discordância entre Galiano das Neves e o Coronel Costa. A questão se referia à exigência feita pela Câmara para instalação de uma usina elétrica, cláusula que não constava do contrato inicial. Segundo o periódico tal celeuma não existiria, caso o contrato tivesse sido assinado seguindo os parâmetros da lei 717 e seu 13º artigo. Entretanto, a única menção no referido artigo ao governo municipal trata de situações de desapropriações sobre bens do Estado ou concessões existentes. Em caso de bens de domínio municipal, a resolução seria feita caso a caso, após consulta prévia ao prefeito ou presidente da Câmara, a fim de que o bem não fosse adquirido por um preço inferior ao de seu custo comprovado. Na opinião do *A Paz*, a discussão travada naquele momento, indicaria o não atendimento de tal exigência⁶⁸.

66 A luz elétrica. *A Paz*, 12 de fevereiro de 1911, p. 1.

67 No decreto esse é o artigo 4º. O mesmo está publicado na íntegra em *O Fluminense*. Niterói, 31 de março de 1905, p. 1 e 2. Já a lei, no *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1905, p. 4.

68 A luz elétrica. *A Paz*. Nova Friburgo: 19 de fevereiro de 1911, p. 1. No entanto, vimos que, no início de dezembro de 1910, o coronel Costa havia requerido junto ao governo do Estado, uma licença para usina de energia elétrica, aproveitando as águas da cachoeira do Hans (*A Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1910, p. 5). Já em fevereiro de 1911, por ocasião do retorno de Oliveira Botelho ao governo de Estado, o coronel Costa, junto a um grupo de friburguenses, dentre eles Galdino do Vale, estivera na sede do governo (Palácio do Ingá. *A Imprensa*. Rio de Janeiro: 14 de fevereiro de 1911, p. 4). Teria a visita alguma relação com a solicitação anterior para uso de um recurso hídrico local? Parece, portanto que o projeto de iluminação de Nova Friburgo estaria se adequando à legislação estadual de 1905, referente ao uso dos recursos hídricos no âmbito municipal.

Outra informação do *A Paz* nos indica, que apesar dos pesares, o trabalho de instalação da rede de distribuição estava em andamento naquele mês de fevereiro de 1911. Uma enquete registrou a ocorrência e extensão dos danos em alguns postes de iluminação elétrica que estavam sendo colocados na Praça XV de novembro. E que, por requisição do coronel Costa ao delegado, foi realizada vistoria no local, cujo laudo constatou danos que importaram em 20 mil réis. Num clima, que parecia, portanto, tenso, *A Paz* não parava de acirrar os ânimos publicando notas que apresentavam o adversário político como irresponsável e mau gestor público. Numa delas, por exemplo, o “Chonchon” alertava a população para o perigo de vir a ter as casas incendiadas com o uso da energia elétrica. O noticioso acrescentava que isso só ocorria em um contrato assinado sem as devidas garantias⁶⁹.

Em abril de 1911, *A Paz* prosseguiu publicando matérias que reforçavam a ideia de desentendimentos entre a Câmara e o Coronel Costa, quanto ao serviço de iluminação elétrica da cidade. Na edição do dia 02, retomou reportagem de *O Friburguense*, de setembro de 1910, onde o legislativo local demonstrava as vantagens do contrato do coronel para a municipalidade no tocante ao preço da energia elétrica, por ocasião da assinatura do acordo de prorrogação do prazo para realização das obras previstas. “Naquele tempo o feliz contratante da água e da luz era o benemérito, era o homem que empregando capitais em empresas que lhe garantiam juros fabulosos, arriscava sua fortuna em benefício da terra”⁷⁰. Entretanto, ainda de acordo como o periódico, na gestão de Galiano parecia ter mudado a visão da Câmara em relação ao contratante, cujo preço do kW hora passava a ser considerado exorbitante. Demonstrando a contradição existente entre os dois momentos, *A Paz* ironizava a mudança de postura do líder situacionista: “Hoje, o porta voz do Chonchon (...) vem nos dizer que a Companhia Brasileira de Eletricidade propõe ao governo de São Paulo fornecer a energia elétrica ao preço de 40 reis o Kw, quando em Friburgo ela custa 500rs”⁷¹.

No dia 9 do mesmo mês, o jornal registrava a chegada de um provável mediador da capital, com a tarefa de conciliar os interesses e dificuldades surgidas entre o presidente da Câmara e o Coronel Costa. A expectativa era, portanto, de que “(...) fossem aplainadas as dificuldades opostas pelo executivo municipal à conclusão das obras de instalação elétrica desta cidade, sendo até provável que novas vantagens sejam auferidas pelo jeitoso Coronel Costa (...)”⁷². Seria ele alguém vinculado ao empresário Julius Arp ou o próprio? De todo modo, pelo discurso, parecia estar prestes a ser concretizado o tão esperado projeto de iluminação pública via eletricidade na cidade de Nova Friburgo.

Duas notícias, na edição do *A Paz* de 07 de maio de 1911, nos chamaram a atenção, por parecerem estar estreitamente ligadas ao uso privado da energia elétrica, tanto como iluminação, quanto para força motriz. A primeira se refere à saudação, associada à ideia

69 *A Paz*, 12 de fevereiro de 1911, p. 1. Observamos que as informações acerca de desentendimentos entre o presidente da Câmara e o coronel Costa parecem não fazer muito sentido, no caso do contratado estar ligado à situação política local. Uma hipótese a ser verificada é apresentada por FISHER (1986; 102), a partir de Raphael Jaccoud. O memorialista atribui a alguns vereadores da situação, contrários a transferência do contrato para Julius Arp, um “alemão”, a criação de obstáculos para concretização do processo, buscando trazerem para si o privilégio da exploração da energia elétrica.

70 *A Paz*. Nova Friburgo: 02 de abril de 1911, p. 1.

71 *A Paz*. Nova Friburgo: 02 de abril de 1911, p. 1. O opositor se esquece de comparar as dimensões entre as duas cidades, o que implicava em um maior número de consumidores, permitindo uma diluição dos custos com um elevado investimento inicial. No caso de São Paulo ainda se deve atentar para a existência de outra concessionária já instalada na cidade, a Light São Paulo, desde o final do século XIX. Para maiores detalhes da situação paulista sobre o fornecimento de energia elétrica ver: SAES (1979); SAES & HANSEN (2007).

72 Eletricidade e arranjos... *A Paz*. Nova Friburgo: 09 de abril de 1911, p. 1.

de progresso e indústria, com a inauguração, em breve, de duas fabricas têxteis na cidade. O editorial de primeira página é bastante eloquente e cheio de expectativas em um promissor futuro para uma cidade "(...) que se inicia agora na senda do progresso com o impulso hodierno da energia elétrica a iluminar-lhe os horizontes, a movimentar-lhe as fábricas que dentro em breve, uma após outra, ali estarão a atender a felicidade de um povo; (...)"⁷³. Um futuro promissor parecia estar batendo-lhe às portas, com a instalação de uma fábrica de rendas pela firma M. Singen & Comp., à rua São Clemente, que contaria com 64 teares e duas turmas de trabalhadores. A fábrica seria dotada de energia elétrica, interna e externa, sendo que, no caso da iluminação externa, ela se estenderia da rua até o jardim público. Em seguida à sua inauguração, estava prevista a instalação de uma fábrica de fitas, cujas operações teriam início no mês de dezembro. Haveria ainda uma terceira, um fabricante de meias, com capacidade para empregar até cem operários⁷⁴.

Já a segunda notícia, de interesse mais direto com nosso tema, era mais impactante e, de certa forma, condicionava a concretização da anterior. Estamos nos referindo à transação comercial a ser efetivada entre os senhores Julius Arp e o coronel Fernandes da Costa, do contrato de iluminação elétrica da cidade, onde o comprador era representado pelo advogado Raul de Oliveira e Silva. A transação daria ensejo à criação de uma sociedade em comandita para exploração do contrato, sendo ainda reduzido para 12 réis o preço da iluminação pública e 2 reis o gasto privado mensal por uma lâmpada de 16 velas⁷⁵.

O que teria levado o coronel Costa a se desfazer do projeto de iluminação pública de Nova Friburgo, após vários anos de investimentos, criando expectativa nos moradores, em defensores do progresso, e que se encontrava prestes a ser concluído? Tal indagação parecer não ter ainda uma resposta plausível, diante da ausência de uma justificativa por parte dos agentes envolvidos que possam ser confrontadas com outras fontes do período. Fiquemos, no momento, com a versão apresentada por ocasião das comemorações do 75º aniversário da Fábrica de Rendas. De acordo com o relato, Julius Arp teria sido informado por um amigo de que estaria sendo construída em Nova Friburgo uma usina hidroelétrica, cujo dono estaria disposto a passar a concessão a quem se interessasse. O coronel Costa teria tomado a decisão de passar adiante seu empreendimento, perante a ausência de um número expressivo de futuros consumidores para a produção de energia elétrica, assim como pelo interesse demonstrado por Arp na aquisição do mesmo⁷⁶. Em 20 de junho de 1911, com o consentimento do poder local, foi realizada a transferência para Julius Arp & Cia., do contrato anteriormente realizado entre a Câmara de Nova Friburgo e o coronel Antônio da Costa, assim como sua renovação⁷⁷.

73 Na senda do progresso. *A Paz*. Nova Friburgo: 07 de maio de 1911, p. 1.

74 *A Paz*. Nova Friburgo: 07 de maio de 1911, p. 1.

75 *A Paz*. Nova Friburgo: 07 de maio de 1911, p. 1.

76 FISHER; 1986, 92. Talvez o interesse da Arp em investir na compra de uma usina de produção de energia elétrica encontre uma explicação na lógica dos custos empresariais. Sabemos que, perante a opção de outra fonte de energia, além do vapor, para ser empregada como iluminação e força motriz em sua fábrica, parecia mais rentável ao empresário o uso da energia elétrica fornecida por terceiro, ao invés de empatar parte de seu capital na compra e instalação de usina própria ou no uso da máquina a vapor. Essa última, além dos custos para instalação, dependia da manutenção, que envolvia instalações separadas da área produtiva, de trabalhadores especializados, assim como da importação da matéria prima, o carvão, cujo preço era afetado por frequentes oscilações cambiais que atingiam a moeda nacional no período. Uma usina própria de energia elétrica, por seu turno, reduziria alguns desses gastos, tendo ainda a alternativa de diversificar seus investimentos e de fornecer energia para terceiros, além de ser a principal fonte de iluminação para a cidade. Para mais detalhes sobre esse tema, ver: FREITAS FILHO. (1999).

77 FISHER; 1986, p. 93-101.

Para concluirmos essa análise, dois acontecimentos devem ainda ser apresentados. O primeiro relacionado à transferência do contrato do coronel Costa para o industrial Julius Arp, seguida da alegada desistência do mesmo, perante a uma também alegada atitude da Câmara em não aceitar o novo concessionário. A postura do órgão teria levado o industrial a se pronunciar no sentido de instalar em outra localidade seu empreendimento fabril. O segundo refere-se ao relato da narrativa oposicionista. De acordo com esta, vendo-se privados da possibilidade dos investimentos capazes de trazerem o novo padrão de modernidade para a cidade, alguns moradores teriam se reunido à frente da Câmara e iniciado um movimento de protesto que culminou em depredações das instalações do local e na quebra de alguns lâmpões instalados na Praça XV de novembro. O episódio, conhecido como a “Noite do Quebra Lâmpões”, ocorreu ao final da tarde de 17 de maio de 1911 e culminou no envio de um delegado auxiliar da polícia estadual, Nunes Ferreira Filho, encarregado de investigar o acontecimento⁷⁸. Em seu relatório final, o delegado auxiliar isentou de qualquer indício de culpa pelo distúrbio o partido oposicionista dirigido por Galdino do Valle, considerando que “o ilustre deputado constantemente exortava à calma os manifestantes, envidando os maiores esforços em prol da ordem pública e do alto renome da cidade”⁷⁹.

Em relação às dificuldades que Julius Arp vinha encontrando para instalação de suas fábricas na cidade, matéria publicada em *O Correio da Manhã*, de 30 de maio de 1911, transcrevia a correspondência encaminhada pelo mesmo ao presidente da Câmara, em resposta a um pedido de Galiano das Neves. Em um trecho de sua resposta, o industrial reiterava jamais ter tido a intenção de transferir sua fábrica para outro Estado, “o que seria um manifesto absurdo, depois das despesas de instalação, montagem e das vantagens obtidas de s. ex. o presidente do Estado do Rio, por intermédio de v. ex. (...)”⁸⁰. É importante registrar que o industrial, de fato desde junho de 1910, havia obtido isenção no pagamento de tarifas de importação e exportação, assim como de taxas municipais por um prazo de dez anos; os favores municipais seriam também estendidos às empresas fabris que lá se instalassem.⁸¹

Naquele mesmo mês, em 20 de junho de 1911, foi afinal efetivada a transferência do contrato do Coronel Antônio da Costa para a Julius Arp & Cia., simultaneamente a sua renovação com a Câmara da cidade, através de um documento que contava com 40 itens⁸². Finalmente, com a inauguração da iluminação elétrica em 24 de junho, dia em que se comemora São João Batista, padroeiro cidade, se encerrava o período de busca pela implantação de um padrão de serviço público, no tocante a iluminação, considerado mais ajustado à modernidade do século XX. *O Diário Fluminense* de 29 de junho publicou, em manchete de primeira página, com foto do centro da cidade, da Matriz de São João Batista e do presidente da Câmara Galiano Emílio das Neves Júnior, matéria sobre tal feito e da qual transcrevemos os trechos a seguir⁸³:

78 A lição dos fatos. *A Paz*. Nova Friburgo, 21 de maio de 1911, p. 1; Os fatos de 17. Idem, ibidem; Arruaças e depredações em Friburgo. *O Paiz*, 07 de julho de 1911, p. 3.

79 *O Paiz*. RJ: 07 de julho de 1911, p. 3.

80 Depredações em Friburgo. *Correio da Manhã*. RJ: 30 de maio de 1911, p. 3.

81 Friburgo. *Correio da Manhã*. RJ: 06 de junho de 1910, p. 4.

82 FISCHER; 1986, 93-102.

83 Nova Friburgo. Inauguração da luz elétrica. *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro. 29 de junho de 1911, p. 1. O curto intervalo de tempo, quatro dias, entre a transferência do contrato e a inauguração da iluminação da cidade é um forte indicativo de que, pelo menos a rede de iluminação, já teria sido concluída pelo coronel Costa. A compreensão para tal decisão parece mesmo ter decorrido da necessidade do primeiro em obter algum ganho, em curto prazo, pelo investimento inicial. Já para o empresário alemão havia a mesma perspectiva, porém de longo prazo, que apostava na criação de uma rede de investidores industriais alemães na localidade. Era uma diretriz empresarial que ia além

Como era de esperar, a inauguração da iluminação elétrica de um grande trecho da cidade de Nova Friburgo deu lugar, sábado último, a justificadas expansões de alegria da culta população dessa famosa cidade serrana. O Diário Fluminense (...) não podia desinteressar-se de fato tão importante, qual o de sábado passado tão diretamente ligado ao progresso e ao futuro de uma das mais simpáticas cidades fluminenses. (...) Desde sábado e, em caráter provisório, acham-se iluminadas parte da cidade, alguns prédios particulares e a fábrica de rendas, onde existem 64 lâmpadas de trinta e duas velas. A iluminação pública consiste em 300 lâmpadas incandescentes de 34 velas e 18 ditas de arco voltaico de 800 velas e duas de 1000 velas. Os postes são muito elegantes e todos em aço. A instalação foi feita pela Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schukerkwerke, da praça do Rio de Janeiro, sob a direção de Max Selinke (...). Às 11 horas foi queimado excelente fogo de artifício. E, de um prédio mais próximo da igreja viam-se lindas barraquinhas onde se vendiam prendas, ao passo que em outro, magnificamente ornamentado e já em pleno gozo de uma ótima iluminação elétrica, senhoras de alta distinção vendiam, por elas mesmas preparado e em benefício dos pobres, um delicioso e perfumado chocolate, que teve grande e justificada aceitação.

A Guisa de Conclusão

A partir daquela data a ação da Câmara se voltaria para um novo embate: tentar estender o serviço de iluminação a outras áreas da cidade e, simultaneamente, dotá-la de um perfil mais industrial, buscando atrair novas fábricas. Era um ideário que vinha sendo defendido por Galdino do Valle Filho, desde a época da criação do semanário *A Paz* e que teria marcado sua administração, nas duas ocasiões em que ocupou a presidência da Câmara, em 1913, e de 1914 a 1916⁸⁴. Esta perspectiva da administração municipal, por seu turno, entrará em conflito com a diretriz da empresa concessionária do serviço de iluminação, cada vez mais interessada em obter ganhos maiores com seu investimento na produção de energia elétrica, o que seria alcançado mais seguramente pelo fornecimento de energia para as indústrias que se instalassem na cidade. Mais uma vez, interesses privados versus públicos se encontravam no bojo dos conflitos decorrentes do uso da energia elétrica em pequenas cidades, cujas receitas eram dependentes do dinamismo interno de suas economias.

Tal impasse seria ainda partilhado com a persistência das disputas políticas entre os dois grupos já mencionados, culminando com a efetiva separação dos poderes executivo e legislativo locais, a partir da criação da Prefeitura e do cargo de Prefeito, em 19 de agosto de 1916, através do Decreto nº 1502 do governo do Estado do Rio de Janeiro⁸⁵. Todas essas questões, no entanto, não serão tratadas nesse breve artigo, ficando para outra oportunidade.

da criação de uma empresa somente fornecedora de iluminação pública para uma cidade. Entretanto, insistimos que somente uma pesquisa mais aprofundada, com mais detalhes sobre o perfil do Coronel Costa, poderá lançar novos esclarecimentos para tão instigante episódio da história de Nova Friburgo. Outro argumento importante pode ser buscado na biografia de Julius Arp, em particular nos anos a partir de 1883, quando se instalou como comerciante na então capital do país, iniciando uma intensa atividade de compra e venda no ramo comercial, de onde teria acumulado recursos para novos investimentos, assim como estabelecido uma rede de relações pessoais e empresariais, inclusive em outros estados do país. Para mais detalhes, ver: LLOYD (1913); FISHER (1986) e ARAÚJO (2003).

84 Para entender o perfil industrialista de Galdino, ver os diversos números do periódico *A Paz*, assim como os estudos já referidos de COSTA (2002) e ARAÚJO (2003).

85 O decreto está publicado na íntegra no Jornal do Comércio. RJ: 24 de agosto de 1916, p. 7.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

Livro de Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1902 a 1906.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. 1906 a 1910.

Periódicos (Diversos Anos):

Almanak Laemmert. Anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial.

Diário Fluminense. Gazeta de Notícias. A Imprensa.

O Imparcial.

Jornal do Comércio.

O Jornal da Cidade de Friburgo. A Capital.

O Século.

O Nova Friburgo. O Lynce.

A Lanterna (1905).

Imprensa oficial do Estado

Mensagem do Presidente do Estado à Assembleia Legislativa do Estado em 01 de agosto de 1909. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio de Rodrigues & C., 1909.

Fontes secundárias: Dicionários, Livros, Artigos, Teses e Dissertações

ALBUQUERQUE, Júlio P. de Castro (org.). **Álbum guia da cidade de Nova Friburgo.** [RJ], edição do autor: 1918.

ARAÚJO, João Raimundo e MAYER, Jorge Miguel (coord.). **Teia Serrana. Formação história de Nova Friburgo.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

ARAUJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1960).** Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História. 2003 (Tese doutorado)

CADERNOS DE CULTURA. Nova Friburgo. **Rotas e informações.** Série I, Vol. 2. Prefeitura de Nova Friburgo. Secretaria de Educação e Cultura. Depto. de Cultura. Pró-Memória. Centro de Documentação Histórica. Out. 1988.

COSTA, Ricardo da Gama-Rosa. **A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana.** História, Ciência, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, vol. 9(1); 79-104, jan./abr. 2002.

Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios>.

EULÁLIO, Joaquim (Ed.). **Impressões do Brasil no século XX.** Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930).** Rio de Janeiro: Editora UERJ/Tempo Brasileiro, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo ed., 1989.

FISCHER, C. R. **Uma história em quatro tempos**. Nova Friburgo: Fábrica de Rendas Arp S. A., 1986.

FREITAS F^o, Almir P. **Potência e indústria, 1950-1950: uma contribuição ao estudo da indústria no Brasil sob a ótica da força motriz**. São Paulo: FFLC/USP, 1999.

HANSEN, Claudia R. S. e Oliveira. SAES, Alexandre M. Poder Municipal e as concessões de serviços públicos no Brasil no início do século XX. **História econômica e História de Empresas. Vol. 10**, nº 1(2007), 49-81.

MARTIN, Jean-Marie. **Processus d'industrialization et developement énergétique du Brésil**. Paris: IHEAL, 1966.

MOARES, Adriano dos Santos. **Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República**. Rio de Janeiro: Unirio/Programa de pós graduação em História, 2016. (Dissertação de Mestrado). Disponível em http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_adriano-moraes. Acesso em 10 de maio de 2020.

PROENÇA, Anne Thereza de Almeida. Vida de Médico no Interior Fluminense: a trajetória de Carlos Eboli em Cantagalo e Nova Friburgo. (1860-1880). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2017. (Dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde). Disponível em https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24016/2/dissertacao_Anne_proenca.pdf. Acesso em 20 de maio de 2020.

SAES, Flávio A. Marques de. **A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso". In: **História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GALDINO DO VALLE FILHO:
a construção da hegemonia burguesa em Nova Friburgo (1911-1961)

Ricardo da Gama Rosa Costa



Galdino do Valle Filho

Galdino do Valle Filho foi a principal figura política representativa dos ideais liberais burgueses na primeira metade do século XX no município de Nova Friburgo. Foi o grande responsável pela construção do projeto hegemônico em defesa dos interesses do empresariado ligado à nascente indústria têxtil, instalada na cidade a partir do ano de 1911, em decorrência de toda uma estratégia de mobilização da sociedade local, através do jornal **A Paz**, dirigido por Galdino, em favor da assinatura de um convênio do poder público municipal com o grupo econômico de Peter Julius Ferdinand Arp, para a produção e distribuição da energia elétrica, condição imposta pelo empresário alemão para a implantação da fábrica. A transformação de Nova Friburgo em uma cidade industrial, com seu crescimento urbano vertiginoso ao longo do século XX, passando a ser o núcleo econômico de toda a região, após o esvaziamento de Cantagalo, até o final do século XIX pelo da produção cafeeira no Estado do Rio de Janeiro, resultou de uma batalha política de grande importância, como veremos a seguir.

Iniciado com a ascensão ao poder municipal do grupo político liderado pelo médico Galdino do Valle Filho, que assumiria, após a vitoriosa estratégia voltada a garantir a vinda do empresariado alemão e a industrialização da cidade, a condição de presidente da Câmara de Vereadores, cargo que correspondia também à função de prefeito, o processo de construção da hegemonia burguesa seria consolidado com a difusão do “mito da Suíça Brasileira”, elemento ideológico fundamental que sedimentou a visão de mundo disseminadora da ideia de que Nova Friburgo teria se constituído historicamente como uma cidadela do progresso, uma “civilização superior”, por ter sido forjada por europeus “evoluídos”, em meio ao “atraso” da formação social brasileira, erigida sobre a colonização portuguesa e a escravização de africanos.

De acordo com o pensador marxista e dirigente revolucionário italiano Antonio Gramsci, a hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Segundo ele, nas condições do capitalismo contemporâneo, uma classe mantém a dominação se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, capaz de ultrapassar os interesses meramente corporativos.

A hegemonia do grupo dominante, portanto, é construída dentro de um processo que articula instituições, relações sociais e ideias, no que se destaca a ação de líderes intelectuais comprometidos em elaborar e difundir a visão de mundo a ser “universalizada”, os chamados intelectuais orgânicos. Seu papel é fundamental no estabelecimento de um novo consenso em torno da orientação da facção dominante para a vida social, procedimento favorecido pela posição de prestígio historicamente conquistada pelo grupo em virtude do seu lugar de destaque no mundo da produção. Segundo Gramsci, os chamados intelectuais orgânicos surgiram com o desenvolvimento da vida urbana sob o capitalismo, a se confundirem cada vez mais com os dirigentes da produção industrial, integrados no trabalho de elaboração e difusão da ideologia dominante, no processo de construção da hegemonia política e cultural.

A ação política e cultural é central para a configuração de um bloco histórico que almeja a conquista e a manutenção do poder, num processo em que a dominação política não se dá apenas como coerção verticalizada por parte dos aparelhos de poder, numa via de mão única, mas como uma relação difundida pelo conjunto da sociedade, em que os dominados não se portam como meros agentes passivos, pois, em diversos momentos, assumem como sua a

ideologia dominante ou, pelo contrário, organizam resistência e oposição a ela. A hegemonia pressupõe, além da ação política, a constituição de uma determinada moral, de uma concepção de mundo, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade, em vez de se tentar impor a ideologia com o silêncio das consciências.

Em Nova Friburgo, a modernização capitalista, deflagrada pela batalha política desenvolvida pelo grupo de Galdino, veio acompanhada da difusão de uma visão ideológica acerca da formação histórica do município, extremamente funcional à dominação burguesa, no momento em que as contradições explosivas advindas da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas recém-instaladas exigiam a universalização do ideal de cidade paradisíaca, onde não teria existido a escravidão e não deveriam haver conflitos sociais. Para a construção dessa hegemonia, fíncada sobre as bases materiais da produção capitalista e consolidada com a difusão da ideologia da Suíça Brasileira, muito contribuiu a liderança política de Galdino do Valle Filho, fiel representante da emergente burguesia industrial friburguense. Galdino cumpriu perfeitamente o papel do intelectual orgânico de que nos fala Gramsci: inserido ativamente na vida prática da sociedade friburguense da primeira metade do século XX, atuou como um construtor, organizador, “persuasor permanente, um dirigente político”.

Galdino do Valle Filho nasceu em São Francisco de Paula, atual município de Trajano de Moraes (RJ), no dia 24 de setembro de 1879, filho do médico Galdino Antônio do Valle, pertencente a uma família de proprietários rurais. Galdino Filho estudou no Colégio Anchieta em Nova Friburgo e, em seguida, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, pela qual se formou no ano de 1903. Especializado em clínica médica, endocrinologia e vitaminoterapia, começou a trabalhar em Mirai (MG), mas depois fixou residência em Nova Friburgo. Iniciou sua vida política em 1906, assumindo a direção do jornal **A Paz**, fundado em decorrência da fusão de correntes políticas então chefiadas por seu pai e pelos capitães Alberto Braune e Carlos Maria Marchon.

Galdino: paladino da modernização

Entusiasmado pelas teorias científicas com as quais entrou em contato na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde foi colega de Azevedo Amaral e Carlos Chagas, Galdino passou a representar, em Friburgo, os interesses de renovação social no sentido de aprofundar o processo de urbanização e caminhar rumo à industrialização. Galdino tornou-se o porta-voz do projeto modernizador e progressista que, através das páginas do jornal **A Paz**, pregava a grande transformação da cidade, capaz de elevá-la ao plano da “civilização ocidental”, rompendo em definitivo com o atraso de uma sociedade ainda governada por representantes da então decadente economia cafeeira. Somente a instalação de indústrias em Nova Friburgo, patrocinando novos empregos e produzindo lucro e riqueza, poderia de fato promover a cidade à condição do progresso segundo os padrões europeus, modelo a ser imitado conforme o ideal de mundo dominante à época.

O primeiro passo para o sucesso de sua estratégia foi a conquista, por 631 votos, de uma cadeira na Câmara de Vereadores de Nova Friburgo, em 1909, para o triênio 1910/1912, destacando-se na oposição ao governo de Ernesto Brasília, integrante do velho grupo

1 GRAMSCI, Antonio – Cadernos do Cárcere, volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 53

político a ser superado pelo projeto modernizador de Galdino. Também concorreu e foi eleito para a Assembleia Legislativa do Estado, para o mesmo período legislativo, já que, à época, não havia incompatibilidade entre os cargos de vereador e deputado. Neste período se travariam conflitos decisivos para a redefinição do jogo político da cidade, assim como para a transformação de Friburgo em um núcleo urbano e industrial.

Nos primeiros anos do século XX, a região em torno de Nova Friburgo sofria o instante derradeiro de uma economia que se sustentara, até fins dos novecentos, sobre o latifúndio escravista. Em contrapartida, assistia-se ao crescimento comercial e urbano de Friburgo, onde já havia diversas oficinas ligadas ao setor de vestuário (alfaiatarias e sapatarias) e à fabricação de ferramentas, pequenas fábricas de alimentos (cerveja e café), além de um intenso comércio ambulante. A população crescia, e Nova Friburgo já se constituía, segundo o Censo de 1900 (IBGE), na terceira cidade do centro-norte fluminense, com 16.117 habitantes, atrás apenas de Cantagalo (29.856 habitantes) e Itaocara (17.305). Durante os vinte anos seguintes iria se verificar o aprofundamento desta tendência, com o célere crescimento da população de Friburgo em cerca de 78% (em 1920, passariam a ser 28.651 habitantes, segundo o Censo do IBGE), paralelamente ao esvaziamento progressivo das cidades da periferia, que viviam a crise da economia cafeeira. Nova Friburgo, tendo se tornado sede de vários empreendimentos ligados ao comércio e à indústria, mesmo que ainda incipientes, foi se afirmando, na virada do século, como um polo de atração para estes contingentes populacionais em fuga das então adversas condições de vida no campo.

Com o advento da República, veio a transformação da Vila de São João Batista de Nova Friburgo em município e o seu desmembramento de Cantagalo, numa medida que fazia parte da estratégia do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano, para a consolidação de seu poder político nos estados. Esta mudança política não representou uma ruptura no quadro político local, que continuou controlado pelos setores ligados à grande propriedade, com destaque para os coronéis Galiano das Neves (pai e filho) e o médico Ernesto Brasilio, os quais ocuparam a presidência da câmara municipal e, por extensão, o governo da cidade, de 1890 a 1910, quando então surgiu o movimento de oposição encabeçado por Galdino do Valle Filho.

A Noite do Quebra Lampiões: a batalha política em defesa da indústria

Em sua estratégia política voltada a garantir a instalação de indústrias em Nova Friburgo, Galdino estabeleceu relações com os empresários alemães Julius Arp e Maximilian Falck, sabedor do interesse daqueles comerciantes radicados no Rio de Janeiro em diversificar seus negócios, investindo na criação de indústrias de rendas, passamanarias e filós em Nova Friburgo. Em princípio, a fábrica seria implantada em Santa Catarina, mas o governo local exigia o pagamento de impostos que não eram cobrados no Estado do Rio. A opção por Friburgo apresentava significativas vantagens: a proximidade com a capital da República, centro produtor e consumidor de tecidos e de artigos complementares; a existência da estrada de ferro construída desde 1870; possibilidades de isenções fiscais e tributárias e a presença de uma pequena colônia alemã luterana sediada no município desde 1824.

Por intermédio das páginas do jornal **A Paz**, Galdino liderou a campanha em prol da entrega da concessão pública para a exploração de energia elétrica no município a Julius Arp, condição exigida por este para instalar a Fábrica de Rendas em Friburgo. A Câmara Municipal era presidida pelo Coronel Galiano Emilio das Neves Júnior, representante do grupo dos fazendeiros do café, contra qual lutava Galdino. Os vereadores eram contrários às

pretensões de Galdino, pois a concessão da energia elétrica, de competência do Legislativo, havia sido dada, em 1906, ao Coronel Antônio Fernandes da Costa. O descumprimento dos prazos previamente acordados para a construção da usina e o fornecimento da eletricidade aos habitantes do município foi o grande argumento usado por Galdino em defesa da transferência da concessão a Julius Arp. No contexto mundial de expansão do capitalismo monopolista, o controle sobre o fornecimento de energia elétrica tornara-se elemento essencial para a reprodução do capital.

Ao negar a concessão da energia elétrica ao Grupo Arp, a Câmara provocou o descontentamento de parte da população, já ganha pela perspectiva de desenvolvimento e de novos empregos que a indústria daria à cidade. Travou-se então uma verdadeira guerra na cidade, com manifestações públicas que redundaram na destruição dos lampiões a gás que mal iluminavam as praças e ruas e em “quebra-quebra” na Câmara Municipal, a 17 de maio de 1911. Os velhos lampiões da iluminação pública foram quebrados e, em seguida, o prédio do Legislativo foi apedrejado e invadido por uma multidão de quinhentas pessoas. Em edição datada de 21 de maio de 1911, o jornal **A PAZ** noticiava os eventos ocorridos cinco dias antes. Intitulada “A Noite do Quebra-Lampiões”, a matéria discorreu sobre a manifestação iniciada na Praça 15 de Novembro (hoje Getúlio Vargas), onde “uma multidão” se concentrou para protestar contra os vereadores e, em seguida, partiu em direção à Rua General Argolo (atual Av. Alberto Braune). De passagem, a turba foi destruindo os lampiões usados na iluminação pública e, depois, invadiu o prédio da Câmara, destruindo móveis e objetos. Diante disso, os vereadores fugiram assustados.

A estratégia de Galdino terminou por se fazer vitoriosa, com a Câmara, pressionada pela ação popular, sendo obrigada a rever a antiga concessão e a passá-la aos capitalistas alemães. No dia seguinte ao “Quebra-Lampiões”, o advogado do Legislativo se dirigiu ao Rio de Janeiro, a fim de levar o contrato de concessão para a assinatura de Julius Arp. Um mês depois, no dia 20 de junho, o Presidente da Câmara Municipal assinava o contrato, concedendo ao grupo alemão poderes excepcionais para vender e distribuir energia e eletricidade no município. Durante as décadas de 1910 e 1920, Friburgo veria ser instaladas as primeiras fábricas têxteis: Fábrica de Rendas Arp - MARKEIS SINJEN & CIA. (1911); Fábrica Ypu - MAXIMILIAN FALCK & CIA. (1912); Fábrica Filó S/A - principais acionistas: Gustav Siems e seu filho, Ernst Otto Siems (1925) - e outras. Com o monopólio da produção e distribuição da energia elétrica, o grupo Arp teria ações em todas essas fábricas, constituindo-se no principal representante dos capitais alemães em Friburgo².

Galdino à frente do poder municipal

Após o vitorioso embate que deu início ao processo de industrialização em Friburgo, Galdino foi reeleito vereador em 1912 e, no ano seguinte, chegou à presidência da Câmara Municipal de Nova Friburgo, cargo que acumulava também as funções do Executivo. Higiene e saúde pública foram um capítulo especial de seu governo, no ataque às doenças infecciosas, como o tifo, a tuberculose e o alastrim. Enfrentou o problema das águas, preservando a zona da represa de abastecimento e adotando campanha de vacinação, além de isolamento dos doentes em prédio próprio (o Lazareto). Foi criado ainda o Serviço de Obras, que reconstruiu o leito das ruas e implantou novos jardins públicos.

2 Cf. ARAÚJO, João Raimundo de - “A Indústria em Nova Friburgo” em ARAÚJO & MAYER (orgs.) - Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Ed. Ao Livro Técnico, 2003, pp. 181-200.

O grupo de Galdino, nesta hora, buscou consolidar seu domínio político, representando, daí por diante, em primeiro lugar, os interesses dos empresários donos das fábricas, ao capitanear todo um projeto de construção de cidade nos moldes modernizantes da época, ao passo que contribuía sobremaneira para a afirmação de uma mentalidade liberal burguesa, dando ênfase ao progresso econômico trazido pelas indústrias. O jornal **A Paz**, no período, foi o principal veículo a divulgar o ideário do grupo, a exemplo do artigo intitulado “Friburgo Industrial”, segundo o qual, nas fábricas de passamanaria e de rendas mantidas pelos alemães, os ruídos das máquinas entoavam uma canção em honra ao trabalho, o que parecia combinar perfeitamente com a paisagem das montanhas e com o clima evocativos da Europa, onde “os dinamos vão transformando a Suíça em nação industrial, e as solidões alpestres do Tirol se cobrem de manufaturas”³. A alusão à iniciativa individual, apresentada como a vara mágica que impunha leis até à natureza e que seria gerada pela ambição e pelo interesse, retratava com fidelidade o espírito liberal burguês do grupo galdinista, que, cantando loas à indústria e ao trabalho organizado nos moldes capitalistas, ia constituindo uma nova hegemonia política e cultural no município.

Entretanto, Galdino não deixaria de enfrentar adversidades políticas, causadas, principalmente, por suas alianças em nível estadual e nacional. Correligionário do líder político fluminense Nilo Peçanha, com ele rompeu em 1914, quando decidiu apoiar a candidatura de Feliciano Sodré ao governo estadual. Em 1915 foi eleito para a Câmara dos Deputados, mas ficou impedido de tomar posse pela Comissão de Reconhecimento de Poderes. Marieta de Moraes Ferreira nos aponta as articulações políticas estaduais nas quais passou a se situar Galdino, a partir do momento em que se colocou como opositor a Nilo Peçanha, o qual exerceu o controle do poder estadual dos primeiros anos do século XX até 1923, quando da intervenção federal no Estado em represália à candidatura oposicionista de Nilo à Presidência da República em 1922 e de todo o movimento conhecido como “Reação Republicana”.

Dentre os vários momentos do conflito entre Galdino do Valle Filho e o grupo nilista, destacou-se o instante da criação de novas prefeituras no Estado, em 1916, com a clara intenção de esvaziar as funções administrativas das câmaras municipais em que houvesse o domínio de grupos não subordinados à liderança de Nilo Peçanha, como era o caso de Nova Friburgo. Neste ano já havia sido travada intensa batalha jurídica em torno da eleição para a Câmara, ganha pelo grupo de Galdino, o que lhe garantiria a continuidade à frente do poder político municipal. Nilo interveio no processo e conseguiu, momentaneamente, mudar o resultado junto ao Tribunal de Apelação estadual, nomeando, então, um interventor. Mais adiante, Galdino conseguiu reverter o quadro junto ao Supremo Tribunal Federal, ao que Nilo respondeu com a criação da Prefeitura de Nova Friburgo em 19 de agosto de 1916⁴.

Deste ano até 1922, quando seriam conquistadas as eleições diretas para o cargo de prefeito, o Executivo municipal ficaria em mãos de Sílvio de Fontoura Rangel, deputado estadual com base eleitoral no município de Vassouras, nomeado interventor em Friburgo por Nilo Peçanha. Galdino passou, então, a liderar campanha pela autonomia municipal, através de eleições diretas para o cargo de prefeito. Outro momento de importante conflito ocorreu em 1919, quando Galdino conseguiu eleger a totalidade dos vereadores friburguenses, e, em represália, Sílvio Rangel entrou com recurso no Tribunal de Relação, obtendo a anulação do resultado e mantendo o domínio do poder local, o que teria provocado inúmeros choques armados.

3 Jornal A Paz, Nova Friburgo, edição de 28/03/1915.

4 FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) - A República na Velha Província, RJ, Rio Fundo, 1989, p. 211.

Algumas importantes divergências em nível de projetos econômicos distintos para o Estado também envolviam as disputas travadas pelos grupos em questão. Estas diferenças foram postas com maior nitidez durante a campanha eleitoral de 1922 para a Presidência do Estado, quando ainda era dominante a posição de Nilo Peçanha, o qual lançou candidato Raul Fernandes, estando na outra chapa Feliciano Sodré, indicado pelas Forças Reunidas da Oposição Fluminense. Ao passo que a corrente nilista apresentava um programa econômico eminentemente direcionado para um desenvolvimento agrarista, onde a policultura seria a pedra angular, o grupo de Sodré, no qual se inscrevia Galdino do Valle Filho, propunha o estabelecimento de uma alternativa econômica com a criação de atividades voltadas para um desenvolvimento industrial e urbano. Tais propostas renovadoras, no entanto, esbarravam na posição dos grandes proprietários de terra, produtores de café ou açúcar, pouco interessados na diversificação da agricultura, menos ainda em mudanças no caráter da propriedade. A mentalidade dos proprietários fluminenses prendia-se a uma tradição plantacionista, em que o prestígio social era assegurado pela posse da terra e da grande lavoura, sendo que a produção de alimentos para o mercado interno era vista como atividade menor, além de pouco lucrativa.

Eleito deputado federal em 7 de maio de 1922, Galdino tomou posse em 3 de julho e em setembro concorreu às primeiras eleições para a recém-criada Prefeitura de Nova Friburgo. Elegeu-se prefeito ao derrotar o candidato Everardo Barreto, apoiado por Nilo Peçanha. Em 1º de abril de 1923, por determinação do Supremo Tribunal, ocorreram novas eleições em Nova Friburgo, e Galdino se reelegeu vereador, tornando-se novamente presidente da Câmara Municipal, além de conseguir emplacar a eleição a prefeito de seu correligionário Plácido Lopes Martins. Até a Revolução de 1930, o grupo de Galdino do Valle Filho comandou o poder político em Nova Friburgo, representando os interesses dos grandes empresários e comerciantes locais, que, desde 1917, estavam organizados na Associação Comercial de Nova Friburgo e influíam nas decisões tomadas pela Prefeitura. O posicionamento do grupo de Galdino ficava explícito ainda em vários artigos publicados no jornal **A Paz**, que assumia sempre a defesa dos empresários, por ocasião de movimentos de luta contra os baixos salários ou por melhores condições de trabalho, organizados pelos operários das fábricas.

Galdino conquistou mais um ponto a favor de seu projeto industrializante no ano de 1925, quando se instalou em Friburgo a Fábrica Filó S.A., produtora de bordados, transferida da Alemanha, devido à crise econômica do pós-guerra, que obrigava seu proprietário, Gustav Siems, a buscar condições mais favoráveis aos seus negócios. A indústria têxtil, no Brasil, à época, atraía investimentos estrangeiros em virtude dos baixos impostos e da mão de obra barata, que incluía muitas mulheres e crianças, além de trabalhadores oriundos do campo. Nova Friburgo multiplicou o número de empresas instaladas, tanto no perímetro urbano quanto na área rural, pulando das 243 existentes em 1921 para 354 em 1927. Tanto é que, devido a este crescimento, a usina hidrelétrica, construída em 1911 com 300 kw de força, já não comportava mais a demanda em 1925. A concessionária, então, conseguiu aprovar proposta para construir nova usina, com 1800 kw, além de obter da Câmara Municipal outras concessões.

Ao saber tirar proveitos políticos do processo de industrialização em Friburgo nas décadas de 1910 e 1920 e capitaneando todo um projeto de construção de cidade nos moldes modernizantes da época, a facção política liderada por Galdino Filho abriu caminho para a formação de uma mentalidade liberal, dando ênfase ao progresso econômico por meio da instalação das indústrias. No ideal de cidade construído pelo grupo seriam realçados os elementos particulares da formação histórica friburguense como constituintes de um

modelo sui generis de município no Brasil, uma ilha de “civilização” em meio ao “atraso” causado pelo latifúndio e pelo trabalho escravizado.

Agenor de Roure, o Centenário e o mito da Suíça Brasileira

Na elaboração do modelo de cidade ideal que deveria ser Nova Friburgo e que se tornou hegemônico ao fazer parte do processo mais amplo de afirmação da nova ordem burguesa no início do século, destacou-se toda a construção ideológica definidora de uma identidade cultural que correspondesse ao projeto modernizante. Foi-se buscar no passado de Friburgo, ligando-o à colonização suíça encaminhada por D. João VI em 1818, a origem de um burgo “europeu”, como sinônimo de cidade “civilizada” e “progressista”. A imagem de moderna cidade do início do século XX, inserida no processo de industrialização, casava-se perfeitamente com um passado original de região colonizada por europeus, onde a pequena propriedade trabalhada pelos imigrantes brancos e “civilizados” não teria permitido a presença do latifúndio e da mão de obra escrava e negra, símbolos de um país decadente, em vias de ser ultrapassado e esquecido.

A construção idealizada do passado de Friburgo, integrada, portanto, ao projeto hegemônico liberal e capitalista do início do século XX, foi cuidadosamente elaborada quando das comemorações pelo centenário de Nova Friburgo, em 1918, pelas autoridades e pela imprensa locais, momento em que foram criados os símbolos da “Suíça Brasileira”, como o Hino e a Bandeira de Nova Friburgo, além de se realizar uma Sessão Solene na Câmara Municipal, no dia 19 de maio, com palestras professadas por personalidades de fora da cidade, como um representante do Instituto Histórico Geográfico Fluminense, Luiz Palmier, e o jornalista Agenor de Roure, “filho ilustre de Friburgo”⁵, que ocupava o cargo de redator de atas na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Estas autoridades, dentre as quais vários representantes do Governo de Estado, de câmaras dos municípios vizinhos e um Ministro da Suíça, vinham, com seu peso intelectual e institucional, dar legitimidade ao projeto que se desejava construir.

Agenor de Roure, em 1921, vinha a ser o secretário particular do Presidente da República, Epitácio Pessoa. Já em 1915 Agenor apresentara às autoridades friburguenses a proposta de comemoração do centenário de Nova Friburgo, firmando a data de 16 de maio de 1918 para o evento, quando faria cem anos a assinatura do decreto de D. João VI confirmando o projeto de colonização. A escolha de tal data, mais tarde, seria motivo de polêmica entre escritores e historiadores em Friburgo, pois muitos argumentariam que faria mais sentido comemorar o aniversário do município tomando por base o ano de 1820, quando os suíços, já instalados na fazenda do Morro Queimado, assentaram simbolicamente a fundação da Vila de Nova Friburgo e criaram a Câmara Municipal, em 17 de abril.

Galdino do Valle Filho abraçou integralmente a ideia do Centenário e defendeu a imediata mobilização dos friburguenses no sentido de sua organização, conclamando, em particular, que as futuras autoridades municipais fizessem das comemorações a sua preocupação máxima. Não fazia parte dos planos de Galdino, no entanto, que, em 1918, estaria ocupando o governo municipal seu adversário político, Sílvio Rangel, representante do grupo nilista em Friburgo. De qualquer forma, estando Galdino, naquele ano de 1915, à frente do Executivo

⁵ Agenor Lafayette de Roure nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 28 de fevereiro de 1870, filho de Ernesto de Roure, fazendeiro, e de Angelina de Roure, ambos suíços. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agenor-lafayette-de-roure>.

por ser o Presidente da Câmara, seu nome, dentre os homens políticos do município, ficaria marcado como um dos principais idealizadores do projeto do Centenário.

A palestra de Agenor de Roure na Câmara Municipal de Nova Friburgo⁶, em 19 de maio de 1918, apresentou a fundação da Colônia do Morro Queimado como a fazer parte de um amplo projeto de D. João VI, visando corrigir a formação étnica brasileira, a qual teria sido perturbada e viciada pelo sistema de povoamento adotado até então. À “influência nefasta” da escravidão, responsável pela caça aos indígenas e o roubo de negros na África, teria vindo somar-se negativamente o processo de transferência, para o Brasil, de criminosos e degenerados da Europa, transformando a Colônia em depósito da “escória” europeia, segundo ele, arrebanhada nos “antros da vadiagem” das grandes cidades marítimas, processo este que teria continuado após a Independência, com a imigração subvencionada.

A intenção de D. João VI teria sido a de, introduzindo colonos brancos e livres, apontados como homens capazes, industriais e agricultores, promover o rápido progresso do país e, com o tempo, forjar uma nova nacionalidade, com caracteres de uma “raça perfeitamente definida”. Através de “cruzamentos” étnicos, a partir da instalação de colônias suíças, alemães, irlandesas, açorianas, promover-se-ia a substituição dos núcleos de povoamento iniciais, formados por “homens sem vontade, sem liberdade e sem instrução”, incapazes de gerar uma “alma nobre”, de “ter iniciativa, lutar e vencer, progredindo e civilizando-se”. Tão logo a nacionalidade estivesse formada, com os novos traços culturais e étnicos, as linhas principais deste novo caráter seriam perpetuadas por meio da hereditariedade, conservadas “sem mais cruzamentos”⁷.

No momento das comemorações pelo centenário de Friburgo, portanto, estavam sendo criadas as tradições que passariam, anos adiante e até os dias atuais, a fazer parte do calendário oficial da Cidade de Nova Friburgo. Estas “tradições inventadas”, para utilizar a expressão de Eric Hobsbawm, passando a fazer parte do imaginário social criado pelas classes dominantes friburgueses, transformadas em ideologia, viriam a ser amplamente difundidas e incorporadas pela maioria da população friburguesa. Isso porque a tradição inventada estabelece a ligação da comunidade a um passado histórico apropriado, que não pode ser totalmente artificial, pois há que permitir aos agentes identificarem-se como elos de continuidade a um processo histórico original, ao momento apontado como o da gênese do grupo social.

Ao mesmo tempo, havia a contradição de que, no início do século XX, era muito mais evidente em Nova Friburgo a presença dos alemães, que influíam efetivamente nas decisões políticas locais em função do capital econômico de que dispunham após a implantação das fábricas têxteis. A facção liderada por Galdino, por sinal, seria a grande defensora dos interesses do grupo alemão na arena política municipal. Entretanto, o prestígio dos germânicos estava em baixa por causa do posicionamento da nação alemã durante a Primeira Guerra Mundial. Era necessário fazer sobressair um outro referente, que não o alemão, como constituidor da identidade local, para o que os suíços serviram muito bem.

Nas páginas dos jornais friburgueses, o retrato dos alemães era pintado de forma oposta ao dos suíços, no momento em que, em função da Grande Guerra, os alemães eram execrados pela opinião pública internacional e nacional. A caracterização extremamente negativa a respeito dos alemães tornou-se mais acintosa a partir de 1917, após o torpedeamento de

6 A conferência de Agenor de Roure foi transcrita, em forma de artigo, na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1918, Tomo 83, pp. 243 a 266, sob o título “O Centenário de Nova Friburgo”.

7 De Roure, op. cit., pp. 234 a 266.

navios brasileiros por submarinos alemães, o que levou o Brasil a declarar guerra à Alemanha. Por esse motivo, inclusive, o Sanatório Naval de Friburgo, funcionando desde 1910, recebeu, como prisioneiros, 226 oficiais e marinheiros de um navio da Marinha Mercante alemã, que se encontrava aportado em Recife naquele ano. Os prisioneiros ali ficaram durante o restante da Guerra, sendo que alguns deles foram contratados pelas fábricas Ypu e Arp, que aproveitaram seus conhecimentos de técnicos em máquinas e de administradores. Finda a Guerra, boa parte deles retornou à Alemanha, mas outros mantiveram-se em Friburgo, engrossando a colônia alemã já existente.

A Revolução de 1930 e a perseguição política a Galdino

Quando da polarização política que tomou conta de todo o país por ocasião da campanha sucessória à Presidência da República em 1922, que deflagrou o levante tenentista do Forte de Copacabana, o então deputado Galdino Filho denunciou da tribuna da Câmara Federal o envolvimento de políticos seguidores de Nilo Peçanha na revolta dos tenentes. Em 1923 deu-se a intervenção federal no Estado do Rio, marcando a derrocada da corrente de Nilo Peçanha no comando político estadual e o consequente fortalecimento das antigas oposições, à frente Feliciano Sodré, Manuel Duarte e Oliveira Botelho, lideranças com as quais se articulava Galdino. Com a morte de Nilo Peçanha em 1924, a facção por ele liderada acabou por entrar em franco declínio até nova reviravolta no cenário político nacional em 1930.

Reeleito deputado federal no ano em que eclodiu a revolta tenentista em São Paulo, Galdino integrou, na condição de capitão médico, o contingente da Força Pública do Estado do Rio de Janeiro que seguiu para São Paulo a fim de combater os revoltosos. Em 1925 reassumiu a prefeitura de Nova Friburgo, após o afastamento do prefeito Plácido Martins. No ano seguinte, apoiou Washington Luís para as eleições à presidência da República, posicionamento político que se repetiu quando, nas eleições de 1929, o grupo com o qual estava alinhado no âmbito estadual defendeu a candidatura de Júlio Prestes, indicado por Washington Luís. Este alinhamento explícito e a acirrada campanha no Estado, em que os partidários da Aliança Liberal (formada pelas lideranças políticas regionais em oposição a Washington Luís e ao viciado esquema político que vinha garantindo o domínio de São Paulo na presidência da República) resgataram a figura de Nilo Peçanha, custaram ao grupo com o qual se identificava Galdino o desalojamento do Governo do Estado e a perseguição às suas lideranças políticas após a Revolução de 1930, quando as correntes estaduais dissidentes, sobretudo a gaúcha e a mineira, tomaram o poder em resposta à derrota eleitoral.

Com a eclosão do movimento organizado nacionalmente para depor Washington Luís, o governo fluminense colocou-se contra os revoltosos, formando "legiões patrióticas" em vários municípios, como em Nova Friburgo, sob a liderança de Galdino do Valle Filho, e em Niterói. A exemplo do que ocorria em São Paulo, onde os grandes grupos industriais se posicionaram ao lado de Washington Luís, Galdino arregimentou forças em defesa do Governo Federal junto às fábricas em Friburgo, cujos donos recrutaram os trabalhadores para a luta, segundo depoimento de José Pereira da Costa Filho, na época, operário da Fábrica de Rendas Arp. Vitorioso o movimento que resultou na chamada Revolução de 1930, Manuel Duarte foi deposto, e vários interventores foram nomeados em diversos municípios fluminenses. Em Nova Friburgo assumiu uma Junta Governativa nomeada pelo Capitão Luís Braga Muri, à frente o Dr. Galiano das Neves e Carlos Alberto Braune, destituindo o grupo identificado com a liderança de Galdino Filho, que só voltaria a ocupar o poder municipal nos anos 1940, ao final do Estado Novo.

Galdino partiu para um exílio em Portugal em 1930, quando até mesmo um busto seu, inaugurado em 31 de dezembro de 1929, ao final do mandato do Prefeito Carlos Balthazar da Silveira, seu aliado, foi retirado da praça central de Friburgo pelos partidários da Revolução. Retornou ao Brasil no ano seguinte, em virtude de dificuldades financeiras, fixando residência em Niterói, onde abriu consultório. Com a dissolução da Câmara Municipal e a suspensão do jornal **A Paz**, viveu um período no ostracismo político, sendo visto como um inimigo do regime. Galdino encontraria algum espaço para expor suas ideias no jornal **O Nova Friburgo**, fundado em 05 de março de 1931 pelo jornalista Juvenal Marques. Este havia ocupado o cargo de redator secretário de **A Paz**, do qual saiu no final de 1929, ao ser convidado a fazer parte do governo de Arnaldo Pinheiro Bittencourt, ex-promotor público de Nova Friburgo, alçado à condição de Prefeito com a bênção de Galdino, cujo cacife eleitoral, durante a década de vinte, era soberano: seu grupo havia feito todos os sucessores na prefeitura.

Dante Laginestra, ex-delegado de Polícia e filho de italianos, foi nomeado interventor na Prefeitura de Friburgo. Fora um dos fundadores do Partido Radical Popular, que se apresentava como “ex-Partido Nilista” e tinha como representantes da região na Assembleia Legislativa do Estado os deputados Humberto Teixeira de Moraes e Júlio Vieira Zamith. Em 1933, nas eleições para a prefeitura, Dante saiu-se vencedor em disputa com o candidato apoiado por Galdino do Valle Filho. Este, impedido de candidatar-se devido ao decreto que tornava inelegíveis os parlamentares de 1930, apoiou a candidatura de Aristão Jaccoud pelo Partido Evolucionista. A vitória do interventor por diferença de 584 legendas foi festejada pelos getulistas como a representar o fim da carreira política de Galdino, pela primeira vez derrotado nas urnas. Segundo seus adversários, o resultado eleitoral não teria sido aceito por Galdino, que chegaria a afirmar ter encontrado a população friburguense estupefata diante de uma audaciosa mistificação. Este comentário era ridicularizado com a afirmativa de que Galdino não era capaz de enxergar as mudanças realizadas pela Revolução de 1930, que teria sepultado a velha política dos “coronéis” e a mentalidade dos que estavam acostumados ao sistema de opressão e corrupção dominante nos últimos quadriênios da República Velha.

Em dezembro de 1936, o jornal **A Paz** foi reaberto por Galdino, que divergira de Juvenal Marques quando **O Nova Friburgo** passou a fazer a defesa do governo de Dante Laginestra, além de divulgar artigos simpáticos ao integralismo e ao nazifascismo, tendo incluído até a divulgação da *Epístola sobre os deveres*, de Plínio Salgado⁸, com o que Galdino não concordava, pois mantinha-se fiel ao ideário liberal. **A Paz** se constituiu, nos anos 1930, na grande tribuna dos adversários do regime varguista. Em suas páginas seriam estampadas as críticas mais ácidas à administração Dante Laginestra e às medidas discricionárias de Getúlio. Galdino responsabilizou o Prefeito pela grande epidemia de tifo que atingira a cidade em dezembro de 1935, matando dezenas de pessoas, acusando-o de negligência porque a epidemia era prevista, já que, na bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio, logo acima da represa em Mury, bairro situado na entrada da cidade, novas habitações eram erigidas, dentre as quais três hotéis, várias casas comerciais e uma estação da Leopoldina, transformando a represa em esgoto. Além disso, o serviço de cloração da água fora suspenso, agravando ainda mais a situação. O caso somente foi resolvido em 1939, com a inauguração da adutora de Debossan, construída acima da velha represa, e com a extensão da rede de encanamentos.

8 Jornal O Nova Friburgo, edição de 06/08/36. A 02 de julho do mesmo ano, já havia sido dada ampla cobertura à visita do chefe nacional do Integralismo a Nova Friburgo e à sua conferência no Cine Teatro Leal, realizadas no dia 23 de junho.

Os editoriais de Galdino dedicavam-se à defesa das liberdades democráticas e do sufrágio universal, confrontando a conjuntura política de então, com o país submetido, desde a revolta comunista de 1935, ao estado de guerra. O político liberal acusava tal estado de coisas como fruto de uma lamentável invenção de Getúlio Vargas, que teria declarado guerra ao Brasil para se manter no governo, mantendo a situação por quase dois anos em função do que Galdino considerava ter sido uma reles “quartelada”, nada mais que um golpe de audácia tentado por um grupo de descontentes com a Revolução de 30. A edição de 02 de outubro de **A Paz** expressava a indignação de Galdino com o decreto governista impondo novo estado de guerra, após ter sido divulgado o Plano Cohen, através do qual integralistas e militares forjavam um “plano comunista” de assalto ao poder. O ato de Getúlio era apontado como “uma manobra de pura politicagem com os intuítos de asfixiar a opinião”, às vésperas de um pleito presidencial. E finalizava desta forma: “Eu não acredito nesse comunismo!”

As inquietações de Galdino com a situação política do país se confirmaram no dia 10 de novembro, ao ser fechado o Congresso e promulgada a nova Constituição, que, inspirada no fascismo, daria plenos poderes a Getúlio Vargas. **A Paz** denunciaria o golpe na edição de 06 de novembro, publicando a parábola “*A Morte de Dona Mocinha*”, na qual previa a “triste sorte” da personagem, a simbolizar a Constituição, a República ou a Democracia brasileira. Seu principal alçoz, “Dulio Perenne” (Getúlio Vargas), deixava o campo livre às hostes de “Romano Salino” (Plínio Salgado), que lhe desfecharam estocadas mortais. No dia 20, o jornal dava continuidade ao pequeno conto, anunciando, por fim, “*O Enterro de Dona Mocinha*”. Para fugir à censura, institucionalizada junto com o anúncio do Estado Novo, além das metáforas utilizadas nestes artigos, Galdino traduziu, em página inteira, “*A Onda Ditatorial*”, do livro **Discurso aos Surdos**, de Guglielmo Ferrero. Com tais artifícios tentava, de alguma forma, dar continuidade à defesa de seu ideário liberal, atacando a “doença da ditadura” que avançava sobre a América, após ter grassado na Europa, onde se atribuíram aos regimes parlamentares e à democracia a fraqueza e a inércia dos governos, a responsabilidade, enfim, pela intensa crise social vivida. De fato, era este um dos mais fortes argumentos utilizados para justificar a implantação do Estado Novo no Brasil.

Com o golpe de 1937, Galdino do Valle Filho voltava a encarar a rotina das prisões e das intimações para depor⁹. Em maio de 1938, foi obrigado a declarar de público que nunca havia aderido ao integralismo, muito menos ao comunismo, após uma das incursões à Casa de Detenção em Niterói para prestar depoimento. Seu posicionamento político fez do seu jornal um veículo propagandista do alinhamento com os Estados Unidos, no instante em que o Estado Novo patinava, com respeito à política externa, na definição do aliado preferencial. Lembrando as já estreitas relações comerciais com os americanos, os quais consumiam cerca de 60% do café exportado pelo Brasil, no editorial do jornal publicado em de 23/07/1938, Galdino fazia apologia da doutrina Monroe, entendida como a “salvaguarda coletiva da América”. Defendia que a paz e o trabalho, no continente americano, podiam coexistir com a liberdade e o direito, numa crítica velada ao regime ditatorial. A partir do ano seguinte, durante todo o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e até o seu término, **A Paz** não deixaria passar um número sequer sem dedicar artigos ao conflito, atacando as ambições totalitárias do nazifascismo e defendendo os preceitos liberais, identificados, naquele momento, com os Estados Unidos da América.

9 Conferir depoimentos de seu filho Afrânio em Notas Biográficas para Monografias – CADERNOS DE CULTURA da Diretoria de Desenvolvimento Cultural PRÓ-MEMÓRIA – Secretaria de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1985.

Havia, no entanto, a preocupação, por parte de Galdino, em não provocar, com seus artigos, o rompimento da velha aliança política com os donos das fábricas em Friburgo. Daí que defendia a manutenção das relações de amizade e cortesia com as “nobres colônias italiana e alemã” (Jornal **A Paz**, edição de 29/04/1939) radicadas no município, sem prejuízo da posição adotada pelo Brasil na Guerra. Tal preocupação ressurgiu com maior força a partir do momento em que o Brasil entrou na Guerra ao lado dos aliados, quando, então, Galdino procurou, a todo custo, isentar a maioria dos alemães radicados em Friburgo de quaisquer ligações com grupos nazistas, recusando para eles a pecha de traidores. Em resposta a informações veiculadas pela imprensa brasileira que denunciavam a existência de um vasto triângulo territorial dentro do qual se instalara o “quartel-general dos 5ª-colunas” no Brasil (os vértices do triângulo seriam compostos pelas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, com um de seus lados - a linha Rio-Belo Horizonte - passando por Juiz de Fora e Nova Friburgo), Galdino insurgiu-se contra a inclusão de sua cidade neste gráfico, afirmando que o fato de nela haver um grande núcleo de alemães não era motivo para considerá-la um centro de propagação das ideias nazistas. Utilizava o exemplo do Conselheiro Julius Arp como o do homem que simbolizava a colônia ali instalada desde o século passado, afirmando, categoricamente: “naquele peito hoje octagenário não medraria jamais o germe do *colonismo* de geração recente”. E indagava: “Serão todos nazistas os alemães que elegeram Friburgo como sua segunda Pátria?”¹⁰.

Percebe-se a perseverança de Galdino em tentar resguardar os laços políticos estabelecidos entre seu grupo e os donos das fábricas de capital alemão, para o que, naquele exato momento, era preciso até escamotear a participação dos mesmos nas atividades promovidas pelos defensores do nazifascismo, quando, na década anterior, o movimento viveu sua fase ascendente. Contradizendo as afirmações de Galdino, há vários registros na imprensa friburguense da participação dos dirigentes das fábricas no município em atividades que faziam apologia a Hitler e ao nazismo, principalmente por meio da Sociedade Alemã de Escola e Culto, criada inicialmente por Julius Arp como um centro congregador da comunidade alemã em Friburgo, mas transformada, na década de 1930, num aparelho privado de hegemonia em favor das ideias nazistas. Muitos dos chefes das indústrias eram integrantes do Partido Nazista em Nova Friburgo, a exemplo de Richard Hugo Otto Ihns e Frederico Witte (Fábrica de Rendas Arp), Emílio Cleff e Max Küenzel (Fábrica Ypu), dentre outros¹¹.

No início da década de 1940, a conjuntura política dava mostras preliminares de uma reviravolta. A entrada dos Estados Unidos na Guerra, após o episódio de Pearl Harbour, empurrava o governo brasileiro cada vez mais para sair da posição ambígua assumida até ali, indeciso entre formalizar seu alinhamento com a opção totalitária, cujo ideário estava no cerne da implantação do regime político vigente no país, e a sobrevivência das relações econômicas mantidas com os estadunidenses. A tendência já apontava para a segunda solução, o que acabou por se confirmar após o ataque da marinha de guerra alemã a navios brasileiros. Internamente, a campanha pró-participação na guerra ao lado dos aliados estava nas ruas, também pressionando Getúlio Vargas a adotar aquela posição. As ideias que advogavam uma alternativa francamente autoritária para a sociedade brasileira, pouco a pouco, foram sendo estigmatizadas, formando-se, em contrapartida, uma nova onda em defesa dos pressupostos liberais que se faria preponderante em todo o mundo ocidental, após a vitória das forças aliadas sobre o nazifascismo. O Estado Novo, acuado pelo movimento liberal e democrático, ia chegando ao fim.

10 Editorial assinado por Galdino, com o título “QUINTA-COLUNA”, publicado no jornal **A Paz**, em abril de 1942.

11 Cf. SILVA, Luiz Henrique da - Um Mundo na Sociedade, N. Friburgo, Atlas Artes Gráficas, 1990.

A formação da UDN: de oposição ao Estado Novo a partido da classe dominante

Maria Victoria Benevides demonstra que, em seu início, a UDN se caracterizou como um movimento que aglutinava vários grupos sociais em luta contra o Estado Novo desde os primeiros anos da década de 1940 e que, com o fim da Guerra e a vitória dos Aliados, dedicavam-se a intensificar a campanha pela “redemocratização” do país, articulação que acabou por desembocar na candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes a presidente. Podemos identificar basicamente a existência de dois grupos dentro desta grande frente oposicionista: o liberal conservador, composto pelos bacharéis e representantes das facções políticas dominantes nos estados e municípios, e um grupo mais progressista, formado pelos estudantes engajados na UNE, escritores e jornalistas. Ficavam de fora os setores populares, hegemonzados pelos sindicatos e associações fiéis à política trabalhista de Vargas ou à liderança comunista de Luiz Carlos Prestes¹².

Em Nova Friburgo, além do grupo que seguia a liderança de Galdino do Valle Filho, havia uma turma de intelectuais, professores, jornalistas e alguns estudantes que se reuniam nos bares e buscavam expressar seu descontentamento com a ditadura varguista dos mais variados modos. A turma de intelectuais friburguenses ou “grupo anárquico”, para usar expressão do escritor Tarcísio Tupinambá, chegou a tomar forma orgânica, ao fundar uma sociedade cultural, intitulada Centro Friburguense de Arte e Cultura, com o poeta J. G. de Araújo Jorge na presidência e mais: Maria José Braga, Francisco dos Santos Werneck, Jamil El-Jaick, Nicolau Noé, Tarcísio Tupinambá, Ernesto Affonso Tessarollo e Pedro Cúrio, dentre outros jovens “agitadores culturais” da época, os quais faziam parte da diretoria. O Centro não pretendia realizar atos políticos contrários à ditadura, mas, através de atividades culturais, “conseguir um pouco de oxigênio da liberdade” a todos vedada. Mesmo assim, teve vida curta e foi fechada pela polícia política¹³. Em 1945 surgiu outra entidade de resistência e luta: a União de Amigos de Nova Friburgo (UANF), tendo à frente os professores Jamil El-Jaick e Messias de Moraes Teixeira, contando como importantes colaboradores o próprio Tarcísio Tupinambá e Lucy Bastos da Silva, de quem o escritor maranhense afirmou tratar-se de uma verdadeira revolução naquele comitê popular, figura dominante na organização, pela sua coragem, determinação e pronto raciocínio, cuja morte prematura em 1947 foi muito lamentada.

Outros integrantes do movimento que se afirmaram na luta reivindicatória foram Joaquim Naegele, maestro da Banda Campesina Friburguense, comunista, que participara da Aliança Nacional Libertadora e foi preso várias vezes durante o Estado Novo, e seu irmão, o poeta José Naegele. Fortes aliados da associação foram ainda o radialista Aloysio de Moura, dono da Rádio Sociedade de Friburgo, que também cumprira papel de resistência na ditadura, e o Prof. José Côrtes Coutinho, ex-integrante do “grupo anárquico” que, na conjuntura pós-Estado Novo, abriria as páginas do jornal **A Voz da Serra**, fundado pelo PSD (Partido Social Democrático), para as atividades da UANF. As raízes da Academia Friburguense de Letras também remontam a esta época, fundada que foi pelo mesmo grupo de intelectuais, acrescido de outros (Messias, Coutinho, Rudá Brandão Azambuja, Oscar Goulart Monteiro, Luiz Malheiros, Jamil e Tuffy El-Jaick, Tupinambá, etc.), em 1947. Tarcísio Tupinambá fazia a ponte entre a elite de letrados do município e os operários, pois passara a

12 BENEVIDES, Maria Victoria - A UDN e o Udenismo, RJ, Paz e Terra, 1981.

13 Tarcísio Tupinambá escreveu, em 1988, diversas passagens sobre a sua permanência em Nova Friburgo naqueles anos da década de 1940, reunidas em trabalho ainda não publicado, intitulado “Do Calor Maranhense ao Frio Friburguense”.

integrar os quadros do Partido Comunista (PCB) desde que chegara a Nova Friburgo, sendo companheiro dos líderes comunistas Francisco Bravo, José Costa e Manoel Leite, o “Lilito”.

Destes grupos de “agitadores culturais” e de embrionários organizadores de associações de moradores, saíram indivíduos prontos a cumprir papel de destaque na política municipal após o fim do Estado Novo. A maioria deles perfilou-se ao lado de Galdino do Valle Filho, identificando neste o homem político que assumira a vanguarda da luta de resistência liberal à ditadura varguista. Este setor, do qual fazia parte Messias Teixeira, Ernesto Tessarollo, Tuffy e Jamil El-Jaick, juntou-se aos componentes de ponta da Associação Comercial, cujas reuniões periódicas durante o regime de exceção, discutindo assuntos da cidade, como o renitente problema da força e luz, assumiram, segundo seus integrantes, a função antes reservada à Câmara Municipal. Daí surgiria o diretório local da UDN, assim que aquele movimento oposicionista inicial se transformou em partido político nacional, de características profundamente conservadoras e reacionárias. Seu programa passou a representar os interesses dos grupos vinculados à propriedade agrária e ao empresariado. Seu discurso ficou marcado pela oposição sistemática ao getulismo, ao comunismo e às ações “subversivas” dos sindicatos de trabalhadores. Além disso, opunha-se à intervenção estatal na economia e brandia constantemente contra a corrupção nas hostes governistas.

Vitória udenista e “retorno às origens históricas”

O fim do Estado Novo e a convocação de eleições municipais para setembro de 1947 representaram, em Nova Friburgo, o renascimento político do galdinismo. A UDN sufragou nas urnas o nome do candidato a prefeito César Guinle, empresário e grande proprietário de terras pertencente a “uma das dez famílias de milionários brasileiros”¹⁴. A vitória udenista levou ainda à conquista da maioria esmagadora na Câmara Municipal. A UDN ocupou quatro dos cinco cargos da Mesa Diretora da Casa, fazendo presidente o empresário Augusto dos Santos Spinelli, da Associação Comercial. O grupo liberal havia conseguido forjar um discurso que o ligava à cidade, tanto com referência ao seu passado histórico quanto à apresentação de propostas concretas para seus problemas cotidianos, através do jornal **A Paz** e de entidades que tiveram atuação destacada durante e ao fim do Estado Novo, como a recém-fundada União de Amigos de Nova Friburgo e, principalmente, a Associação Comercial.

Dentre as ideias defendidas pelos seguidores de Galdino nas páginas de **A Paz**, durante a ditadura estadonovista, estava a proposta de elaboração de um Plano Diretor para o desenvolvimento da cidade, baseada na constatação de que Friburgo vinha crescendo de um modo desordenado. Segundo este ponto de vista, por todos os bairros (eram citados Cônego, Lagoinha, Duas Pedras, locais relativamente próximos ao centro da cidade) iam “se disseminando as habitações irregularmente, sem qualquer plano, constituindo *favelas* na encosta dos morros, sórdidos agrupamentos à margem dos córregos”, configurando “núcleos anti-higiênicos e antiestéticos”¹⁵. Estas considerações mostravam-se coerentes com a visão liberal e moderna de cidade, a desejar o seu burgo limpo, ao menos nos bairros vizinhos ao centro, da presença física dos miseráveis em seus agrupamentos habitacionais, vistos pela burguesia como um espetáculo imagético de mau gosto, desagradável, feio, antiestético.

14 A família Guinle veio para Friburgo em 1912, adquirindo a propriedade dos herdeiros do Barão de Nova Friburgo, onde hoje está o Nova Friburgo Country Clube, no Parque São Clemente, e diversas outras propriedades. Jornal A Voz da Serra, edição de 17/08/1947.

15 Jornal A Paz, edição de 02/04/1938.

Em maio de 1947 a cidade voltaria também a celebrar o dia 16 de Maio como sua data máxima, a qual, desde o Centenário, deixara de ser festejada, pois, no período em que os empresários alemães influíram diretamente na tomada de decisões políticas na cidade, o feriado municipal oficial foi o dia 25 de julho (Dia Nacional do Colono), data que comemorava a chegada de migrantes germânicos ao sul do Brasil, no ano de 1824. O jornalista Nelson Kemp Larbeck encabeçou o movimento criado para “cumprir um programa de resgate das omissões do passado”¹⁶, com vistas a resgatar a história ligada à vinda dos suíços para a Fazenda do Morro Queimado. No ano seguinte, o governo da UDN declarava feriado municipal o dia 16 de maio, abrindo crédito especial para as solenidades, com destaque para o desfile cívico na principal via da cidade. A importância atribuída ao evento pelo grupo liberal, vanguarda na preparação e organização das festividades, ficaria explícita no discurso proferido por Galdino do Valle Filho e transmitido pela Rádio Sociedade de Friburgo no dia 13 de maio. Galdino assim dizia: “aos compatriotas de Guilherme Tell, a nossa gratidão secular pela contribuição do sangue que é o nosso sangue, plasma que cristalizou e robusteceu a nossa raça, exemplo que moldou as nossas atitudes e inspirou nossos anseios, gratidão eterna e incorruptível pelo ensino que perdura e não se dissipará jamais, do culto à Liberdade e de Amor à Democracia!”¹⁷

O discurso, a exemplo daquele proferido trinta anos antes por Agenor de Roure, mantinha a abordagem raciológica, identificando nos suíços a “raça modelo” a servir de “paradigma” na construção dos destinos da cidade, mas havia algo de novo despontando das entrelinhas: a vinculação do povo suíço a uma tradição de cultuar a liberdade e a democracia, palavras mágicas naqueles tempos pós-Segunda Guerra Mundial. Se, nos idos de 1918, quando estava em jogo afirmar o processo de industrialização e urbanização de Nova Friburgo, a imagem elaborada em torno dos fundadores do município buscava ressaltar o “amor ao trabalho”, o “espírito de iniciativa”, o dinamismo e a perseverança responsáveis pela conquista do “progresso” e da “civilização” em condições adversas, após a Segunda Grande Guerra procurava-se enfatizar aspectos ligados à temática ora dominante na conjuntura política mundial e nacional: a reafirmação da democracia liberal e a condenação aos regimes totalitários.

Tamanho ufanismo com relação aos suíços tinha a razão de, uma vez mais na história de Friburgo, obliterar a contribuição dos alemães na formação histórica do município, muito mais marcante e incisiva que a dos primeiros. As ações, por toda a década de 1930, do forte núcleo nazista estruturado no seio da colônia alemã precisavam ser apagadas da memória coletiva no momento em que já se tinha amplo conhecimento dos crimes cometidos por Hitler e seus seguidores durante a guerra. Os suíços, agora, eram enaltecidos por outras qualidades que não apenas às associadas ao trabalho: eram apontados então como amantes da liberdade e da democracia, instrumentos a serviço da paz mundial, num evidente contraponto com os “belicosos” alemães, nunca mais citados pelos articulistas dos periódicos friburguenses, mas com certeza a rondar, feito fantasmas, suas consciências, agora predominantemente liberais. O forte apelo de tais argumentos e imagens construídos sobre os “fundadores” da população friburguense acabaria por fazer hegemônica a concepção, originalmente trabalhada pela facção liberal, do mito da Suíça Brasileira, até hoje introjetado nos corações e mentes dos friburguenses como a “verdade histórica” a forjar a visão dominante sobre a cidade.

16 Artigo “Reabilitação Histórica”, publicado em A Voz da Serra, em 14/03/1948.

17 Seu discurso foi publicado, na íntegra, pelo jornal O Nova Friburgo, em 23/05/q948.

A morte do líder liberal

No ano de 1961, a 11 de maio, morria Galdino do Valle Filho, aos 82 anos. O velho líder liberal recebeu homenagens póstumas em Niterói, sendo velado em câmara ardente na Faculdade de Medicina da Capital do Estado. Transladado para Nova Friburgo, foi sepultado no dia seguinte à sua morte, após velório na Câmara Municipal. Foi decretado luto oficial, e o jornalista Nélson Kemp, no jornal **A Voz da Serra**, descreveu o amigo como o “vanguardeiro do Progresso de Nova Friburgo, baluarte da Democracia, trincheira da Liberdade e intrépido soldado do Brasil”¹⁸. A UDN perdia o seu mais importante fundador e destacado líder político, cuja trajetória vincula-se à construção da hegemonia liberal burguesa em Nova Friburgo, para o que cumpriu papel decisivo a difusão da ideologia da Suíça Brasileira, a qual em breve iria se amalgamar ao discurso enaltecido do “Paraíso Capitalista”. Mas aí já é outra história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira*, dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1992.

ARAÚJO, João Raimundo de & MAYER, Jorge Miguel (orgs). *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*, RJ, Ed. Ao Livro Técnico, 2003.

ARAÚJO, João Raimundo de. *A construção do mito da “Suíça brasileira” (1910-1960)*, volume 2 da Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2018.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *A construção da hegemonia burguesa na história de Nova Friburgo*, volume 3 da Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República na Velha Província*, Rio de Janeiro, Rio Fundo. 1989.

_____. *Em Busca da Idade de Ouro*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Edições Tempo Brasileiro. 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, 6 volumes, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999/2000.

HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

LOUZADA, Gioconda. *Presença Negra - uma nova abordagem de Nova Friburgo*, Niterói, EDUFF. 1991.

NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional/ Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. 1996.

ROURE, Agenor de. “O Centenário de Nova Friburgo”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1918, Tomo 83.

18 Jornal A Voz da Serra, edição de 12/05/1961.

**JÚLIO FERREIRA CABOCLO E A AÇÃO INTEGRALISTA
BRASILEIRA NA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
(1936-1937)**

Maurício Antunes Raposo



“A nacionalidade brasileira nasceu das atas das Câmaras Municipais”.

Plínio Salgado¹

Introdução

Em comemoração aos 200 anos de existência da Câmara Municipal de Nova Friburgo (1820-2020), faz-se necessário, na atualidade, promover o resgate e a construção do processo histórico desta instituição legislativa. A formação da sociedade friburguense foi conduzida pela Câmara de Vereadores, seja na aprovação de leis, ou na própria gestão executiva do município em determinados períodos de sua história, como foi durante o período monárquico, uma vez que o Poder Executivo estava atrelado ao Poder Legislativo.

O presente artigo procura trazer ao conhecimento do povo friburguense a história de um partido político de natureza autoritária e com traços idênticos ao fascismo clássico italiano. O período era o dos anos de 1930, que foram marcados por radicalismo político e rupturas institucionais. Entretanto, um breve período “democrático liberal” suspirou em meados dessa década, o que culminou no surgimento da Ação Integralista Brasileira e na eleição de um representante na Câmara Municipal.

Para a elaboração dessa narrativa, o texto foi dividido em subtemas que procuram traçar uma trajetória histórica, a partir das condições econômicas, sociais e políticas que o município atravessou, desde o início do século XX, passando pelo surgimento da Ação Integralista Brasileira – com forte presença em setores da sociedade friburguense – até as eleições municipais de 1936, com a atuação parlamentar do vereador integralista Júlio Ferreira Caboclo.

O texto foi baseado em documentos da Câmara Municipal, tais como as atas de posse e deliberação das sessões legislativas, projeto de lei e ofícios e, também, nos periódicos de época da cidade de Nova Friburgo e do Rio de Janeiro. A bibliografia especializada sobre o Integralismo foi utilizada bem como, a de historiadores friburguenses que haviam pesquisado o período histórico da Primeira República e do Estado Novo no território de Friburgo.

Nova Friburgo e o período de ideias e práticas políticas autoritárias na chegada dos anos de 1930

O seu processo histórico, nas primeiras décadas do século XX, está vinculado ao início da atividade industrial alemã no município. A partir do ano de 1911, foi experimentada uma profunda mudança na economia e no uso do espaço urbano. Com a adoção de certa ideologia capitalista industrial modernizante, inaugurava-se a transformação de toda a cidade, outrora apenas rural, para industrial e de contornos urbanos modernos. Pode-se dizer que Nova Friburgo se tornou “um burgo industrializado, de aspecto mais moderno, devido à inserção cada vez mais firme no âmbito do capitalismo industrial e financeiro”².

1 Citado em TRINDADE, 1987, p. 88 *apud* SALGADO, 1932.

2 ARAÚJO, João Raimundo. *A indústria em Nova Friburgo in coord.* ARAUJO e MAYER. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003, p. 183

Além disso, o financiamento da industrialização foi proveniente de setores do comércio e bancário e não do setor cafeeiro como alguns historiadores tentaram apontar. Assim, como afirma o historiador João Raimundo de Araújo a sua industrialização veio “de grupos originários da Alemanha que se instalaram na cidade, após alianças que se fizeram com grupos de enorme expressão política no município”³. Nesse contexto, surgia a noção de progresso associada à instalação de fábricas financiadas pelo capital alemão, cujo entendimento no imaginário político e social seria “a força propulsora” na economia e a constituição de uma “nova era” no mundo social. Por outro lado, a noção de velho, atrasado e tradicional era ligada ao passado rural que ainda apresentava traços marcantes na atividade econômica e social⁴.

Diante da consolidação da indústria alemã e do discurso político e ideológico de modernidade foram proporcionados investimentos na construção e no melhoramento do espaço urbano central. A construção de prédios públicos como o Colégio Ribeiro de Almeida e a agência de Correios e Telégrafos, além da urbanização e ampliação da Praça XV de novembro – principal praça pública da cidade – são exemplos de prosperidade que o capital alemão industrial propiciou a determinados setores elitizados da sociedade friburguense. Vale destacar que, em torno dessa praça, estava estabelecido o comércio hoteleiro, a Igreja Matriz de São João Batista e a sede da Prefeitura e Câmara Municipal. Nas vias públicas paralelas à praça eram realizados os desfiles cívico-militares e as procissões religiosas. Em frente à Igreja Matriz, havia o famoso “bolo de noiva”⁵ – nome dado ao principal coreto da praça e conhecido por ser o palco de manifestações culturais e políticas.

Passadas duas décadas, no início da década de 1930, com uma população de 28.651 habitantes⁶, o município de Nova Friburgo se constituía não apenas como polo industrial da região central fluminense como também fornecedora de serviços, particularmente no turismo, voltado ao lazer, à realização de negócios, ao tratamento de saúde⁷ e à oferta de escolas de ensino tradicional para uma classe social elitizada⁸. Dessa forma, se evidenciava de importância para a locomoção dos turistas e habitantes de Friburgo, a linha férrea regular da E. F. Leopoldina Railway entre a região serrana e a baixada litorânea. Além disso, certa estrutura de uma rede de hospedagem na parte central da cidade e arredores que fornecia serviços de qualidade para aqueles que buscavam descanso, lazer e tranquilidade, dentro do

3 Idem, p. 183.

4 Idem, p. 221.

5 O “bolo de Noiva” era o principal coreto público da cidade e por onde se apresentavam as duas principais bandas musicais: Euterpe friburguense e Campesina. Também em seu interior, eram realizados os comícios e discursos políticos de liberais, comunistas e de integralistas.

6 Dos 28.621 habitantes apurados pelo censo populacional nacional de 1920, 6.566 habitantes eram da cidade e 11.759 eram do município. Também, dentro dos valores totais de habitantes 27.410 eram brasileiros e 1.241 eram estrangeiros, entre eles portugueses, 420 italianos, 135 espanhóis e 81 alemães. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Edição da Divisão Cultural: Rio de Janeiro, 1963, p. 234.

7 O tratamento de saúde era ofertado, em Nova Friburgo, pelo Sanatório Naval para praças e oficiais da Marinha do Brasil. Inaugurado em 1910, o hospital prestava serviço à cura do beribéri, doença que atacava os oficiais e praças da armada que permaneciam muito tempo no mar, provocando-lhes a deficiência de vitamina B1. Na década de 1930, o hospital passou a receber pacientes com tuberculose. Em 1936 passou a se estruturar como H. T. – Hospital de Tuberculosos, além dos serviços de convalescência e de Colônia de Férias. CORRÊA, Maria Janaina Botelho. *Histórias e memórias de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Educam, 2011, pp. 199-206.

8 Nova Friburgo sempre foi referência na educação para as elites do Rio de Janeiro e região. Na primeira metade do século XX as principais escolas particulares eram o Colégio Anchieta no regime de internato para meninos e noviços da ordem jesuítica; o Colégio Modelo no regime de internato e externato para meninos e meninas e o Colégio Nossa Senhora das Dores no regime de internato para meninas. O colégio das irmãs Doroteia foi durante muitos anos o único centro educacional de formação para o magistério.

“modelo de cidade turística”, também contribuiu para transformar o município em importante polo econômico e político da região centro-norte fluminense⁹.

Quanto ao espectro político, nas primeiras décadas do século XX, havia dois grupos antagônicos que dominaram a cena política de Nova Friburgo. O primeiro era liderado pelo médico Galdino do Valle Filho que representava os propósitos liberais das elites friburguenses. Político do Partido Republicano Fluminense, era ligado ao Presidente da República Artur Bernardes. Combateu a Revolução de 1930 e foi ferrenho opositor ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, porquanto esteve preso em algumas ocasiões. Como proprietário e redator do periódico *A Paz*, articulou a campanha para a instalação das fábricas alemãs na cidade e fomentou ideias “modernizantes” para a remodelação do espaço urbano no 1º distrito¹⁰.

Com a finalidade de defender esse ideal de progresso e modernidade, o Dr. Galdino do Valle inaugurava uma tradição de fundação da cidade de Friburgo com sua origem europeia de suíços brancos e civilizados¹¹. No dizer do historiador João Raimundo de Araújo, a construção ideológica da “Suíça Brasileira”¹² teve como premissa a “valorização do espaço geográfico”, associando suas montanhas e belezas naturais aos Alpes suíços, bem como a recriação de seu passado histórico ao elogiar “o trabalho árduo e diligente dos colonos suíços”, de cor branca, no início de sua colonização na fazenda do Morro Queimado¹³.

O segundo grupo político e antagônico ao de Galdino Filho (nos anos de 1910 a 1930) tinha em sua liderança o coronel Galiano Emílio das Neves Júnior e posteriormente o filho José Galiano das Neves. Ambos pertenciam à família mineira das Neves na cidade de São João Del Rei. José Galiano teve destaque como articulador do movimento revolucionário de 1930 no município de Friburgo. Com o triunfo da Revolução ao regressar de trem com sua comitiva¹⁴ e com as tropas militares vitoriosas contra as forças legalistas de Minas Gerais, foram recebidos com festa pelo povo friburguense no centro da cidade¹⁵. Alinhado politicamente com a liderança fluminense de Nilo Peçanha nos anos de 1920 e opositor obstinado ao grupo de Galdino do Valle Filho, José Galiano das Neves, nos anos de 1930 se associou ao “*getulismo*” e a certa prática política conhecida como “*populismo*”¹⁶. Assim, esse “grupo populista” se inseria no pensamento político de viés autoritário que combatia o liberalismo, defendendo a

9 ARAÚJO, João Raimundo. Op. cit., pp. 220-222.

10 COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *A História Política de Nova Friburgo na República: “A Guerra Hegemônica entre Liberais e Populistas”*. In: ARAÚJO, João Raimundo; MAYER, Jorge Miguel. *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 2003, pp. 241-242.

11 Galdino do Valle Filho solidificou essa tradição de “Suíça Brasileira” em um pequeno livro de sua autoria, publicado em 1928, cujo título é *Lendas e Legendas de Nova Friburgo*, no qual enaltece moradores da elite friburguense de origem europeia.

12 Como salienta o prof. João Raimundo, a legitimação de símbolos vinculados à origem de um passado de origem suíça ficou notória nos versos que compõem os estribilhos da letra do Hino de Nova Friburgo com elogio à natureza a aos colonos suíços.

13 ARAÚJO, João Raimundo. *A Modernização de Nova Friburgo: Verso e Reverso*. In coord. ARAÚJO e MAYER. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003, pp. 222-224.

14 Segundo Maria Ana Quaglino fazia parte da comitiva: “Carlos Alberto Braune, Sylvio Braune, Alberto Braune Filho, Vicente de Moraes e Plínio Casado, deputado federal e líder da oposição nos governos de Arthur Bernardes e Washington Luís”. QUAGLINO, Maria Ana. *Ocupação e ressignificações do espaço urbano: o caso do Palácio Barão de Nova Friburgo (1871-1988)*. In: *Teia serrana II: Novos temas e novas abordagens*. Coordenação: ARAÚJO, LO BIANCO e COSTA. 1. Ed., Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2019, pp. 143.

15 Idem, p. 143.

16 Para o historiador e prof. Jorge Ferreira o *populismo* é herdeiro do *clientelismo* da Primeira República. Após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe

centralização do Estado Nacional e a valorização do chefe político carismático no comando do poder executivo em prol de reformas que pudessem atender aos setores mais pobres e sem direitos da sociedade, sem, todavia, autorizar e ou estimular a organização das classes populares¹⁷.

Ademais, nessa propagação autoritária que se construiu nos primeiros anos da Revolução de 1930 e que se irradiou em todo o Brasil, o município de Nova Friburgo não ficou imune a esse pensamento e a tais práticas. Assim, durante seis anos no transcorrer dessa década não houve, a saber, o funcionamento da Câmara Municipal – sendo substituída por um conselho consultivo local – e apenas em julho de 1936 realizaram-se eleições livres para a composição das cadeiras do poder legislativo municipal. A nomeação de interventores nesse período foi uma constante na administração pública de Friburgo¹⁸.

Ademais, o contexto político friburguense se radicalizava com a presença de setores conservadores da Igreja Católica, através da Associação Católica da Juventude Friburguense e do Colégio Anchieta de Padres Jesuítas, bem como os alemães e seus descendentes que, organizados na *Deutscher Schul-Und Kirchenverein* (Sociedade Alemã de Escola e Culto), apoiavam a política do Partido Nacional-Socialista Operário Alemão (*Nazismo*)¹⁹. As famílias italianas e seus descendentes também se organizavam no Instituto Dante Alighieri e na Casa da Itália, sendo muitos partidários do *fascismo*²⁰ de Benito Mussolini. Somados a esses grupos de etnia estrangeira, os portugueses também contribuíram para o ambiente autoritário ao promover palestras e excursões em nome do Salazarismo²¹ na sede do Grêmio Português²².

As transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pela sociedade friburguense entre 1910 e 1930, somadas a certa tradição conservadora, contribuíram para o surgimento de um pensamento autoritário, com a adesão de setores sociais nacionais e estrangeiros a práticas autoritárias e, no caso do movimento integralista, com viés fascista. Dessa forma, nesse cenário de radicalização política apareceria a Ação Integralista Brasileira com forte presença no cotidiano político e social do município de Nova Friburgo.

trabalhadora. FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 61.

17 COSTA, Ricardo da Gama Rosa. . Op. cit., p. 242

18 Os interventores neste período (1930-1936) foram: José Galiano das Neves e Carlos Alberto Braune (Junta Governativa), José de Souza Miranda, Hugo Floriano Motta, Mânlio de Araújo Silva, Dante Laginestra e Alberto Porto da Silveira. Dante Laginestra foi novamente interventor durante o Estado Novo (1937-1945). CUNHA, Maria Suzel Coutinho Soares da. *Nova Friburgo: notas e informações. Nova Friburgo: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1988, Vol. 2, p. 97, (Cadernos de Cultura)*.

19 O *Nazismo* é fruto dos acontecimentos históricos em que experimentou a Alemanha, após a Primeira Grande Guerra (1914-1918). Seu fundador, Adolf Hitler (1889-1945), incorporou elementos lendários do Império Romano da Nação Germânica e associou a setores médios da sociedade e a militares e paramilitares em prol de um novo marco “civilizatório”. Tal objetivo produziu um extermínio em massa de judeus que ficou conhecido como o Holocausto. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4ª Ed., ver. E atual. Rio de Janeiro: LexiKon, 2012, p. 325.

20 O termo *fascismo* significa o nome pelo qual ficou conhecido o regime político implantado na Itália no período de 1922/1945, baseado em um único partido e sob a liderança de Benito Mussolini (1883-1945). Idem, p. 195.

21 Denominação dada a conjunto de princípios e medidas adotados em Portugal, sob a orientação do primeiro-ministro Antônio de Oliveira Salazar (1889-1970), durante 36 anos de governo. Idem, p. 407.

22 COSTA, Ricardo da Gama Rosa. Op. cit., p. 245-250.

O Integralismo em Nova Friburgo

A história do movimento integralista em Nova Friburgo está interligada à conjuntura de crescimento e expansão da Ação Integralista Brasileira no interior do Estado do Rio de Janeiro. A fundação de núcleos pelo interior fluminense, através de “bandeiras-verdes”, contribuía para uma maior inserção do movimento nos municípios com o propósito de fincar sua doutrina e de ocupar determinado espaço político aberto pela crise de representatividade das legendas partidárias da Primeira República²³. A fundação do primeiro núcleo da Ação Integralista Brasileira no município de Nova Friburgo ocorreu no dia 20 de janeiro de 1934, conforme notas jornalísticas²⁴ encontradas e pesquisas nos jornais da época. Tais fontes de investigação revelaram as comemorações do primeiro e terceiro aniversário do núcleo central com uma programação rígida de eventos e com a participação de delegações de autoridades da AIB nacional, estadual e dos núcleos regionais e distritais.

A sua sede principal se localizava na Rua do Areal, atual Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Almirante Barroso, no centro da cidade. A estrutura partidária do núcleo era composta de secretarias como a de propaganda, a de cultura e artística, além a de arregimentação feminina e dos plinianos. A coordenação ficava a cargo da Chefia Municipal que exercia o comando do núcleo central e dos núcleos distritais do município. O dirigente integralista que exercesse a Chefia Municipal detinha a jurisdição do movimento integralista nos municípios vizinhos da região como Sumidouro, Duas Barras, Bom Jardim, Cordeiro, Cantagalo, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena. De fato, era uma espécie de Governador administrativo de uma divisão territorial do estado fluminense denominada pela AIB de 6ª Região da Província do Rio de Janeiro. O propósito era reconhecer a importância política e econômica do município de Nova Friburgo como polo integralista regional²⁵.



Figura 1: Núcleo da AIB de Nova Friburgo²⁶

23 As “bandeiras-verdes” faziam alusão aos bandeirantes paulistas que exploraram o interior do Brasil durante a colonização. FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A Ofensiva Verde: A Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro. (1932-1937)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2009, p. 52.

24 Assim, três notas jornalísticas foram extraídas dos periódicos locais do *O Nova Friburgo* e do *O Friburguense*, os quais noticiava a comemoração de fundação do núcleo integralista local se referindo a uma “Concentração integralista”.

25 Assim, três notas jornalísticas foram extraídas dos periódicos locais do *O Nova Friburgo* e do *O Friburguense*, os quais noticiava a comemoração de fundação do núcleo integralista local se referindo a uma “Concentração integralista”.

26 A fotografia (figura 1) pertence ao arquivo público da PMNF denominado Fundação D. João VI.

A imagem da figura 1 é um exemplo de como era a organização e o funcionamento de uma sede municipal da Ação Integralista Brasileira. Na fotografia, se observa no núcleo municipal elementos de identidade inseridos na organização do movimento. Por não ser apenas um simples local de acontecimento, o seu funcionamento era mais abrangente e de forte simbolismo ideológico. Dessa forma, a disposição das mobílias, a fixação na parede da bandeira do Sigma²⁷ e o slogan contendo frases de efeito como “Autoridade e Disciplina” tinham a finalidade de conceder publicidade às ações políticas e doutrinárias. Eram normas previstas nos estatutos e diretrizes da Ação Integralista Brasileira com o propósito de conduzir um processo político rígido, totalitário e burocrático que convergiam para um pensamento e uma prática autoritária de um regime fascista²⁸.

As principais lideranças da Ação Integralista Brasileira em Friburgo, que exerceram altos cargos na direção municipal e foram reconhecidos pelo movimento integralista nacional, se destacaram como mediadores políticos e conhecedores da doutrina do Integralismo²⁹. De origem social diversa eram professores, comerciantes e militares. Dentre eles, cinco dirigentes foram importantes para o partido integralista local: os professores Omar Freitas de Almeida e Júlio Ferreira Caboclo que lecionavam no Colégio Modelo, a professora Sylvia Pietrobbon que lecionava na escola italo-brasileira, o 2º tenente do exército brasileiro Francisco Berlink, comandante do Tiro de Guerra da cidade e o Sr. Almiro de Jorge um próspero comerciante de café³⁰.



Figura 2: Principais dirigentes integralistas de Nova Friburgo³¹

27 O significado da letra grega *sigma* está em sua representação de soma, somatória, integração, sugerindo que o movimento integralista era uma síntese de todas as ideologias e estava acima das diferenças. Em MAIO, Marcos Chor. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 2, p. 50, (Col. O Brasil Republicano).

28 Sobre a natureza fascista do movimento integralista, ver TRINDADE, Helgio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30* 2ª Ed. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1979.

29 O termo ‘Integralismo’ é derivado de integral, conotando totalidade, contra a democracia dos partidos e em favor de uma sociedade totalitária. Um dos principais ideólogos da doutrina era Plínio Salgado (1895-1975). MAIO, Marcos Chor. Op. Cit., p. 50.

30 Para saber mais sobre os dirigentes integralistas de Friburgo ver RAPOSO, Mauricio Antunes. *A Cidade e o Integralismo: Nova Friburgo e a Ação Integralista Brasileira*. In: *Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens*. Coordenação: ARAÚJO, LO BIANCO e COSTA. 1ª Ed. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2009.

31 A fotografia (figura 2) pertence ao arquivo público da PMNF denominado Fundação D. João VI.

Na fotografia (figura 2), estão posicionados os principais dirigentes da Ação Integralista Brasileira de Nova Friburgo. Na foto, todos estão uniformizados, com suas insígnias e postados conforme o cargo em que ocupavam na direção. Nota-se o professor Júlio Ferreira Caboclo no centro do grupo e a professora Sylvania Pietrobbon única mulher dirigente.

A imprensa integralista foi um dos órgãos mais estruturados do movimento. Durante a trajetória da AIB uma série de publicações foi realizada com o intuito de propagar e instrumentalizar a doutrina integralista aos milhares de militantes pelo Brasil. Assim, jornais, revistas, panfletos e cartazes eram utilizados pela organização para divulgar os seus eventos comemorativos e informes sobre normas e orientações da direção nacional para todos os núcleos estabelecidos nos municípios brasileiros³². A cobertura da Ação Integralista Brasileira no município era realizada pelo periódico *A Alvorada*³³, editado pelo núcleo municipal. Já os periódicos não integralistas eram *O Nova Friburgo* e *O Friburguense*, que também faziam a cobertura jornalística dos eventos integralistas. No interior do caderno do jornal *O Nova Friburgo* havia um suplemento denominado *A Página Integralista*, na qual eram reeditadas notícias do jornal *A Ofensiva* do Rio de Janeiro sobre o movimento integralista no Estado e no país. Da imprensa friburguense, apenas o jornal *A Paz* exercia oposição ao movimento integralista na cidade³⁴.

Outra característica da AIB eram as atividades de militância realizadas nos núcleos fundados pelo Brasil. No município, podia-se observar o grau de disciplina partidária de seus membros – dirigentes ou militantes – para coordenação dos eventos políticos conforme as normas e diretrizes prescritas pelo movimento integralista nacional e a formalidade revestida em forte simbologia, com o intuito de se obter uma formação ideológica e engajamento nas fileiras do Integralismo de milhares de pessoas pelo país.



Figura 3: Desfile da Milícia de Nova Friburgo

32 Para mais informações a respeito da imprensa integralista durante esse período de 1930 ver OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa Integralista*, Imprensa Militante (1932-1937). Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

33 Periódico editado pelo núcleo integralista municipal, em 20 de janeiro de 1935. Seu primeiro diretor foi o professor Omar Freitas de Almeida. Infelizmente este periódico não foi encontrado nos arquivos da Fundação Municipal de Nova Friburgo D. João VI.

34 RAPOSO, Maurício Antunes. Op. Cit., pp. 186-188.

Como nos mostra a fotografia (figura 3) anterior, o desfile de militantes nos logradouros e praças públicas e o perfil militar da organização integralista, através de sua milícia, demonstrava de maneira emblemática o militarismo existente, encontrado no uso do uniforme com suas insígnias e na atuação coesa e disciplinar dos camisas-verdes em suas atividades de militância como era exigido nos estatutos e protocolos do Integralismo. Igualmente, as datas cívicas nacionais como, por exemplo, o Dia da Independência, também eram comemoradas pelos integralistas. De fato, nessas celebrações havia também os desfiles em torno da praça XV de Novembro, atual Praça Getúlio Vargas, onde se estabelecia o prédio da Prefeitura e Câmara Municipal. O jornal *O Nova Friburgo* noticiava este evento, com o título “O Dia da Pátria”, sendo uma comemoração que contava com a participação de instituições da sociedade friburguense como o colégio público Ribeiro de Almeida, o Colégio Modelo, a escola ítalo-brasileira, o Tiro de Guerra, as bandas musicais Euterpe Friburguense e Recreio dos Operários da Fábrica de Rendas, além da representação do partido integralista de Friburgo³⁵.

O encerramento das atividades políticas do núcleo municipal da Ação Integralista Brasileira ocorreu em dezembro de 1937, com o início de vigência do Estado Novo e por força de decreto-lei proibindo o funcionamento dos partidos políticos³⁶. O jornal *O Nova Friburgo* noticiou esta determinação autoritária do novo regime com o título: “O governo mandou fechar os núcleos integralistas existentes”. Eis o teor da nota jornalística:

O dr. Antônio Rossocilières, atual chefe de polícia do estado, por determinação do interventor Amaral Peixoto e de acordo com o decreto recentemente assinado pelo presidente Getúlio Vargas, mandou fechar os núcleos integralistas existentes no território fluminense, tomando severas providências no sentido de ser mantida a ordem, que absolutamente não foi alterada, em face do fiel cumprimento dessa determinação.³⁷ Por consequência, nesse processo histórico em que se desenvolveu a Ação Integralista Brasileira em Nova Friburgo, surgiu entre dirigentes e militantes, a figura do professor Júlio Ferreira Caboclo como um dos principais líderes do Integralismo no município e único vereador na Câmara Municipal.

Júlio Ferreira Caboclo: um integralista em Nova Friburgo³⁸

Nas pesquisas realizadas sobre o movimento integralista em Nova Friburgo, a figura do professor Júlio Ferreira Caboclo emerge entre as fontes de investigação e se destaca como um dos principais militantes e dirigentes do núcleo municipal. O seu engajamento na ação política, como também na produção literária e doutrinária do Integralismo, lhe credenciou reconhecimento, autoridade e prestígio por parte de setores superiores da Ação Integralista Brasileira, culminando no convite e no exercício de importantes cargos dentro do

35 *O Nova Friburgo* de 12 de setembro de 1937 – ano VII – No. 330.

36 Decreto-lei n. 37 de 02 de dezembro de 1937. Proíbe o funcionamento dos partidos políticos no Estado Novo. Assinado por Getúlio Vargas, conforme atribuição do artigo 180 da Carta Magna outorgada. ABREU, Alzira Alves. *Partidos políticos (extinção)*. In: _____. *Dicionário Histórico – biográfico brasileiro pós-1930*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: CPDOC, 5v, 2001.

37 *O Nova Friburgo* de 05 de dezembro de 1937 – ano VII – no. 342.

38 Para saber mais sobre o professor integralista Júlio Ferreira Caboclo ver RAPOSO, Maurício Antunes. *A cidade e o professor integralista: Nova Friburgo, a Ação Integralista Brasileira e a trajetória intelectual de Júlio Ferreira Caboclo (1934 – 1937)*. Niterói, 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

partido. Além de sua significativa militância, o seu ofício de escritor, jornalista e professor, nas instituições jornalísticas e educacionais por onde trabalhou, trouxe para ele renome de importante intelectual de direita. Nascido na cidade de Manaus, em 1901, no Estado do Amazonas, a sua formação acadêmica foi em torno das ciências e das letras com atuação no magistério. Iniciou o curso de ciências jurídicas, mas abandonou pouco depois. Foi escoteiro e começou a trabalhar com apenas 14 anos. No início dos anos de 1920 e por causa de sua amizade e de um convite do então candidato a presidência da República Nilo Peçanha veio para a capital federal à procura de um emprego público.

Casou-se com Esther dos Anjos, viúva do poeta Augusto dos Anjos, mas após sete anos de casamento, Júlio Ferreira Caboclo ficou viúvo de Esther, devido a complicações no parto de sua última filha Maria Elisa, que também faleceu quatro dias após a morte da mãe. Passado o período de luto e com duas filhas menores e dois enteados do seu primeiro casamento, Caboclo casou-se pela segunda vez com a mineira de São João Nepomuceno Lygia de Macedo Cerqueira, gerando mais três filhos da nova relação: duas meninas nascidas em Nova Friburgo (RJ) Guaynubi e Apalaís e um menino nascido em São João Nepomuceno (MG) Júlio César³⁹. Durante muitos anos de sua vida, Júlio Ferreira Caboclo exerceu a atividade do magistério. Com certa erudição falava vários idiomas como francês, grego e latim, o qual também lecionava, nos colégios por onde passou. Desse modo, por todos os municípios por onde fixou residência, em Minas Gerais ou no estado do Rio de Janeiro, trabalhou em escolas de importância e ministrou as disciplinas de Filosofia, História do Brasil, Cosmografia e Português. Em Friburgo, atuou no Colégio Modelo e, também, na Sociedade Alemã de Escola e Culto (*Deutscher Schul-Und Kirchenverein*). Em algumas ocasiões, oferecia os seus serviços de professor em sua residência.

Além de sua atividade no magistério, o professor Júlio Ferreira Caboclo exercia de maneira conjunta, o ofício de colonista, cronista e poeta, publicando seus textos em periódicos de circulação local ou regional. Durante a sua moradia de cinco anos, na cidade, foi colonista do jornal *O Nova Friburgo*. Dessa forma, as matérias publicadas e assinadas por Caboclo versavam sobre questões políticas e nacionalistas, mas também havia espaço para a tradição moral e cristã, já que era um católico praticante e fervoroso. A poesia e a prosa constituíam a maioria de seus escritos e de forma lírica, interpretava e criticava o seu mundo, além de versar sobre o sentimento e a essência humana. E foi justamente no uso do veículo de imprensa, que Júlio Ferreira Caboclo iniciou a sua militância política, sendo uma de suas marcas na sua longa vida pública.

O seu engajamento no movimento integralista, aconteceu durante o início de 1934, depois de um ano de residência definitiva, com toda sua família, em Friburgo. Em 20 de janeiro daquele ano participou da fundação do primeiro núcleo da Ação Integralista Brasileira e, a partir deste momento, Julio Ferreira Caboclo teve participação política significativa e sua trajetória dentro do quadro da AIB foi ascendente e sólida. Como dirigente do partido local, exerceu, no ano de 1936, os cargos de secretário municipal de cultura artística e de propaganda, durante a passagem da comitiva de Plínio Salgado – líder supremo do movimento integralista nacional – pelo município de Nova Friburgo e cidades vizinhas da região⁴⁰. No ano de 1937 ocupou a Chefia Municipal da AIB e a governadoria dos municípios vizinhos da região. No mês de julho desse ano, foi nomeado por Plínio Salgado membro da Câmara dos Quatrocentos, órgão colegiado nacional, recém-criada pela AIB. Após alguns

39 Idem, pp. 87.

40 *A Ofensiva* de 19 de julho de 1936 – ano III – No. 236.

meses e antes do advento do Estado Novo, foi convidado a assumir a Chefia estadual da AIB no estado de Alagoas⁴¹.

Com a instauração do Estado Novo⁴²e, diante da proibição do funcionamento de partidos políticos e a perseguição de opositores ao novo regime, o professor Júlio Ferreira Caboclo que se encontrava em Alagoas, se deparou com a falta de função ou de emprego no estado nordestino. Permaneceu ainda nesta situação algum tempo e no dia 27 de dezembro de 1937, foi preso e encarcerado em companhia de mais duzentos militantes integralistas, cuja denúncia se pautava na articulação de um movimento armado contra o governo central. Segundo declarações prestadas posteriormente em sede policial no estado de Minas Gerais, o professor Caboclo declarou que a denúncia imputada a ele não ficou comprovada e que tal situação ensejou a expedição de seu alvará de soltura, no dia 15 de janeiro de 1938, no estado de Alagoas⁴³.

A partir de 1946, com a inauguração de uma nova etapa republicana, democrática e liberal no Brasil, o professor Júlio Ferreira Caboclo retomou os seus escritos políticos, agora na imprensa do Partido de Representação Popular (PRP), sigla partidária fundada por Plínio Salgado que aglomerou os antigos militantes da Ação Integralista Brasileira. Em *A Marcha*⁴⁴, jornal semanal de propaganda do PRP, o professor Caboclo foi um de seus colaboradores no suplemento *A Marcha das Artes e das Letras*, cujas matérias publicadas versavam aspectos críticos literários, doutrinários e a exaltação de figuras políticas como Simón Bolívar e o próprio Plínio Salgado, líder principal do outrora movimento integralista⁴⁵.

Cabe ressaltar que o Partido de Representação Popular (PRP), nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1960), Jânio Quadros (1961) e dos primeiros meses do governo de João Goulart (1961-1964), ocupou a presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) – órgão responsável pela política agrária e pelo estabelecimento de núcleos de colonização⁴⁶, sendo no regime militar de 1964 incorporado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. Assim, devido à militância partidária, o velho professor Júlio Ferreira Caboclo passou a ser funcionário público deste órgão, exercendo o cargo de escriturário⁴⁷. Sobre a sua família, vale dizer que permaneceu por algum tempo no município mineiro de São João Nepomuceno e mais tarde se transferiu para o Rio de Janeiro, no início da década de 1950, a fim de acompanhar o velho integralista. No dia três de julho de 1969, internado no hospital universitário Pedro Ernesto,

41 Prontuário 1.299 do DEOPS. Arquivo Público de Minas Gerais.

42 O Estado Novo foi instaurado, a partir de um golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937, sob a liderança de Getúlio Vargas, com apoio do Exército e outras lideranças antidemocráticas. Os partidos e o Parlamento foram abolidos. O governo central passou a intervir nos estados mediante a nomeação de interventores. Fonte: CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 2. (Coleção O Brasil Republicano).

43 Termo de declarações. Prontuário 1.299 do DEOPS. Arquivo Público de Minas Gerais.

44 Jornal carioca semanal fundado em 29 de fevereiro de 1953 e extinto em dezembro de 1962. A Marcha veiculava as ideias do PRP para manter vivos os princípios do Integralismo.

45 Jornal *A Marcha* de 26 de maio de 1955 – suplemento *A Marcha das Artes e das Letras* – págs. 09 e 10.

46 CALIL, Gilberto. *Integralismo e hegemonia burguesa: O PRP na política brasileira*. Paraná, Edunioeste, 2010.

47 conforme relação nominal a que se refere o art. 1º do decreto 61.646 de 07/11/1967. Tal relação está inserida no decreto 69.117 de 24/08/1971. Dispõe sobre o enquadramento de servidores. Portal eletrônico do Senado Federal: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acessado em 30 de agosto de 2016.

na cidade do Rio de Janeiro, aos 68 anos de idade, veio a falecer o professor, político, jornalista e poeta Júlio Ferreira Caboclo⁴⁸.

A Ação Integralista Brasileira nas eleições municipais de 1936

Antes de tudo, cabe dialogar de forma sucinta sobre o ambiente político e eleitoral que se passava no Brasil. Ainda no governo provisório (1930-1934) foi elaborado um Código Eleitoral que estruturava instituições e mecanismos jurídicos de controle para a volta do país aos rumos de uma democracia liberal representativa. Entre as inovações que trazia o Código Eleitoral de 1932 estava a adoção do sufrágio universal, direto e secreto. Também previa a criação da cabine eleitoral indevassável, o sistema proporcional de votação e a representação classista. Nesta lei surgia a justiça eleitoral, órgão judicial inédito para julgar e fiscalizar as demandas judiciais no curso do processo eleitoral. Outra novidade do Código Eleitoral foi a conquista das mulheres por cidadania política, podendo exercer o direito ao voto ou de serem eleitas⁴⁹.



Figura 4: código eleitoral de 1932

Nesse sentido, Getúlio Vargas, chefe do governo provisório desde 1930, ao sofrer pressão política de setores liberais insatisfeitos com a intervenção política e administrativa que o governo central exercia em detrimento das unidades estaduais da federação, não teve outra saída senão convocar, em outubro de 1933, uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova constituição para o país. De fato, com a promulgação da Constituição de 1934 se restabeleceram os princípios liberais políticos que haviam sido suprimidos com o

48 O *Jornal do Brasil* de 08 de julho de 1969 publicou uma nota de falecimento e um convite para comparecimento a missa de 7º dia na cidade do Rio de Janeiro.

49 PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, vol. 1, p. 23, (Coleção O Brasil Republicano).

advento da Revolução de 1930. A nova carta constitucional absorveu as conquistas eleitorais do Código de 1932 e instituiu o direito de voto aos homens e mulheres maiores de 18 anos⁵⁰. Entretanto, os analfabetos, praças das forças armadas e religiosos das ordens monásticas continuariam excluídos do processo eleitoral, como já havia acontecido durante a Primeira República⁵¹.

No curto período de governo constitucional (1934-1937), a Ação Integralista Brasileira, que havia surgido primeiramente como movimento cultural e político em 07 de outubro de 1932, se transformou em partido político para disputar as eleições municipais de 1936⁵². A nova estratégia política foi deliberada e aprovada no II Congresso Integralista, realizado na cidade de Petrópolis em 07 de março de 1935. Com efeito, a nova tática da AIB era chegar ao poder pela via eleitoral e não por uma ruptura institucional, através de uma “Revolução Integral”⁵³. Para isso, a milícia militar integralista foi dissolvida e o discurso das lideranças nacionais e regionais foi abrandado para permitir um número maior de adeptos e de eleitores para o movimento do Integralismo⁵⁴. O Integralismo deixava de ser um movimento e passava a ser um partido político com uma representatividade semelhante aos velhos partidos liberais, com o propósito de participar das eleições, dentro das regras da democracia liberal, para se chegar ao poder político⁵⁵.

A fim de participar da eleição municipal de julho de 1936, a Ação Integralista Brasileira, por intermédio da Chefia Nacional, elaborou e lançou para todos os chefes, dirigentes e militantes, um “manifesto programa” para as eleições daquele ano. Neste documento, se estabeleciam diretrizes para o comparecimento às eleições municipais e, também, para presidente da república⁵⁶ no ano de 1938⁵⁷. Desse modo, a nova posição político-partidária da Ação Integralista Brasileira em priorizar a sua participação eleitoral, primeiramente, nos municípios, fez reforçar a sua tese de que o município brasileiro é considerado elemento primordial para a organização do Estado brasileiro e de sua nacionalidade⁵⁸. Desde o “Manifesto de Outubro”⁵⁹, a unidade municipal era considerada como o “centro das famílias e célula da nação”. Dessa maneira, o município é a reunião de seus moradores que buscam o bem-estar e o progresso local⁶⁰.

50 Com relação ao voto obrigatório, este seria introduzido em nossa legislação, através da Lei de No. 48 que reformou o Código Eleitoral de 1932. Tribunal Regional Eleitoral/TRE-RJ. Endereço eletrônico: tre-rj.jus.br/ seccção: menu eleições(1930-1945). Acessado em 13 de março de 2020.

51 PANDOLFI, Dulce Chaves. Op. Cit., pp. 28-29.

52 SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. São Paulo: editora das Américas, vol. 09, 1955, pág. 131.

53 Segundo Helgio Trindade, Plínio Salgado confere uma concepção de “Revolução Integral”, a partir de uma evolução da história em que “a revolução seria um instrumento para destruir o equilíbrio da sociedade em crise, e ao mesmo tempo, fonte de um novo equilíbrio.” TRINDADE, Helgio. Op. Cit., pp. 204-205

54 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Op. Cit., p. 132.

55 Idem, p. 133.

56 As eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938 não aconteceram por causa do golpe de novembro de 1937.

57 Manifesto e programa de janeiro de 1936 com diretrizes para as eleições municipais e presidenciais. APERJ – Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 16, caixa 677.

58 Para Plínio Salgado “a nacionalidade brasileira nasceu das atas das Câmaras Municipais”. Citado em TRINDADE, 1987, p. 88 *apud* SALGADO, 1932.

59 O “Manifesto de Outubro” foi um documento de normas e diretrizes, lançado em 07 de outubro de 1932, em São Paulo, para oficializar a fundação do Integralismo. MAIO, Marcos Chor. Op. Cit., p. 41.

60 Artigo 9º do Manifesto de 1932. SALGADO, Plínio. Op. Cit.



Figura 5: "Manifesto Programa" da AIB - 1936⁶¹

Com a mobilização dos integralistas e de todo o aparato do partido, as eleições municipais que transcorreram em julho de 1936 obtiveram resultados favoráveis do ponto de vista da região fluminense. Em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, a AIB apresentou candidaturas para as câmaras municipais, elegendo uma bancada de trinta "vereadores-verdes" e obtendo 10.000 votos nas urnas – em um universo de 150.000 eleitores – do estado cadastrado em 1934⁶².

Em virtude do resultado eleitoral positivo de 1936 nas dezenas de cidades em que a Ação Integralista Brasileira participou e foi vitoriosa na eleição de vereadores e alguns prefeitos municipais, foram lançadas pelo próprio Plínio Salgado, através da Chefia Nacional, as primeiras diretrizes gerais sobre a orientação política de atuação nos municípios integralistas. Para tanto, foi elaborada uma cartilha⁶³ com normas específicas que abrangiam três princípios norteadores a ser rigorosamente seguidos em todo o território nacional: 1º- político; 2º- doutrinário; 3º- administrativo.

61 Figura 5 extraída do APERJ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, Caixa 677.

62 FAGUNDES, Pedro Ernesto. Op. Cit., pp. 170-171.

63 O título da cartilha era: *O Integralismo nos municípios*. De autoria de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677.

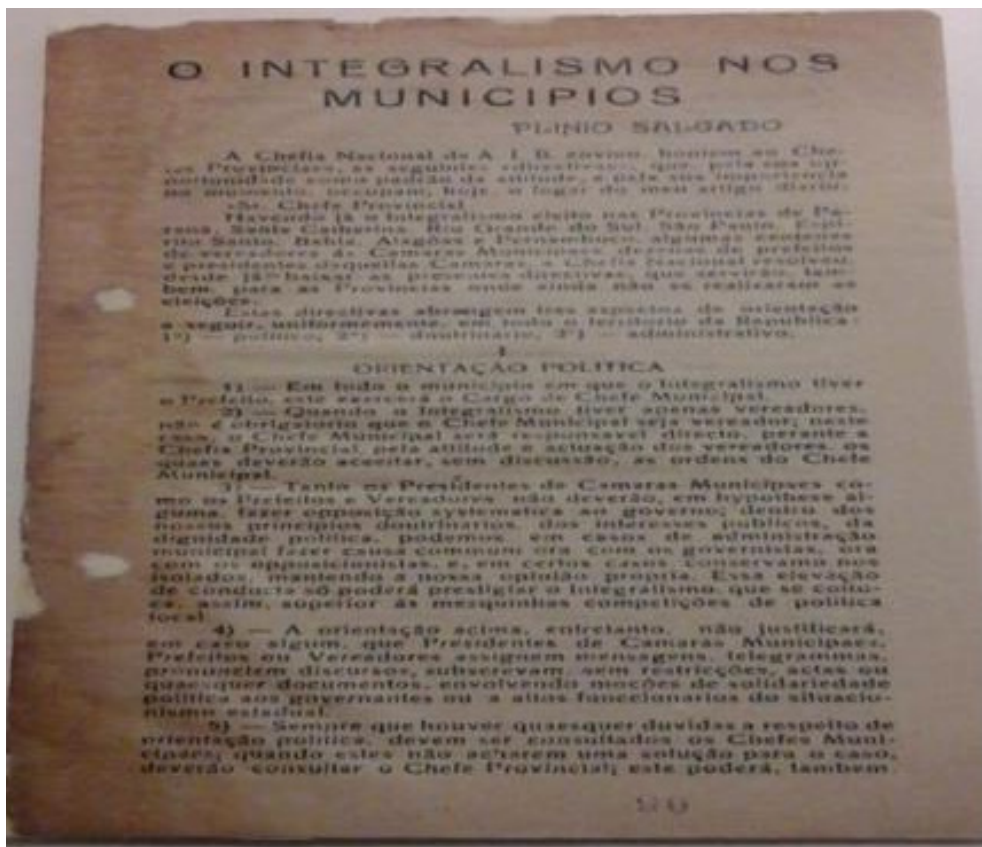


Figura 6: Cartilha de Diretrizes do Integralismo para os municípios⁶⁴

A orientação política era transmitida por meio de treze artigos que determinavam, entre outras coisas, o exercício da Chefia Municipal, a relação dos mandatários integralistas com o governo situacionista nos municípios e nos estados federados e o posicionamento político-administrativo daqueles, sendo proibido fazer oposição sistemática ao governo. Assim prescrevia o artigo 3º:

Tanto os Presidentes de Câmaras Municipais como os Prefeitos e Vereadores não deverão, em hipótese alguma, fazer oposição sistemática ao governo; dentro dos nossos princípios doutrinários, dos interesses públicos, da dignidade política, podemos em casos de administração municipal fazer causa comum ora com os governistas, ora com os oposicionistas, e, em certos casos conservamo-nos isolados, mantendo a nossa opinião própria. Essa elevação de conduta só poderá prestigiar o Integralismo que se coloca, assim, superior às mesquinhas competições de política local.⁶⁵

64 Figura 6 extraída do APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, Caixa 677.

65 Artigo 3º da seção I do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677

O documento orientava e esperava do integralista que exercia cargo eletivo que tivesse, em tese, um posicionamento político neutro em relação ao governo situacionista e colaborativo nos assuntos administrativos da sua localidade. Sobre a orientação doutrinária, a cartilha estabelecia cinco artigos de normas de pregação, divulgação e preservação da doutrina integralista, dirigidas aos prefeitos, presidentes de câmaras municipais e vereadores. A orientação doutrinária deveria seguir os princípios do Manifesto de Outubro de 1932, do Manifesto Programa de 1936, das Diretrizes Integralistas e dos artigos que o Chefe Nacional e o Secretário Nacional de Doutrina publicassem em *A Ofensiva* e no *Monitor Integralista*⁶⁶.

Nos artigos seguintes, a respeito da orientação doutrinária havia o estabelecimento de uma ordem ética e moral de conduta rigorosa da vida privada de seus partidários. Com efeito, determinava o artigo 4º do documento:

Os presidentes de câmaras municipais, prefeitos e vereadores integralistas, além dos compromissos já assumidos quando prestaram o juramento de fidelidade à doutrina e ao Chefe Nacional, assumem automaticamente, (...) o alto compromisso moral de pautarem suas vidas privadas de modo que toda autoridade seja cada vez maior e respeitada. Que jamais haja um prefeito, um presidente de câmara, um vereador, do qual se possa dizer que frequenta casas de jogo e de tolerância; que se embriaga ou tem qualquer vício; que caso casado, deixe de cumprir os deveres de esposo e de pai, que seja um ridículo conquistador ou um condescendente para com incorreções familiares; que se promiscua em desordem, que compareça a rodinhas de politiquinhos ou onde em companhias reprováveis; que seja incorreto em seus negócios particulares ou comerciais. (...).⁶⁷

Por último, a cartilha estabelecia as diretrizes, composta de cinco artigos, que iriam orientar a administração pública. Era previsto no artigo 1º o dever dos prefeitos municipais de governar, sob o espírito do pensamento integralista, respeitando, todavia, as leis vigentes e as autoridades estaduais⁶⁸. Havia também, uma orientação aos representantes eleitos pelo Integralismo de se opor a qualquer iniciativa de projetos que visassem o aumento de impostos⁶⁹. Nas disposições transitórias do documento, em seu inciso II, constava orientação e determinação sobre o que fazer quando houvesse “tentativa de golpes comunistas”. De fato, dizia o mencionado inciso:

Os prefeitos, vereadores e presidentes de câmaras municipais deverão estar sempre em contato com os núcleos integralistas, dispostos sempre a defender a ordem constituída contra qualquer tentativa de golpes comunistas. Em caso de periclitar a ordem pública, os integralistas não trepidarão em sustentar os governos, ainda quando estes sejam francamente seus

66 Artigo 1º da seção II do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677

67 Artigo 4º da seção II do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677

68 Artigo 1º da seção III do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677

69 Artigo 4º da seção III do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677.

adversários. É preciso tornar bem claro, (...) que o Integralismo quer vencer no Brasil, de vagar e com perseverança, dentro da ordem constitucional (...).⁷⁰

Determinava ainda o documento que as normas elencadas e decretadas pelo Chefe Nacional Plínio Salgado deveriam ser lidas nas sedes dos núcleos integralistas nos municípios como também em reuniões nas sedes provinciais⁷¹.

O mandato integralista na Câmara Municipal de Nova Friburgo

Nas eleições municipais, ocorridas no dia 05 julho de 1936, para a legislatura do biênio de (1936-1938), o partido integralista local apresentou duas candidaturas para a Câmara Municipal de Nova Friburgo: o comerciante de café Almiro Gonçalves de Jorge e o professor Júlio Ferreira Caboclo. Com o total de 436 eleitores “camisas-verdes” que compareceram às urnas, Almiro de Jorge obteve 240 votos e Júlio Caboclo 191 votos. Assim, De Jorge se elegeu como vereador da Ação Integralista Brasileira na Câmara Municipal de Nova Friburgo⁷². A sua posse, como a dos demais vereadores eleitos, se realizou no dia 31 de julho de 1936⁷³. Entretanto, cabe destacar que, na primeira reunião da sessão legislativa extraordinária de 10 de agosto de 1936, o vereador integralista recém-empossado enviou um ofício à mesa diretora da Câmara comunicando a sua renúncia ao mandato de vereador⁷⁴. De imediato, o presidente da casa legislativa Epaminondas de Moraes acatou o ofício e solicitou a convocação do suplente para preencher a vaga em aberto⁷⁵.

No dia 11 de agosto de 1936⁷⁶, no período da noite, na 2ª reunião da sessão extraordinária – presentes um elevado número de “camisas-verdes” e de simpatizantes – após aberta a sessão e instalados os trabalhos, o professor Júlio Ferreira Caboclo prestou juramento solene e assumiu as funções de vereança da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Em seguida, o então vereador Dr. Aristides de Castro Casado⁷⁷, liberal e opositor da Ação Integralista Brasileira, pediu a palavra e pronunciou um discurso enaltecendo a “liberal democracia” e atacando os “extremismos”. Após o primeiro discurso, o recém-empossado Júlio Caboclo pediu a palavra e o ambiente na sala de sessões passou a ser de inquietação e nervosismo por parte de Aristides Casado.

70 Inciso II das disposições transitórias do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677.

71 Parte final do documento: *O Integralismo nos municípios* de Plínio Salgado. APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 18, caixa 677.

72 De fato, a eleição de Almiro Gonçalves de Jorge teve destaque na imprensa integralista como os demais vereadores eleitos. Periódico *A Ofensiva* de 21 de julho de 1936, p. 04.

73 Ata de posse e deliberações da Câmara municipal de Nova Friburgo do ano de 1936. Sessão de posse no dia 31 de julho de 1936, pp. 15-18. Arquivo da Fundação D. João VI

74 Ata da Câmara municipal de Nova Friburgo de 1936. Sessão legislativa extraordinária realizada no dia 10 de agosto de 1936, pp. 18-20. Arquivo da Fundação D. João VI.

75 Há fortes indícios de que a renúncia de Almiro Gonçalves de Jorge foi motivada por problemas de saúde. Porém, não se pode descartar ter sido uma estratégia política eleitoral da AIB municipal. O então suplente Júlio Ferreira Caboclo era um dirigente articulado e com forte ascensão política nos quadros do partido, o que demonstrava ser uma qualidade no exercício da vereança.

76 Ata da Câmara municipal de Nova Friburgo de 1936. Sessão legislativa do dia 11 de agosto de 1936, pp. 20-22. Arquivo da Fundação D. João VI.

77 O vereador Aristides de Castro Casado exercia o cargo de inspetor federal do ensino secundário e era líder do Partido Radical na Câmara Municipal.

No seu longo discurso⁷⁸, o vereador integralista iniciou dizendo que não falaria de improviso e preferia fazê-lo por “escrito, pensado”, porque tinha consciência do “alto significado do encargo que lhe era confiado”, embora denunciasse “os cargos desvirtuados do seu valor e como são obtidos pelos partidos políticos”, através de “plataformas ocas” que não são cumpridas e “em troca de almoços, roupas e pares de botinas”. Continuou dizendo que estava ali não por mera “ vaidade pessoal”, porém, convicto de um “direito, consciente das suas responsabilidades”, ocupando um cargo conseguido de forma leal e graças ao programa da Ação Integralista Brasileira e em “obediência à profissão de fé” que jurara com todos os camisas-verdes do Brasil ao Chefe Nacional Plínio Salgado de não descansar enquanto não for realizada “a grande nação brasileira”; que não vinha para a casa legislativa para compactuar com “o estado de coisas a que chegou a nossa época” ou com qualquer partido. Afirmava que estava sempre ao lado dos ensinamentos do seu Chefe Supremo.

Ainda no discurso, fez um resumo da vida política do Brasil, desde o período colonial, passando pelos processos ocorridos durante a Monarquia e chegando ao tempo da liberal democracia. Atacou a organização partidária liberal, apontando que seus partidos políticos se diferenciavam apenas em seus “rótulos”, porque a “essência” são as mesmas, como seus processos e mentalidades. Depois, criticou “o regime de liberdades feito às pressas” e dizia que utilizava expressões sensatas, verdadeiras e sem nenhuma retaliação pessoal. Após uma pausa, o vereador Aristides Casado pediu um aparte e declarou que apenas “o regime de liberdade permite que V. S. venha promover desordens nesta casa, atacando-a desse jeito”. Em seguida, Júlio Caboclo respondeu: “V. S. deve guardar os apartes para outras ocasiões – que eu os fulminarei”. Retomou a sua oratória, fazendo uma explanação sobre o programa de realização da Ação Integralista Brasileira e ao final reafirmou que “estava ali com a força do seu idealismo”, com “a renúncia de todas as horas”, para sustentar os princípios integralistas defendidos pelos camisas-verdes do Brasil, em obediência ao Chefe Nacional Plínio Salgado, porque somente ele evitaria que o “comunismo judeu asiático” destrua o Brasil.

Ao terminar o discurso, Júlio Ferreira Caboclo deu a “ordem integralista” e todos os camisas-verdes presentes “perfilaram-se e responderam pronto, saudando com os *anauês* protocolares, o Chefe Nacional, a Revolução Integralista, a Bandeira Nacional e a Bandeira do Sigma”. Também, “a Deus para que apresse a morte da democracia liberal e guie, ampare e proteja a marcha vitoriosa dos camisas-verdes sobre o território da pátria”. Ao fim, todos cantaram o Hino brasileiro com “maior entusiasmo e vibração”.

Vale ressaltar que, durante a fala do Júlio Caboclo, o vereador Aristides Casado não cessou de pedir ao presidente da Câmara Municipal, vereador Epaminondas de Moraes, que fizesse “calar o orador”, que pusesse “ordem” no plenário e até que mandasse “evacuar” a sala das sessões alegando desordem na manifestação dos aplausos e saudações da militância integralista. Diante da pressão feita pelo vereador Aristides Casado, foi requisitada a presença da polícia, “tendo comparecido quatro praças que ficaram do lado de fora da Câmara Municipal”, mas que ao fim nada foi feito. Posteriormente, os integralistas de Friburgo acusaram o vereador Aristides Casado de ter “telegrafado aos jornais e autoridades”, dando ciência de uma promoção de “desordens” na Câmara de Vereadores.

Durante o exercício do mandato parlamentar, o professor Júlio Ferreira Caboclo foi considerado, por parte da imprensa friburguense, um vereador assíduo no comparecimento das sessões legislativas. Em uma coluna do jornal *O Nova Friburgo*, foi questionada a ausência

78 Tanto o discurso de Júlio Ferreira Caboclo como a cobertura de sua posse na Câmara de Vereadores de Friburgo foi publicada no jornal integralista *A Ofensiva* de 15 de agosto de 1936, pp. 03-04. Já a ata da câmara municipal apenas menciona a posse e o longo discurso proferido por Caboclo.

sistemática dos vereadores de oposição nas sessões deliberativas da Câmara Municipal, com o propósito de não participarem da apreciação e votação de algumas matérias contrárias aos seus interesses. Entretanto, afirma o colunista, que o grupo governista e o vereador integralista sempre “comparecem às reuniões para o estudo dos assuntos submetidos à apreciação da casa do legislativo municipal”⁷⁹.

A assiduidade de Júlio Caboclo durante o mandato parlamentar também era notória nos instrumentos de controle entre poderes municipais ao se utilizar, por exemplo, de requerimento solicitando “que a Câmara intervisse junto ao prefeito Dante Laginestra para que o comércio não abrisse suas portas por todo o dia sete de setembro”. Fundamentou sua justificativa ao afirmar que “no dia da pátria todos os brasileiros devem se dedicar ao seu culto internamente”. E que “tal medida ia ao mesmo tempo de encontro aos desejos dos poderes da república que desejavam dar a máxima solenidade aos festejos daquele dia”⁸⁰.

Durante o exercício de seu mandato parlamentar foi membro da comissão legislativa municipal de Higiene, Assistência Pública e Instrução, tendo sido relator das matérias que concediam pareceres sobre subvenções e normas de funcionamento das instituições públicas e privadas no município de Nova Friburgo. Uma de suas relatorias na comissão foi o projeto de lei número XI de 11 de dezembro de 1936, em que autorizava a abertura de crédito para a D. Aristotelina Teixeira como pagamento de subvenção à escola primária que ela mantinha gratuitamente desde 1933⁸¹.

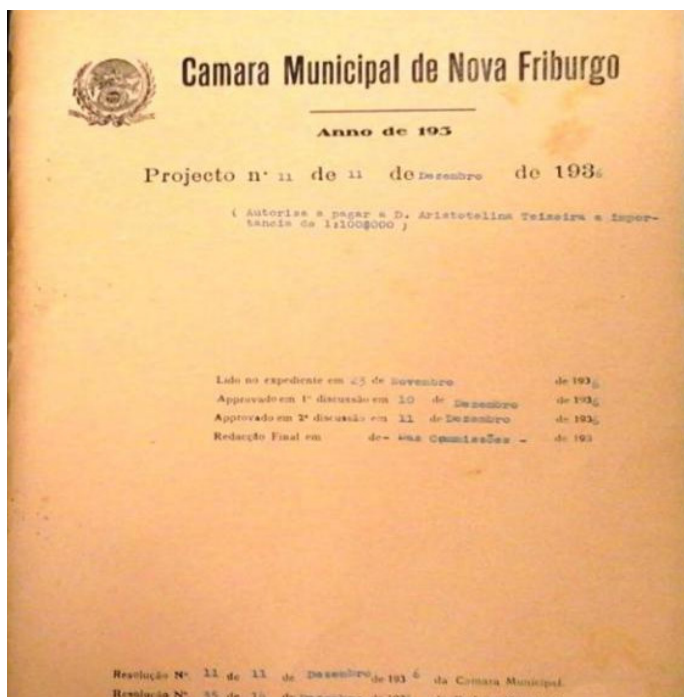


Figura 7: projeto de Lei de n. 11 de dezembro de 1936.

79 O Nova Friburgo, 16 de maio de 1937, ano VII, No. 313. Arquivo público da Fundação D. João VI.

80 Ata da Câmara de Nova Friburgo do dia 27 de agosto de 1936, pp. 24-29.

81 Parecer deferido no projeto de Lei No. 11 de 11 de dezembro de 1936. Arquivo Público da Fundação D. João VI.

Além de promover discursos *inter corpus*, defendeu também a aprovação de lei municipal que isenta “do pagamento de todos os impostos e taxas municipais os prédios que forem de propriedade dos jornais que contarem dois anos de publicação ininterrupta”. Tal iniciativa foi reconhecida pelo jornal *O Nova Friburgo*, em editorial de abril de 1937, parabenizando o vereador integralista Júlio Ferreira Caboclo pela aprovação do projeto na Câmara Municipal⁸².

Considerações finais

Depois de 14 meses como vereador da câmara municipal, o professor Júlio Ferreira Caboclo renunciou ao seu mandato, em meados de outubro de 1937, semanas antes da decretação do Estado Novo. A sua renúncia parlamentar foi motivada pelo convite feito por Plínio Salgado para assumir o cargo de Chefe Provincial no Estado de Alagoas. Com a vacância do cargo, a Câmara Municipal de Nova Friburgo ensejou uma consulta ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando orientação para o preenchimento da vaga de vereador em aberto, uma vez que não havia outro suplente da Ação Integralista Brasileira. Dessa forma, se encerraram em Friburgo as atividades políticas de seu único parlamentar eleito pelo movimento integralista⁸³.

O professor Júlio Ferreira Caboclo, ao tomar assento de fato e de direito na cadeira de vereador da Câmara Municipal, foi o primeiro e único representante do partido integralista de Nova Friburgo. Um feito político, algo relevante para um indivíduo que não era friburguense e que residia na cidade há aproximadamente três anos. Ao participar das eleições municipais de 1936, a Ação Integralista Brasileira atingiu em certa medida seus objetivos de ocupar determinados espaços de poder, ao eleger para a Câmara de Vereadores um representante partidário que, embora não tenha concluído o seu mandato, o exerceu com compromisso perante as normas constitucionais vigentes e em face da doutrina integralista.

O conhecimento sobre a eleição ocorrida na década de 1930, em que foi eleito um representante de um movimento político e social de natureza fascista para uma das cadeiras da Câmara Municipal traz para a sociedade friburguense certa surpresa, por se tratar de uma história há muito esquecida, possível de ser pesquisada apenas nos livros dos arquivos da cidade de Friburgo. Todavia, alguns vestígios podem ser encontrados até os dias atuais. No distrito de Conselheiro Paulino, no loteamento Jardim Marajói, existe um logradouro público homenageando o líder nacional integralista Plínio Salgado⁸⁴. Oxalá, esse passado autoritário e fascista de um período histórico friburguense possa trazer reflexões teóricas e contribuições práticas para o nosso presente e para as gerações futuras.

Bibliografia e Fontes

ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico – Biográfico Brasileiro pós-1930*. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: CPDOC. 5 v, 2001.

ARAÚJO, João Raimundo. *A indústria em Nova Friburgo in* coord. ARAÚJO e MAYER. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

82 *O Nova Friburgo* de 04 de abril de 1937 – ano VII – No. 308. Editorial parabenizando o vereador integralista Júlio Ferreira Caboclo pela aprovação do projeto pela câmara municipal.

83 Ofício datado de 25 de outubro de 1937 – trata-se de consulta ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro sobre a falta de suplente do partido Ação Integralista Brasileira na câmara municipal diante da renúncia do vereador integralista Júlio Ferreira Caboclo. Arquivo Público da Fundação D. João VI.

_____. *A Modernização de Nova Friburgo: Verso e Reverso*. In coord. ARAÚJO e MAYER. *Teia serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.

_____. *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira (1890-1930)*. Niterói, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. *O Colégio Nossa Senhora das Dores e a Formação do Magistério Feminino em Nova Friburgo (1940-1963)*. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4ª Ed., ver. E atual. Rio de Janeiro: LexiKon, 2012.

CALIL, Gilberto. *Integralismo e hegemonia burguesa: O PRP na política brasileira*. Paraná, Edunioeste, 2010. CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 2, (Coleção O Brasil Republicano).

CORREA, Maria Janáina Botelho. *Histórias e memória de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *A História Política de Nova Friburgo na República: “A Guerra Hegemônica entre Liberais e Populistas”*. In: ARAÚJO, João Raimundo; MAYER, Jorge Miguel. *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 2003.

CUNHA, Maria Suzel Coutinho Soares da. *Nova Friburgo: notas e informações*. Nova Friburgo: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1988, Vol. 2, p. 97, (Cadernos de Cultura).

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A ofensiva verde: a Ação Integralista Brasileira (AIB) no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS/PPGHIS, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política*. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Edição da Divisão Cultural: Rio de Janeiro, 1963.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 2, (Coleção O Brasil Republicano).

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa Integralista*, Imprensa Militante (1932-1937). Porto Alegre, 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Org. FERREIRA e DELGADO. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, vol. 1, p. 23, (Coleção O Brasil Republicano).

QUAGLINO, Maria Ana. *Ocupação e ressignificações do espaço urbano: o caso do Palácio Barão de Nova Friburgo (1871-1988)*. In: *Teia serrana II: Novos temas e novas abordagens*. Coordenação: ARAUJO, LO BIANCO e COSTA. 1. Ed., Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2019.

RAPOSO, Maurício Antunes. *A cidade e o professor integralista: Nova Friburgo, a Ação Integralista Brasileira e a trajetória intelectual de Júlio Ferreira Caboclo (1934 - 1937)*. Niterói, 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

_____. *A Cidade e o Integralismo: Nova Friburgo e a Ação Integralista Brasileira*. In: *Teia Serrana II: novos temas e novas abordagens*. Coordenação: ARAÚJO, LO BIANCO e COSTA. 1ª Ed. Nova Friburgo: Marca Gráfica Editora, 2009.

SALGADO, Plínio. *O Integralismo perante a nação*. São Paulo: editora das Américas, 1955 (Coleção Obras Completas, vol. 9).

TRINDADE, Helgio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª Ed. São Paulo: Difel, 1979, (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

Fontes

Livro de Atas da Comissão de Poderes, Legislação, Justiça e Redação. Livro 1, ano de 1936, número de registro 15.

Livro de Atas de posse dos anos de 1932-1977. Número de registro 203.

Livro de Registro de ofícios administrativos da Câmara Municipal aos vereadores, prefeito e outras autoridades. Número de registro 187.

Ofício datado de 25 de outubro de 1937 – trata-se de consulta ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro sobre a falta de suplente do partido Ação Integralista Brasileira na câmara municipal diante da renúncia do vereador integralista Júlio Ferreira Caboclo.

Pasta sobre o integralismo. APERJ – Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro. Pasta 18 – caixa 677.

Projeto de Lei No. 11 de 11 de dezembro de 1936. Arquivo Público da Fundação D. João VI.

Prontuário 1.299 do DEOPS. Termo de declarações. Arquivo Público de Minas Gerais.

Periódicos

A Marcha das Artes e das Letras. A Marcha. Rio de Janeiro: PRP, de 26 de maio de 1955. 10 p.

Suplemento. Disponível no site da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *A Ofensiva*. Rio de Janeiro: Ação Integralista Brasileira, ano III, No. 236, de 19 de julho de 1936.

Disponível no portal da Biblioteca Nacional, através do link: memoria.bn.br.

A Página Integralista. O Nova Friburgo. Nova Friburgo: Juvenal Marques, 1937. 01 p. Suplemento.

A Paz. Nova Friburgo: Galdino do Valle Filho, No. 22-42 de janeiro/outubro de 1937. *Jornal do Brasil* de 08 de julho de 1969

O Friburguense. Nova Friburgo: Augusto Cardoso, ano 44-46, 1935-1936.

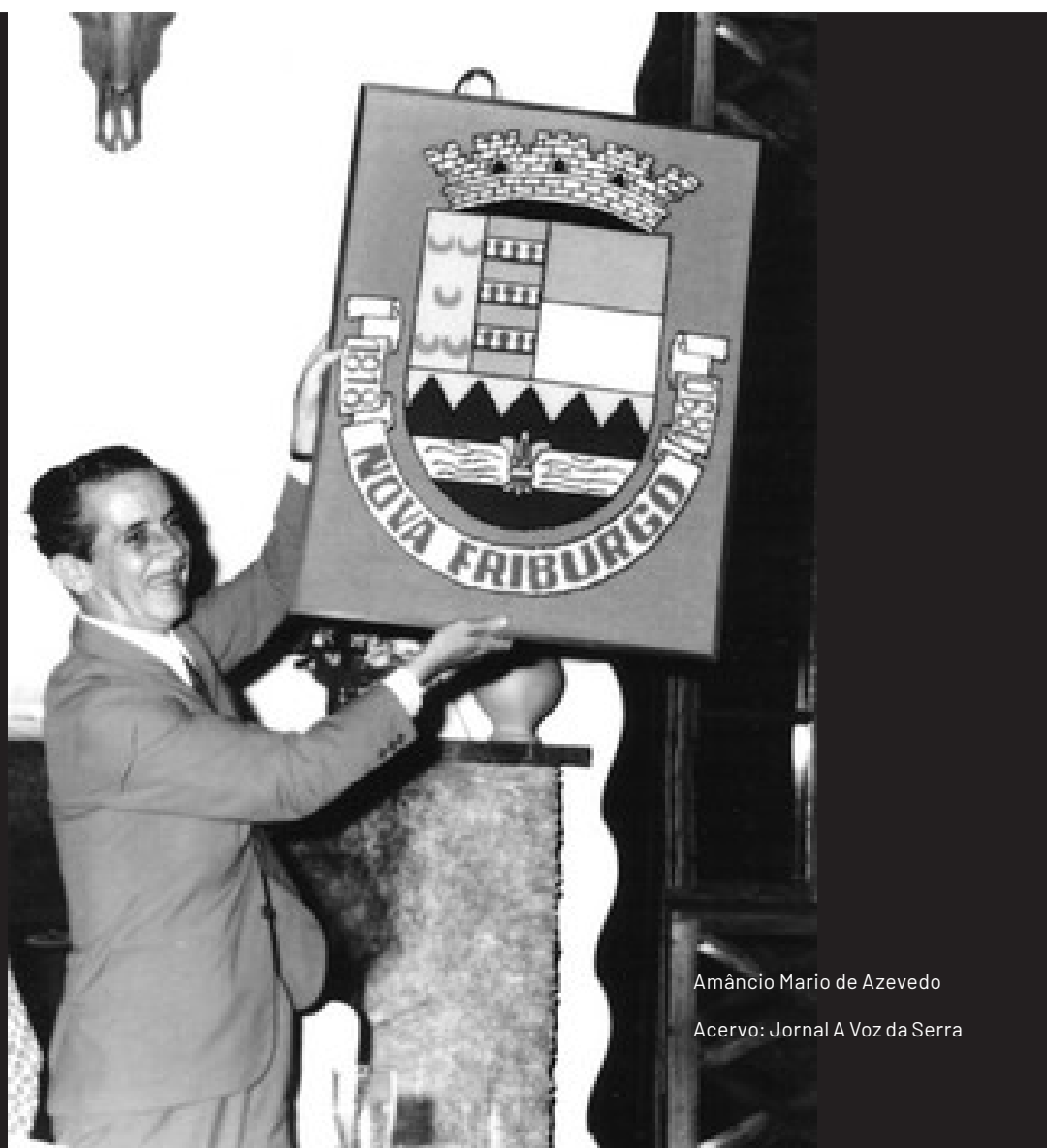
O Nova Friburgo. Nova Friburgo: Juvenal Marques, ano IV-VII, 1934-1937.

Iconografia

Fotografias do movimento integralista de Nova Friburgo do acervo da Fundação D. João VI.

MEDICINA E PODER POLÍTICO EM NOVA FRIBURGO:
Amâncio Mario de Azevedo, o “Médico dos Pobres”

Elizabeth Vieiralves



Amâncio Mario de Azevedo

Acervo: Jornal A Voz da Serra

Este trabalho centra sua análise no estudo das relações entre a medicina e o poder político, a partir da trajetória dos médicos que dirigiam os destinos de Nova Friburgo de 1947 a 1977. Nas primeiras décadas do século XX, o grupo galdinista ficou identificado com o discurso em favor da modernidade, promovendo a higienização da cidade e o processo de urbanização e industrialização friburguense, que se inicia com a inauguração do sistema de eletrificação, seguida da implantação das indústrias têxteis no município. Este movimento está ligado à proposta de europeização de Nova Friburgo – a Suíça Brasileira – cuja liderança encontra-se nas mãos de um médico eficiente, competente e abnegado, Galdino do Valle Filho, que, no uso desses atributos, exerce forte poder político decisório na região.

No final da década de 1940, inicia-se um novo período, no qual médicos de características altruístas, essencialmente carismáticos, assumem o poder executivo e legislativo, desenvolvendo algumas propostas políticas e ideológicas semelhantes às de Galdino do Valle em relação à urbanização e higienização da cidade, acrescidas de uma forma própria de governar, com a arregimentação das massas populares. Referimo-nos, basicamente, aos médicos políticos vitoriosos que se intercalam no poder: Feliciano Benedicto da Costa, Amâncio Mário de Azevedo, Waldir Rodrigues da Costa, Vanor Tassara Moreira e, também, ao médico Dermeval Barbosa Moreira, que exerce a condição ímpar de grande eleitor, fator decisivo nos pleitos eleitorais.

O discurso político desses médicos os qualifica diante da população, que os reconhece como os mais aptos para exercer o poder no município. Respaldados na sua prática médica, caracterizada por uma proposta altruísta de abnegação, esses médicos recebem de seus clientes, quase sempre, como moeda de troca, sufrágios eleitorais. O seu êxito fundamenta-se no exercício da arte de curar, que se reverte em forma de confiança e gratidão por parte da população.

A partir da década de 1960, o Estado passa a intervir de forma mais acentuada no processo previdenciário e na assistência médica, o que ocasiona um fortalecimento nas instituições de prestações de serviço médico, gerando, como uma das consequências, a diluição do poder centrado, até então, nas mãos dos médicos e da política acima mencionada.

O Brasil após a redemocratização de 1945

O Estado Novo passou a ser alvo de um movimento de oposição interna a partir, principalmente, da adesão do Brasil ao bloco aliado na Segunda Guerra Mundial, quando alguns segmentos sociais contrários à ditadura varguista se unem para reivindicar uma nova ordem liberal contra todo e qualquer regime autoritário. Verifica-se, a partir daí, o aumento do confronto entre o governo de Getúlio Vargas e os grupos oposicionistas, destacando-se a União Democrática Nacional (UDN) que, desde 1944, organizara-se como uma frente de oposição a Vargas, constituída por uma gama variada de militantes que tinham em comum a luta em favor das liberdades democráticas.

Para não perder o controle político sobre o Estado Nacional, Getúlio Vargas estimulou a criação de um novo partido político, o Partido Social Democrático (PSD), que vai abrigar as oligarquias rurais e o empresariado industrial, apoiando a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Em Nova Friburgo, a fundação do núcleo regional do PSD foi realizada por representantes do getulismo, com quase total exclusividade para aqueles ligados a Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas e ex-interventor do Estado do Rio de Janeiro. Os militantes getulistas, mas não comprometidos com o amaralismo, filiaram-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, formado por lideranças sindicais que apoiavam

Getúlio), linha auxiliar sem o poder de fato. Figuras expressivas do amaralismo friburguense, desse momento político, eram o prefeito interventor, Dante Laginestra, e sua esposa, D^a Maria Duque Estrada Laginestra. Para influir de forma mais decisiva nas eleições marcadas para dezembro de 1945, Dante Laginestra fundou um novo jornal, *A Voz da Serra*, apoiado pelo comerciante Américo Ventura Filho¹.

O PTB, em Nova Friburgo, por ocasião de sua fundação, teve poucos adeptos sindicalistas. O jornal *O Nova Friburgo*, dirigido por Pedro Cúrio, tornou-se o principal órgão de divulgação de suas ideias, por meio de artigos e reportagens com o claro objetivo de mostrar as “vantagens” do trabalhismo em contraposição aos “perigos” do comunismo. Os editoriais do jornal *O Nova Friburgo*, principalmente através do seu maior articulista, Prof. Luiz Malheiros, desenvolveram o ponto de vista dos trabalhistas diante das relações sociais, explicitando, de um lado, as diferenças com o ideário liberal, de outro, com a ideologia comunista. Por meio do artigo “Classes Colaboradoras”, Malheiros dizia que “(...) era preciso que o governo fizesse sentir não haver ‘classes dirigentes’, mas ‘colaboradoras’, orientadas para a ‘obra de reconstrução nacional’, urgente naquele instante”².

Na ocasião em que a ditadura varguista se desarticula, acontece fato semelhante nos municípios, como em Nova Friburgo, onde a interrupção do poder do interventor determina uma diminuição do seu prestígio, uma vez que Dante Laginestra não era uma figura carismática, apesar de empreendedora. O grande foco de sustentação do seu governo se fazia na figura profundamente carismática de sua esposa, D^a. Maria Duque Estrada Laginestra, que, na realidade, usava a antessala do Palácio do Ingá

para conseguir, através da amizade íntima com a filha de Getúlio, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, as grandes benesses para a cidade, destacando-se a construção da Maternidade da LBA, fato inédito, uma vez que a LBA não criou nenhuma maternidade fora das capitais dos estados. Friburgo foi a grande exceção, sendo contemplada com a visita de um Presidente da República em plena atividade no Palácio do Catete³.

Nesse mesmo ano de 1947, o grupo ligado a Galdino do Valle Filho aproveita-se da queda da popularidade do getulismo para assumir o governo municipal com o engenheiro César Guinle, candidato da UDN, além de obter maioria no legislativo. Apesar do bem fadado e exitoso governo de César Guinle, reconhecido até por seus adversários políticos, este não conseguiu fazer o seu sucessor na Prefeitura Municipal. Na realidade, a dobradinha Getúlio Vargas para presidente da República e Amaral Peixoto para governador do Estado do Rio de Janeiro tornou-se imbatível e arrastou na sua esteira um grande número de vitórias eleitorais regionais e municipais. Em Nova Friburgo, o prefeito eleito José Eugênio Müller, do PSD, teve que contar com o decisivo apoio dos médicos Dermeval Barbosa Moreira e Amâncio Mário de Azevedo, detentores de grande respeito popular alcançado no exercício humanístico de sua profissão. Neste aspecto, percebe-se, claramente, a “autoridade cultural” desenvolvida

1 O jornal *A Voz da Serra* dentre todos os periódicos citados nesta dissertação é o único que ainda circula nos dias atuais

2 Jornal *O Nova Friburgo* de 15 de setembro de 1946, p. 01

3 Nova Friburgo recebeu em 1910 o Presidente Nilo Peçanha por ocasião da inauguração do Hospital Naval no expavilhão de caça do Barão de N. Friburgo e em 1947, o Presidente Eurico Gaspar Dutra veio inaugurar a Maternidade da LBA, segundo depoimento do Dr. Ronaldo Duque Estrada Laginestra à autora, em 19 de agosto de 2001. Estrada Laginestra à autora, em 19 de agosto de 2001.

por estes médicos, que extrapola a esfera da simples assistência médica, realizando-se a sua intervenção em outras áreas⁴.

O governo Vargas, na sua última fase, visou imprimir diretrizes nacionalistas à organização econômica, apoiando-se para tanto numa política de apelo às massas. Mas a oposição de Carlos Lacerda (UDN) se fazia cada vez mais agressiva, culminando com o trágico acontecimento do atentado da Rua Toneleros, na noite de 5 de agosto de 1954, no qual perdeu a vida o major da Aeronáutica Rubens Vaz, precipitando o desfecho político da crise. Enquanto uma grande parte do povo brasileiro aplaudia os discursos inflamados de Carlos Lacerda, que denunciava o “mar de lama” que corria nos porões do Catete, Getúlio Vargas se sentia acuado no palácio, com os desmandos do irmão Bejo e com a “guarda pretoriana” tomando decisões impopulares que reforçavam sobremaneira o “corvo do Lavradio”⁵.

Nada mais restou a Getúlio depois de uma reunião frustrada com seu ministério político-militar a não ser o seu decidido gesto de destruição pessoal – a grande vingança: “saio da vida para entrar na História”⁶. A notícia do suicídio de Getúlio Vargas chega em Nova Friburgo; a praça se conflagra com gritos e discursos por parte das lideranças getulistas do município, onde pontificava a fala forte e agressiva do Dr. Amâncio M. de Azevedo, acompanhada da convulsão emocional do operariado, comandada pelos dirigentes sindicais, demonstrando que, ao contrário do Rio de Janeiro, aqui na Serra, o cadáver de Getúlio pertenceu ao PSD e não ao PTB, como na capital⁷.

Esta situação evidenciou, por um lado, a força política e o prestígio crescente dos seguidores do amaralismo e, por outro lado, mostrou um PTB fracionado, por isso mesmo enfraquecido, distante do movimento sindicalista, que não conseguiu decolar com a candidatura do médico militar Francisco Silva Araújo Filho. Até mesmo o presidente do partido, Henrique Leal, aderiu à campanha da dupla amaralista do PSD, Dr. Feliciano Costa e Dr. Amâncio Mário de Azevedo⁸. A liderança do engenheiro liberal Heródoto Bento de Mello, valendo-se da proposta necessária de um Plano Diretor para a cidade, conseguiu aproximá-lo politicamente do prefeito Feliciano Costa (1955-1959) que, a partir desse momento, dava seqüência a um distanciamento do PSD, culminando na sua ruptura com o partido.

Nas eleições de 1955 para a presidência da República, a coligação PSD-PTB conseguiu eleger seus candidatos: Juscelino Kubitschek de Oliveira para presidente e João Goulart para vice-presidente. Apesar dos problemas criados pela oposição, que pretendia impedir a posse dos candidatos vitoriosos, Juscelino e Jango, com o apoio do Marechal Lott, assumiram o governo. Trata-se de um período de grandes transformações na economia e na política brasileira. Já na campanha, J. K. garantira que promoveria “cinquenta anos de progresso em cinco de governo” e, para consubstanciar essa promessa, apresentou seu *Programa de Metas*, através do qual se propunha empreender as realizações necessárias para atingir o progresso nacional, assentado, basicamente, na aceleração da industrialização⁹.

4 Cf. Paul Starr, *La Transformación Social de la Medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

5 Cognome atribuído a Carlos Lacerda, em função da localização da sede do jornal Tribuna da Imprensa, na rua do Lavradio.

6 Antônio Mendes de Almeida Júnior op. cit. pp. 254-255.

7 Jornal *A Voz da Serra* de 29 de agosto de 1954 p. 03.

8 Jornal *A Voz da Serra* de 29 de agosto de 1954 p. 03.

9 Sonia Regina de Mendonça. Estado e Economia no período 1955-1964. In: *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

A herança galdinista: uma avaliação

Galdino do Valle Filho deixou marcas profundas no processo político friburguense, estendendo suas influências no período pós-45 pelo fato de constituir-se como modelo ideológico do médico político. Numa análise sucinta, entendemos que o sucesso alcançado por Galdino se fez, basicamente, pela utilização de três estratégias que passamos a comentar: eficácia/competência, “ouvidoria médica” e prática curativa altruísta, variáveis que, em conjunto, caracterizavam a sua “autoridade cultural”.

Em relação à eficácia/competência médica, Galdino do Valle Filho não se restringia ao isolamento provinciano do contexto municipal, mas se associava a figuras expressivas da ciência médica do Rio de Janeiro, tais como Carlos Chagas, Souza Marques, Eduardo Rabello e outros¹⁰. Na realidade, Galdino procurava alargar as suas relações com o meio acadêmico e cultural da capital da República, onde buscava consolidar as propostas contemporâneas de urbanização e higienização¹¹. Nesse aspecto, questões como a reordenação do espaço urbano estavam intimamente ligadas ao conceito de modernidade no qual as teorias higienistas implementadas na capital federal, a partir da atuação de Pereira Passos, vão nortear as administrações que pretendiam alcançar o progresso e o desenvolvimento¹². Essa proposta foi abraçada por Galdino, que trouxe o projeto de urbanização e higienização para Nova Friburgo, ganhando com isto os *fóruns* de modernidade e respeito da sociedade friburguense.

O conceito de “ouvidoria médica” pode ser explicado como resultante da prática médica da época em Nova Friburgo, que estabelecia, além do atendimento nos consultórios, o imperativo da visita domiciliar e o contato direto com a população, permitindo ao médico político a realização de um diagnóstico médico e social ímpar. Ao mesmo tempo em que o médico fazia a anamnese¹³ do paciente para conclusão diagnóstica, determinando os procedimentos terapêuticos a serem seguidos, ele também participava da intimidade do contexto familiar, no qual realizava um inquérito social, econômico e sanitário, tendo como parâmetros de informação a condição financeira da família, o valor nutritivo de sua alimentação, o crescimento da natalidade, o nível de escolaridade e o grau de higienização em que vivia o núcleo familiar, levando em conta o fornecimento de água para uso doméstico e o sistema sanitário com a construção de fossas ou sumidouros. Tais elementos davam condições para avaliações das condições sanitárias de ruas e bairros, determinando o controle de focos de doenças endêmicas.

A “ouvidoria médica” servia como reforço ao poder político, uma vez que o médico era conhecedor dos problemas que iam desde as queixas de saúde, passando pelas dificuldades pecuniárias, avaliando as condições de higienização e saneamento básico em que viviam os seus pacientes que compunham sua clientela política. Na realidade, a visita domiciliar ampliava os vínculos criados nos consultórios, expressos numa relação de “autoridade

10 Afrânio Veiga de Mello. Dr. Galdino do Valle Filho. In: Thereza de Albuquerque Melo (coord.). *Notas Biográficas para Monografias*, Caderno de Cultura nº 1, Pró-Memória da PMNF, 1985, p. 16.

11 Afrânio Veiga de Mello. Op. cit. p. 46 a 53. O autor, no subtítulo: “O Médico”, relata a trajetória de Galdino do Valle Filho como médico atuante e competente no exercício de sua profissão em Nova Friburgo, acrescentando depoimentos que retratam a sua capacidade diagnóstica e terapêutica, traduzida num grande número de acertos profissionais.

12 Jaime Larry Benchimol. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

13 A anamnese consiste em avaliar sintomas e sinais através de um histórico do paciente que conduzam a um diagnóstico.

cultural” do médico para com seu paciente que, como enfatiza Starr, se submetia às suas orientações tanto no campo simplesmente médico como no projeto familiar onde atuava como conselheiro¹⁴.

A terceira estratégia utilizada por Galdino do Valle Filho, a prática curativa altruísta, granjeava-lhe o respeito da população. Seus atendimentos, quer no consultório quer através da visitação domiciliar, nem sempre recebiam retribuição pecuniária, mas certamente determinavam diversas formas de gratidão. Nesse aspecto, a eficiência da prática curativa exercida pelo médico político recebia como moeda de troca o apoio político e eleitoral daqueles que se beneficiavam com o atendimento

profissional. A gratidão expressa em sufrágios eleitorais não era, porém, prática exclusiva dos que não podiam retribuir pecuniariamente ao trabalho profissional, ampliando-se para outras camadas da sociedade que mantinham com Galdino uma relação não só de paciente x médico, mas que vieram a se constituir numa elite de correligionários e amigos próximos, na maioria das vezes, intermediários entre o profissional e a população mais carente. Tal fato se verifica, de forma explícita, no álbum dos cem amigos de Galdino do Valle que fervorosamente se identificavam com a proposta humanística e ideológica deste médico¹⁵.

A prática médica, nessa época, era individualista, associando-se, quando necessário, à parteira, à enfermeira ou ao farmacêutico. O médico era essencialmente um clínico geral que procedia o tratamento integral das patologias humanas sem contar com o auxílio da técnica ainda incipiente e os conceitos distintos de especialidade que começavam a ser polemizados por ocasião do Congresso Nacional dos Práticos, realizado no Rio de Janeiro, em 1922¹⁶. A medicina, nessa época, embora imbuída de sentimentos de solidariedade e de altruísmo para com os pacientes, fazia-se de forma solitária, individual, admitindo tão-somente a participação de outro médico quando era solicitada uma conferência médica (junta) para elucidar o diagnóstico e propor um tratamento mais eficiente. Na realidade, estes profissionais só se aproximavam nas grandes dificuldades médicas, não constituindo, portanto, equipes de atendimento cotidiano.

Precisando um pouco mais a questão da herança galdinista, podemos afirmar a existência de duas vertentes nesse processo, quais sejam: a herança política e a herança ideológica. No que concerne à herança política de Galdino, seus herdeiros políticos se fizeram preferencialmente entre os engenheiros comprometidos com a proposta liberal, tendo pontificado as figuras de Plácido Lopes Martins, César Guinle e Heródoto Bento de Mello, que assumiram o governo municipal, sempre sintonizados com o projeto político de Galdino do Valle Filho¹⁷. Todos eles se mostravam favoráveis ao predomínio da iniciativa privada em serviços públicos, além de preservar, junto às elites, uma imagem de cidade na qual estivessem presentes os conceitos de modernidade e progresso, ligados à ideologia da “Suíça Brasileira”.

14 Paul Starr. *La Transformación de la Medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económico, Secretaría de Salud, 1991 p. 23.

15 Cf. entrevista de Afrânio Veiga do Valle em 13 de abril de 2001. Durante a entrevista foi-nos mostrado um álbum que Galdino havia recebido dos seus amigos, constando, além de uma dedicatória afetiva, os nomes de cem amigos comprometidos ideológica e politicamente com seu grande líder.

16 André Pereira Neto. *Palavras, Intenções e Gestos. Os Interesses profissionais da Elite Médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922)*. Tese de Doutorado apresentada ao IMS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997, p. 05.

17 Plácido L. Matins assumiu a presidência da Câmara entre 21/05/1923 e 09/01/1924; César Guinle foi prefeito em Nova Friburgo de 1947 a 1950 e Heródoto B. de Mello assumiu a Prefeitura Municipal de 1964 a 1966, 1883 a 1988 e de 1994 a 31/01/1997

No que tange à herança ideológica galdinista, esta se fez pela prática médica altruísta e pela prioridade ao atendimento às bases populares que vem conferir ao médico político uma “autoridade cultural” associada diretamente à sua competência profissional. Esta prática baseava-se no tripé já mencionado, em que valorizamos as estratégias da eficácia, da “ouvidoria médica” e da prática curativa como fundamentais para ascender e manter o poder político. Percebe-se que, em relação à proposta ideológica, os médicos que atuaram após 1945 – Feliciano Costa, Amâncio Mário de Azevedo, Vanor Tassara Moreira e Waldir Costa – comprometeram-se com estas bases que deram sustentação ao poder do médico político¹⁸. Estes profissionais que sucederam Galdino do Valle Filho após o fim do Estado Novo, embora exercessem práticas médicas assemelhadas, ampliaram o galdinismo, deixando de estabelecer acordos com as elites liberais tradicionais do município e, ao incorporar demandas populares, associaram-se a uma nova elite local. Destaca-se nesse grupo de médicos a figura do Dr. Dermeval Barbosa Moreira¹⁹, que reforça, além dos paradigmas vitoriosos da prática médica altruísta, o projeto de inserção política das classes populares, estabelecendo um novo ciclo de poder médico que pode ser visto como um populismo “à Friburgo”.

Por populismo “à Friburgo”, entendemos a prática política característica dos médicos políticos após 1945, que incorporaram elementos do populismo brasileiro como a questão da aliança com setores de diferentes classes sociais, procurando manter a sua hegemonia na sociedade friburguense, mas também fazendo concessões, principalmente à população mais carente no sentido de atender algumas de suas reivindicações. Entretanto, o populismo “à Friburgo” leva em consideração outros elementos que são fundamentais para caracterizá-lo. Estamos nos referindo à prática médica altruísta, que coloca estes médicos em contato mais direto com a população, fato que se desdobra numa situação de complementaridade entre a “ouvidoria médica” e a sua prática política, ou seja, é através da “ouvidoria” que os médicos políticos ficam cientes das necessidades mais prementes da população friburguense e procuram atender àquelas que lhes parecem viáveis²⁰.

TABELA DOS MÉDICOS PREFEITOS – 1955 – 1977

Período	Prefeito	Partido	Vice-Prefeito	Partido
1955-1959	Feliciano B. Costa	PSD / PSP	Amâncio M. de Azevedo	PSD
1959-1963	Amâncio M. de Azevedo	PSD	Vanor T. Moreira	PSP
1963-1964	Vanor T. Moreira	UDN	Heródoto B. de Mello	UDN
1967-1971	Amâncio M. de Azevedo	MDB	Lafayette B. Filho	MDB
1971-1973	Feliciano B. Costa	ARENA	José Rios	ARENA
1973-1977	Amâncio M. de Azevedo	MDB	Ítalo Spinelli	MDB

18 Chegamos a esta conclusão a partir das observações e análises com base em vários depoimentos, principalmente, os da Prof^a Maria do Perpétuo Socorro Sampaio Azevedo, da Prof^a Dilva Maria de Moraes, do Sr. Zanon da Costa e do Dr. Vanor T. Moreira, realizados respectivamente em 25/01/200, 18/08/2000, 18/06/2001 e 18/01/2001.

19 Dr. Dermeval Barbosa Moreira, médico proeminente em Nova Friburgo que, apesar de jamais ter concorrido a cargos eletivos, possuía um grande poder de influenciar a população, determinando, mesmo os rumos das campanhas eleitorais. Tratava-se de uma verdadeira “eminência parda”.

20 Cf. depoimento de D^a Maria do Perpétuo Socorro Azevedo, esposa do Dr. Amâncio Mário de Azevedo em 25 de janeiro de 2000. Segundo D^a Didi (como era chamada), Amâncio Azevedo ao subir os morros friburguenses para fazer atendimentos domiciliares, recebia as queixas da população em relação ao acesso precário àquelas ruas e quando retornava à Prefeitura tomava providências no sentido de mandar calçá-las.

TABELA DE MÉDICOS DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS

Período	Deputado Estadual	Partido	Deputado Federal	Partido
1963-1967	Amâncio M. de Azevedo	PSD		
1963-1967	Feliciano B. Costa	PSP		
1967-1970	Waldir Costa	MDB		
1970-1973	Waldir Costa	MDB		
1974-1977	Feliciano B. Costa	ARENA		
1978-1979			Amâncio M. de Azevedo	MDB / PP

Amâncio Mário de Azevedo: o “médico dos pobres” na política

Após a queda do Estado Novo, com a constitucionalização do país, o médico Amâncio Mário de Azevedo ingressou em 1946 na vida pública de Nova Friburgo, elegendo-se vereador, inicialmente, pela UDN, mudando logo a seguir para o PSD, partido que o acompanharia até o regime militar. Amâncio era natural do Rio de Janeiro, onde nascera em 19 de dezembro de 1917, filho de Jerônimo Mário de Azevedo e Lucinda Rocha de Azevedo. Ainda menino, veio para Nova Friburgo, onde completou seus estudos até o nível secundário, diplomando-se, em 1944, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi casado com a professora Maria do Perpétuo Socorro Sampaio Azevedo (Didi), com quem teve dois filhos médicos, Dr. Rogério Sampaio Azevedo e Dra. Rosali Azevedo Künzel.

Desde jovem estudante, Amâncio era aficionado pelo esporte bretão (futebol), ora como espectador apaixonado, ora como praticante bastante combativo. Na vida de Amâncio, o esporte era a paixão. No seu auge, o contraditório por vezes se explicitava: de um lado, o médico afável, educado e carinhoso; de outro, o líder do Esperança Futebol Clube, comandando os torcedores exaltados contra os pretensos desmandos do juiz que arbitrara uma partida de futebol infeliz²¹.

O povo, porém, não levava em conta os exageros emocionais de Amâncio nas tardes de domingo. Já na segunda-feira, ninguém se lembrava das zangas impertinentes do médico torcedor que voltava a ser o Amâncio de todos os clubes. Por isso mesmo, segundo D^a Didi, o médico vinha em primeiro lugar em Amâncio. Aliás, de acordo com seu depoimento, a vocação política de Amâncio teve suas raízes no seu próprio cotidiano como médico que, ao fazer atendimentos domiciliares em lugares inacessíveis, decidiu se candidatar, visando melhorar as condições de vida da população mais carente, expandindo os serviços públicos para áreas até então abandonadas²².

O depoimento de sua esposa configura o primeiro aspecto da retomada do galdinismo como ideologia. Amâncio sentia-se, pela sua prática médica, capaz de reordenar a cidade e promover melhores condições para a população. É a “consequência” da ouvidoria médica, que obrigava o médico de perfil altruísta a encontrar a população em seu local de moradia e assim “perceber” a realidade e conseguir desenvolver um discurso político que tanto

21 Jornal *A Paz* de 27 de janeiro de 1940 p. 03. Amâncio era praticante exímio do futebol desde muito jovem. *A Voz da Serra* de 25 de agosto de 1957, 1^a página. Permaneceu ligado ao esporte e ao seu clube de coração, Esperança Futebol Clube, mesmo depois que entrou para a política.

22 Conforme depoimento de D^a Didi em 25 de janeiro de 2000.

diagnosticasse a vida da cidade como propusesse soluções ou curas para as mazelas da população.

As pessoas que o conheciam bem diziam que Amâncio, como médico, era um “vacionado” e, mesmo exercendo outras atividades, jamais deixou de dedicar-se entusiasticamente à medicina²³. Na realidade, quando começou a sua carreira política, já era um grande médico, manifestando-se através da sua generosidade, preocupado não só em diagnosticar as enfermidades e prover os clientes de medicamentos, mas a sua visão de saúde era mais ampla, identificando as carências alimentares e sanitárias como portas de entrada para as doenças. A eficácia do projeto político de Amâncio, mais uma vez herdado do galdinismo, era intimamente ligada à competência profissional. A vida pública era uma extensão da prática médica competente, criando uma forte associação entre a competência da “arte de curar indivíduos” e a competência na “arte de curar cidades”.

Em Amâncio, as figuras do médico e do político se misturavam. A professora Dilva de Moraes cita uma passagem, para exemplificar essa proximidade, que demonstra também a macrovisão de saúde do médico político: a criação da Faculdade de Odontologia em Nova Friburgo²⁴. Segundo a Prof^a Dilva, o Dr. Amâncio sempre dizia que a saúde começa na boca e daí a importância de Friburgo ser dotada de uma Faculdade de Odontologia que não só ampliaria a oferta de dentistas na cidade, mas também teria, dentro de suas dependências, um serviço de atendimento à população carente. Dilva acrescenta que Amâncio, como político, nunca deixou de ser médico. Mesmo durante os seus mandatos, o atendimento no consultório era sagrado: de manhã cedo passava pela Prefeitura, supervisionava os trabalhos, depois ia para o consultório onde assistia os seus doentes e, à tarde, retornava à Prefeitura até a hora que julgasse necessária.

A própria enfermidade de Amâncio, que o levaria à morte, estava ligada à sua profissão, ou seja, a sua atuação como médico radiologista por mais de vinte anos provocou-lhe um câncer na mão esquerda, que minou a sua saúde, comprometendo-a inexoravelmente. Tal fato não é inédito nessa especialidade, uma vez que, por desconhecimento das consequências advindas do rádio, a própria Mme. Curie se expôs sem maiores precauções e foi acometida por leucemia. De forma parecida, o introdutor da radiologia na América Latina, em particular no Rio de Janeiro, Professor Dr. Álvaro Alvim, teve destino semelhante ao do Dr. Amâncio, sofrendo várias amputações dos membros superiores²⁵. É claro que a postura “altruísta” exige a criação de ícones, símbolos de santidade e de martírio para as grandes causas que defenderam. No imaginário popular, a morte de Amâncio seria a “coroação” de sua vida dedicada à cura dos enfermos.

Na primeira legislatura após o Estado Novo, em 1947, Amâncio Mário de Azevedo conseguiu uma cadeira na Câmara Municipal com 600 votos, e logo se destacou nas eleições da mesa, sendo apontado como o segundo secretário. De acordo com a Ata da Câmara de Nova Friburgo, o Vereador Amâncio Mário de Azevedo recusou-se a aceitar o cargo em função de discordâncias em torno de seu nome, com alegações de ter-lhe sido oferecido o cargo como homenagem pessoal e não como liderança do seu partido, o PSD²⁶. A sua trajetória política fez-se meteoricamente: logo se tornou figura obrigatória para responder sobre qualquer questão de saúde, consolidando-se essa posição em 1949, na Comissão de

23 Idem. As pessoas que o conheciam eram unânimes ao falar da sua vocação para a medicina.

24 Entrevista dada à autora pela Prof^a Dilva Maria de Moraes, Secretária de Educação e Cultura do governo Amâncio de Azevedo, realizada em 18 de agosto de 2000.

25 Ruy Castro. *Ela é Carioca - Uma Enciclopédia de Ipanema*, S. P.: Cia das Letras, 1999, pp. 18-19.

26 Ata da Câmara Municipal de Nova Friburgo de 20 de outubro de 1947

Higiene da Câmara Municipal²⁷. O Vereador Amâncio era inquieto e tinha pressa em agir. A sua preocupação com o saneamento básico o fez indicar várias ruas a serem calçadas, ao mesmo tempo em que se mantinha vigilante em relação aos estabelecimentos comerciais que não satisfaziam as exigências da Saúde Pública²⁸.

Amâncio de Azevedo esteve sempre atento às questões de saúde. Ainda no seu primeiro mandato de vereador, solicitou ao prefeito, Sr. César Guinle, que interviesse junto à direção das indústrias da cidade para que fossem fornecidos, através do Departamento de Assistência Social, medicamentos aos operários afastados do trabalho por serem portadores de tuberculose²⁹. As preocupações com a saúde incluíam-se no discurso sanitarista, também herdado de Galdino, em que a prática médica tinha consequência na ordenação urbana. Suas preocupações com as doenças infectocontagiosas e as condições sanitárias de estabelecimentos comerciais o inserem dentro deste espectro ideológico.

Quando terminou o seu mandato como vereador, o Dr. Amâncio de Azevedo afastou-se momentaneamente da vida pública. Numa entrevista publicada no jornal *O Nova Friburgo* de 16 de agosto de 1949, ele assim se pronunciou: “Em 1950 eu quero paz e sossego. Entre a Medicina e a Política, a primeira merece mais atenções e o dispêndio de todos os meus esforços”³⁰. Esse momento retrata a cobrança da clientela, receosa em perder o médico, se este se deixasse envolver intensamente nos meandros da política.

Em 1954, porém, Amâncio M. de Azevedo voltou à carreira política sendo eleito vice-prefeito na gestão do Dr. Feliciano Costa (1955-1958). A sua campanha eleitoral foi marcada por notas elogiosas na imprensa, relacionadas à sua prática médica, que consegue vencer os temores populares e sufraga o médico, reiniciando o ciclo dos médicos no poder³¹. Sob o título “O médico, o cidadão, o desportista, o político”, *A Voz da Serra*, jornal de grande circulação na cidade, prestou uma homenagem especial ao Dr. Amâncio Mário de Azevedo, alcunhando-o de “Médico dos Pobres”, revelando as suas qualidades de cidadão prestativo, leal, bondoso e compreensivo, além de enaltecê-lo como desportista “de escol”, por seus incentivos tanto aos dirigentes como aos que praticavam o esporte.

Seguindo sua trajetória política, Dr. Amâncio Mário de Azevedo candidatou-se a prefeito nas eleições de 1958, fazendo uma dobradinha com um jovem médico, Dr. Vanor Tassara Moreira, por sua vez, filho de um dos mais influentes médicos do município, Dr. Dermeval Barbosa Moreira. Para entender melhor a visão desse médico administrador, torna-se necessário destacar alguns momentos de sua campanha eleitoral em 1958, quando a sua plataforma de governo incide basicamente na melhoria dos serviços ligados à saúde. Tais preocupações transparecem nos seus discursos, convencendo a população das vantagens de um Prefeito que conhecesse bem as carências do povo friburguense.

Nesse aspecto, *A Voz da Serra* assim expressou:

27 *Jornal A Voz da Serra* de 20 de outubro de 1947, 1ª página. Amâncio assumiu nesse momento a Comissão de Higiene da Câmara onde teve atuação destacada.

28 Segundo o jornal *A Voz da Serra* de 01 de fevereiro de 1948, 1ª página.

29 *Jornal A Voz da Serra* de 17 de fevereiro de 1949, p. 3.

30 *Jornal O Nova Friburgo* de 16 de agosto de 1949, p. 02.

31 *Jornal A voz da Serra* de 15/16 de agosto de 1959 p.03. O prefeito Amâncio Azevedo recém-eleito declara neste jornal que a população não precisava temer a perda do médico em decorrência de sua eleição para o executivo: “O médico sempre esteve por aqui para vos servir nas aflições”.

Só o Dr. Amâncio dará à Prefeitura novos moldes administrativos e Nova Friburgo será a futura capital do Estado do Rio. Na Prefeitura, o Dr. Amâncio dividirá sua administração em duas partes: 1ª – saneamento/água/esgoto/pavimentação; 2ª – saúde/obras públicas/instrução. Todos os serviços de higiene sofrerão modificações, no sentido de melhor atender ao progresso intensivo da cidade³².

Bastante elucidativa para mostrar a ligação de Amâncio com as classes populares foi a sua decisão de tomar posse em plena Praça Getúlio Vargas, a “Catedral dos Eucaliptos”, como era chamada. “Fiz uma promessa na catedral, na Catedral dos Eucaliptos que assumiria o executivo na simplicidade e na intimidade dos que me deram tão significativa vitória”³³. Este gesto, em que Amâncio decide assumir o mandato de prefeito na praça, um espaço público que é próprio da população, simboliza a sua simbiose com as classes populares que lhe haviam conferido o poder através dos sufrágios eleitorais. Reflete também a incorporação à cultura popular na atitude de desvalorizar a hierarquia oficial tão cara aos políticos da época. “A cultura constitui, portanto, o processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica, que é atributo fundamental de toda a prática humana”³⁴. Além de espaço público, a praça nos remete também a um espaço religioso, que vem respaldar um poder com caráter sagrado, cujo simbolismo legitima a figura do prefeito, consagrada nas urnas.

No início do governo do Dr. Amâncio, realizou-se, de forma ampliada, a Operação Limpeza. Indubitavelmente estabelece-se um paradoxo na visão de higienização entre os que dirigiam os destinos do município. Os médicos iniciavam seu projeto político-administrativo pelo chão, enquanto os prefeitos engenheiros preocupavam-se com a arquitetura dos telhados. Todos queriam chegar aos padrões desenvolvidos da Suíça, mas de maneira diferente³⁵. Em especial, o Dr. Amâncio inaugura o uso das tubulações de concreto, constituindo um avanço tecnológico pela capacitação maior de coleta de esgoto e águas pluviais³⁶. Além disso, a permanente varrição noturna das ruas orvalhadas ou artificialmente umedecidas não só favorecia a limpeza da cidade, mas procurava evitar a nuvem de poeira que ameaçava o povo pelo “perigo” do contágio de doenças, principalmente da “fininha”³⁷. De qualquer forma, para prevenir a possível invasão de poeira nas casas, criou-se o hábito de colocar jornais por trás das venezianas, ritual este que se repetia a cada noite com a incineração dos jornais retirados³⁸. A ironia popular se fartava, admitindo nas brincadeiras que as venezianas eram mais bem informadas dos acontecimentos do que os próprios moradores das casas, muitas vezes sem tempo para ler ou mesmo sem interesse.

32 Editorial do Jornal *A Voz da Serra* de 02 de agosto de 1958.

33 *A Voz da Serra* de 07/08 de fevereiro de 1959, 1ª página.

34 Eunice Durham. *A Dinâmica Cultural na Sociedade Moderna. Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro: v. 04, p. 32-35, 1977.

35 Os administradores médicos eram muito ligados à questão do saneamento, daí a constante preocupação com o abastecimento de água e com a rede de esgotos. Já os engenheiros, em especial Heródoto B. de Mello preocupava-se com a feição da cidade (estilo europeu), incentivando a população a construir casas tipo chalés, inclusive diminuindo o IPTU das habitações que tivessem esta forma de telhado.

36 *Jornal A Voz da Serra* de 04 de julho de 1959, 1ª página.

37 Assim também era chamada pelo povo a tuberculose pulmonar em função do emagrecimento que causava aos portadores

da doença. Depoimento do médico friburguense Mário Dutra de Castro, em 11 de setembro de 2000, que vivenciou esta situação em que a população temia o contágio da tuberculose.

38 Ver: Terence Range & Paul Slack (editors). *Epidemics and Ideas. Essays on the historical perception of pestilence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Apesar dessa prática realizar-se em plena era bacteriológica, percebe-se que a noção dos “miasmas” ainda permanecia no imaginário popular.

Na tentativa de subverter a noção de higiene da população que se comprometia exclusivamente com o interior das casas e que findava na porta da rua, no caso dos prédios fronteiriços, ou ia até os portões das mansões ornadas de lambrequins, a Prefeitura Municipal empenhou-se tenazmente numa campanha educadora, que atingiu seus objetivos, estimulando a limpeza das calçadas pelos próprios moradores. A rua havia sido incorporada à higiene familiar. Cestas coletoras de lixo espalharam-se pelos quatro cantos da cidade com o slogan “Mantém a tua cidade limpa!”³⁹. Enfatizando tais ideias, no sentido de aprimorá-las, o escritório de publicidade de Jorginho Abicalil estudava iniciativas novas para prestigiar a administração do Prefeito Amâncio de Azevedo, garantindo-lhe que, em pouco tempo, Friburgo alcançaria o aspecto de uma cidade europeia, limpa e super organizada. Nesse sentido, Abicalil desenvolveu várias técnicas publicitárias que se faziam através de carro propaganda, panfletos e inserções radiofônicas na Rádio Sociedade de Friburgo AM⁴⁰.

É importante perceber, nesse mandato, que o “olhar médico” do Executivo desloca-se prioritariamente para os problemas de saúde, como resposta, também, às promessas de campanha eleitoral. As medidas tomadas por Amâncio, desde o início de sua administração sobressaíram-se de tal forma no conceito estadual que o médico foi aclamado “Prefeito do Ano” no Estado do Rio de Janeiro, em 1960, título que lhe trouxe honrarias reconhecidas pela população e por jornais como o *O Nova Friburgo*:

Não resta dúvida de que o título é mais do que justo, pois em seu primeiro ano de governo já realizou mais do que seu antecessor em quatro anos. Amâncio realizou verdadeiro milagre, reorganizando e disciplinando a administração com obras públicas em todos os recantos do município, reerguendo o crédito do município.⁴¹

Um dos jornalistas mais conceituados da região, Nelson Kemp, verdadeiro arauto do sentimento popular, era a pena que registrava grande parte dos acontecimentos que hoje pertencem ao acervo da memória histórica da cidade. Por ocasião do 143º aniversário da cidade, após exaltar as suas belezas naturais, a qualidade do seu clima, Kemp entusiasmado com as suas condições de saúde que eram um atrativo para centenas de pessoas vindas de outras plagas, assim se manifestou poeticamente:

Consagrada pelos cientistas da Medicina como a cidade da saúde, Nova Friburgo transborda em todas as estações – gente que vem em busca de seu clima reconfortante e admira suas cinco montanhas que a circundam formando a palavra Saúde.⁴²

No ano eleitoral de 1962, Amâncio Mário de Azevedo permaneceu no comando político de seu grupo de apoio, elegendo-se Deputado Estadual⁴³. É importante ressaltar que as suas atividades no Legislativo não o fizeram esquecer a sua condição de médico, cuja clientela exigia a continuidade na assistência clínica, obrigando-se tão somente a participar das sessões na Assembleia Legislativa, mantendo o seu domicílio em Nova Friburgo⁴⁴. Como

39 Chamo a atenção para o uso da 2ª pessoa do singular neste slogan, típico da forma coloquial própria dos consultórios médicos. Na realidade, vê-se uma ampliação das relações coloquiais de Amâncio com o povo.

40 *A Voz da Serra* de 25/26 de fevereiro de 1959, p. 03.

41 *O Nova Friburgo* de 16 de janeiro de 1960, 1ª página.

42 *A Voz da Serra* de 14 de maio de 1961, 1ª página.

43 *Jornal A Voz da Serra* de 03 de abril de 1962, 1ª página.

44 Entrevista com a Profª Dilva Mª de Moraes, Secretária de Educação e cultura do governo Amâncio de Azevedo, realizada em 18 de agosto de 2000.

deputado e médico, uma de suas primeiras preocupações dirigiu-se para o funcionamento do Centro de Saúde que, para garantir um bom atendimento à população, precisava suprir as carências de funcionários e materiais para a ampliação do desempenho profissional, demandando, portanto, verbas do Governo Estadual. Amâncio Azevedo empenhou-se também na campanha de vacinação em massa da vacina Sabin contra a poliomielite, realizada em novembro de 1963, alcançando um resultado sem precedentes, apesar de todas as dificuldades inerentes ao processo.

Seguindo sua trajetória de deputado atuante, Amâncio logrou êxito em inserir no orçamento uma dotação de verbas de 50 milhões de cruzeiros para socorrer várias entidades sociais, algumas das quais se encontravam em estado lamentável. Entre as entidades beneficiadas destacam-se: Casa dos Pobres São Vicente de Paula, Abrigo Amor a Jesus, Obras Sociais de Madre Roselli, Sociedade Médica de Nova Friburgo, construção da Capela Mortuária, construção de educandários, entre outras⁴⁵. Outra semelhança aqui se faz presente com o galdinismo: conseguir através de seu “prestígio pessoal” e de sua ação política na capital benefícios para a cidade de Nova Friburgo. Este momento exigia dos políticos uma esfera de articulação mais ampla, para sua própria sustentação enquanto governante e diante das necessidades de investimento infraestruturais incompatíveis exclusivamente com o orçamento municipal.

Não se pode deixar de ressaltar que este é um momento de grandes mudanças na conjuntura, iniciada com o golpe de 31 de março de 1964, quando os militares assumem o poder em nome da “boa ordem”. As modificações são visíveis, inclusive no âmbito da Constituição, que passa a sofrer alterações substanciais, expressas nos Atos Institucionais, cujos objetivos ligavam-se basicamente à manutenção do Regime. Assim, dando prosseguimento à “Operação Limpeza” iniciada em 1964, foi assinado pelo Presidente Castelo Branco em 17 de outubro de 1965 o Ato Institucional nº 02 que, em seu Artigo 18, extinguiu todos os partidos então existentes. Os novos partidos seriam constituídos segundo as regras do Estatuto dos Partidos, sendo regulamentados pelo Ato Complementar nº 04 de 20 de novembro de 1965. Os vários partidos de oposição associaram-se para formar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), enquanto o partido de apoio ao governo foi denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁴⁶.

O Deputado Amâncio de Azevedo - antes membro destacado do PSD - foi convidado a participar da direção nacional do MDB. Segundo *A Voz da Serra* de dezembro de 1965: “O ilustre e querido delegado dos friburguenses na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aceitou a incumbência e já iniciou demarches para a instalação em território fluminense do partido de oposição ao DEDODURISMO”⁴⁷. O carioca Amâncio fez sua opção pelo MDB. Sua fidelidade ao partido de oposição consentida ao regime militar manteve-se até a reorganização do sistema pluripartidário no Brasil, quando ingressa no Partido Progressista⁴⁸. Na eleição de 1966, Amâncio volta a pleitear a cadeira de executivo na Prefeitura Municipal, vencendo seu principal adversário por uma margem de 3 mil e 500 sufrágios. O povo estava delirante porque voltara a manter permanente contato com o Executivo Municipal:

45 *A Voz da Serra* de 28/29 de novembro de 1964, p.03. Resolução nº 97 de 181/1964.

46 Maria Helena Moreira Alves. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Vozes, p. 94.

47 Segundo o jornal *A Voz da Serra* Edição Especial de dezembro de 1965, p. 03.

48 Cf. depoimento da Prof^a Dilva M^a de Moraes em 18 de agosto de 2000.

Nada de granfinismo e da necessidade de o município atravessar meia dúzia de portas para poder falar com o chefe do Executivo. Pouco a pouco, o homem levado à Prefeitura pela soma de dois terços do eleitorado acaba com os 'tabus' e com as mazelas implantadas pela administração passada...⁴⁹

E assim Amâncio Mário de Azevedo prepara-se para seu segundo mandato como Prefeito, mandato este considerado como o mais profícuo, mais dinâmico, cujas realizações entronizam o administrador num patamar de representantes do poder bem-sucedidos, projetando o seu município a nível estadual, com alguns destaques no nacional. A sua peculiar visão de médico permanece ao lado da visão do administrador, deixando transparecer nos seus mandos a preocupação com a profilaxia de doenças, primando pelo constante saneamento da cidade que governa. O caso das feiras livres pode ilustrar essa permanente preocupação de Amâncio. A localização da principal feira livre era um problema que sempre desafiou as autoridades municipais⁵⁰. Na gestão de Amâncio, tal problema ficou sob controle, sendo a feira transferida para o terreno anteriormente ocupado pelo campo do Fluminense. Novas, modernas e higiênicas instalações foram projetadas, no sentido de oferecer à população melhores condições. Passado algum tempo, a feira chegou mesmo a ser considerada modelo em todo o Estado, sendo fiscalizada permanentemente pelo setor de abastecimento da Prefeitura Municipal⁵¹. O Dr. Amâncio M. de Azevedo destacou-se várias vezes durante este segundo mandato. Foi escolhido pela revista publicada em Niterói, *Atualidade*, como o melhor administrador no ano de 1967.⁵² Participou também de uma comitiva de 25 prefeitos brasileiros que seguiram para a Alemanha, onde tomaram parte de um Seminário de Tarefas de Desenvolvimento das Grandes Cidades, tendo sido selecionado entre os 5.200 representantes de outros municípios.⁵³

Na realidade, este é um momento em que Nova Friburgo se distingue no nível estadual, tendo sido um dos oito municípios do Estado do Rio de Janeiro escolhidos para a implantação do Plano Nacional de Saúde. Segundo propaganda do próprio Governo Federal veiculada em âmbito local, *A Voz da Serra* de 04/05 de janeiro de 1969, passa a difundir as "vantagens" do plano:

A população urbana e rural de Nova Friburgo já pode escolher seu médico, inscrito no sistema do Plano... Você pode ser internado em qualquer hospital do sistema pagando apenas uma parte – pois o resto é com o governo... A assistência médica não é uma dádiva, é um direito do povo e dever do Estado. A saúde do povo tem pressa.⁵⁴

Mais uma vez, nas eleições de 1972, Amâncio Mário de Azevedo concorre à Prefeitura Municipal. Num manifesto assinado pelo deputado Dr. Waldir Costa e pelo Dr. Dermeval Barbosa Moreira, estes médicos dão o aval à candidatura do colega durante a campanha política: "o povo friburguense sabe que Amâncio representa os sentimentos mais nobres do nosso povo, que significa o próprio povo no governo"⁵⁵. Ainda em campanha, o Dr. Amâncio sofre as primeiras manifestações da doença que o havia acometido, precisando afastar-se

49 *A Voz da Serra* de 25/26 de fevereiro de 1967, 1ª página.

50 Código de Posturas Municipais de 1969, Capítulo IV. Da Higiene da alimentação, Artigos 23 e 24.

51 *Jornal A Voz da Serra* Edição especial de dezembro de 1967, s/d, p.15.

52 *A Voz da Serra* de 30/31 de março de 1968, 1ª página.

53 *O Nova Friburgo* de 05 de outubro de 1968, 1ª página.

54 Segundo o jornal *A Voz da Serra* de 04-05 de janeiro de 1969, p. 03

55 *O Nova Friburgo* de 30 de setembro de 1972, p. 08.

momentaneamente em virtude de uma delicada intervenção cirúrgica que lhe amputou um dedo da mão esquerda, seriamente afetado por irradiações de Raio-X que vinham se acumulando, no exercício de seu trabalho médico. Tal episódio, porém, fortalece o seu prestígio junto à população que consagra o médico político, nas urnas, como Prefeito de Nova Friburgo pela terceira vez⁵⁶.

O seu último mandato foi mais atribulado, não só em função da sua saúde que se deteriorava, mas, principalmente, pela tensão causada pelo assassinato de Guido Daflon⁵⁷, em plena Câmara Municipal, envolvendo os sobrinhos do Dr. Amâncio, Rodolpho, Paulo e Toninho Azevedo. Mesmo assim, na eleição de 1978, Amâncio Mário de Azevedo elegeu-se Deputado Federal, mandato que exercerá apenas até o final de 1979, quando vem a falecer em 13 de dezembro, praticamente encerrando o ciclo dos chamados “médicos do povo”⁵⁸.

Considerações finais

Em Nova Friburgo, os médicos políticos que assumiram o poder executivo e, algumas vezes, o legislativo, alcançaram êxitos eleitorais devido a uma prática médica de caráter altruísta, associada a uma aproximação com as massas populares num trabalho árduo que cobria não só a precariedade do atendimento institucional à população, mas também a deficiência do número de médicos atuantes na cidade. A prática política desses médicos era muito semelhante. Embora inseridos em partidos diferentes, eram vistos pela população principalmente como profissionais médicos competentes, dedicados, zelosos, condições estas que eram transferidas para a esfera política, ou seja, a sua competência como médicos os capacitava diante da opinião popular a exercerem os poderes políticos da cidade: sua “autoridade cultural” os legitimava como dirigentes políticos.

Por serem “ouvidores” médicos, granjeavam posições de protetores, aconselhadores e amigos de seus pacientes, o que lhes conferia uma postura paternalista em relação à clientela, fato que se projetava também para a vida pública. Em função da inserção das massas populares no projeto de governo, percebemos uma forma de populismo “à Friburgo”, que possuía características próprias, um tanto diferenciadas do populismo clássico. Ao mesmo tempo que atendiam algumas reivindicações dos munícipes na condição de concessões realizadas pelos mandatários, de cima para baixo, atenuavam um caráter mais autoritário com a prática médica altruísta que os aproximava da população num diálogo mais íntimo e “paternalista”.

Não devemos esquecer um tipo de política popular realizada por Dermeval Barbosa Moreira, junto à sua prática médica, que não se empenhava em assumir diretamente cargos públicos, mas, devido ao seu carisma e prestígio, influía, em caráter decisório, nos pleitos eleitorais em apoio aos seus correligionários, como “grande eleitor”. Tudo que se tem publicado na imprensa e os testemunhos de clientes que prestaram depoimentos sobre a atuação dos médicos políticos em Nova Friburgo, nessa época, revestem-se de uma postura laudatória, uma vez que só exaltam os êxitos alcançados, os atos de abnegação e a capacidade de consolar diante das fatalidades.

56 Depoimento da Profª Dilva Maria de Moraes em 18 de agosto de 2000.

57 Guido Daflon era o “escudeiro mor” de Amâncio, conhecido pela sua fidelidade ao Prefeito. O caso Guido Daflon foi noticiado pelo *Jornal A Voz da Serra* de 8/9 de setembro de 1973, 1ª página.

58 Robson Perrut. *Nosso Jornal*. Edição Especial de dezembro de 1989, p. 03.

Um forte sentimento de gratidão popular se transformou diversas vezes em apoio às vitoriosas campanhas eleitorais dos médicos. Além desse apoio popular, existia, por parte dos médicos, uma certa cautela e um respeito mútuo que os levava a não se defrontarem politicamente no mesmo pleito por um mesmo cargo, confirmando a expectativa popular que os qualificava como candidatos médicos e não como opositores políticos entre si. Por isso mesmo, a população os procurava quando necessário, sem levar em conta qualquer vinculação partidária. A competição visível entre os médicos que eram mandatários do executivo municipal seria a de querer ultrapassar os projetos realizados pelo seu antecessor. Como, por exemplo, a disputa entre Amâncio e Feliciano, quando prefeitos, de quem calçaria maior número de ruas no bairro de Olaria⁵⁹. Esse tipo de disputa era salutar porque, na realidade, a grande beneficiada dessa contenda era a própria população.

O fortalecimento da medicina institucional, a partir da década de 1960, começa um processo de diluição do poder político dos médicos, acrescido do aumento do contingente desses profissionais. O sistema médico previdenciário friburguense apresenta mudanças que se concretizam, de modo geral, no atendimento despersonalizado do médico e do paciente, situação que não era comum ao médico liberal e muito menos ao altruísta, ainda em atividade. O profissional médico, para ter um salário digno diante das suas exigências sociais, passou a exercer a medicina em diversos empregos, atendendo a uma clientela crescente em razão da expansão demográfica, em parte favorecida pelo êxodo rural e pela migração da população das cidades vizinhas, conforme dados do IBGE⁶⁰.

Esta situação acentuou o processo de deterioração na relação médico-paciente nos ambulatorios institucionais, em função dos atendimentos despersonalizados e rápidos, nos quais se realizava, geralmente, um procedimento com um médico desconhecido, atendendo a um paciente identificado apenas por um número. A medicina desvia seu eixo de atendimento, que deixa de ser feito nos consultórios equipados dos médicos antes liberais e passa a se realizar por especialistas em ambulatorios previdenciários com condições deficientes e desestimuladoras, suprimindo, quase sempre, a liberdade profissional. Não pretendemos pautar este estudo numa visão “heróica”, laudatória, que entende a medicina como um processo ininterrupto em direção ao progresso, tampouco inseri-lo numa perspectiva “anti-heróica”, que vê no poder médico um projeto de controle social. No nosso entendimento, uma série de circunstâncias políticas, econômicas e sociais do momento contribuíram para construção deste modelo de prática médica e política. A ausência do Estado no que concerne à assistência médica à população favoreceu, sobremaneira, que a mesma fosse exercida pela filantropia, pela medicina liberal privada ou pela proposta médica de caráter humanístico daqueles que se comprometeram com tais posicionamentos.

Os médicos políticos que assumiram o poder político friburguense, no período entre 1947 e 1977, primaram, portanto, por uma prática médica “altruísta”, dedicada e competente, que lhes outorgava uma “autoridade cultural”, sendo identificados pela população como as pessoas mais indicadas para dirigir os destinos do município de Nova Friburgo.

59 Cf. entrevista de Zanon da Costa, em 18 de junho de 2001.

60 Análise Demográfica de Nova Friburgo. Prefeitura Municipal. Tabela III p. 05. De acordo com os os censos do IBGE, em 1970 a população migrante era de 27,8% da população geral e em 1980, a população migrante era de 33% da geral.

FONTES

JORNAIS E REVISTAS:

A Cidade de Friburgo

A Paz

A Voz da Serra

Correio Friburguense

Friburgo Jornal

Jornal da Serra

O Clarim

O Friburguense

Nova Friburgo

O Pharol

Revista Zoom

Revista Serrania

FONTES MANUSCRITAS

Livros de Atas e de Registros de Leis da Câmara Municipal (1930-1980)

Livros de Atas da Sociedade Médica de Nova Friburgo - (1947 - 1977)

FONTES DE CUNHO ORAL - ENTREVISTAS:

Dr. Afrânio Veiga do Valle – Filho do Dr. Galdino do Valle Filho.

Sra. Derly Chalhoub Moreira – Filha do Dr. Dermeval Barbosa Moreira e irmã do Dr. Vanor Tassara Moreira.

Prof^a. Dilva Maria de Moraes – Secretária de Educação do governo do Dr. Amâncio Mário de Azevedo.

Sr. Euzébio Sebastião Neto – Secretário e zelador da Sociedade Humanitária de Nova Friburgo.

Dr. João Hélio Rocha – Membro do Conselho regional do Plano Nacional de Saúde (1969), diretor do Hospital Santo Antônio no mesmo período.

Sra. Léa da Costa – viúva do Dr. Waldir Rodrigues da Costa.

Prof^a. Maria José Braga – escritora, poetisa, cofundadora da Academia Friburguense de Letras. Prof^a. Maria do Perpétuo Socorro Sampaio de Azevedo – viúva do Dr. Amâncio Mário de Azevedo. Dr. Mário Dutra de Castro – Médico, cofundador do Grupo de Promoção Humana de Nova Friburgo, Diretor da Maternidade Santa Terezinha (1967-1969)

Dr. Vanor Tessara Moreira – Médico, ex-prefeito de Nova Friburgo (1963-1964)

Sr. Zanon da Costa – Filho do Dr. Feliciano Costa, Secretário de Estado do seu governo.

BIBLIOGRAFIA:

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral. Pensamento Médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: UNESP, 1999.

ARAÚJO, João Raimundo de - *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira*, dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1992.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. *O Colégio Nossa Senhora das Dores e a Formação do Magistério Feminino em Nova Friburgo (1940-1963)*, dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1993.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca – Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. *Dos micróbios aos mosquitos. Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/UFRJ, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. 8ª edição, Brasília: UNB, 1995, 2 vols.

CASTRO, Ruy. *Ela é Carioca – Uma Enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

CORDEIRO, Hésio. *Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro, Ayuri Editorial Ltda, 1991.

CORRÊA, Heloísa Serzedello. *Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890- 1930)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 1985

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas Urbanas e Controle Sanitário*. Petrópolis, Vozes, 1985.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Visões do “Paraíso Capitalista” – Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 1997.

FAORO, Raimundo, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1984, 2 vols.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Entre-vistas: abordagens e usos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FISCHER, E. C. *Uma história em quatro tempos*. Nova Friburgo: Tipografia da Fábrica de Rendas Arp, 1986.

FOUCAULT, Michel, *História da Loucura*, São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. *Microfísica do Poder*, 13ª edição, Rio de Janeiro, :Graal, 1998.

_____. *O Nascimento da Clínica*, 5ª edição, Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 1998.

- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MACHADO, Roberto et alii. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MALLOY, James M. *Política de Previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MAYER, Jorge Miguel & LISBOA, Edson de Castro - *Inquérito sobre a Escravidão em Nova Friburgo*. Deptº Pró-Memória da PMNF.
- MELLO, Thereza de Albuquerque e (coord.), *Notas Biográficas para Monografias*, Caderno de Cultura nº 1, Pró-Memória da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1985.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *A Saúde em estado de choque*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- MUROS, Augusto Carvalho. *Aqui Friburgo*. Nova Friburgo: Ed. Gama, 1980.
- PEREIRA NETO, André de Faria. *Palavras, Intenções e Gestos. Os Interesses Profissionais da elite Médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922)*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de medicina social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1997.
- ROCHA, João Hélio. *Assistência Médica e Odontológica para Todos*: Nova Friburgo, Pro-Page, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do político". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: 15 (30): 9-22, 1995.
- ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*, São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2 vols., 1991.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SOARES, Décio Monteiro. *Terra Friburguense*: Niterói, Imprensa Oficial, 1952.
- STARR, Paul. *La Transformación Social de la Medicina en los Estados Unidos de América: México*, Fondo de Cultura Económica, 1991 (edição em espanhol)
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Santa Maria, RS: UFAM, 1999.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra 1978.



Alexandre Azevedo da Cruz (Presidente), nascido em 11 de março de 1971, em Nova Friburgo, é filho de Pedro da Cruz e Maria de Lourdes Azevedo da Cruz e casado com Cintia Perrut e pai de 4 filhos. Em 1992, após 9 anos como seminarista, deixou a vida religiosa para ingressar na vida pública. Sua trajetória política já conta com mais de duas décadas. Iniciou a carreira política, em 1992, quando foi candidato pela primeira vez. Dois anos mais tarde, com apenas 23 anos, assumiu o Departamento de Bairros da Secretaria de Serviços Público e, 6 meses depois, foi convidado para assumir a própria subsecretaria. Ao longo da vida pública, Alexandre Cruz assumiu diversos postos estratégicos. Por seis vezes, foi secretário de Serviços Públicos de vários governos e, em 2015, licenciou-se do Legislativo para assumir a Secretaria de Obras. Em 2017, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo e é reconhecido como um dos parlamentares mais atuantes do Legislativo

Friburguense, inclusive, o idealizador de várias comissões importantes da casa como a Comissão de Direitos do Idoso e de Proteção à Família e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Como secretário criou o refeitório escola que serve almoço no valor simbólico de R\$ 1,00, há mais de 15 anos. Criou ainda o consultório dentário para os funcionários da Secretaria de Serviços Públicos denominado “Projeto Sorriso Feliz” e implantou também o “Projeto Lápis no Papel” para a educação e alfabetização dos funcionários mais humildes da prefeitura.



Marcio José Da Silva Damazio (1º Vice-Presidente), nasceu em Nova Friburgo, no dia 22 de Fevereiro de 1972. Produtor Rural, casado com Analice Queiroz, pai de Lucas e Giulya, Cristão evangélico, membro da Igreja Assembleia de Deus em Salinas. O parlamentar sempre participou ativamente das demandas da comunidade, principalmente as advindas da produção rural, e, havendo na comunidade o desejo de alguém que pudesse representá-la, seu nome foi sugerido. Sendo assim, atendendo o pedido da população percebeu quais eram as principais reivindicações e saiu em busca de soluções para melhorar o desenvolvimento social do campo e da cidade. Na eleição de 2008, ficou como primeiro-suplente e, em 2011, assumiu o cargo de vereador após o afastamento do Prefeito Dermeval e a ascensão do presidente da Câmara Sérgio Xavier ao Palácio Barão de Nova Friburgo. No exercício da legislatura de 2013-2016, Marcio Damazio exerceu o cargo de Presidente da Casa Legislativa. Na gestão,

Marcio Damazio, fez a maior devolução de recursos da história do município, em quatro anos de mandato aproximadamente R\$ 7 milhões foram devolvidos à Prefeitura, através de cortes de gastos. Solicitou que toda verba fosse destinada à área da saúde. O Parlamentar implantou ainda a digitalização das leis, implantou o painel eletrônico, regulamentou e aperfeiçoou o programa de licitações da Casa Legislativa utilizando o pregão. Durante os mandatos o vereador realizou parcerias com deputados federal e estadual em prol do desenvolvimento de Nova Friburgo. Marcio Damazio sempre buscou ser pontes, pois as pontes ligam e muros são barreiras, com as pontes pode-se agregar o que pra ele é uma grande corrente do bem!



Wellington da Silva Moreira (2º Vice-Presidente) nasceu no dia 09 de junho de 1966, na cidade de Anápolis, Goiás. Filho de Francisco Nilton Moreira Pinto e Wanda da Silva Moreira, ele é o caçula dentre os homens de uma família composta por sete irmãos. Por volta de seus seis anos de idade retornou à cidade após seu pai perder o emprego, necessitando morar com familiares, estudou no colégio Municipal Odette Penna Muniz e ainda na infância vendia picolés, laranjas e engraxava sapatos a fim de complementar a renda familiar. Com muita luta formou-se em técnico de contabilidade no colégio Estadual Professor Jamil El-Jaick. Já diplomado, ingressou como chefe de escritório na empresa Colaço, onde permaneceu por quase cinco anos. Após algum tempo envolvido com estas atividades, Wellington recebeu o convite para entrar no mundo político. Foi chefe de gabinete do Presidente da Câmara por dois mandatos e em gabinete parlamentar, manteve o cargo de chefia por 12

anos. Hoje, casado com Ana Paula e pai do Júnior de seis anos, o vereador exerce seu segundo mandato sempre direcionado e dedicado à população e ao bem-estar social, porque o que interessa de verdade são as vidas. Sua atuação como parlamentar se destaca na saúde, lutando sempre para que os municípios tenham uma qualidade de vida melhor.



Vereador **Professor Pierre (1º Secretário)** Friburguense, casado, nascido em 1976, exerceu como ainda exerce profissionalmente a função de professor em várias unidades educacionais, quer no âmbito público, quer no âmbito privado. Legislativamente, é vereador há três mandatos consecutivos, tendo se notabilizado na produção da legislação municipal e nas ações de fiscalização, sobretudo no combate à corrupção. Quanto à produção legislativa, é autor de várias leis relevantes como a que reconheceu os povos formadores do Município; que asseguraram direitos aos servidores públicos municipais; que pioneiramente instituiu o Estatuto Municipal da Juventude; que assegurou a gratuidade no transporte público aos idosos a partir dos 60 anos; que dispõe sobre o envio de informações necessárias ao Banco Nacional de Preços em Saúde (BPS), reconhecida pelo Ministério da Saúde como primeira do Brasil; que

regulou a divulgação da listagem dos pacientes que aguardam cirurgias eletivas e exames na rede pública de saúde do Município, entre tantas outras. Também é o relator do novo Regimento Interno da Câmara Municipal, que reorganizou, em 2017, o funcionamento legislativo da Câmara Municipal; e de outras resoluções importantes como a que instituiu o “Programa Câmara Verde”, que estabelece diretrizes de sustentabilidade para o órgão. Notabiliza-se como relator da nova Lei Orgânica do Município, promulgada em 2018, a qual tem sido considerada uma das mais modernas do país e reconhecida por vários órgãos de controle e representações nacionais e internacionais, principalmente pelo rol de políticas públicas de que dispõe, envolvendo, inclusive, instrumentos de transparência, de combate à corrupção e de diretrizes essenciais para reestruturação da administração pública. Sobressai-se pela permanente atuação fiscalizadora, com diversas representações no âmbito do Ministério Público e do TCE-RJ, atuando como relator da CPI da Tragédia Climática de 2011, do Relatório do Hospital Municipal Raul Sertã em 2018 e de várias peças de combate à corrupção, dentre as quais, as derivadas de Operações Legislativas como “Mãos de Sangue” e “Juízo Final” que redundaram em Operações do MPF, da Polícia Federal e da CGU; “Calabar”, com fomento de informações à Operação Lava-Jato no Rio de Janeiro; “Caixa de Pandora”, que detectou inúmeras irregularidades e ilegalidades, por vários anos, com impacto multimilionário na folha de pagamento do Município. Enfim, à luz da “Teoria do Órgão”, atua essencialmente em cumprimento à missão parlamentar de legislar e fiscalizar.



Carlos Alberto Nogueira Blaudt (2º Secretário), Nascido em 09 de março de 1971, na cidade de Nova Friburgo/RJ, é filho de Pedro Gonzaga Blaudt (in memorian) e Maria da Glória Nogueira Blaudt. Casado com Andréia Petrillo Pereira há 31 anos, é pai de 2 filhos: Richard Petrillo Blaudt e Kamila Petrillo Blaudt. Trabalhou longos anos como empreiteiro de obras. Hoje é empresário, dono e proprietário de um material de construção, desde 2002, localizado em Mury, bairro onde é nascido e criado e que ao qual reside até a presente data. Na política, o parlamentar teve seu nome colocado para disputar eleições de Vereador da cidade de Nova Friburgo nas eleições de 2016, sendo eleito com 1.780 votos, se tornando, assim, o 1º Vereador eleito do 8º Distrito de Mury com mandato iniciado na Legislatura 2017/2020.



Alcir da Fonseca Lima nasceu em 19 de janeiro de 1968. Filho de produtores rurais, foi criado no campo e também seguiu a profissão dos pais, em Salinas, Terceiro Distrito de Nova Friburgo. Conhecedor dos problemas enfrentados por sua comunidade, Alcir foi eleito presidente de Associação de Moradores e Produtores Rurais na qual viu despertar sua veia política. Foi eleito vereador pela primeira vez em 2012. De lá pra cá, trabalhou incansavelmente não só pela Agricultura, mas por toda Nova Friburgo. Em 2016, o vereador quadruplicou seus votos e foi reeleito, sendo o mais votado. Alcir Fonseca já presidiu a Comissão de Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Desenvolvimento Rural da Câmara Municipal de Nova Friburgo e atualmente é vice-presidente da mesma comissão.

Casado com Cilene da Silva Lima e pai de três filhos: André, Franciele e Alcinei, o parlamentar preza pelos valores cristãos e familiares além de crer numa política séria, capaz de melhorar a vida das pessoas. Ao longo de seus mandatos, apresentou diversos projetos de lei como a que institui o Dia Municipal do Produtor Rural e a Lei de Atendimento Preferencial nos cartórios em casos de óbitos e a que determinou que concessionárias devem disponibilizar telefone 0800 que aceite ligações de telefones celulares.



Carlos Alberto Trindade, mais conhecido como Cascão do Povo, nasceu em 16 de abril de 1966 em Nova Friburgo - RJ. Filho de Arlete da Conceição Trindade e Orlando Alcício Trindade, o friburguense passou a sua primeira infância no bairro Alto de Olaria e com apenas oito anos de idade já ajudava no orçamento da família numerosa, composta por nove membros. Com 10 anos, mudou-se para o bairro Vila Amélia e aos 11 começou a jogar futebol no Expressinho da Vila. Anos depois, em 1985, começou a jogar pelo juvenil do Botafogo e em 87 passou a jogar profissionalmente pelo time Fabril de Minas Gerais. O início da vida política deu-se em 2007 quando tornou-se assessor na Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro). Sua primeira disputa como candidato a vereador aconteceu nas eleições de 2012 em que obteve 940 votos. Em 2016, Cascão candidatou-se novamente e elegeu-se com 1.701 votos, assumindo uma cadeira de vereador na Câmara Municipal de Nova Friburgo. Um mandato baseado no respeito e

pautado no trabalho com o povo e para o povo. Com muita satisfação e alegria trabalhou bastante e participou da comemoração dos 200 anos de Nova Friburgo em 2018.



Christiano Pereira Huguenin, Friburguense, 42 anos, advogado, radialista, está vereador em seu segundo mandato. Já exerceu cargos públicos no Poder Executivo Municipal, como Secretário de Assistência Social por duas vezes, em 2010 e 2017, já foi Secretário de Saúde do Município em 2018 e também exerceu o cargo de Secretário da Casa Civil. Atualmente é líder de governo na Câmara Municipal e tem atuação voltada para a classe menos favorecida da população, sobretudo no público que demanda por serviços públicos assistenciais. Atuando em parceria com Deputados, tem atuação marcante no que diz respeito às conquistas de Recursos Públicos para ser investidos na cidade. Foi assim na conquista de emenda parlamentar para construção de quadra poliesportiva coberta no condomínio Terra Nova, bem como a liberação de emenda parlamentar de 10 milhões para investimentos na aquisição de equipamentos para a saúde pública de Nova Friburgo.



Isaque Demani Machado é cristão, casado com Fabiana e pai de Luiz Miguel, Mateus e Ana Luíza. De origem simples, estudou em escolas públicas. Trabalha desde os 12 anos vendendo picolé, atendente de farmácia, servente de pedreiro, servente de gesseiros, metalúrgicas, militar e mecânico de máquinas de costuras industriais. Em 2002 formou-se advogado militante na área de defesa do consumidor, pós-graduado em Direito do Processo Civil, com uma atuação social muito marcante na cidade de Nova Friburgo/RJ. Militar da reserva remunerada da Marinha do Brasil, em 2006 foi Coordenador Regional Serrana da FIA e, em 2008, foi eleito o Vereador mais votado do Partido da República. Em 2010, aceitou o desafio de assumir a Secretaria de Assistência Social do município a convite do saudoso Prefeito Dr. Heródoto, onde tinha uma missão específica a cumprir - organizar e dar um caráter técnico

a mesma. Seus mandatos são marcados pela seriedade e comprometimento com o interesse público. Em 2011, foi membro atuante da CPI da tragédia e, em 2016, foi eleito Vereador novamente e no mandato foi escolhido entre seus pares para presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (uma das mais importantes do Parlamento), a Comissão de Defesa do Consumidor, além de fazer parte de outras importantes comissões da Casa



O vereador **Janio de Carvalho** tem um perfil proativo e dinâmico, imprimindo sua assinatura e legado de competência por todos os lugares em que passou. Possui uma trajetória acadêmica e profissional multifacetária - líder estudantil, gestor público, advogado, empresário e professor - que o credencia a ter uma percepção diferenciada e holística, diagnosticando precisamente os problemas e o atual cenário macroeconômico. Destaca-se por sua grande habilidade de articulação e por seu discurso forte, altivo, capaz de ecoar nos mais diversos segmentos da sociedade. Além disso, é apaixonado pela causa animal, em sua totalidade, e não medirá esforços para implementar avanços nas leis de proteção. De Leonel Brizola a Marcelo Crivella, Janio sempre esteve presente no cenário político do país, ocupando cargos estratégicos e funções desafiadoras. Com uma longa estrada política, Janio retorna à

Nova Friburgo e à Câmara, elevando o tom e a qualidade dos debates e trabalhos legislativos a níveis mais produtivos. Agora, em seu terceiro mandato, prossegue com a população um diálogo iniciado há muitos anos, resgatando um sentimento de esperança, e o brilho nos olhos dos milhares de friburguenses que pediram mudança.

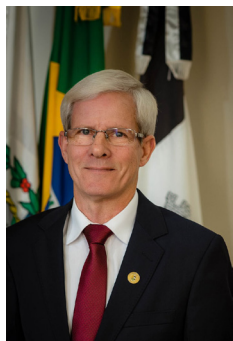


Natural do Município de Nova Friburgo, **Joelson José de Almeida Martins** (Joelson do Pote), Engenheiro Civil, nasceu no dia 01 de Maio de 1961. Filho de Manoel Martins e Sílvia de Almeida Martins, casado com Soraya Gripp Sayegh Martins e pai de dois filhos, José Manoel Sayegh Martins e Daniel Sayegh Martins. Ingressou na vida pública em 2012 quando candidatou-se a vereador pela primeira vez sendo o mais votado dentre os candidatos ao Legislativo Friburguense. Em 2016, foi reeleito com uma expressiva votação. Mantendo sua atuação parlamentar sempre com pautas voltadas às demandas da população, apresentou ao longo da sua trajetória parlamentar diversos projetos de Leis com destaque para a Lei que Proíbe Instalação de Centrais Hidrelétricas em todo Território de Nova Friburgo; a Lei que trata sobre a Movimentação de Terra para Recuperação e Conservação de Estradas Vicinais; elaborou a Lei que Regulariza a Movimentação de Terra para fins de Construção, Parcelamento, Contenção ou Benfeitorias visando desburocratizar os processos; e a implantação da Lei Federal de Engenharia Pública que garante assistência técnica pública e gratuita para o projeto de construção, visando, assim, garantir melhores condições de vida e promover a inclusão social.



Johnny Maycon Cordeiro Ribeiro, nascido em 11 de maio de 1985, casado e pai de uma filha. Nasceu e foi criado no bairro do Lazareto. Estudou no Colégio Estadual Dr^o Tuffy El-Jaick, sendo fundador e líder do Grêmio Estudantil. Formou-se em engenharia mecânica na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sendo inclusive, o primeiro dentro de sua família (materna e paterna) a ter um diploma universitário. No ano de 2011, foi ordenado ao ministério pastoral pela Igreja do Evangelho Quadrangular, onde teve uma atuação marcante no trabalho com a juventude. Logo em seguida, foi presidente do Conselho de Jovens Evangélicos de Nova Friburgo, onde atuou e organizou dezenas de projetos de cunho social para Nova Friburgo e Região. Em 2016, Johnny Maycon foi eleito como vereador de Nova Friburgo com a importância de 1487 votos pelo PRB (atual REPUBLICANOS), tornando-se o vereador mais jovem desta legislatura. Em seu mandato, presidiu a Comissão que reformulou a

Lei Orgânica do Município, construída pelas mãos da população que comparecia às inúmeras audiências públicas propostas pelo vereador, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou ilicitudes na prestação de serviço de alimentação do Hospital Municipal Raul Sertã, onde foram apontados direcionamentos e superfaturamentos em benefício da empresa e notabilizou-se como um grande defensor dos servidores públicos de nosso município, fato este que muito orgulhou o então vereador.



Nascido no Município de Bom Jardim, RJ, no dia 27 de julho de 1954, **Luiz Carlos Neves** foi morar no Bairro do Catarcione quando tinha seis anos juntamente com sua família, local em que mora até hoje e que viu crescer lentamente. Em 1982, fundou juntamente com um grupo de Moradores uma associação para atender os moradores em suas necessidades, na qual foi secretário, Presidente e participei até o ano de 1991. Participou ativamente na Igreja Nossa Senhora Aparecida do Bairro Catarcione a partir do ano de 1983 como tesoureiro e depois Coordenador, além de assumir várias festas da Padroeira até o ano de 2020. Passou a fazer parte da política em 1992, com a filiação ao PDT, e na eleição do mesmo ano, obteve 514 votos, ficando como suplente e assumindo a cadeira na Câmara de novembro de 1994 até março de 1996. Concorreu nas eleições de 1996, 2000 e 2012 não obtendo sucesso, porém retornou na eleição de 2016, em que foi eleito com 1.093 no partido PP, em que continua na sigla até o ano de 2020.



Márcio José Corrêa Alves, nasceu no dia 01 de maio de 1977, filho de José Firmino Alves e Denecir Corrêa Alves. Sempre muito ativo no bairro onde cresceu em Nova Friburgo - Loteamento Alto do Floresta- em Conselheiro Paulino, tornou-se empreendedor ao trabalhar como sacoleiro, pedreiro, padeiro, dentre várias outras profissões. Sua vocação sempre foi trabalhar em prol da população, ajudando da melhor forma possível, tanto na área da saúde como também em situações que implicava a melhoria de nosso bairro. Antes de se tornar vereador em 2017, atuou como Coordenador de Obras na Sub-prefeitura de Conselheiro Paulino, na qual conseguiu inúmeras conquistas para os moradores daquela localidade. Tentou a candidatura de Deputado Estadual porém não obteve êxito. Dois anos mais tarde, optou por tentar o cargo de vereador, em uma campanha sem muitos gastos, em que logrou êxito em 2017. Como vereador fez denúncias

sobre o abandono da escola municipal Lafayette Bravo Filho, mau conservação dos equipamentos e instalações elétricas do Hospital Municipal Raul Sertã o que resultou na reforma e compra de novos equipamentos para o setor, dentre tantas outras. Atualmente está vereador na cidade serrana de Nova Friburgo, local este, em que luto com todas as forças em prol da população.

Também fui o responsável pela reforma da cozinha e CTI do hospital municipal Raul Sertã, após uma verificação, constatei vazamentos na cozinha proveniente da precariedade do CTI, logo após realizei a denúncia ao ministério público e as obras foram realizadas. Em uma de minhas muitas visitas fiscalizatórias ao Hospital Municipal Raul Sertã, constatei que a lavanderia da Unidade estava em precárias condições! Os equipamentos e instalações elétricas deixavam expostas as vidas dos funcionários e pacientes. Como vereador, denunciei este fato ao Ministério Público, o que resultou na reforma e compra de novos equipamentos para o setor!



Naim Pedro nasceu em 22 de novembro de 1963, em Nova Friburgo e, desde criança, é morador de São Pedro da Serra, 7º distrito. Naim é produtor rural e agropecuário, casado e pai de uma filha. Iniciou sua vida pública em 1991, como encarregado da Autarquia Municipal de Água e Esgoto (AMAE), do 5º e 7º distrito, quando participou da construção da Estação de Tratamento de São Pedro da Serra e a Estação de Tratamento Santa Margarida, em Lumiar. O parlamentar entrou para a política em 1996, quando se candidatou pela primeira vez a vereador pelo PPS, sendo um dos mais votados de Nova Friburgo, não sendo eleito por falta de legenda. Foi candidato outras seis vezes, sempre com votações expressivas e crescentes. Ao longo desse período, ainda foi administrador de São Pedro da Serra por diversas vezes, além de administrador geral do 5º e 7º distrito. Em 2012, ficou como primeiro suplente pelo PSD. No ano

seguinte, Naim Pedro foi nomeado como Subprefeito de Lumiar e São Pedro da Serra, cargo que ocupou até agosto de 2016, quando foi eleito vereador pelo DEM, com 1.424 votos, integrando o quadro do Parlamento dos 200 anos de Nova Friburgo.



Nascido em 09 de fevereiro de 1966, na cidade de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, **Nami Alberto Nassif** é o mais novo de uma família de três irmãos. Casado, pai e advogado, é conhecido por sua trajetória no meio político ao lado de nomes respeitados como o grande líder e visionário, Heródoto Bento de Mello. É também Pós-graduado em Direito Administrativo e Constitucional. Desde seu primeiro mandato, em 2005, destacou-se como grande defensor de causas importantes de nossa cidade. Ao longo dos anos, somou conquistas que beneficiaram instituições com um trabalho de importância única como Casa dos Pobres São Vicente de Paula, Lar Abrigo Amor a Jesus e Associação Friburguense de Amigos e Pais do Educando – AFAPE. Por seu perfil justo e correto, já presidiu importantes comissões como as de Constituição e Justiça e de Cidadania e do direito do idoso e de proteção a Família, além do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



Nazareth Catharina, nasceu em 04 de Agosto de 1951, na cidade de Teresópolis, mas seus pais vieram para Nova Friburgo pouco tempo depois de seu nascimento, e aqui permaneceram por toda a sua vida. Casou-se aos 18 anos e é mãe de três filhos. Participou de grupos engajados em projetos sociais, realizando visitas aos hospitais, em lares e ajudando famílias com menos condições aquisitivas. Os trabalhos realizados nos hospitais são os que mais marcam a sua história, pois com as visitas ela sente que pode ajudar as pessoas levando um pouco do conforto que tanto precisam. Sua candidatura nasceu da vontade de ajudar as pessoas. O pai de seus filhos sempre esteve engajado com política, o que aumentou o desejo da vereadora. Através dele, ela via o que poderia ser feito para ajudar a população da cidade que tanto ama. Como vereadora, é vice-presidente da comissão dos Direitos Humanos, da Mulher e das Pessoas com Deficiência e membro da Comissão de Direito da Criança, do Adolescente e da

Juventude e a segunda mulher a se eleger neste mandato, além de se orgulha de fazer parte do grupo de parlamentares dos 200 anos de Nova Friburgo.



Norival Espindola do Amaral nasceu em 23 de janeiro de 1973, no município de Silva Jardim. Iniciou na vida política ainda garoto através do Grêmio Estudantil do Colégio Canadá, lutando pelos direitos dos estudantes, sobretudo pelo passe livre. Idealizou a Secretaria da Juventude, o “Projovem”, e trabalhou durante anos nesta secretaria como subsecretário, durante os governos de Saudade Braga, desenvolvendo projetos importantes como o Primeiro Emprego e Orientação Vocacional, através de parcerias com empresas privadas e voluntários. Foi candidato nas eleições de 2008 e 2012, ficando como suplente e elegeu-se vereador pelo Partido dos Trabalhadores no ano de 2016. No ano de 2017, teve atuação fundamental na reabertura da Escola Municipal Nossa Senhora de Nazareth, na localidade de Rio Bonito, Distrito de Lumiar. O ônibus Biblioteca Móvel voltou a visitar periodicamente inúmeros bairros de Nova Friburgo, levando Educação e Cultura para os cidadãos friburguenses. Foi defensor da criação da

Gratificação por Difícil Provimento, para atender os profissionais da Educação. Durante todo o seu mandato, Norival foi presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Nova Friburgo, promovendo debates amplos acerca das matérias sobre Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação.



Vereador **Paulo Sérgio Louback**, nascido em Nova Friburgo, no Alto de Olaria, com a parteira Dona Maura. Casado com a Sr^a Natacha Louback, é pai da Rhayanne Louback e Rebeca Louback. Estudou na Escola Odette Penna Muniz, depois colégio Jamil El Jaick e no CEJA (Centro de Ensino de Jovens e Adultos) e na Universidade Estácio de Sá. Ao longo de sua vida profissional, foi Servente de Pedreiro, Balconista de Farmácia, Propagandista, Supervisor de todo interior do Estado do Rio de Janeiro e Gerente Regional Filial Nordeste (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), do Grupo Aché Laboratório Farmacêutico SA. Trabalhou ainda como sacoleiro de moda íntima, durante o curso de Direito. Foi ainda Deputado Estadual por 15 meses e Advogado. Atualmente, mora na Chácara do Paraíso local em que reside há mais de 45 anos. O parlamentar da legislatura do bicentenário se diz apaixonado pelo povo Friburguense e

amante desse grande parque com uma cidade dentro, chamada Nova Friburgo.



Vanderleia Pereira Lima (Vanderleia Abrece Essa Idéia), nascida no dia 24 de janeiro de 1966, na cidade de Duas Barras, filha da Sra. Zenir Correia da Silva Pereira e do Sr. Aristides Pereira, onde na infância trabalhou, com seus irmãos, ajudando os pais na dura vida agrícola. Mudou-se para a cidade de Nova Friburgo em 1982 e aos 16 anos conseguiu o seu primeiro trabalho como caixa em um supermercado, completou o ensino médio na rede pública formando-se em Técnica em Contabilidade. Em Nova Friburgo onde reside com sua família desde quando se casou, há 28 anos, participa de diversas ações sociais cuja finalidade é facilitar a vida dos menos favorecidos atuando junto a hospitais, órgãos públicos e programas sociais, tendo o perfil de uma verdadeira Assistente Social. Em 2004, ficou

conhecida como Vanderleia Abrece Essa Idéia, quando veio candidata a Vereadora de Nova Friburgo e obteve 1.181 votos, sendo a mulher mais bem votada e ficando como suplente; em 2008 se candidatou novamente e obteve 1.153 votos, ficando com a suplência pela segunda vez. Em 2020, está no seu segundo mandato, sendo a Vereadora mais bem votada em todos os pleitos que participou.



José Sebastião Rabello, mais conhecido como Zezinho do Caminhão, casado e pai de 2 (dois) filhos, nasceu na cidade de Nova Friburgo/RJ, no bairro Vargem Grande/Cônego. De procedência humilde e com mais 4 irmãos, todos criados sob a égide de valorosos ensinamentos de responsabilidade e respeito ao próximo, iniciou a sua trajetória de trabalho e de lutas ainda muito cedo. Com apenas 7 (sete) anos de idade, começou a ajudar a família com a venda, em balaios, de verduras plantadas pelos próprios pais. No decorrer da vida, exerceu, também, as atividades de jardineiro, de subgerente de padaria, de vigilante e de caminhoneiro, esta última por quase 24 anos sendo a profissão que originou o nome pelo qual é chamado em homenagem. No entanto, o seu empenho e a participação social em defesa dos interesses de seu bairro foram que o fizeram destaque por toda a cidade. Reconhecidamente aguerrido, foi

Presidente da Associação de Moradores do bairro Granja do Céu por, aproximadamente, 8 anos. Assim, por aclamação e incentivo populares, candidatou-se a vereador pela primeira vez, no ano de 2008, conquistando expressiva votação. Novamente candidato ao cargo, no ano de 2012, elegeu-se como o 5º mais votado da cidade e obteve avaliação como um dos vereadores mais atuantes pela apresentação de projetos e fiscalizações realizadas. Reeleito, no ano de 2016, atualmente exerce o 2º mandato mantendo o rigor no exercício da função e a simplicidade como suas marcas registradas.

Este livro foi composto em Barlow 9/11
pela BENDITA Comunicação Criativa.
Impresso pela Gráfica Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais (APAE) em papel offset 75g.

Novembro • 2020

